

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

RICARDO LUIZ DE LYRA SANTIAGO

**VISÕES DO CAPITALISMO: CONFLITO E TRANSFORMAÇÃO NO
CAMPO INTELECTUAL DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA**

**RECIFE
2017**

RICARDO LUIZ DE LYRA SANTIAGO

**VISÕES DO CAPITALISMO: CONFLITO E TRANSFORMAÇÃO NO CAMPO
INTELECTUAL DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jonatas Ferreira

Coorientadora: Profs.^a Dr.^a Maria Eduarda da Mota Rocha

**RECIFE
2017**

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S235s Santiago, Ricardo Luiz de Lyra.
Visões do capitalismo : conflito e transformação no campo intelectual das
teorias da dependência / Ricardo Luiz de Lyra Santiago. – 2017.
221 f. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Jonatas Ferreira.

Coorientadora : Profª. Drª. Maria Eduarda da Mota Rocha.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017.

Inclui Referências.

1. Sociologia. 2. Sociologia política. 3. Intelectuais. 4.
Desenvolvimentismo. 5. Desenvolvimento. 6. Teoria da dependência. I.
Ferreira, Jonatas (Orientador). II. Rocha, Maria Eduarda da Mota
(Coorientadora). III. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-015)

RICARDO LUIZ DE LYRA SANTIAGO

VISÕES DO CAPITALISMO: conflito e transformação no campo intelectual das teorias da dependência

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Jonatas Ferreira, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia

Aprovado em 13/12/2017

Prof. Dr. Jonatas Ferreira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^{ta}. Dr^a. Maria Eduarda da Mota Rocha (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Para Cibele, minha companheira e amiga, meu amor!

Para minha Mãe, Eronice, e meu Pai, Raimundo (*In Memoriam*)

Para minha Titia Neuza, no céu

Para minhas irmãs Roseanie, Luiza e Ana. Para meus irmãos, Ricardo e Ciro

Para a minha sobrinha, Luana

Para Igor,

Para Seu Barto e Dona Célia,

Aos amigos que não mais respondem: Roberto Aguiar, Robinson Cavalcanti,

Fernando Mota

Para a esquerda da Igreja Protestante No Brasil, porque não nós é dada a opção de desistir...

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas, professores e professoras, que compõem o Departamento de Sociologia da UFPE, pelo estímulo e carinho.

Ao Professor Emílio de Britto Negreiros, pelo incentivo e por me dar todas as condições de trabalho, pois a maior parte desse tese foi escrita na UFPE.

A todos os professores e professoras do PPGS-UFPE.

Aos meus colegas de turma doutorado do PPGS. A vivência com vocês me marcou profundamente.

Agradeço, de forma especial, ao meu orientador, professor Jonatas Ferreira, por sua paciência, sua perspicácia nas críticas, seu profissionalismo, mas, acima de tudo, pelos momentos de convivência fraterna e amiga. A conclusão deste trabalho se deve ao seu empenho e apoio. Temo não ter sabido incorporar todas as suas sugestões.

Agradeço a minha coorientadora, Professora Maria Eduarda Rocha, que na ausência do professor Jonatas, por conta do seu pós-doutorado, generosamente, incentivou, confiou e orientou o meu trabalho, além de ter participado da minha banca de defesa do projeto.

Ao professor Marcos Costa Lima, por ter me apresentado o pensamento de Celso Furtado nos idos de 1980.

Ao Professor José Luiz Ratton. Quando ainda coordenador do PPGS, ouvi dele palavras de incentivo para me submeter ao concurso do doutorado.

Agradeço a Professora Eliane Veras, ao Professor Artur Perrusi e ao Professor Paulo Henrique, todos do PPGS, pelo incentivo, carinho e por participarem da minha banca, como titulares ou suplentes.

Agradeço ao Professor Flávio Weistein Teixeira (PPGH-UFPE), pelo incentivo e por ter aceitado participar da banca como suplente interno.

Agradeço ao Professor Roberto Vêras e Rogério Medeiros, ambos do PPGS-UFPB, por aceitarem participar, mesmo com uma agenda apertada, como examinadores externo.

Agradeço ao Professor Michel Zaidan pelas valiosas conversas em torno de vários tópicos do meu trabalho e dos livros que generosamente me emprestou.

Agradeço a Felipe Davson e Jefferson Gustavo, alunos do Curso de História e meus vizinhos de sala, pelas inúmeras conversas bem humoradas que tornaram a minha caminhada mais leve e alegre. Claro: não esqueço o “cafezinho”!

Minha gratidão aos meus colegas que sempre me incentivaram e se colocaram à disposição para me ajudar nessa caminhada e, de uma maneira ou de outra, acabaram efetivamente ajudando: Professora Cynthia Hamlin, Professor Breno Fontes, Professora Eliane da Fonte, Professor Gustavo Gomes, Professor Jorge Ventura, Professora Liana Lewis, Professora Luciana Mendonça, Professor Remo Mutzemberg, Professora Rosane Alencar, Professora Salete Cavalcanti.

Minha Gratidão ao grupo “centenários”, pelo bom humor, pelo carinho, que me ajudou a caminhar. Por ser composto de professores do departamento de Sociologia, ele se confunde com pessoas a quem já agradeço: professor Artur Perrusi, Professor Cristiano Ramalho, Professor Francisco Jatobá, Professor Gabriel Peters, Professor Gilson Antunes, Professor Jonatas Ferreira, Professor Paulo Marcondes. Professor Sidharta Sória.

Minha gratidão a Claudinete Bezerra e a Fabiana Bernardino pelo eficiente trabalho na secretaria da coordenação e do departamento. Agradeço também a Karine Mendes, da secretária do PPGS, pela disposição em encaminhar soluções.

Agradeço ao professor Luciano Oliveira pelo incentivo e pelas conversas sempre estimulantes. Não posso deixar de homenagear meus queridos mestres Luiz Canuto, Vera Canuto, Maria Auxiliadora Ferraz, Lia Parente Costa, Gadiel Perrusi.

Minha gratidão ao meu Mestre professor Heraldo Souto Maior e à professora Silke Weber, ícones de primeira grandeza da integridade moral e intelectual.

Minha gratidão à minha professora e amiga, atual Diretora do CFCH, Conceição Lafayette. Obrigado por tudo.

Aos companheiros e irmãos, porque aprendemos a rir e chorar juntos: Alex de Jesus, Paulo Marcondes e Victor Rodrigues.

Por último, mas não em último, A Deus que me fez caminhar até aqui!

RESUMO

A pesquisa feita partiu de uma pergunta central: Como se constituem, evoluem e transformam as visões teóricas acerca do capitalismo periférico e a que fatores se devem os momentos de transformação e rupturas? Usando uma farta documentação, O estudo se concentrou nas três versões das teorias da dependência que mais destaque receberam na comunidade de pesquisadores latino-americanos e nos centros fora da América Latina. Assim, inspirado na visão de Bresser Pereira, as três versões são as seguintes: a da “superexploração capitalista”, “da dependência-associada” e da “contradição nacional-dependente”. Para que fique claro, a visão da superexploração refere-se a André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra; a versão da “dependência-associada” é sustentada pelos trabalhos de Cardoso e Faletto; a última está vinculada aos nomes Celso Furtado e Oswaldo Sunkel. A pesquisa lida com a intelectualidade que foi protagonista durante as décadas dos 50 e 60, do Século passado, propondo explicações e ações acerca da problemática do desenvolvimento e destino do capitalismo, no Brasil e na América Latina. Pode ser classificada como uma sociologia dos intelectuais. Embora o foco seja as teorias da dependência, argumento que para entender o processo de constituição desse campo é preciso analisar o fenômeno do desenvolvimentismo e as teorias que lhe deram sustentação, especialmente a matriz Cepalina. O modelo teórico fornecido por Pierre Bourdieu nos ajuda a pensar esse movimento histórico, enfatizando as convergências, mas principalmente os conflitos que subjazem à própria constituição do campo. Argumentei que a produção dessa intelectualidade se caracterizava, por um lado, por questionar a pretensão de universalidade das teorias produzidas nos grandes centros, teorias essas que tentavam explicar a nossa condição econômica de penúria e como superá-la. Por outro lado, em função dessa crítica, a teorização realizada caminhou para a busca do específico, daquilo que nos é singular, rejeitando o postulado de que a nossa história se desenrolaria tal qual a história europeia. A esse processo de busca do específico e de teorização crítica denominei de antropofagia teórica, ou seja, à atitude não xenofóbica e crítica e ao processo de tentativa de teorização a partir da realidade latino-americana. Argumentei, também, que essa teorização tinha como uma de suas características propostas para ação. Explicação e ação andam juntas. São exemplos dessa característica a teorização desenvolvimentista da CEPAL e as teorias da dependência. Enfatizei A luta por hegemonia dentro do campo dependentista entre a corrente “radical” representada pelo grupo de Brasília e a visão reformista, representada por Faletto e Cardoso, mais concentrada na figura de Cardoso, é bastante intensa.

A visão de Fernando Henrique Cardoso foi capaz de hegemonizar o campo até recentemente. Essa hegemonia se deve menos a uma plausibilidade teórica e mais a um acesso a recursos simbólicos e financeiros.

Palavras-Chave: Intelectuais. Desenvolvimento. Teoria da dependência.

ABSTRACT

The research was based on a central question: How do the theoretical visions of peripheral capitalism evolve and transform, and to what factors are the moments of transformation and ruptures? Using extensive documentation, the study focused on the three versions of the most prominent dependency theories received in the Latin American research community and in centers outside Latin America. Thus, inspired by the vision of Bresser Pereira, the three versions are as follows: that of "capitalist superexploitation", "dependence-associated" and "national-dependent contradiction". For the sake of clarity, the view of superexploration refers to André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos and Vânia Bambirra; the version of "dependence-associated" is supported by the works of Cardoso and Faletto; the latter is linked to the names Celso Furtado and Oswaldo Sunkel. The research deals with the intellectuality that was protagonist during the decades of the 50s and 60s, of the last century, proposing explanations and actions about the problematic of the development and destiny of capitalism, in Brazil and in Latin America. It can be classified as a sociology of the intellectuals. Although the focus is on dependency theories, I argue that in order to understand the process of constitution of this field it is necessary to analyze the phenomenon of developmentalism and the theories that gave it support, especially the ECLA (United Nation Economic Commission for Latin America) Amatrix. The theoretical model provided by Pierre Bourdieu helps us to think about this historical movement, emphasizing the convergences, but mainly the conflicts that underlie the very constitution of the field. I argued that the production of this intellectuality was characterized, on the one hand, by questioning the claim to universality of the theories produced in the great centers, theories that tried to explain our economic condition of penury and how to overcome it. On the other hand, due to this criticism, the theorizing carried out went in search of the specific, of what is unique to us, rejecting the postulate that our history would unfold as European history. To this process of search for the specific and critical theorization I have called a theoretical anthropophagy, that is, to the non-xenophobic and critical attitude and to the process of attempting to theorize from the Latin American reality. I argued, too, that this theorization had as one of its characteristics proposed for action. Explanation and action go together. Examples of this characteristic are ECLA developmentalist theorizing and dependency theories. Emphasized The struggle for hegemony within the dependency camp between the "radical" current represented by the Brasilia group and the reformist vision, represented by Faletto and Cardoso, more concentrated on the figure of Cardoso, is quite intense. The vision of Fernando Henrique Cardoso was able to hegemonize the field until

recently. This hegemony is due less to a theoretical plausibility and more to an access to symbolic and financial resources.

Keywords: Intellectuals. Development. Theory of dependency.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 | OS INTELLECTUAIS E INTELLECTUAIS À BRASILEIRA | 19 |
| 2.1 | SOCIOLOGIA DOS INTELLECTUAIS E SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: EM BUSCA DE UM REFERENCIAL TEÓRICO..... | 19 |
| 2.2 | INTELLECTUAIS PERIFÉRICOS E À BRASILEIRA..... | 30 |
| 2.3 | MÉTODOS E FONTES DE PESQUISA..... | 32 |
| 2.4 | FONTES DE PESQUISA..... | 32 |
| 3 | REVOLUÇÃO PASSIVA, DESENVOLVIMENTISMO E A INTELLECTUALIDADE “PERIFÉRICA”: FORMAÇÃO E DISSOLUÇÃO DO CAMPO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL (1930-1964) | 34 |
| 3.1 | O DESENVOLVIMENTISMO EM QUESTÃO..... | 34 |
| 3.2 | REVOLUÇÃO PASSIVA COMO CHAVE INTERPRETATIVA..... | 38 |
| 3.3 | A REVOLUÇÃO DE 30 E OS DESENVOLVIMENTISMOS..... | 41 |
| 3.4 | DESENVOLVIMENTISMO: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO..... | 44 |
| 3.5 | INTELLECTUALIDADE EM CENA: A TRADIÇÃO CEPALINA..... | 47 |
| 3.6 | PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E O DESENVOLVIMENTISMO..... | 55 |
| 3.7 | O INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB)..... | 62 |
| 4 | DEPENDÊNCIA E OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTISMO | 70 |
| 4.1 | DEPENDÊNCIA REVISITADA: A IMPORTÂNCIA DO DEBATE..... | 70 |
| 4.2 | TEORIAS DA DEPENDÊNCIA: A QUESTÃO DAS ORIGENS E AS CLASSIFICAÇÕES..... | 72 |
| 4.3 | UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS, DAS OBRAS E CONFLITOS..... | 79 |
| 4.4 | GRUPO DE BRASÍLIA..... | 81 |
| 4.4.1 | Formação acadêmica e origem social..... | 81 |
| 4.4.2 | Militância Política..... | 84 |
| 4.4.3 | Andre Gunder Frank..... | 86 |
| 4.5 | A TRADIÇÃO USPIANA: FERNANDO H. CARDOSO..... | 90 |
| 4.5.1 | A trajetória do cepalino Enzo Faletto..... | 93 |
| 4.5.2 | Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Cardoso e Faletto..... | 100 |
| 4.6 | A TRAJETÓRIA DE CELSO FURTADO..... | 102 |
| 4.6.1 | Formação Econômica do Brasil: a força de um clássico..... | 105 |
| 4.6.2 | A teoria do subdesenvolvimento como uma teoria da dependência..... | 112 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 4.7 | TETEMUNHOS SOBRE AS ORIGENS DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA..... | 124 |
| 4.7.1 | Teorizando contra quem? A Cepal ou PCB?..... | 126 |
| 4.7.2 | Uma teorização pós-golpe e no exílio..... | 129 |
| 4.7.3 | Dependência: definição e estatuto teórico..... | 132 |
| 4.7.4 | As críticas às teorias da dependência..... | 140 |
| 5 | O CONFLITO INTRACAMPO, TRAJETÓRIAS DIVERSAS E O DECLÍNIO..... | 147 |
| 5.1 | O CONFLITO INTRACAMPO NO EXÍLIO E NO BRASIL..... | 147 |
| 5.1.1 | A paternidade da teoria da dependência..... | 154 |
| 5.1.2 | A questão do marxismo de Cardoso e Faletto..... | 158 |
| 5.1.3 | Dependência ou interdependência?..... | 163 |
| 5.2 | UM DEPENDENTISTA NA PRESIDÊNCIA: MUDANÇAS E RELEITURAS..... | 165 |
| 5.3 | UMA OUTRA TRAJETÓRIA :O GRUPO DE BRASÍLIA..... | 182 |
| 5.4 | O DECLÍNIO DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA: NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO..... | 188 |
| 5.5 | A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E A TEORIA DO SISTEMA MUNDO: INOVAÇÃO OU ABSORÇÃO?..... | 192 |
| 6 | CONCLUSÃO..... | 199 |
| | REFERÊNCIAS..... | 204 |
| | APÊNDICE – LEITURAS RECOMENDADAS SOBRE O DESENVOLVIMENTISMO E O CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA..... | 218 |

1 INTRODUÇÃO

O nacional-desenvolvimentismo brasileiro (1930-1964), com todas as suas contradições e ambiguidades, representou um momento de grandes mudanças políticas, econômicas e culturais. O pós-guerra no Brasil colocou na agenda nacional a questão do desenvolvimento. Mesmo antes, a começar pelo processo de modernização levada a cabo no Estado Novo com seu esforço industrializador- basta mencionar a criação da CSN¹, CVRD², CNA³, a criação de uma burocracia para coordenar as ações econômicas, o diagnóstico feito pelo relatório da missão Cooker, 1942, sobre a necessidade da industrialização e a controvérsia sobre planejamento/industrialização entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín, entre 1944/1945 - vinha se consolidando a consciência do atraso econômico em que o país se encontrava, bem como a necessidade de se encontrar mecanismos para sua superação. Mas, foi com a fundação da CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina, e desde 1984, e Caribe), em 1948, que nasceu uma teorização e um programa de pesquisa que mudou definitivamente o debate intelectual acerca das concepções e possibilidades de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina. Sob a batuta de Raul Prebisch, a CEPAL reuniu um time de intelectuais como Celso Furtado, Jorge Ahumada, Anibal Pinto, Juan Vasquez Noyola, Jose Medina Echavarría, entre outros e foi capaz de, pela primeira vez, fornecer instrumentos teóricos para entender fenômeno do subdesenvolvimento a partir de uma perspectiva latino-americana. Mas do que isso: essa teorização transformou-se em uma escola de pensamento que veio a ser conhecida como o “Estruturalismo Latino-Americano”⁴ reconhecidamente, a única escola de pensamento econômico surgida em países da América Latina. A derrota política do projeto desenvolvimentista em 1964, no Brasil, expôs as possíveis debilidades teóricas e políticas do projeto desenvolvimentista. Foi a crítica feita à CEPAL tanto por “Cepalinos” como por “anti-Cepalinos” que fez surgir outra escola de pensamento, o campo das teorias da dependência. Assim como o estruturalismo Cepalino, as teorias da dependência carregam a marca de uma escola de uma reflexão oriunda da América Latina.

O presente estudo propõe um reexame das correntes teóricas que fizeram parte desse programa de pesquisa que representou um ponto de inflexão no pensamento social latino-americano. Parcialmente ofuscado e relegado a um plano inferior devido à hegemonia das ideias neoliberais (menos Estado e mais mercado) que dominaram a agenda de governos e

¹ Companhia Siderúrgica Nacional, criada em abril de 1941.

² Companhia Vale Do Rio Doce, criada em junho de 1942.

³ Companhia Nacional de Álcalis, criada em julho 1943.

⁴ Esse é, aliás, o título da famosa obra de Rodriguez, Octavio (2009).

plasmaram a visão de grande parte da intelectualidade nas últimas duas décadas do século passado, o tema do desenvolvimento voltou à agenda política e acadêmica, nos anos 2000.

Essa pesquisa tenta escrutinar a formação de um campo intelectual à esquerda, nos idos de 1960, e como os grupos e atores envolvidos nessa trama foram capazes de construir “teorias” que se constituíram numa alternativa à visão econômica liberal. Além disso, busca explicitar como se processaram os conflitos, as transformações e inovações teóricas, intracampo. A escolha das teorias da dependência aparece justificada logo no primeiro capítulo. Note-se que o termo aparece no plural em função das três versões que são abordadas e que focam de modo diverso na relação entre desenvolvimento e dependência na América Latina. Assim, o presente estudo enfatiza **a historicidade dessas construções teóricas**. A construção de conceitos e modelos está imerso em um processo no qual os atores respondem às demandas concretas para explicar certos aspectos da realidade. Portanto, ao aparecerem condensadas em “manuais”, tem-se, muitas vezes, a impressão que as teorias foram feitas num vácuo histórico e sem um movimento real de idas e vindas em torno de questões para as quais não existem soluções acabadas.

Nesse sentido, “saturar historicamente” o processo de construção de teorias é trazer à luz a sua vinculação a determinado contexto e época, com seus impasses políticos, econômicos e ideológicos. Ao buscar desvendar historicamente esse processo, torna-se patente que tanto a teorização desenvolvimentista, quanto a teoria da dependência, embora distintas e conflitantes, guardam em comum a ideia **de busca do específico**, daquilo que é singular e que a teorização nos grandes centros acadêmicos ofuscam ou desconhecem. A força dessas construções teóricas reside na capacidade de tentar explicar aquilo que singulariza a periferia do sistema capitalista enquanto tal. Mas, o que se observa é que a busca do específico não se fez apenas negando as teorias que pretendem ser de aplicabilidade universal, mas incorporando criticamente conceitos e modelos. Esse processo de incorporação crítica parece ser um traço de uma certa elite intelectual que pretendeu pensar o Brasil e a América Latina pelo menos desde o final do século XIX indo século XX adentro. É pensando nessa atitude de captar o específico, que não começa com a Semana de 1922, mas que tem nela um dos seus símbolos, que eu utilizo o termo, numa analogia fraca, de **antropofagia teórica**. Ele diz respeito a essa tentativa de buscar o específico, mantendo a tensão com o geral, uma tensão crítica e criativa. Evidentemente há outras formas de se tentar entender a realidade, uma delas numa aplicação mecânica seja, por exemplo, do liberalismo e seus postulados, seja de uma teoria da modernização, de corte funcionalista, seja de um marxismo ossificado e também etapista. Apesar dessa busca do específico que torna bastante singular a produção desse período, o desenvolvimentismo, seja como teorização, seja

como projeto político, revelou-se frágil em vários aspectos e acabou sendo derrotado. É exatamente, a partir de sua derrota, como uma crítica e um lamento, que surgem as teorias da dependência.

Em geral, a literatura tem tratado esse tema como uma sequência de modelos que se sucedem, sem detalhar as circunstâncias e aprofundar as trajetórias dos atores sociais comprometidos com esse processo de teorização. Uma das dimensões que tem passado ao largo é como historicamente se constituiu o campo dependentista. O modelo teórico fornecido por Pierre Bourdieu nos ajuda a pensar esse movimento histórico, enfatizando as convergências, mas principalmente os conflitos que subjazem à própria constituição do campo.

Nesse sentido, vale a pena observar que uma dos ganhos explicativos de se trabalhar com o referido conceito é poder resguardar as regras inerentes à produção científica, posto que, o campo intelectual possui uma lógica própria, mas, ao mesmo tempo, ser capaz de relativizar essa autonomia, em função de sua interação, principalmente com os campos político e econômico. Em outras palavras, o presente trabalho apresenta como contribuição fornecer elementos que demonstram que **as mudanças de paradigmas**, para usar a linguagem de Thomas Kuhn (2000), nesse caso histórico, ocorrem numa interação profunda entre o “fazer científico” e o engajamento político, seja num sentido amplo, seja no sentido político partidário. Assim, a dimensão ideológica, aqui significando uma não neutralidade e é algo presente na teorização das ciências sociais, embora balizadas pelo crivo científico. Também ficará explicitado que o processo pelo qual se dá o surgimento de um novo paradigma, não implica o abandono ou desaparecimento de paradigmas anteriores.

A teorização dos desenvolvimentistas não foi abandonada. Entretanto, e isso é de extrema importância, a partir de determinado momento se consolida um campo, fruto da ruptura do desenvolvimentismo, os dependentistas. Fica patente na presente pesquisa que o dissenso é inerente às ciências humanas. Assim, as teorias da dependência “nascem” divididas e essa divisão, a luta intracampo, se aprofunda na medida em que mudanças políticas e econômicas ocorrem. Contudo, essa divisão, não tem origem apenas no contexto político e econômico. Ela é fruto das diferentes tradições nas quais foram socializados seus membros. Por isso, resaltei a diferença entre o chamado grupo de Brasília, oriundos da UNB, ao qual estavam vinculados Andre Gunder Frank, Rui Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, e a tradição Uspiana ao qual pertencia Fernando Henrique Cardoso. Enfatizei, dentro dessa diáspora, a trajetória de Enzo Faletto Verné, um pensador Cepalino de grande criatividade e que tem, via de regra, aparecido apenas como o coautor formal de uma obra que foi escrita por Fernando Henrique Cardoso. Na verdade, a ideia é ressaltar que Faletto teve papel ativo e fundamental. Não deixei

de levar em conta, pelo contrário, a diferença entre essas duas tradições (do grupo de Brasília e da USP) e a tradição Cepalina, na figura de Celso Furtado.

Tentei detalhar, com base em testemunhos escritos e orais (vídeos), como se deu o debate, em Santiago do Chile, local onde vicejou a teoria da dependência. A ideia é, portanto, mostrar o que chamo de “*making off*” da teorização dependentista. Tentei detalhar as linhas mestras de como cada autor escolhido como alvo da pesquisa entendia a teoria da dependência. Trato de enfatizar a interação entre os fatos políticos e a reflexão acadêmica.

Como se poderá observar, a luta por hegemonia dentro do campo dependentista entre a corrente “radical” representada pelo grupo de Brasília e a visão reformista, representada por Faletto e Cardoso, mais concentrada na figura de Cardoso, é bastante intensa. Como ficará evidente, a visão de Fernando Henrique Cardoso foi capaz de hegemonizar o campo até recentemente. Essa hegemonia se deve menos a uma plausibilidade teórica e mais a um acesso a recursos simbólicos e financeiros. A fundação do CEBRAP e o domínio da mídia acadêmica são fundamentais para explicar o sucesso da versão Cardoso. Contraditoriamente, é a sua ascensão política, inclusive a sua chegada à Presidência da República e sua permanência por dois mandatos consecutivos, aplicando políticas de corte nitidamente neoliberal, que propicia o surgimento de um novo interesse na teoria marxista da dependência.

O primeiro capítulo expõe o tratamento que a literatura sociológica, em geral, e no Brasil tem dispensado aos intelectuais como objeto de estudo. Em seguida, relaciono a existência da intelectualidade com a produção teórica feita nas ciências sociais. Também discuto o que se entende por teoria, a especificidade das teorias sociais e qual a relevância do processo de teorização na explicação da realidade. Tento relacionar a interface do meu estudo com uma sociologia dos intelectuais e do conhecimento. Na sequência, especifico qual o meu objeto (a intelectualidade de esquerda na América Latina, os dependentistas), argumento e justifico o porquê do uso da teoria do campo intelectual de Bourdieu e a noção de esferas sociais, em Weber. Por último, explico as fontes documentais e as técnicas que utilizarei para tratamento dos dados, ou seja, o desenho da pesquisa.

O segundo capítulo lida com a formulação teórica daquela que viria a ser a principal matriz da qual se alimentou o pensamento nacional-desenvolvimentista, a Cepal. Para tanto, é imprescindível refletir sobre a relação entre intelectuais e Estado, no Brasil, e a criação de extensa rede burocrática que abriga a intelectualidade militante nacionalista com a tarefa de pensar “o desenvolvimento”. É fruto de um exame prévio das fontes nas quais pude constatar a presença de elementos que condicionam e caracterizam a produção teórica tanto desenvolvimentista, quanto a dependentista. Embora se possa argumentar que esses elementos

são comuns ao processo de construção de teorias nas ciências humanas, é possível também defender que alguns deles singularizam a teorização na periferia do sistema capitalista. **É um processo que denomino de antropofagia teórica.** E, seguindo a literatura existente, faço observações sobre a originalidade dessa teorização (mesmo levando em conta a concorrência realizada por outros grupos como o ISEB e o PCB), seu impacto e seus possíveis erros de previsão que, embora levassem a dissolução do que chamo “o consenso desenvolvimentista”, prepararam o processo de inovação teórica, já em andamento, para o surgimento das teorias da dependência. Vale observar que a teorização Cepalina representa, sem sombra dúvida, um momento antropofágico. É a teorização dependentista que irá aprofundá-lo.

O terceiro capítulo trata da formação, desenvolvimento e consolidação dos grupos dependentistas e realizará uma análise do núcleo dessas teorizações. A ideia de trajetória merece ser enfatizada. Graças a uma farta documentação disponível, em forma de literatura memorialista, entrevistas (escritas e em vídeo), depoimentos de terceiros, além dos textos acadêmicos, é possível reconstruir, com grande margem de segurança, a formação acadêmica, vinculação de classe, opção política, vinculações institucionais, iniciativas na formação de parcerias para trabalho de teorização e principalmente o conflito “intra” e “inter” grupos. A minha suposição é a de que esses “filtros” acabam por ter um impacto significativo na maneira como as teorias são urdidas. O objetivo é fornecer um quadro no qual seja possível discernir convergências/divergências e, quiçá, indicar os porquês. O *status* teórico do conjunto de formulações chamado de teorias da dependência é abordado. A hegemonia de um dos grupos tenta ser “explicada”. Também, chamo a atenção para a trajetória de Celso Furtado, enfocando, principalmente, a sua produção no exílio, especificamente na França, único período no qual se dedicou completamente às atividades acadêmicas. Tento explicitar que Furtado, embora conhecido como teórico do subdesenvolvimento possui a elaboração mais completa e refinada de uma teoria da dependência. Na verdade, a teoria do subdesenvolvimento de Furtado é uma teoria da dependência.

No quarto capítulo exploro, de maneira mais aprofundada, a intensidade dos conflitos intracampo que possuem um caráter não só acadêmico, mas, principalmente, político. A chegada de Fernando H. Cardoso à presidência da república dará uma nova dimensão ao conflito já existente. A trajetória dos dois grupos são contrastadas. Por fim, uma pequena parte do capítulo é uma tentativa de mapear e dar alguma resposta à questão das inovações teóricas, como elas acontecem. No caso um o diálogo da teoria da dependência com a teoria do sistema mundo. Trata-se de focalizar uma proposta feita pelo mais importante teórico da teoria marxista da dependência, a meu ver, Theotonio dos Santos, de que a teoria da dependência seja absorvida

numa teoria do sistema mundo. Finalmente, faço um balanço dos achados que possuem um certo grau de plausibilidade explicativa e dos aspectos que precisam ser aprofundados e esclarecidos.

2 OS INTELECTUAIS E INTELECTUAIS À BRASILEIRA

“Aos intelectuais cabe-lhes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meio próprio de expressão”.
(FURTADO, 1984, p. 30).

2.1 SOCIOLOGIA DOS INTELECTUAIS E SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: EM BUSCA DE UM REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa parte de uma questão fundamental a ser respondida: como se constituem, evoluem e transformam as visões teóricas acerca do capitalismo periférico e a que fatores se devem os momentos de transformação e rupturas? O foco recairá sobre a produção teórica de um grupo de intelectuais que, nos anos 50 e 60, foram capazes de explicar a realidade brasileira e da América Latina a partir de uma produção “contra-hegemônica”, de um lado, questionando a pretensão de universalidade e aplicabilidade das teorias formuladas nos grandes centros acadêmicos da época e, de outro lado, produzindo teorias que levassem em conta a realidade brasileira e latino-americana, rejeitando a ideia de que a nossa história é uma cópia do desenrolar histórico da Europa (feudalismo, capitalismo), e afirmando suas características e especificidades próprias. Nesse sentido, observar como se dá o processo de criação das teorias, um processo histórico, marcado por idas e vindas e, sobretudo, um processo coletivo, no qual a disputa, a competição entre os grupos está presente, é o que pretendo fazer.

São dois conjuntos distintos de teorias: uma feita por intelectuais vinculados ao desenvolvimentismo, mormente, os vinculados à CEPAL; outra feita por intelectuais que a partir das mesmas premissas apontaram os limites do desenvolvimentismo. No processo de constituição de novas teorias nas ciências humanas, parece se correlacionar com as crises políticas e econômicas. Numa analogia “fraca” com o trabalho de Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1970), as anomalias nas Ciências Sociais surgem quando não se consegue explicar, entender as conjunturas sociais e políticas a partir dos modelos existentes. Não me parece acaso que a “revolução keynesiana” ocorra durante os anos de 1930 e que seja

feita um ataque ao liberalismo econômico; também não me parece acaso, que a teorização da Cepal surja no final da década de 1940, quando se buscava uma solução para o problema da pobreza nos países do terceiro mundo e a doutrina das vantagens comparativas serviam de justificativa à forma de inserção na economia internacional desses países. Também, não por acaso, as teorias da dependência vão surgir e se consolidar após a crise política que levou os militares ao poder no Brasil e a derrota do projeto desenvolvimentista.

Nesse sentido, a proposta é estabelecer um diálogo com **a sociologia dos intelectuais e, ao mesmo tempo, com a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim**. A justificativa por essa opção poder ser elaborada da seguinte forma: se de um lado é preciso adotar uma perspectiva sociológica para compreender os atores sociais que produzem conhecimento e explicações tidas como plausíveis (os intelectuais), por outro lado, é necessário explicitar as condições históricas nas quais esse conhecimento é produzido, posto que todo conhecimento é condicionado por situações concretas.

A sociologia dos intelectuais é uma área estabelecida há bastante tempo, mas de alguma forma eclipsada e subsumida, em certos momentos, pela Sociologia das profissões, a Sociologia da ciência ou a Sociologia do conhecimento. Nesse sentido, cabe a pergunta, afinal, do que trata esse campo de estudos?

Vale aqui uma digressão histórica e um apanhado, não exaustivo, mais relevante da literatura. Assim, é razoável supor que em todas as sociedades certos indivíduos e grupos desempenharam funções de direção, formulação e explicação da realidade sendo eles vinculados à religião (sacerdotes, xamãs e profetas) ou filósofos. Entretanto, utilizando um corte histórico, é durante o período da Renascença Ocidental que se verifica o surgimento de uma camada social que causará impacto em função de suas opiniões e escritos. As grandes transformações, a partir desse período, a Reforma Protestante, entre elas, colocará definitivamente em cena a figura dos homens de letra na história Ocidental. O crescimento dos mercados e do comércio, a alfabetização das massas e a criação de intuições que demandavam serviços que só poderiam ser levados a cabo por indivíduos com preparo cultural (universidades, escolas, o aparato estatal, o surgimento da imprensa).

Entretanto, é apenas durante o século XIX, em pleno desenvolvimento das modernas instituições europeias, que essa camada social é claramente nominada e identificada - a partir de seu papel singular na sociedade e, neste caso, num ambiente de conflito. Tanto o termo *intelligentsia* quanto o termo *intelectual* passam a designar um grupo com características bastante distintas. Nas palavras de Robert Bryn:

It was not until the second half of the nineteenth century that ‘intellectual’ and the kindred ‘intelligentsia’ entered common parlance. The term ‘intellectual’ was first employed on a wide scale in France. In 1898, Georges Clemenceau referred to the leaders of the anticlerical and antimilitary camp that opposed the conduct of the Dreyfus trial as les intellectuals. Soon, the political right was deriding the self-proclaimed conscience of the French nation. Because of the resulting public debate, the term ‘intellectual’ stuck. The term ‘intelligentsia’ was popularized in Central and Eastern Europe a few decades earlier. It, too, denoted liberals, socialists, and other critics of authority. Only gradually since the end of the nineteenth century has the term ‘intellectual’ gained widespread acceptance and succeeded in unwrapping itself from quotation marks. (BRYN, 2015, p. 277).

Nos dois casos, o caso Dreyfus e a situação política russa, os termos utilizados denotam um grupo de pessoas críticas em relação ao poder vigente. Desde a Carta de Émile Zola, *J'accuse*, em 1898, que abriu o debate do caso Dreyfus, passando pelo libelo de Julien Benda, *La Trahison des Clercs* (A traição dos intelectuais), 1928, que coloca como tarefa aos intelectuais apenas o compromisso com a verdade, a justiça e a razão, acima de partidos, religiões, do Estado, um ser universal, essa camada social tornou-se objeto de reflexão. Duas linhas distintas de indagações, que não deixam de se sobrepor, podem ser identificadas: a primeira, de tom normativo, explicita aquilo que o intelectual, num mundo contraditório e cheio de dilemas, deve ser e fazer. A segunda, de cunho analítico, tenta apreender o que são os intelectuais, o que eles fazem e o porquê de atuarem de uma forma e não de outra, dentro de uma determinada constelação histórica e social. Exemplos representativos da primeira abordagem são os trabalhos do próprio Julien Benda, *The Treason of Intellectuals* (1928), de Noam Chomsky, *American Power and the New Mandarins*, (2003, mas com uma edição em 1969) ou Edward Said, *Representations of the Intellectuals* (1994). Em função dos objetivos desse estudo, a minha opção será focar em alguns aspectos da literatura analítica, sem relegar a plano inferior a linha normativa.

Nesse sentido, um debate clássico e constante discute a relação entre os intelectuais e os grupos sociais (KURZMAN & OWENS, 2002; BRYM, 2015). Em outras palavras, e usando aqui a tipologia empregada por Kurzman, que, evidentemente, tem limitações, trata-se de entender se os intelectuais representam uma “classe em si”, um grupo com interesses próprios, se são representantes de uma das classes na sociedade ou se gozam de **relativa autonomia** frente a seus grupos sociais de origem. Nas palavras de Kurzman e Owens:

Three approaches developed at this time, each distinguished by its consideration of intellectuals as a class: one, pioneered by Antonio Gramsci, viewed intellectuals as bound to their class of origin; a second, associated with Karl Mannheim, treated intellectuals as potentially class-less; a third,

popularized by Julien Benda, proposed that intellectuals form a class in themselves. (KURZMAN & OWENS, 2002, p.64).

Na tentativa de ilustrar as diversas posições e mudanças ocorridas, faço um contraste entre a posição representada pelo próprio Benda, no início século, e mais adiante, Lewis Coser, Alvin Goldner, Irvan Kristol, entre outros, que acreditavam que havia evidências de que os intelectuais formavam um grupo homogêneo com interesses próprios e dispunham de bastante poder, numa sociedade cada vez mais dependente de um conhecimento especializado a visão de Marx e Engels que consideravam os intelectuais vinculados à “pequena burguesia”. Nas palavras de Bryn

Karl Marx and Friedrich Engels (1972[1848]) regarded intellectuals as members of the petite bourgeoisie who would be ‘precipitated into the ç~.ll,proletariat’ as capitalism developed. They believed that, under socialism, classes would disappear (...) By the 1950s, the middle of the class structure had expanded enormously in both capitalist and self-proclaimed socialist societies. People with university degrees filled many of the intermediate ranks. Reflecting on this change, a growing number of social thinkers argued that intellectuals constitute a **class that enjoys increasing power**. Alvin Gouldner (1979) held that intellectuals comprise a new ‘emancipatory class.’ Barbara Ehrenreich and John Ehrenreich (1979) maintained that intellectuals form part of a new ‘professional-managerial class.’ Irving Kristol (1972) called intellectuals the “new class of knowledge workers.” Defining intellectuals broadly to include economists, technocrats, administrators, police bureaucrats, ideologists, scientists, and artists, Georg Konrad and Iván Szelényi (1979) went so far as to claim that Eastern European intellectuals had assumed class power. These and other scholars, including James Burnham (1941), Milovan Djilas (1957), and John Kenneth Galbraith (1967), disagreed about much, but they shared the view that intellectuals form a large, ideologically quite homogenous, and rising or dominant class. (BRYN, 2015, p.278).

No que diz respeito à teoria que localiza os intelectuais como representantes de uma das classes na sociedade, sua formulação mais famosa é feita, inicialmente, por Gramsci argumentando que as classes fundamentais da sociedade são representadas pelos seus intelectuais cuja função é dar coerência à visão de mundo por elas sustentada:

Os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais? (...) Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. (GRAMSCI, 1982, p.3)

É preciso que fique claro, nessa afirmação, que a questão central não é se os intelectuais são capazes de transcender as suas classes de origem, mas sim que a produção intelectual não está desconectada dos interesses de uma das classes dentro da estrutura social:

Vale lembrar aqui a clássica distinção gramsciana entre intelectuais tradicionais e orgânicos. No primeiro caso, trata-se de uma intelectualidade vinculada a um mundo rural, tradicional, abalado pelo desenvolvimento do capitalismo e que tinham uma autopercepção de neutralidade. O caso exemplar é o clero católico que foi sendo gradativamente assimilado pela burguesia. Os intelectuais são orgânicos na sua relação tanto com as classes subalternas como com a classe dominante. Por intelectuais, deve-se entender [...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]. Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude "paternalista" para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude "servil" para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (GRAMSCI, 2002, p. 37; p. 93).

O aspecto mais importante dessa concepção diz respeito à função desempenhada pelos intelectuais orgânicos, principalmente os ligados aos subalternos, em cuja elaboração teórica se encontraria um projeto de emancipação.

Finalmente, a posição representada classicamente por Karl Mannheim é a de que os intelectuais possuem uma **autonomia relativa** frente às classes sociais:

Este estrato desamarrado, *relativamente* sem classe, consiste, para usar a terminologia de Alfred Weber, na "*intelligentsia* socialmente desvinculada" (*freischwebende Intelligenz*). Seria impossível, a este respeito, esboçar mesmo o mais esquemático dos resumos do difícil problema sociológico colocado pela existência do intelectual. Mas os problemas de que estamos tratando não poderiam ser formulados adequadamente, e muito menos resolvidos, sem que abordássemos certas questões relativas à posição dos intelectuais. Uma Sociologia orientada apenas para a referência a classes socioeconômicas jamais compreenderá adequadamente este fenômeno. De acordo com esta teoria, os intelectuais constituem uma classe, ou, pelo menos, um apêndice de uma classe. Poderia assim descrever corretamente certos determinantes e componentes desse corpo social desvinculado, mas nunca a qualidade essencial do conjunto. (MANNHEIM, 1968, p. 116):

Sobre a posição de Mannheim e outras semelhantes nos informa de Brym:

Karl Mannheim (1955[1929]) held that modern intellectuals form neither a class nor part of a class. Instead, they are "members of a relatively classless stratum which is not too firmly embedded in the social order." Mannheim acknowledged that intellectuals are typically recruited from various classes. However, he also held that, because intellectuals participate in a common

educational milieu, their class differences, and the variations in outlook normally associated with them, tend to be suppressed. Many scholars echoed Mannheim's conclusions. Talcott Parsons (1963) asserted that intellectuals put 'cultural considerations before social ones.' Everett Ladd and Seymour Martin Lipset (1975) wrote that the capacity of intellectuals for social criticism, creativity, innovation, and attention to facts enables them too overcome their class socialization – and, for that matter, the socializing influence of many other social collectivities to which they belong. (BRUYM, 2015, p. 278):

Mas, ao contrário de várias citações que sustentam que Mannheim coloca os intelectuais “acima das classes”, em seu ensaio *O problema da intelligentsia*⁵, ele afirma taxativamente:

Convém a esta altura reafirmar que os intelectuais não constituem um estrato elevado sobre as classes e não são de modo algum mais dotados que outros grupos para superar seus próprios engajamentos de classe. Em análise anterior desse estrato, usei o termo “intelligentsia relativamente descomprometida” (relativ freischwebende Intelligenz), que aceitei de Alfred Weber, sem pretender sugerir um grupo completamente e livre das relações de classe. O epíteto relativ não é uma palavra vazia. A expressão simplesmente alude ao fato reconhecido de que os intelectuais não reagem diante de determinadas situações de modo tão coeso como por exemplo os empregados ou os operários. Até mesmo estes últimos, de tempos em tempos, demonstram variações em suas reações a dados assuntos, mais ainda as chamadas classes médias; porém o menos uniforme é o comportamento político da intelligentsia. A história natural deste fenômeno é um tópico deste ensaio e de um estudo anterior. Feita essa advertência, é de se esperar que os críticos não voltem a simplificar minha tese, de acordo com suas conveniências, à proposição facilmente refutável de que a intelligentsia seja um estrato elevado acima das classes ou que possua revelações próprias. Com respeito a esse último ponto, o que eu pretendia demonstrar é que certos tipos de intelectual possuem maiores oportunidades de testar e aplicar as visões socialmente disponíveis e de experimentar suas incoerências. (MANNHEIM, 1974, p. 81-82)

A ideia de uma **autonomia relativa** é importante de ser enfatizada quando se tem em mente a posição de Karl Mannheim. De acordo com Mannheim, não significa estar acima das posições de classe, mas ter a capacidade de empregar seus conhecimentos checando pontos de vista e a inconsistências das diversas visões.

Finalmente, cabe mencionar os trabalhos que demarcam uma tentativa de inovar a partir das posições acima esboçadas. Pelo menos três nomes podem ser citados, sem esquecer a

⁵ Publicado pela primeira vez em 1956 no conjunto de Ensaio sobre Cultura.

pretensão de exaustividade: Robert Brym (1978) ⁶ Randal Collins (1998) ⁷ e Pierre Bourdieu (1984) ⁸. Na visão de Brym:

Both class theories and theories of classlessness ignore crucial issues...third approach seeks to overcome both these problems by focusing on the intellectual's web of shifting group affiliations. According to Pierre Bourdieu (1984[1979]; Bourdieu and Wacquant, 1992), cultural fields tie individual and organizational actors together in various social institutions. These cultural fields are structured as social networks. Different positions in a social network are associated with different endowments of economic, social, cultural, and intellectual capital. Network position is also associated with cognitive structure. Thus, intellectuals in similar network positions share tastes, ideas, and values (Anheier et al., 1995; Lamont, 1987). Randall Collins's magnificent analysis of philosophical schools takes this argument a step farther by showing how intellectuals gain reputations by successfully competing for attention, fame, and influence in intellectual networks. Collins demonstrates that intellectual creativity flows through chains of personal contacts. It moves by structured rivalries between intellectual networks. (BRYM, 2015, p.279).

E, ainda, Brym (idem) acerca de seu próprio trabalho, a partir de uma abordagem que tem como referência a obra de Gramsci, que o envolvimento e fidelidade política e ideológica dos intelectuais dependem não só poder das classes em disputa, mas de outras coletividades e processos (origem social, estruturas de oportunidades educacionais, de emprego e envolvimento político durante a carreira). Por isso:

From this point of view, it is an oversimplification to say that intellectuals form a class, are members of a class, or are classless. They are embedded in social networks whose ties to various classes and other collectivities shift over time and help account for their ideologies and political allegiances (BRYM, 2015, p.279).

Tendo em vista as três posições acima mencionadas, bem como a literatura, e sem a pretensão de exaustividade, é possível delinear um quadro analítico no qual me moverei:

Não me parece ser corroborado pela pesquisa empírica e pela lógica a ideia de que os intelectuais constituem uma classe ou uma nova classe que busque o poder. Entretanto, parece ser bastante razoável a ideia de que gozam de uma relativa autonomia e possuem interesses próprios, ideais e materiais, ditados pelo lugar e as circunstâncias históricas vigentes em cada sociedade, em uma determinada época.

⁶ Brym, Robert J., 1978. *The Jewish Intelligentsia and Russian Marxism: A Sociological Study of Intellectual Radicalism and Ideological Divergence*. Macmillan, London.

⁷ Collins, Randall, 1998. *The Sociology of Philosophies: A Global Theory of Intellectual Change*. Harvard University Press, Cambridge, MA

⁸ Bourdieu, Pierre, 1984[1979]. *Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste* (Richard Nice, Trans). Harvard University Press, Cambridge MA.

Nesse sentido, vale aqui lembrar a posição de Michel Lowy de que os intelectuais são uma categoria social que se define, **não pelo papel que ocupam no processo produtivo, mas como criadores de produtos ideológicos, entendido no sentido amplo:**

(...) os intelectuais são uma categoria social definida por seu papel ideológico: eles são os produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais. Ocupam, então, um lugar específico naquilo que poderia se chamar de produção ideológica, o lugar do produtor imediato, que se distingue daquele do empresário, do administrador ou do distribuidor de bens culturais” (LÖWY, 1979 p. 1).”

A discussão apriorística sobre intelectuais e classes sociais não faz sentido. É preciso decidir a relação dessa categoria social com as classes sociais a partir da pesquisa empírica. Sem entrar em discussões tipológicas sobre os intelectuais e as “profissões intelectuais”, ou sobre os tipos de intelectual, é preciso levar em conta que os intelectuais ocupam variados nichos que vão desde a academia, escolas, jornais, o meio artístico e político. Certamente, diferentes nichos institucionais operam diferentes “filtros” que interferem na produção intelectual. Entretanto, essa pluralidade não deve ofuscar o fato de que existem formas de “reconhecimento”, “filiação”, “legitimação” e “consagração” que operam em rede ou redes desse tipo de comunidade (LECLERC, 2004). Em outras palavras, essa comunidade tem ritos e critérios específicos para cancelar a participação dos “seus”.

Os intelectuais podem se engajar ideológica e politicamente de diversas formas. São conhecidos os processos de radicalização política que contaram com a participação da intelectualidade. Na América Latina e, no Brasil, especificamente, a participação de uma intelectualidade nas lutas sociais é fato histórico. No caso em tela nesse estudo, uma certa intelectualidade no final dos anos 1950 e nos anos de 1960, seja no campo desenvolvimentista, seja no campo de uma crítica ao desenvolvimentismo, feita a partir da esquerda, foram atores importantes na cena política.

Tendo em mente, portanto, que “os intelectuais são uma categoria social definida por seu papel ideológico...” (LÖWY, 1979, p.1) cabem as seguintes considerações. A primeira delas tem claro registro nas reflexões de Weber: as ideias são forças históricas levadas a cabo por grupos sociais com interesses materiais e ideais (WEBER, 1982). **Nesse sentido é possível pensar as teorias como uma constelação de ideias que são produzidas por grupos específicos (os intelectuais) e ganham força devido ao sentido e legitimidade que conferem às ações de estratos sociais dentro de determinada sociedade.** Em outras palavras, os atores sociais necessitam de “explicações” plausíveis para enfrentar a realidade. Assim, as teorias

sociais produzem um impacto direto na vida dos atores e retroalimentam suas ações. É o que Giddens (1984) chama de “dupla hermenêutica”. Portanto, parto do pressuposto que ideias e práticas sociais estão imbricadas. O objetivo, portanto, não é apenas mostrar que existem indícios de uma relação ideológica entre a produção intelectual (teorias) e a vinculação dessa teorização com as classes sociais, mas, sim, que há também indícios de que essa relação não é mecânica, mas mediada pela lógica interna de uma esfera intelectual ou um campo, que implica numa disputa entre os diversos grupos, em questão. Essa disputa intracampo é política e, portanto, envolve interesses, mas se realiza a partir de critérios que obedecem as regras internas do mundo intelectual. Mesmo assim, essa produção teórica é marcada fortemente pelos eventos políticos, que impactam de forma profunda o campo intelectual provocando mudanças. No caso em apreço, eventos como a revolução cubana, o golpe militar de 1964 no Brasil, a derrubada do governo Allende, no Chile, em 1973, e a proliferação de ditaduras militares por toda a América Latina afetaram de uma maneira avassaladora a intelectualidade.

Na verdade, essa questão revela a conexão entre a **sociologia dos intelectuais e a sociologia do conhecimento**. No caso da presente pesquisa, trata-se mais de captar a produção teórica, concorrência e inovação intra e intergrupos privilegiando os momentos de ruptura (mudanças teóricas, criação de novos conceitos) e mantendo a tensão entre campo intelectual e os outros campos, principalmente o político e o econômico. Para entender esse processo, e sem deixar de lado a intuição de Weber, como já exposto acima, lanço mão de duas abordagens. A primeira, a de “campo intelectual” de Pierre Bourdieu; a outra, a ideia presente na teorização de Karl Mannheim de uma *Weltanschauung* (visão de mundo e valores) comuns a uma geração de intelectuais que a possibilitou teorizar, elaborar e disputar politicamente **a ideia de desenvolvimento, mas também de revolução e dependência**. Para dar um exemplo, é fácil constatar que toda uma geração de intelectuais, no Brasil, e mesmo na América Latina, com variações e diferenças, participou de um debate, que na verdade era o debate central durante as décadas dos anos 50 e 60, assim como a problemática da democracia dominará a agenda dos anos 80. Também, como ficará patente, a ideia de Mannheim de que todo conhecimento é socialmente determinado (época, classe social e gerações), nos alerta para pensar as teorizações nas Ciências Sociais a partir de um quadro que leve em conta essa complexidade. **Por isso mesmo, ponto fundamental da minha perspectiva é reconstruir as trajetórias históricas dos grupos.**

A ideia não é escolher *a priori* um fator determinante de comportamentos e opções políticas, muito menos elaborações teóricas. Para usar a visão weberiana, em cada caso histórico seria necessário analisar, sem a pretensão de exaustividade, porque impossível, que fatores

teriam um impacto na teorização e opção política, sem com isso querer significar a descoberta de uma causalidade. Nesse sentido, o seu conceito de **afinidade eletiva** parecer ser relevante. Tendo o cuidado de não utilizá-lo como uma fuga para esquadrihar fatores que poderiam lançar mais luz sobre o comportamento do grupo de intelectuais (produção teórica e opções políticas), é possível afirmar que existem, sim, indícios, neste caso, de uma afinidade eletiva entre intelectualidade periférica e militância política lato sensu. E o que quer dizer isso? Isso significa que a produção intelectual realizada tanto por desenvolvimentistas, quanto por dependentistas estava a serviço da ação, seja na forma de assessoria a governos nos planos de desenvolvimento, seja na orientação de estratégias políticas para a transformação da realidade com o objetivo de romper os laços da dependência.

Em relação a Bourdieu, vale a pena citar Fritz Ringer e a síntese que ele faz da ideia de campo intelectual usada em uma das suas pesquisas:

My starting point is the concept of the intellectual field as defined by the French sociologist Pierre Bourdieu. The intellectual field at a given time and place is made up of agents taking up various intellectual positions. Yet the field is not an aggregate of isolated elements; it is a configuration or a network of relationships. The elements in the field are not only related to each other in determinate ways; each also has a specific "weight" or authority, so that the field is a distribution of power as well. The agents in the field are in conflict with each other. They compete for the right to define or to co-define what shall count as intellectually established and culturally legitimate. The participants in the field may be individuals; or they may be small groups, "schools," or even academic disciplines. Indeed, one can imagine field-like relationships within subfields that in turn occupy particular regions within the broader intellectual field. (RINGER, 1990, p.270)

Trata-se de estudar os intelectuais ou o campo intelectual? Qual a diferença? A resposta a essa pergunta é clara: trata-se de estudar o “campo intelectual” como um sistema de relações objetivas e no qual o poder é disputado. Em certo sentido, os indivíduos constituem uma “emanação do campo”. Assim, para efeito de análise, eles existem e são reconhecidos em função do campo e não o contrário. Nas palavras de Bourdieu, numa entrevista a Wacquant:

Now, in this instance, the notion of field has proved critical because the intellectual world is a terrain where we are particularly exposed to using operational definitions as an unconscious manner of satiating social pulsions of categorization, of labeling, and where the uncontrolled construction of the object allows us to exclude those who do not fit the image that we have, or would like to have, of ourselves. Indeed, one of the general properties of fields is that they encompass struggles over their very boundaries... A second general property of fields is that they are systems of relations that are independent of the populations which these relations define. When I talk of the "intellectual field," I know very well that in this field I will find "particles" (let me pretend for a moment we are dealing with a physical field-we shall see that it is not the case) that are under the sway of forces of attraction, of repulsion, and so

on, as in a magnetic field. Having said this, as soon as I speak of a field, my attention fastens on the primacy of this system of objective relations over the particles themselves. And we could say, following the formula of a famous physicist, that the individual, like the electron, is *ausgeburt des Fields*; he or she is in a sense an emanation of the field. This or that particular intellectual, this or that artist, exists as such only because there is an intellectual or an artistic Field. (BOURDIEU, 1989, p. 06)

Isso me permitirá rastrear, historicamente, como e quando se deu a construção de um novo “corpus teórico”, além de tentar situar o momento de ruptura e inovação teórica. Implica também em elencar os fatores que levaram a esse acontecimento, dando substância à afirmação que as teorias sociais são entes históricos porque construídas dentro de um contexto social, político e econômico específico. Adiantado o que será abordado no Capítulo 3, a insuficiência teórica, a crise política e a derrota do desenvolvimentismo enquanto projeto político e econômico, dá lugar a uma disputa dentro do campo intelectual que culmina com o surgimento e a consolidação das teorias da dependência enquanto crítica e alternativa de como entender o desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos. Mas, não apenas isso: há um estilo de reflexão característico de uma época; há um padrão científico em disputa dentro do campo, quando se leva em consideração os diferentes grupos. Ou seja, existem regras que ordenam o jogo a ser jogado e o tipo de reflexão a ser feito. Assim, apenas a título de exemplo, Sorj (2001) chama a atenção para o fato de que, nos anos 80, no Brasil, com o processo de “internacionalização” (formação em centros fora do Brasil) dos quadros que compõem as universidades brasileiras na área das ciências sociais, passa a vigorar um padrão de análise muito mais especializada em detrimento de uma análise totalizante, que vigorava antes, por exemplo, na USP. Quando se pensa nos desenvolvimentistas ou nos seus críticos nos anos 60, estaremos lidando com trabalhos, que, via de regra, possuem um padrão interdisciplinar e uma mirada que tentar captar o conjunto. Se comparados esses dois padrões, a especialização excessiva tem como contrapartida uma perda em termos da qualidade da análise (SORJ, 2001, p.95).

2.2 INTELLECTUAIS PERIFÉRICOS E À BRASILEIRA

A ideia de intelectuais periféricos se firma no fato de que existe uma divisão internacional do trabalho intelectual como explica Maia:

Em segundo lugar, o uso do conceito “periferia” e do adjetivo “periférico” significa que compartilho da hipótese de uma divisão internacional do trabalho intelectual que produz continuamente regiões que acumulam recursos materiais, simbólicos e linguísticos (os “centros”) em detrimento de outras, nas quais a atividade científica enfrentou e ainda enfrenta numerosos obstáculos para sua institucionalização (as “periferias”). Não acredito que todas as sociedades periféricas tenham o mesmo nível de desenvolvimento intelectual e acadêmico, ou muito menos que todas façam parte de um bloco homogêneo, mas creio que os dados empíricos mais atualizados autorizam a mencionar essa divisão. Afinal, como mostra o World Social Science Report de 2010 (GINBRAS e MOSBAH-NATANSON, 2010), a publicação de revistas científicas, um dos principais instrumentos de comunicação intelectual hoje, é cada vez mais concentrada em países do Hemisfério Norte, mesmo sendo considerada a ascensão da China. (MAIA, 2015, p. 551).

A ideia de uma intelectualidade periférica que uso ao longo da pesquisa é importante pelos seguintes motivos:

Ela chama a atenção para o que assinala Maia (2015) de que existiu e existe, hoje, “uma divisão internacional do trabalho intelectual”. Isso significa, na prática, a dominância e a dependência dos grandes centros na produção intelectual. Ao retornarmos no tempo, pensando nos idos dos anos de 1950 e 1960, pode-se imaginar as dificuldades a serem transpostas para a formação de quadros intelectuais. O mais grave: a produção dos grandes centros, na área das Ciências Sociais carrega a pretensão de universalidade.

O que chama a atenção na produção teórica desenvolvimentista e de seus críticos, as teorias da dependência, é exatamente a oposição em relação às pretensões universalistas de certas proposições teóricas, mormente, quanto às questões relacionadas ao desenvolvimento, originadas nos grandes centros. Isso está bastante explícito em muitos textos. Um dos mais pungentes exemplos vem da pena de Raul Presbisch, “*El desarrollo na América Latina y sus principales problemas*” texto que ficou conhecido como “Manifesto dos Periféricos”.

Entretanto, atitude crítica não se constitui em um processo xenofóbico. Pelo contrário, todo um arsenal teórico clássico produzido além-mar é bastante utilizando. A novidade, e aqui esse estudo tem a pretensão de captá-la em seu processo histórico, é que essa intelectualidade periférica, em que pesem as dificuldades, resolveu enfrentar o desafio de produzir algo novo e relevante e não apenas decalcar e reproduzir modelos construídos para entender outras

realidades. Nesse sentido, é possível detectar certos elementos que distinguem essa intelectualidade periférica dando-lhe especificidade.

À atitude não xenofóbica e crítica e ao processo de tentativa de teorização a partir da realidade latino-americana, eu aqui **denomino de antropofagia teórica**. Ou seja, trata-se de uma teorização que tensiona o particular e o universal na busca de uma espécie de síntese. De um lado, constitui uma tentativa de apontar as insuficiências das teorias produzidas no “centro” e, repito, com pretensões de aplicabilidade universal, para o entendimento da nossa realidade. De outro lado, o processo de antropofagia teórica acaba levando a novas proposições que nitidamente carregam as marcas do local de onde se fala. Esse é o caso de uma boa parte da produção teórica feita pelos desenvolvimentistas e pelas teorias da dependência. Mas, há que se notar que esse processo, a meu ver, não se limita a esse grupo de intelectuais. Por exemplo, Caio Prado Júnior, um dos críticos do desenvolvimentismo, nitidamente faz uma antropofagia teórica quando critica a aplicação mecânica de categorias marxistas para o entendimento da realidade brasileira. Nesse processo ele “nacionaliza o marxismo” (RICUPERO, 2003).

Existe uma produção farta sobre os intelectuais, no Brasil, que servirá de lastro à reflexão que se segue. Essa produção debruça-se sobre a relação entre os intelectuais e as classes dirigentes, a formação da comunidade científica, os intelectuais e o poder, entre outros (MICELI, 2001; SORJ, 2001; BASTOS et al. 2006).

No caso a ser examinado, temos uma configuração extremamente peculiar: um grupo de intelectuais cuja teorização tem como lócus um organismo internacional (CEPAL) e, na sequência, órgãos estatais. Outro grupo tem seu epicentro em São Paulo, na USP (Universidade de São Paulo), instituição universitária que, embora pertencendo ao estado de São Paulo, guarda distância em relação ao governo Central. E, por último, um grupo que comporá a Universidade de Brasília (UNB), com status jurídico de fundação, com um novo formato, baseado em institutos e departamentos, e idealizada por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, no auge do desenvolvimentismo, propunha-se a ser uma instituição inovadora que romperia com o academicismo. Nesse último grupo, está presente um ethos bastante diferenciado dos demais. Nele, se abrigará o núcleo daqueles que viriam a ser representantes da corrente “radical” marxista da Teoria da dependência (Rui Mauro, Thetonio dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank).

2.3 MÉTODO E FONTES DE PESQUISA

Nesse estudo são utilizadas duas formas de pesquisa: a documental e a bibliográfica. Cabe, pois, em primeiro lugar uma definição de documento. Seguindo SÁ E SILVA (2009, p. 5), documento vai muito além de texto escrito ou impresso, podendo ser filmes, vídeos, fotografias e pôsteres, por exemplo. Essa definição amplia consideravelmente as fontes que podem ser utilizadas, inclusive para fins de triangulação. A distinção entre essas duas formas de pesquisa é também relevante: enquanto a pesquisa bibliográfica examina a contribuição de vários autores sobre uma temática, a documental lida com fontes primárias (idem p.6). Assim, levando-se em consideração a definição ampliada de documento, é possível afirmar a plena viabilidade da pesquisa, pois a bibliografia e a documentação sobre o assunto é vasta.

2.4 FONTES DE PESQUISA

Existem pelo menos **sete importantes arquivos** que foram consultados. A ideia ao utilizar essas fontes foi construir o que Flick (2009) chama de *Corpus*, ou seja, **uma amostra representativa de todos os documentos** já que não é possível, mesmo numa pesquisa bibliográfica, exaurir esse universo. A seguir, relaciono as fontes mais relevantes: **a-CEPAL**- Os documentos principais estão acessíveis em forma de publicação eletrônica; **b- CEBRAP** - Também possui documentos digitalizados; **c- Instituto Fernando Henrique Cardoso** – Grande parte da produção de Cardoso foi digitalizada e, nesse caso, foi possível encontrar não só os livros, mas também vídeos antigos e novos, correspondências, entrevistas em jornais e periódicos científicos. Dezenas dessas entrevistas, obviamente nem todas citadas, são dedicadas às questões da dependência e do desenvolvimento; **d- Centro Internacional Celso Furtado**- Acervo pessoal de Furtado, publicações de Furtado e sobre a sua obra, seminários on-line e textos diversos sobre o momento atual e documentação digitalizadas; **e-Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO)** – livros, artigos e debates publicados sobre o tema da dependência; **f- A Universidade do México-UNAM**- Arquivo eletrônico contendo as obras, livros, artigos, entrevistas de Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos (possui um blog contendo sua obra digitalizada); **g- Arquivos e publicações da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS)**.

Há várias possibilidades para o tratamento dos dados da pesquisa bibliográfica, mas principalmente da documental (CELLARD, 2008). Há que se levar em conta critérios como

confiabilidade, representatividade e o contexto em que o documento, no sentido amplo, foi produzido. Como dito anteriormente, o objetivo foi produzir um *corpus* com a máxima coerência. Do ponto de vista mais geral, cinco critérios nortearam o exame da documentação disponível: 1- **dimensão histórica**. As teorias sociais são entes históricos, portanto, o contexto sociopolítico é de extrema importância na interpretação e classificação das fontes; 2- **dimensão coletiva/individual**. Existem documentos coletivos e individuais. Para os propósitos dessa pesquisa, interessa-me identificar os vínculos dos autores com os grupos, o coletivo dentro de trajetórias individuais; 3- **A dimensão processual**. Aparentemente, as teorias sociais são construídas de forma processual. Sendo assim, existe uma cronologia que é importante, a ordem de produção dos textos e proposição/crítica de conceitos; 4- **A dimensão relacional**. As teorias são formadas por conceitos. Mas, como adverte Bourdieu (1989, p.5), o conceito não tem sentido isoladamente, mas somente se pensado em termos de sistema, da relação que guarda com outros conceitos. Analisar a formação e mutação das matrizes teóricas foi um dos objetivos da pesquisa; 5- **Analisar a formação**, o tipo de inserção institucional e vinculação social e política dos autores em questão.

Um tipo documentação foi fartamente utilizado nessa pesquisa: as memórias. Assim, as memórias de Celso Furtado (2014), na sua obra autobiográfica, Ruy Mauro Marini (2005), Theotonio dos Santos (1994) e Vânia Bambirra em seus memoriais. Andre Gunder Frank escreveu um ensaio autobiográfico (FRANK; CHEW; DENEMARK, 1996). Todos esses escritos fornecem indicações valiosas sobre o contexto de crise do campo desenvolvimentista e do nascimento das teorias da dependência. Evidentemente, os escritos memorialistas não são aqui tratados como a verdade dos fatos, mas como uma interpretação, um olhar, uma releitura sobre determinados fatos. No atual estudo, eles são cotejados com outros documentos como artigos em revistas e livros. Aqui vale o registro que, especificamente, os memoriais de Rui Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, foram previamente utilizados em outras pesquisas como as de Bichir (2012) e Wasserman (2012). Quanto a Fernando Henrique Cardoso, além de seus escritos mais formais e acadêmicos sobre o tema da dependência, utilizei ainda depoimentos escritos e em vídeos, como é o caso seu depoimento sobre as origens da teoria da dependência⁹, seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade¹⁰ e seu depoimento no documentário do CEBRAP intitulado *Retrato de Grupo*¹¹.

⁹ https://www.youtube.com/watch?v=11rf5ZLP_I0

¹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=DpTTI9wIQeY&t=75s>

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=Rpql4P08zT4>

3 REVOLUÇÃO PASSIVA, DESENVOLVIMENTISMO E A INTELLECTUALIDADE “PERIFÉRICA”: FORMAÇÃO E DISSOLUÇÃO DO CAMPO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL (1930-1964)

“No Brasil nunca houve, de fato, uma revolução, e, no entanto, a propósito de tudo fala-se dela, como se a sua simples invocação viesse a emprestar animação a processos que seriam melhor designados de modo mais corriqueiro. Sobretudo, aqui, qualificam-se como revolução movimentos políticos que somente encontraram a sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, e assim se fala em Revolução da Independência, Revolução de 1930, Revolução de 1964, todos acostumados a uma linguagem de paradoxos em que a conservação, para bem cumprir o seu papel, necessita reivindicar o que deveria consistir no seu contrário — a revolução. Nessa dialética brasileira em que a tese parece estar sempre se autonomando como representação da antítese, evitar a revolução tem consistido, de algum modo, na sua realização”. (VIANNA, 1996, p.1)

3.1 O DESENVOLVIMENTISMO EM QUESTÃO

O objetivo desse capítulo é analisar a formação e dissolução de um projeto que, no Brasil, atravessou pelo menos quatro décadas e se tornou conhecido na literatura como o nacional- desenvolvimentismo (daqui em diante, desenvolvimentismo). É possível argumentar que esse conjunto de ideias se tornou hegemônico durante o início dos anos 50 (segundo governo Vargas) e sua face mais celebrada se mostra durante o governo JK com o slogan “50 anos em 5”, ancorado no famoso plano de metas. Como fenômeno histórico e, portanto, um processo, o desenvolvimentismo possui várias camadas. Ele se apresenta como uma convergência de várias linhas que em determinado momento se cruzam e produzem “uma agenda”. Ao mesmo tempo, essa hegemonia é constantemente alvo da oposição de grupos sociais que não se veem representados por seus objetivos e, portanto, tratam de propor e, no limite, como aconteceu em 1964, de impor pela força uma outra agenda. Se na formação analisamos os fatores e atores que tornaram possível a implementação desse projeto, busca-se também uma análise dos fatores que aparecem como relevantes na derrota do desenvolvimentismo, com aquelas configurações específicas, surgidas a partir da década de 30 e suprimidas ou transformadas em 1964. A importância dessa análise reside no fato de que as teorias da dependência, além de representarem uma leitura crítica da teorização desenvolvimentista, são também, com diagnósticos diferentes entre elas, uma interpretação da derrota desse projeto.

A rigor, não se pode falar do desenvolvimentismo como “ente” monolítico, mas de “desenvolvimentismos”, já que existem, entre os próprios desenvolvimentistas, diferentes visões acerca de aspectos importantes (BIELSCHOWSKY, 1988). Ele foi uma resposta poderosa às situações concretas colocadas pelo desafio do atraso econômico e suas repercussões sociais; foi capaz de mobilizar os atores sociais e dar sentido às mudanças que deveriam ser feitas com o objetivo de colocar o Brasil na rota das nações prósperas. Isso aconteceu porque, entre outros fatores, a teorização desenvolvimentista apontou as causas do atraso econômico de uma maneira convincente. Ora, uma das camadas mais visíveis do desenvolvimentismo é a intelectualidade. Ela escreveu manifestos, publicou livros, criou instituições e uma mídia, ocupou cargos importantes na administração pública e privada, foi às ruas e militou politicamente. Debruçando-se sobre essa intelectualidade e sua produção teórica, esse capítulo tenta esquadriñar os contornos **mais gerais no que se refere às características das formulações**. Outras questões mais específicas serão aprofundadas no decorrer desse estudo.

Nesse sentido é preciso afirmar aquilo que diferencia a abordagem a ser feita, a seguir, e as anteriores. Uma grande quantidade de artigos, dissertações e teses, tratam do desenvolvimentismo, no Brasil, elencando quase os mesmos elementos que serão aqui encontrados. Para tentar demarcar diferenças, restrinjo-me a dois trabalhos já clássicos, de referência obrigatória, *A Economia Política Brasileira* (MANTEGA, 1984) e *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* (BIELSCHOWSKY, 1988). O primeiro trata de reconstituir “**a economia política brasileira**”, **ente 1950 -1960** e, para isso, condensa seus achados em “três modelos analíticos”, que são alvo de comparação e crítica. Trata-se de uma análise feita a partir de uma perspectiva marxista, embora não fique nítido de que marxismo. O segundo, utilizando a ideia de “ciclo” de Schumpeter, faz **uma “análise do pensamento econômico brasileiro”, “uma história intelectual**”, entendendo que entre 1930 – 1964, ele se organiza em torno do “ciclo ideológico desenvolvimentista”, ao qual concede um tratamento detalhado. Os dois trabalhos partilham da ideia de que a questão central da economia política brasileira ou pensamento econômico, nos anos 50 e 60, é o debate sobre o desenvolvimento. A minha abordagem segue um caminho pouco diverso. Assim, partindo das questões já elaboradas nesses estudos, ela tenta captar: a) como foi possível a uma certa elite intelectual periférica produzir um corpus teórico capaz de influenciar governos e sociedade, no Brasil, e na América Latina e ainda a própria teorização no mundo acadêmico internacional? b) O que é essa produção, que elementos a caracterizam? c) Como se constituem, evoluem e transformam essas teorizações acerca do capitalismo periférico e a que fatores se devem os momentos de rupturas teóricas? Refiro-me, especificamente, à teorização da **Comissão**

Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL), e ao processo de crítica e inovação que ela provoca, dando origem às teorias da Dependência e à Teoria do sistema-mundo (*world-system theory*). Cabe um esclarecimento acerca da escolha da CEPAL. A principal razão é que a teorização realizada pelos Cepalinos representa a matriz teórica desenvolvimentista e, ao mesmo tempo, é a partir da crítica realizada a ela que se experimenta um processo de inovação teórica feito pelas teorias da dependência e a world system theory. Como nos informa Oliveira:

A Cepal abriu as portas para uma rica produção teórica, que se pode tomar verdadeiramente como um paradigma, nos termos de Kuhn, ou como um vastíssimo programa de pesquisas, tal como Imre Lakatos (...) Mais além: a teorização da Cepal, e de Celso Furtado, transformou-se em ideologia no sentido gramsciano, já que **passou a orientar a agenda de discussão e as pautas dos programas econômicos dos países da periferia capitalista**, particularmente os da América Latina e, mais tardiamente, na África, pelas contribuições adicionadas por Samir Amin e Arghiri Emmanuel. Sua influência estendeu-se também até a Ásia dos “tigres”. Assim, a teorização sobre o subdesenvolvimento tornou-se, durante cerca de 30 anos, hegemônica no sentido de ter produzido uma interpretação eficaz, **moldando as políticas, o comportamento dos atores, chegando até a área cultural**, na busca das formas específicas de uma produção que colocasse em evidência o lugar do subdesenvolvimento para melhor enfrentá-lo. (grifos meus) (OLIVEIRA, 2000, p.123):

Nessa mesma linha de argumentação Joseph Love¹² afirma:

It is widely recognized that dependency analysis developed out of two traditions of economic thought, **Marxism and Latin American structuralism, associated with the UN Economic Commission for Latin America (ECLA)**. Although structuralism is acknowledged as a progenitor, Marxism is usually viewed, implicitly or explicitly, as primary tradition from which dependency arose. This is perhaps because dependency per se is so widely perceived as having begun with two books for which Marxist antecedents were claimed. Dependencia y desarrollo en América Latina (1969), by Fernando Henrique Cardoso and Enzo Faletto, and Capitalism and underdevelopment (1967) by Andre Gunder Frank ‘stood out as the leading theoretical and systematic efforts to construct a dependency perspective for Latin América’, and remain ‘the landmarks to which assessment of dependency perspective inevitably return’. (LOVE, 1990, p.143)

Entretanto, seria um equívoco desprezar o papel de dois outros atores corporativos: **O ISEB e o Partido Comunista Brasileiro**. Os intelectuais ligados a essas instituições tiveram papel crucial na formulação, no debate e na posterior crítica ao desenvolvimentismo. Foram

¹² *Journal of Latin American Studies*, Vol. 22, No. 1. (Feb., 1990), pp. 143-168. Stable

também os grandes perdedores no momento em que o experimento desenvolvimentista, que teve início nos anos 30, foi abortado em abril de 1964.

O que se pretende é demonstrar é que essa hegemonia se estabelece a partir da criação de um **campo**. Esse Campo, por sua vez, foi urdido a partir da ideia de *especificidade*, aspecto que será mais detalhado ao final desse capítulo. Definindo o termo campo, uso aqui a noção de Bourdieu, segundo a qual

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU, 1983 p. 122)

Segundo Bourdieu (1988; 2007), é possível observar, além do que foi anteriormente mencionado, existem algumas características da ideia de campo que valem a pena serem ressaltadas para o nosso propósito: os campos têm autonomia relativa e, portanto, uma lógica própria; nele transitam bens simbólicos. Mais ainda: em seu âmbito, busca-se acumular capital científico. As ideias de autonomia, luta concorrencial e acumulação de capital científico são essenciais para o que pretendo desenvolver. **Pensar o conflito nesse sentido (de luta) é supor que ele é endêmico nesse tipo de atividade.** Em outras palavras, trato de um fato mais ou menos óbvio: **a produção teórica é marcada pelo conflito entre grupos.**

Quanto à questão da especificidade, ela lida com uma pergunta fundamental: o que há de singular na formação das nações latino-americana e na sociedade brasileira? Por que somos isso e não outra coisa? O que explica o nosso “atraso” econômico?

A exposição que segue trata de dois ângulos o fenômeno do desenvolvimentismo. De um lado, busca-se mapear a formação daquilo que se denomina “hegemonia desenvolvimentista”, via luta política pelo “aparelho de Estado”. Por outro lado, tenta-se esquadrihar a formação do campo desenvolvimentista, atores e nichos institucionais empenhados na produção teórica.

3.2 REVOLUÇÃO PASSIVA COMO CHAVE INTERPRETATIVA

Há um forte consenso na literatura, que a Revolução de 30 representou um ponto de inflexão do não só do ponto de vista político, mas do ponto de vista econômico e cultural. Há também grande consenso que o Estado Vargas é a encarnação do “nacional-desenvolvimentismo”. É durante o período que vai de 1930-1964, na Chamada Era Vargas (1930-1954), passando pelo governo JK e tomando rumos diferentes a partir de 1964, que o desenvolvimentismo se consolida enquanto uma prática de Estado e uma ideologia de camadas sociais como os empresários, as camadas médias (intelectuais, as Forças Armadas, políticos) e mesmo de setores do operariado, ligados a partidos como o PTB e o PCB. Uma das possíveis maneiras de entender as mudanças ocorridas a partir de 1930 é oferecida pela categoria gramsciana de **revolução passiva**. O que se tenta é captar o fenômeno do desenvolvimentismo como “**engenharia social pelo alto**” e, portanto, carregando em si as contradições de um projeto que deitará raízes profundas na sociedade, mas que nasceu como projeto autoritário. Utilizada pioneiramente por autores como Carlos Nelson Coutinho (2000), Luís Werneck Vianna (1996), oriunda das reflexões de Gramsci em seus “Cadernos do Cárcere”, tendo como base a experiência italiana, aplicada ao Brasil, ela não aparece como uma “ideia fora do lugar”:

Se as revoluções passivas europeias têm a sua origem no rastro do ciclo revolucionário de 1789 a 1848, tal como no estudo clássico de Gramsci sobre o *Risorgimento* italiano, a mesma raiz está presente na formação do Estado-nação no Brasil — a transmigração da família real portuguesa para a Colônia é devida a um movimento defensivo quanto à irradiação, sob Napoleão, da influência da Revolução Francesa. (VIANNA, 1996, p.44)

Essa categoria teórica lança luz sobre o processo de “modernização conservadora” pelo qual transitou e transita a sociedade brasileira. A ideia básica de uma revolução passiva (COUTINHO, 1999; VIANNA, 1996), diz respeito ao fato de que os momentos de crise política, no Brasil, são marcados pela exclusão da vontade popular, momentos de conciliação, cooptação e mudança controlada, mudança com ampla conservação. Para Carlos Nelson Coutinho (idem) esse tipo de processo tem caracterizado a história política brasileira, desde a independência passando pela entrada na república, 1889, seja na “revolução” de 1930, seja no golpe que resultou no Estado Novo, seja no golpe de 1964 ou mesmo a transição para a democracia, em 1985. Nas palavras de Coutinho:

Ao contrário do que supunha a tradição ‘marxista-leninista’, o Brasil **experimentou um processo de modernização capitalista sem por isso ser obrigado a realizar uma revolução ‘democrático-burguesa’ ou de libertação nacional segundo o modelo jacobino: o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista do país.** Por um lado, gradualmente e “pelo alto” a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária; e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro, contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno (...) Ambos os processos foram incrementados pelo Estado: ao invés de ser resultado de movimentos populares, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado.”(grifos meus) (COUTINHO, *ibid*, p.196):

Ainda citando Coutinho:

Podemos resumir do seguinte modo algumas das características principais de uma revolução passiva: 1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) essa reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações providas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de *restauração e revolução, de conservação e modernização.* (COUTINHO, 2010, p.34).

Portanto, num processo de **“engenharia social pelo alto”**, o desenvolvimentismo, enquanto prática de Estado e ideologia de grupos sociais, se foi capaz de provocar um processo de modernização social, o fez de forma ambígua, paradoxal, preservando desigualdades e revelando-se limitado, em vários aspectos, como veremos. Como já enfatizado anteriormente, em grande parte, a experiência dessa limitação, política e econômica, tendo como desfecho Golpe Militar de 1964, servirá de matéria-prima às teorias da dependência.

Mas, outro aspecto se revela de extrema importância na configuração específica em que toma o desenvolvimentismo no Brasil: a questão identidade nacional. Nesse sentido, o desenvolvimentismo se apresenta muito mais complexo e sofisticado do que um mero conjunto de receitas para o crescimento econômico. Nele está incrustado um projeto de sociedade que, em última análise, é uma resposta à pergunta o que é o Brasil? O que são os brasileiros? O que a nossa cultura, enfim o que é a nação? Nesse sentido, vale a pena uma pequena reflexão sobre

a ideia de identidade nacional. Aqui, valho-me de Renato Ortiz e suas já clássicas reflexões em torno desse tema cristalizadas em vários trabalhos (ORTIZ, 1985, 1988). Seu argumento é que a identidade, que evoca ideias de “caráter nacional”, “ser”, e “identidade” nas literaturas sobre as nacionalidades (o brasileiro como cordial, afetivo, aventureiro, etc.), dando entender que traduzem uma totalidade nacional, sem ambiguidades, é falsa. Em outras palavras, não existe uma essência identitária, algo como uma cultura autêntica ou uma identidade autêntica. Na sua argumentação Ortiz (2013, p. 621-22) explica esse fenômeno.

Quando escrevi “Cultura Brasileira e Identidade Nacional” queria justamente romper com esta tradição intelectual que postulava a existência de uma essência que poderia ser descrita como raiz ou um algo a ser alcançado no futuro. Procurei trabalhar com a ideia que a identidade é uma construção simbólica que se faz em relação a um referente. Os referentes são múltiplos, étnicos, de gênero, regionais e, no caso que nos interessa, nacionais. Neste sentido, toda identidade é uma representação e não um dado concreto que pode ser elucidado ou descoberto, não existe identidade autêntica ou inautêntica, verdadeira ou falsa, mas representações do que seria um país e seus habitantes. Não há, portanto, o brasileiro, o francês, o americano, o japonês. **Importa entender como as representações simbólicas dessas nacionalidades são construídas ao longo da história, qual o papel que desempenham nas disputas políticas ou nas formas de distinção sobre o que seria o Outro.** Esta mudança conceitual encerra um movimento importante, passa-se da “essência” à representação, do dado ao signo. As ciências sociais de meados do século XX, particularmente a antropologia cultural, legitimava o senso comum construído anteriormente, parecia evidente que cada povo ou nação encerraria um caráter intrínseco à sua cultura. Esta evidência se desfaz.” (Grifos meus) (ORTIZ, 2013, p. 621-22)

Assim, o que importa para a compreensão do desenvolvimentismo, enquanto um fenômeno multifacetado, são as diversas representações acerca da identidade nacional com claras implicações políticas e que mudam ao longo da sua trajetória. Uma coisa será a política cultural levada a cabo pelo governo Vargas, no Estado Novo. Outra coisa será o papel do ISEB e dos Centros de Cultura Popular, nos anos 60. Em comum há um projeto de nação. O mais importante é perceber essa identidade como algo em disputa entre os diversos grupos na sociedade.

3.3 A REVOLUÇÃO DE 30 E OS DESENVOLVIMENTISMOS

Tendo em vista os objetivos deste capítulo, vou salientar aquilo que do ponto de vista sociológico e histórico lança luz para o entendimento de como foi possível a consolidação e expansão da agenda desenvolvimentista. E quanto à questão propriamente da intelectualidade, a que fatores se devem a criação e consolidação de um “**Campo**” desenvolvimentista.

O primeiro aspecto a ser aqui enfatizado é um “descompasso” entre prática desenvolvimentista de Estado e a teorização desenvolvimentista. Como se verá adiante, primeiro, a partir do governo provisório de Vargas (1930-1934), o Estado brasileiro começa a sofrer uma “metamorfose” (DRAIBE, 1985) e constrói um aparato burocrático que o possibilita praticar políticas de caráter explicitamente desenvolvimentistas. Entretanto, o surgimento de um “corpus teórico” institucionalizado, tendo como objetivo a justificativa e defesa do desenvolvimentismo, só acontecerá no final da década de 40 e durante os anos 50, principalmente através de atores institucionais, a **Comissão Econômica Para A América Latina (CEPAL)** e o **Instituto Superior De Estudos Brasileiros (ISEB)**. Um caso a ser mencionado é o do empresário, economista e pioneiro do desenvolvimentismo, Roberto Simonsen. Ele trava o seu famoso debate com Prof. Eugênio Gudín, conhecido liberal, defendendo planejamento e industrialização em 1944/1945, antes, portanto, da fundação da CEPAL (1948) e do ISEB (1955). Porém, está além de meus objetivos me debruçar sobre suas ideias, já que é a teorização Cepalina que hegemoniza o Campo desenvolvimentista.

O segundo aspecto relevante na formação do Campo desenvolvimentista é reordenação política que ocorre em 1930. Mesmo que se conceba o “movimento de 30” como uma “revolução passiva” ou até em função das características desse fenômeno (mudança na conservação), e não uma revolução “jacobina”, é difícil negar o paulatino deslocamento do poder da oligarquia cafeeira agroexportadora e a ascensão de setores ligados à burguesia-industrial. Isso acontece em função da diversidade interna dos setores dominantes que se fragmentam regionalmente e, após a tomada do poder, pactuam um arranjo que inclui “os setores substituidores de importação da velha oligarquia, os empresários industriais, os militares e técnicos do governo, e os trabalhadores urbanos” (BRESSLER, 2014, p. 113). Assim, o período que vai 1930 até a deposição de Vargas em 1945, caracteriza-se, do ponto de vista político, por profundo autoritarismo e centralização administrativa (a ditadura do Estado novo) e, ao mesmo tempo, por impulso à industrialização, expansão do mercado interno, urbanização. Em suma o Brasil se modernizava.

Tendo em vista a importância do período acima mencionado, gostaria de enfatizar três pontos tomando como referência uma releitura do período Vargas que vem sendo feita por historiadores (FERREIRA,1997; 2012; DE CASTRO,1994) e economistas (BASTOS, FONSECA, 2012). Entre os aspectos que são salientados nessa releitura está a defesa de que **“As origens do ideário nacional-desenvolvimentista podem ser buscadas antes de 1930”**. (idem, p.13). E mais: advogam que o primeiro experimento desenvolvimentista ocorreu no Rio Grande do Sul, em 1928, quando Vargas ocupou o governo. Assim, ao assumir o comando do governo federal, a partir de 1930, o governo Vargas não teria feito uma política meramente defensiva “do café”, tendo como consequência a intensificação do processo de industrialização, via substituição de importações (tese de Furtado, por exemplo). Foi mais do que isso: havia um projeto intencional, embora não acabado, de industrialização e interferência direta do Estado na economia. Nas palavras de Fonseca, no seu artigo ***Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil***, ao se referir sobre **a intencionalidade e consciência** como critérios decisivos para se classificar um governo como desenvolvimentista:

O desenvolvimentismo, tal como tomou vulto no Brasil e na maior parte dos países latino-americanos, ia além de um simples ideário, mas emergiu como um *guia de ação* voltado a sugerir ou justificar ações governamentais *conscientes*. Estabelece-se, portanto, a hipótese de que *sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo*. Este não pode ser reduzido, como fenômeno histórico, a simples medidas de expansão da demanda agregada, a manifestações nacionalistas ou a reivindicações corporativistas em defesa da indústria. Além da união dos três elementos, o salto maior ocorre quando o conjunto de ideias, como toda boa ideologia, passa a *justificar a si mesmo*, ou seja, quando há a defesa explícita de que a *principal tarefa* do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico, que esta é seu principal dever, seu objetivo central, no limite, sua razão de ser. (FONSECA, 2012, p.23).

E, em outro artigo sobre *A intencionalidade da política de industrialização no Brasil na década de 30*:

Pode-se concluir que, ao contrário do que argumentou Celso Furtado na *Formação Econômica do Brasil* e em outras obras, a industrialização brasileira na década de 1930 não pode ser reduzida a mero subproduto da defesa dos interesses cafeeiros, ou da política de valorização do café. Ao centrar-se nas políticas econômicas instrumentais – monetária, cambial e fiscal -, Furtado não explorou a ação estatal em um sentido mais amplo, englobando a criação e/ou alteração de leis, códigos, órgãos, ministérios, regulamentação de relações de propriedade, enfim, toda uma rede que pressupõe regras, normas e comportamentos que passaram a caracterizar toda uma época, enfim, *instituições* que revelam a consciência e a intencionalidade do governo de

direcionar a economia para o mercado interno, sob a liderança do setor industrial. (2003, p. 147).

A aceitação dessa hipótese implica que o período de consolidação do nacional desenvolvimentismo que muitos colocavam apenas no segundo governo Vargas pode ser antecipado. Além do mais, o próprio Vargas passa a ser visto não apenas através das lentes de um pragmatismo político, mas de alguém que tinha um desenho prévio e criou estratégias para implementá-lo.

Um terceiro aspecto sociológico importante, diz respeito às relações entre desenvolvimentismo e democracia. Seja numa leitura mais “tradicional” da herança varguista, seja numa releitura que vem sendo feita, fica explícito que não há uma “afinidade eletiva” entre esses dois fenômenos. Está claro que o Estado Novo Varguista era ditatorial. Diferente é o chamado “período populista” (1945-1964), no qual se experimentou um razoável funcionamento das instituições democráticas e, ao mesmo tempo, o auge do “ciclo nacional-desenvolvimentista” nas figuras do próprio Vargas e de JK e o ocaso do pacto populista no governo Jango, este último herdeiro político direto de Vargas e de seu “trabalhismo”. Portanto, não causa espécie o fato de estudiosos (BRESSER, 2014, p.183), enxergarem a continuidade do desenvolvimentismo no governo militar, mas especificamente, no governo Geisel (1974-1979) e seu II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND), tendo o primeiro PND acontecido durante o governo Médici (1969-1974). Aliás, Bresser-Perreira classifica o período militar como sendo de um “desenvolvimentismo-conservador”. Ora, isso nos deveria alertar para o fato de que o desenvolvimentismo, enquanto fenômeno histórico, possui diferenças, variantes, embora tendo um núcleo comum. Em outras palavras, não existe apenas um **tipo de Estado desenvolvimentista**, mas vários, implicando em diferentes graus e formas de intervenção.

Um quarto e último aspecto relacionado à Revolução de 30 é o papel que assume a intelectualidade. Mas especificamente, a renovação e radicalização de um “mercado intelectual” que terá repercussões dentro **da formação do campo desenvolvimentista**. Nas palavras irretorquíveis de Antônio Cândido

Quem viveu nos anos 30 sabe qual foi a atmosfera de fervor que os caracterizou no plano da cultura, sem falar de outros. O movimento de outubro não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, porque na história não há dessas coisas. Mas foi um eixo e um catalisador: um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova. Neste sentido foi um marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um "antes"

diferente de um "depois". Em grande parte porque gerou um movimento de unificação cultural, projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões. A este aspecto integrador é preciso juntar outro, igualmente importante: o surgimento de condições para realizar, difundir e "normalizar" uma série de aspirações, inovações, pressentimentos gerados no decênio de 1920, que tinha sido uma sementeira de grandes e inúmeras mudanças. (CANDIDO, 1984, p.27).

O argumento de Cândido caminha no sentido de mostrar que a ebulição do “decênio de 20” vai se fazer sentir, somado a uma série de acontecimentos nos anos 30: reformas na educação, fundação de universidades, inovação na literatura regional, radicalização política (comunismo versus integralismo), crescimento do mercado editorial de livros, etc.

Cabe lembrar que a questão da **identidade nacional**, já referida anteriormente, vai sofrer uma renovação em seu debate com a publicação das conhecidas obras clássicas de Gilberto Freyre, Sergio Buarque e Caio Prado Júnior, a chamada “literatura de Formação”. Ora, esse debate e grande parte dessa geração de intelectuais e suas ideias estarão presentes de uma forma singular naquilo que compõe “o campo nacional-desenvolvimentista”. Basta lembrar que a questão da identidade cultural é central para a reflexão do ISEB, no debate sobre “cultura nacional”, “cultura alienada”, “dependência e cultura”. Lembro aqui que um dos componentes essenciais do desenvolvimentismo é o nacionalismo.

3.4 DESENVOLVIMENTISMO: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

A polissemia do termo desenvolvimentismo exige, para fins de análise, uma definição mínima e sem pretensão de ser a última palavra. Nesse sentido, a perspectiva aqui adota se soma a daqueles que pensam esse fenômeno como plural, embora dotado de um núcleo comum. De acordo com Bielchowsky

Entendemos por desenvolvimentismo [...] a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (BIELCHOWSKY, 1995, p.7)

O autor passa a reconhecer a diversidade do fenômeno: a) Desenvolvimentismo do setor público nacionalista; b) Desenvolvimentismo do setor público não nacionalista; c) Desenvolvimentismo do setor privado.

Algumas observações se fazem necessárias. No caso do empresariado, embora possa soar estranho, havia um segmento que não só apoiava a ação estatal com o objetivo de estimular a industrialização, como também defendia o planejamento como forma de melhor alocar recursos. O caso mais exemplar é o de Roberto Simonsen, já mencionado anteriormente.

Essa classificação tem como critério, além do público-privado, a posição de um grupo de intelectuais do setor público frente ao papel do capital estrangeiro, ponto crucial e delicado num projeto desenvolvimentista. Na verdade, o termo “não nacionalista” significa maior abertura ao capital estrangeiro, admitindo sua participação mesmo em setores estratégicos. Roberto Campos é dos nomes mais representativos dessa corrente, até porque era um formulador. Já os nacionalistas, embora admitissem a participação do capital estrangeiro, essa participação, por razões óbvias, era vista como um mal necessário e deverá se circunscrever à áreas não estratégicas. De longe, o nome mais conhecido é o de Celso Furtado. O que fica evidente é que estamos, então, lidando, vale salientar mais uma vez, com um fenômeno plural. Nesse caso, desenvolvimentismos e desenvolvimentistas. Mas vale a pena ainda acrescentar mais dois aspectos que nos ajudam a ter mais clareza sobre o debate que cerca a natureza desse fenômeno.

Aqui, valho-me das reflexões de Pedro Cezar Dutra Fonseca no seu texto *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*, no qual esse autor afirma que o desenvolvimentismo tem suas origens na América Latina e, embora reconheça distinção existente na literatura entre práticas de Estado e ideologia, opta por imbricá-las de tal forma que argumenta que o conceito estava “inscrito” na realidade dos países latino-americanos:

A escolha aqui dessa última, conquanto em parte resulte de opção epistemológica, respalda-se também no fato de que o aparecimento desses governos, com pouca defasagem de tempo, em vários países latino-americanos, nacionais ou subnacionais (em estados, províncias ou departamentos), sugere que o mesmo não foi um fenômeno aleatório, randômico, ou “importado”. O desenvolvimentismo por certo, em suas origens, abeberou-se de influências teóricas europeias - já se ressaui aqui o positivismo, mas se poderia acrescentar outros autores, como List e Mihail Manoilescu (Love, 1990). Todavia, de forma alguma pode ser entendido como uma ideia de fora que foi transplantada para a América Latina, mesmo com a ressalva de ter sido adaptada a sua realidade cultural, econômica ou social: *não há caso de desenvolvimentismo, teórico ou histórico, que tenha servido de modelo para tal cópia ou adaptação*. Diferente do liberalismo, que já existia na Europa seja como práticas de governos seja no pensamento de intelectuais e que, ao ser “transplantado”, para usar a expressão consagrada de Schwarz (1973), poderia sugerir tratar-se de ideia “fora do lugar”, o

desenvolvimentismo brotou como consciência do atraso e como busca de uma estratégia nacional para superá-lo: fenômeno, portanto, peculiar da própria América Latina (e de outros países “do resto” com problemática semelhante, para usar a expressão de Amsden (2001), principalmente da Ásia e África, embora em período posterior, com a possível exceção do Japão,... Se começamos por procurar a definição de desenvolvimentismo de modo endógeno, ou seja, a partir dos trabalhos dos próprios intelectuais que construíram a história desse conceito (já em si uma escolha metodológica de matriz hegeliana, mesmo com ponto de partida na proposta metodológica de Sartori), faz-se forçoso ao mesmo tempo reconhecer que ele *já estava inscrito na realidade efetiva dos países latino-americanos, antes que determinadas atitudes e iniciativas de governo passassem a ser adotadas “em seu nome..* (FONSECA, 2015, p.39)

E conclui com a seguinte definição:

Isto posto, têm-se elementos suficientes para a seguinte formulação: entende-se por **desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.** (idem, p.40) (grifos meus)

Do que foi explicitado, cabe observar o seguinte: **primeiro**, o desenvolvimentismo, para esse autor, visão com a qual tendo a concordar, opera historicamente dentro dos limites do capitalismo. Portanto, trata-se de uma proposta de reformas. Eis, aqui um ponto de fricção e ambiguidades entre setores mais radicais de esquerda e os setores desenvolvimentistas. **Segundo**, o argumento a ser aqui desenvolvido pretende preservar a unidade entre ideologia e prática de Estado, sem necessariamente reclamar a anterioridade de uma sobre outra, o que entendo, seria uma discussão inócua. Pretendo, contudo, focalizar o papel das ideias na medida em que estarei perscrutando a produção intelectual e teórica. **Terceiro**, nesse mesmo trabalho, o autor reconhece tipos e subtipos de desenvolvimentismos, preservado o núcleo comum, na sua linguagem “*o core*”. Nesse sentido, nos chama atenção para o fato de que vários governos latino-americanos, durante mais ou menos o período entre 1930 e 1960 foram desenvolvimentistas (Cardenas, Peron, Frondizi, Lopes, por exemplo), não estando o fenômeno, como observado acima, restrito ao Brasil. Isso é importante porque as teorias da dependência tratam da **América Latina**, embora reconhecendo a diversidade de situações e enfatizando um ou outro país para ilustrar os fenômenos que estão tentando explicar. Entretanto, e isso é um ponto importante, há núcleo de intelectuais brasileiros que são, reconhecidamente, os “fundadores” das teorias da dependência (Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique). Isso veio a significar (poderia ser diferente) que a experiência política e econômica brasileira ocupa lugar privilegiado nas reflexões. Por último,

e isso é explicitado no texto de Fonseca, o desenvolvimentismo é uma prática de Estado, é uma ideologia (isso será qualificado mais adiante), mas pode ser classificado, também, como possuindo **um caráter ambigualmente utópico**. Na visão de Furtado:

Da mesma maneira que a ideia de progresso transformou-se em alavanca ideológica para fomentar a consciência da interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos, nas sociedades em que a revolução burguesa destruiu as bases tradicionais de legitimação de poder, a ideia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional do processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência (FURTADO, 1978, p. 67).

3.5 INTELECTUALIDADE EM CENA: A TRADIÇÃO CEPALINA

*São bem conhecidas as dificuldades que se opõem a uma tarefa dessa natureza na América Latina. Talvez a principal delas seja o número exíguo de economistas capazes de penetrar, com um discernimento original, nos fenômenos concretos latino-americanos. Por uma série de razões, não se consegue suprir a carência deles com a formação metódica de um número adequado de jovens de alta qualificação intelectual. Enviá-los às grandes universidades da Europa e dos Estados Unidos já representa um progresso considerável, mas não o suficiente, pois **uma das falhas mais visíveis de que padece a teoria econômica geral, contemplada a partir da periferia, é seu falso sentido de universalidade.*** (PREBISCH, 2000, p. 80)

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, e desde 1984, e Caribe), um braço das Nações Unidas, fundada em 1948, forjou um programa de pesquisa que mudou definitivamente o debate intelectual acerca das concepções e possibilidades de desenvolvimento do capitalismo. O contexto internacional é o pós-guerra. No Brasil, vivia-se o momento de redemocratização, pós Estado Novo, sob a égide da carta de 1946. Nas palavras de Bielschowsky a Teorização Cepalina vem preencher um “vazio teórico” e harmonizar o descompasso entre um projeto de industrialização, já em curso em vários países, e uma sólida base teórica para justificá-lo:

Frente à ideologia liberal, a defesa do desenvolvimento pela via da industrialização tinha no imediato pós-guerra a inconveniência de encontrar-se insuficientemente instrumentalizada de um ponto de vista analítico. Havia, para os defensores da industrialização, uma espécie de “vazio teórico”, e a descrença em relação à teoria econômica existente gerava perplexidade face à falta de teorias que pudessem ser adaptadas às realidades econômicas e sociais que se tentava entender e transformar. Havia, pois, um certo descompasso entre a história econômica e social e a construção de sua contrapartida no plano ideológico e analítico. A teorização Cepalina iria cumprir esse papel na América Latina. Seria a versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão na esteira “ideológica” da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, a versão regional da teoria do desenvolvimento. (idem) (BIELSCHOWSKY, 2000, p.24)

Data de 1949 o documento escrito por Raul Prebich (“El desarrollo na América Latina y sus principales problemas”)¹³ que ficou conhecido como manifesto latino-Americano. Sem nenhuma sombra de dúvidas, é à liderança de Prebisch¹⁴, sua sofisticação e perspicácia intelectual a que se deve o sucesso da CEPAL nos primeiros anos. Vale a pena citar, mais uma vez Bielschowsky (2000, p.25):

Os anos 1950 foram para a CEPAL os de auge da criatividade e da capacidade de ousar e influenciar. Prebisch e ousadia intelectual são sinônimos na América Latina. Em seu apoio, diretamente na CEPAL ou em suas cercanias, estariam nada menos que Celso Furtado, José Medina Echavarría, Regino Botti, Jorge Ahumada, Juan Noyola Vásquez, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, e outros conhecidos desbravadores do conhecimento sobre a realidade latinoamericana.

Basicamente, esse documento, além de atacar a certas pretensões das teorias econômicas produzidas nos grandes centros acadêmicos ou nas palavras citadas acima **“uma das falhas mais visíveis de que padece a teoria econômica geral, contemplada a partir da periferia, é seu falso sentido de universalidade”**, criticava a chamada “lei de vantagens comparativas” de David Ricardo, sobre a qual se assentava o livre-comércio internacional de então. Em outras palavras, a troca de manufaturas por gêneros alimentícios e matérias-primas beneficiava os países industrializados e trazia prejuízos aos países exportadores de produtos do setor primário. Tratava-se da “deterioração dos termos de troca”. Essa tese tem três versões (RODRÍGUEZ, 2009, p. 129-162), várias ramificações e não será discutida nesse espaço, porque bastante técnica em alguns aspectos, fugindo ao escopo desse trabalho. Apenas vale ressaltar que não se trata tão somente de uma “troca desigual”, o que não faria justiça à sofisticação da teorização de

¹³ Publicado no Brasil em 1949 na *Revista Brasileira de Economia*.

¹⁴ Sobre o papel intelectual e a obra de Prebisch, ver DOSMAN (2011).

Prebisch. O que está em jogo, dentro do contexto de sua argumentação, é a diferença de como se propaga o progresso técnico em economias industrializadas e economias de base agrícola e a incapacidade dos países produtores de matérias-primas de reterem os frutos do progresso técnico, levando-os a um sistema econômico de baixa produtividade. As categorias “centro” e “periferia” para referir-se a essas duas situações distintas, porém imbricadas, conquistarão, de uma vez por todas, um “status teórico” no jargão das ciências sociais, até hoje. Mais ainda: a explicação do subdesenvolvimento (não “atraso”, uma noção de etapas a serem vencidas), já está aqui colocada. Dito isto, o ponto importante é o seguinte: havia que se industrializar os países da América Latina, caso contrário, não haveria como superar a pobreza. Na ausência de poupança interna privada, era o Estado que lideraria esse processo induzindo e financiando a industrialização. O projeto de industrialização será levado a cabo com a participação das burguesias industriais, num esforço de fortalecer e conferir autonomia a um processo de desenvolvimento “para dentro” que pudesse impulsionar o mercado interno, deslocando, progressivamente, um modelo voltado “para fora” que privilegiava os setores exportadores, concentrador de renda e de baixo dinamismo econômico. Em suma, um projeto nacional (e, para muitos setores deveria ser nacionalista) de desenvolvimento do capitalismo.

Há aspectos relevantes no surgimento da CEPAL que tocam de perto os objetivos do presente estudo. Como nos chama Adolfo Gurrieri (1981, p.07), no seu trabalho sobre *La Economía Política de Raul Prebisch* :

En el desarrollo científico existen períodos de dispersión de esfuerzos que acaecen ya sea en los momentos iniciales cuando todavía no se ha ordenado el conocimiento de un área de problemas, o en aquellos en que se desintegra un paradigma previamente dominante. A esos períodos suceden otros de concentración de esfuerzos alrededor de un paradigma; ambos son necesarios -como el orden y la libertad lo son en la vida política- pero aquellos a quienes se considera grandes científicos han sido creadores de paradigmas, aunque a menudo para poder crearlos han tenido que destruir los previos. Esos prohombres de la ciencia sientan las bases de la tarea científica, que debe llevarse a cabo de manera socialmente organizada, institucionalizada, pues sólo así puede crecer y desarrollarse. A la luz de estas consideraciones no cabe duda que lo propuesto por Raul Prebisch en sus primeros trabajos en la CEPAL es **un paradigma o programa** porque constituye un esquema ordenado de un área de problemas -el desarrollo latinoamericano- construido en contraposición al entonces predominante, a partir del cual organiza la búsqueda y acumulación de conocimiento de una manera colectiva y socialmente institucionalizada.-” (grifos meus) (GURRIERI,1981, p.07).

O aspecto a ser ressaltado é que Prebisch, como mencionado anteriormente, cria **um paradigma ou programa de pesquisa** ao questionar a sabedoria acadêmica convencional, em torno do qual se organizará um conjunto de hipóteses transformadas em objeto de estudos e acúmulo de conhecimento como nunca antes tinha acontecido na história do continente latino-

americano. Para isso, como mencionado acima, cercou-se de uma intelectualidade de caráter multidisciplinar e oriunda de vários países. Embora a teoria da CEPAL ficará conhecida como **estruturalista**, o significado desse termo, ao contrário do seu uso em disciplinas como a antropologia e a linguística (BIELSCHOSWKY, 2000, p.20), que implica em análises de sincrônicas, já de início apresentam uma forte ênfase histórica como demonstra Bielschowsky (idem):

Esse traço fundamental lhe foi imprimido já em suas origens por Prebisch. O espaço dessa “cultura” foi ocupado por uma plêiade de intelectuais que reúne alguns dos principais historiadores econômicos da América Latina. Foram da CEPAL ou estiveram sob seu raio direto de influência autores de livros clássicos de história econômica dos países da região, como Aníbal Pinto e seu *Chile: un Caso de Desarrollo Frustrado* (1956), Celso Furtado (1959) e seu *Formação econômica do Brasil*, e Aldo Ferrer (1979) e seu *La Economía Argentina*. A motivação original para a inclinação Cepalina pelas tendências históricas é conhecida. A agenda de reflexão e investigação inaugurada por Prebisch em 1949 compunha-se essencialmente do diagnóstico da profunda transição que se observava nas economias subdesenvolvidas latino-americanas, do modelo de crescimento primário-exportador, *hacia afuera*, ao modelo urbano industrial, *hacia adentro*. **O enfoque histórico foi poderosamente instrumentalizado pela teoria “estruturalista” do subdesenvolvimento periférico de Prebisch.** (grifos meus)

Aqui, interessa-me muito menos os acertos e erros da teorização cepalina do que as características do pensamento da CEPAL: A) **um pensamento** que encarna o binômio **reflexão-ação** (reflexão por meio de estudos técnicos, ensaios teóricos e ação na elaboração de propostas de política econômica, intervenção direta na realidade); b) **pratica uma ciência social integrada** (o econômico, o social e o político caminham juntos, numa relação de tensão e complementaridade.); c) **diferentemente do “mainstream” econômico, confere um lugar à reflexão histórica;** d) fala a partir da **América Latina questionando a pretensão de universalidade de uma ciência econômica desencarnada.**

Apesar do caráter diverso da composição dos intelectuais que serviram à CEPAL (diferentes nacionalidades e formações acadêmicas), há uma unidade teórica que perpassa essa produção. Assim, o “método estruturalista” empregado pelos Cepalinos teve suas bases lançadas por Raul Prebisch, no famoso manifesto, e foi desenvolvido e empregado como instrumento analítico por vários pensadores, entre os quais, de forma consensual, sobressai-se Celso Furtado. As temáticas centrais aparecem nesse documento inicial. Ela será aprofundada, outros temas serão agregados, mas ela aparece como um eixo nas várias fases pelas quais passou a CEPAL. Acerca do método, vale a observação de Bielschowsky:

(...) na análise econômica cepalina o estruturalismo é essencialmente um enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas, que presta-se mais ao método “indutivo” do que a uma “heurística positiva”. Daí resultam fundamentos essenciais para a construção teórica da análise histórica comparativa da Cepal: as estruturas subdesenvolvidas da periferia latinoAmericana condicionam — mais que determinam — comportamentos específicos, de trajetórias *a priori* desconhecidas. Por essa razão, merecem e exigem estudos e análises nos quais a teoria econômica com “selo” de universalidade só pode ser empregada com qualificações, de maneira a incorporar essas especificidades históricas e regionais. Em outras palavras, o enfoque histórico-estruturalista Cepalino abriga um método de produção de conhecimento profundamente atento para o comportamento dos agentes sociais e da trajetória das instituições, que tem maior proximidade a um movimento indutivo do que os enfoques abstrato-dedutivos tradicionais. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.20-21).

Isso não significa que o método hipotético-dedutivo não seja utilizado. Significa, antes, buscar explicações utilizando largamente a perspectiva histórica. Quanto à questão da unidade temática,

Liberado de marcos dedutivos rígidos e esquemáticos, **o pensamento Cepalino tem assim a capacidade de acomodar com facilidade a evolução dos acontecimentos, através de contínuas revisões em suas interpretações, que não significam perda de coerência político-ideológica ou de consistência analítica.** Ao mesmo tempo, parte da investigação Cepalina é uma reflexão crítica numa visão introspectiva sobre seus próprios desenvolvimentos analíticos”. (idem, p.21)

E mais:

É possível identificar quatro traços analíticos comuns aos cinco decênios. O primeiro diz respeito ao método. Trata-se do *enfoque Histórico-estruturalista*, baseado na idéia da relação centro-periferia; **dois outros referem-se a áreas temáticas: *Análise da inserção internacional* e *Análise dos condicionantes estruturais internos*** (do crescimento e do progresso técnico, e das relações entre estes, o emprego e a distribuição de renda); por último, encontra-se o plano da *Análise das necessidades e possibilidades de ação estatal*. (ibidem p. 17) (grifos meus)

Portanto, a forma de inserção na economia internacional, as tendências e contradições internas do crescimento das economias periféricas e a ação ou papel estatal (tanto como dado histórico, quanto indicando políticas a serem seguidas) serão objeto de estudo desde o início da teorização Cepalina, com ênfases e perspectiva renovadas. Isso faz com que Bielschowsky (2000, p. 18), mas não só ele (ver Rodríguez, 2009), faça uma tentativa de periodizar a produção Cepalina. Abaixo o que ele sugere:

É possível identificar **cinco fases na obra da Cepal**, em torno de “idéias-força” ou “mensagens”. Coincidentemente, as fases tiveram duração de aproximadamente um decênio, cada. Com o se verá mais adiante, elas acompanham de perto a evolução histórica da região latino-americana.

- a) Origens e anos 1950: industrialização;
- b) anos 1960: “reformas para desobstruir a industrialização”;
- c) anos 1970: reorientação dos “estilos” de desenvolvimento na direção da homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora;
- d) anos 1980: superação do problema do endividamento externo, via “ajuste com crescimento”;
- e) anos 1990: transformação produtiva com equidade.

Gostaria de ressaltar alguns pontos acerca dessa periodização sugerida. Primeiro, para os objetivos do presente estudo, interessa particularmente o período 1950-1970. A razão pelo foco nessas duas décadas é mais ou menos óbvia: trata-se do período áureo da CEPAL e do desenvolvimentismo, no Brasil. Ademais, é no final da década dos 60 que se cristalizam as versões das teorias da dependência. Isso ocorre quando, ainda, a CEPAL e o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) estarão com plena liberdade de funcionamento, em Santiago do Chile e recepcionando intelectuais exilados, mormente brasileiros. O segundo ponto, dando sequência a esse raciocínio, diz respeito ao declínio da influência da CEPAL. A situação, como bem observa Bielschowsky, mudará com a sequência de golpes militares que se alastrou por toda a América latina, inclusive, em 1973, no Chile, pondo fim ao governo da Unidade Popular e de Allende, em 1973. Assim, entre 1973 e 1989, a situação da CEPAL é apontada como de “sobrevivência”, num ambiente continental politicamente conflagrado e abertamente hostil à visão econômica defendida pelos Cepalinos (BIELSCHOWSKI). Um terceiro ponto, diz respeito ao ambiente econômico e ao clima intelectual dos anos 80 e 90 e o declínio da influência da CEPAL. Valendo-me ainda de Bielschowski :

No plano econômico, o fim do ciclo expansivo mundial determinou o início de uma etapa completamente nova da história regional. As duas novidades seriam, primeiro, **uma crescente instabilidade macroeconômica**, que perduraria por bem mais de uma década e, segundo, **e mais permanentemente, a presença crescente do setor financeiro no centro dos acontecimentos econômicos**. Segundo um texto Cepalino dos anos 1980, a fase caracterizar-se-ia pela nova hegemonia do **sistema financeiro sobre o sistema produtivo** (CEPAL, 1985). A idéia era a de que as energias potencialmente dirigíveis à implantação de sistemas diversificados de produção e de exportação são crescentemente sufocadas por políticas econômicas e por ideologias que terminam servindo essencialmente à rentabilidade do setor bancário, prejudicando o crescimento e o progresso técnico. Como é óbvio, as análises sobre o longo prazo, que são a área de

excelência da CEPAL, ficariam crescentemente restringidas pelas angústias do curto prazo. (idem) (2000, p. 46)

E, completando o quadro nada alentador:

A falta de espaço político e as mudanças na economia coincidiram com um terceiro elemento. Na esteira do declínio do keynesianismo, observava-se uma gradual decadência em todo o **mundo da teoria do desenvolvimento**, e uma rápida aparição de uma nova ortodoxia no tocante à análise de economias em desenvolvimento. Nesse plano, ideológico, não foram insignificantes os efeitos da extremada adoção dessa ortodoxia pelos países do Cone Sul. (Ibid)

O fato a ser notado é que, a partir de meados dos anos 70 até os anos 90, há um refluxo no pensamento desenvolvimentista, num ambiente agora dominado pela ortodoxia neoliberal com seu conhecido receituário macroeconômico para os países da América Latina. A CEPAL não parou de produzir. Ao contrário, com uma nova geração de intelectuais fez várias propostas de como enfrentar a crise da dívida, colocou alternativas ao programa neoliberal, mas perdeu em muito sua capacidade de influenciar concretamente os processos em curso.

Por último, não poderia deixar de ressaltar o impacto profundo da CEPAL no Brasil. Não vou repisar o que já é por demais conhecido, mas apenas realçar alguns pontos. De início é preciso lembrar que o Brasil, enquanto participante da ONU, foi a favor da criação da CEPAL, que ponto de vista da diplomacia era vista como um fórum multilateral regional para a discussão das questões econômicas. Assim, a CEPAL promove conferências regulares, em vários países, com representantes diplomáticos e torna-se um espaço para discussões dos problemas econômicos e, paulatinamente, a partir 1951, a discussão caminha em torno de uma possível integração regional (uma zona de livre comércio). Pelo desenho institucional, a CEPAL poderia ter sido apenas mais uma das agências da burocracia diplomática internacional, cujo impacto seria pequeno ou inócuo. Como mencionado anteriormente, é a liderança de Prebisch aliada à qualidade dos intelectuais recrutados que fará a diferença. Se Raul Prebisch tem um papel central na liderança e coordenação geral da CEPAL, enquanto secretário-executivo, Celso Furtado é o seu equivalente e desempenhará esse papel, no Brasil. Recrutado, pela CEPAL, já em 1948, Furtado participará intensamente dos estudos pioneiros (havia uma carência absoluta de dados sobre os países) sobre toda a América Latina, sendo ele responsável por levantamentos realizados no Brasil para uma visão de conjunto da economia. A partir de determinado momento, os escritos da CEPAL e Prebisch passam a circular, no início dos anos 50, entre a intelectualidade brasileira. Entretanto, do ponto de vista mais substantivo, a participação da CEPAL no Brasil, data de 1952 com a Comissão Mista CEPAL-BNDE. Os fatos acerca dessa

comissão são por demais conhecidos. Gostaria de enfatizar que essa comissão coordenada por Celso Furtado fará os diagnósticos e propostas que resultaram no famoso “plano de metas” do governo JK, o primeiro plano na América Latina empregando uma das ferramentas chaves cepalina, o planejamento. Mas, lembra Furtado:

O que não estava no nosso plano, e que evidentemente iria perturbar totalmente o Plano de Metas, era a construção de Brasília, com o esforço financeiro que isso representaria inclusive a grande distorção do sistema econômico. O trabalho do Grupo Misto CEPAL-BNDE foi fundamental para estudar os anos 1950 no Brasil. Ali tínhamos a chance de aplicar uma metodologia que era recente e que se aplicou pela primeira vez no Brasil. O Brasil foi o primeiro país com um Plano de Metas, isto é, com o primeiro plano do desenvolvimento econômico sério feito na América Latina. Foi apresentado de maneira um pouco superficial – a própria expressão “plano de metas” era para evitar a ideia de um programa demasiado integrado e não assustar a classe empresarial. “Metas” é bonito, todo mundo entende, não parece que o Estado vai intervir demasiado na coisa econômica, mas o Estado intervinha de maneira original, e até hoje não conheço exemplo igual, pois por intermédio dos grupos executivos que foram criados o Estado pôde orientar, monitorar todos os setores básicos da comunidade. (FURTADO, 2009, p.108).

Mas, não só isso. Não por acaso, é no governo de JK, auge do desenvolvimentismo, que se dará o experimento que corporifica, de forma muito densa, a tradição cepalina. Trata-se da SUDENE. O projeto da SUDENE, antecedido pelo diagnóstico do GTDN (**Grupo de Trabalho Para O Desenvolvimento do Nordeste**, leia-se, Furtado)¹⁵, e coloca em marcha, talvez pela primeira vez na América Latina, todos os elementos presentes na teorização cepalina para a superação do subdesenvolvimento: industrialização, coordenação estatal, planejamento, reformas. Furtado, como formulador e gestor da SUDENE, com sua equipe, em pouco tempo, consegue iniciar um processo de mudança social em estruturas cuja inércia era secular. É o golpe civil militar que interrompe esse experimento e coloca em estado de hibernação a utopia da redenção regional.

¹⁵ Celso Furtado escreveu o famoso documento “UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O NORDESTE”, publicado em 1959.

3.6 PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E O DESENVOLVIMENTISMO

Não é simples avaliar a importância do PCB na formação e dissolução do desenvolvimentismo. O impacto desse grupamento político entre setores do operariado, nas camadas médias e, dentro delas, na intelectualidade, tem sido reportado como desproporcional ao seu tamanho, bem como às circunstâncias de sua sobrevivência que poderia ser definida como uma semilegalidade durante a maior parte de sua existência. O PCB terá uma elaboração teórica de caráter eminentemente político sobre os rumos do desenvolvimento capitalista no Brasil, desde o início, ou seja, de sua fundação, em 1922. Essa elaboração teórica irá mudando e, em vários aspectos, se consolidando com o passar do tempo e o acúmulo de experiências. Tal formulação, se coloca nitidamente dentro do campo do “marxismo-leninismo” *da Terceira Internacional*. Se é possível considerá-la problemática e até pobre, em vários aspectos, não é possível desconhecer o fato que, diferentemente de outras forças políticas, o PCB conseguiu articular uma leitura do desenvolvimento brasileiro:

Intelectualmente, a prolongada ilegalidade do Partido Comunista favorecerá a crescente subordinação deste aos ditames e ziguezagues da política soviética e, sobretudo, quanto ao aspecto que aqui nos interessa, ao modo de ser, concepções e modo de fazer política do marxismo de matriz soviética... Apesar desse contexto, as razões da defasagem entre influência ideológica e força política e sindical devem ser procuradas sobretudo no fato de "contarem os partidos comunistas com uma teoria explicativa muito superior a das doutrinas políticas vigentes". "Mesmo utilizada de forma inepta - argumenta Darcy Ribeiro-, a teoria marxista revelou uma capacidade de diagnóstico dos problemas do subdesenvolvimento e de formulação de soluções que superou e desmascarou as elaborações conservadoras e também as novas doutrinas justificatórias do *status quo* de inspiração 'positivista' ou 'sociológica'"... Nessas condições e tomando corpo primeiro através do prestígio e, em seguida, independentemente dele, o marxismo de matriz comunista foi capaz de formular uma visão abrangente e complexiva do processo econômico e político brasileiro. (BRANDÃO, 1988, p. 143)

E, na visão de Mantega:

Com base na vertente leninista do marxismo e nas teses da III Internacional para os países coloniais e atrasados - , toma corpo, ao longo dos anos 50, uma interpretação da dinâmica social brasileira elaborada pelos teóricos do PCB (na época, Partido Comunista do Brasil), disputando a preferência dos setores progressistas do país com o Modelo de Substituição de Importações. Trata-se

do Modelo Democrático-Burguês, que buscava inspiração nos textos clássicos do marxismo e nos exemplos históricos dos países socialistas para produzir a teoria marxista da Revolução Brasileira. (MANTEGA, 1984, p. 158):

Se comparada à teorização realizada pela CEPAL, poder-se-ia argumentar que os Cepalinos tinham como objetivo uma intervenção “técnica” que tinha óbvias repercussões políticas, enquanto que o objetivo do PCB era, em si mesmo, político. **Interessa-me, sobretudo, as características das formulações realizadas durante o final dos anos 50 e início dos 60, mas também alguns aspectos da atuação de seus quadros durante o mesmo período.** Nesse sentido, é preciso registrar que Mantega (1984) faz uma análise cuidadosa do que é por ele denominado de “modelo democrático-burguês”. Assim, alguns dos elementos aqui citados, já compõem o quadro por ele desenhando e outros serão acrescentados, tendo em vista o enfoque adotado nesse estudo e as novas abordagens realizadas sobre o papel dos comunistas.

No que diz respeito ao período desenvolvimentista, se considerarmos o intervalo de tempo entre 1930 e 1964, a atuação política do PC é não só importante, mas ímpar. A razão é mais ou menos óbvia: além de se dizer representante de um dos setores sobre o qual se alicerça o “pacto desenvolvimentista”, o operariado é, também, sem sombra de dúvidas o “núcleo mais articulado” de representação das esquerdas, no Brasil. Ele tem uma atuação direta em todas as conjunturas políticas que representaram um ponto de inflexão, seja no período antes de 30, mas exatamente, 1928, com o BOC (Bloco Operário e Camponês), seja nas agitações de 30, na busca de alianças com os tenentes e a cooptação de Luís Carlos Prestes (então, a maior liderança do tenentismo), seja na ALN (Aliança Libertadora Nacional), um dos maiores movimentos de renovação política do período republicano que, em 1935, promove levantes em capitais de importantes Estados como Rio de Janeiro, Recife e Natal, a famosa “intentona comunista”, utilizada habilmente por Vargas para a implantação do golpe que resultaria na ditadura do Estado Novo. Perseguidos, presos, torturados e muitos mortos, os comunistas participarão de forma intensa no período da chamada república liberal (1945-1964). Focando de forma seletiva, estarão na campanha do “Petróleo é Nosso” e, já na semilegalidade (desde 1947 o PCB teve seu registro cassado), farão oposição ao segundo governo Vargas, mudando às pressas o discurso após o suicídio; juntamente com o PTB, darão apoio, embora de forma crítica, ao governo JK, o qual vivenciarão em parte, já sob a égide da famosa *Declaração de Março de 1958*. Ainda, participam da luta pela legalidade em 1961, e, de uma maneira aberta, colocam-se a favor das “reformas de base” do governo Goulart. Apesar dessa trajetória anterior a 30, na visão de um dos mais importantes estudiosos do PCB, Gildo Marçal Brandão:

Mesmo assim, até 1945 a esquerda conta pouco; e falar em partido é claramente um abuso de linguagem. Entre 1945 e 1947, é mais um movimento do que um partido; a ele adere quase toda a intelectualidade mudancista e disputa, com a União Democrática Nacional, as lideranças das entidades que a reorganização institucional da precária sociedade civil da época havia gerado. Mais do que mero resultante de um projeto "leninista", o PC do período dá forma, canaliza ou enquadra vasto movimento das camadas subalternas urbanas, que então emergem na cena política¹ e retomam a tentativa, derrotada nas precedentes ocasiões, de se autoconstruir como classe. Lembrando a observação de Gramsci sobre o caráter descontínuo da história das classes subalternas, deve-se dizer que se trata de um outro partido ou, pelo menos, de uma refundação do partido de 22. (BRANDÃO, 1988, p. 134).

Como é notório, os eventos de 01 de abril de 1964 terão profundas implicações na sobrevivência das esquerdas e do PC. Tendo sido marcado, já no pré-64, por processos de lutas internas que resultam em divisões, a mais significativa dando origem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), o então Partido Comunista Brasileiro (PCB), amargará mais defecções nas suas fileiras e, mesmo não tendo optado pela resistência armada ao regime militar, sofrerá da mesma forma a repressão que se abate sobre todos os oponentes do regime. Portanto, o ponto a ser enfatizado é o elemento político de sustentação ao projeto desenvolvimentista e a sua brusca interrupção.

Há, entretanto, no plano analítico, ao apreciar o envolvimento político dos quadros do PCB, bem como sua avaliação do desenvolvimentismo, elementos que merecem atenção pelo papel que desempenham na conformação de uma visão “marxista” do processo político e econômico brasileiro. Trata-se de chamar a atenção para uma ideia tão cara às esquerdas desse período: *A revolução brasileira*. Título de um dos clássicos escritos, não por coincidência, por Caio Prado Júnior, essa ideia engloba um projeto emancipatório no qual embarcaram amplos setores da sociedade brasileira durante o período do nacional-desenvolvimentismo e mesmo depois do golpe. No caso do PCB a revolução brasileira era lida através do “modelo democrático-Burguês”, “Revolução Democrático-Burguesa”. Como notado por Mantega (1984), várias publicações dessa época fazem referência à ideia de Revolução: *Introdução à Revolução Brasileira* (Nelson Werneck Sodré), *A pré-Revolução Brasileira* (Celso Furtado), *O caminho da Revolução* (Moniz Bandeira), *Perspectivas da Revolução* (Marcos Peri). Como a ideia de Revolução Democrático-Burguesa é conhecida (MANTEGA, 1984; BIELSCHOWSKY, 1988; GOLDENSTEIN, 1994), gostaria apenas de ressaltar alguns aspectos relevantes.

O primeiro deles diz respeito à tensão que se pode verificar entre autonomia de reflexão tática e estratégica dos partidos frente à Internacional Comunista. Essa é umas das disputas

historiográficas, pelo menos no que se refere aos primeiros anos do Partido (mais autônomo), feitas por estudiosos da trajetória do PCB (KONDER, 1988; ZAIDAN FILHO, 1989; BRANDÃO, 1997), a qual quero mencionar, mas não adentrar. Isso significaria, em última instância que o PC, na sua formação, não foi um mero ventríloquo da IC. Entretanto, ao que tudo indica, mesmo que essa hipótese seja consistente, os fatos subsequentes parecem apontar não para uma autonomia, mas para uma heteronomia. Ora, mas qual a importância de tal ordem de fenômeno para o argumento geral do presente trabalho? O resultado parece ser um transplante mais ou menos mecânico de modelos pelos quais se busca detectar as etapas históricas Europeias dentro da história do Brasil. Se contrastado com a teorização Cepalina, nota-se o contraste: intelectualidade da Cepal apropria-se do “universal” buscando criticá-lo à luz do particular, específico, histórico. Já os intelectuais do PCB parecem querer sacrificar o particular, o específico, no “leito de Procusto” de uma suposta realidade universal: a realidade tem de se adaptar à métrica da Internacional. Assim, nos informa o modelo de revolução “democrático-burguesa” que o Brasil tem um passado colonial, semifeudal ou feudal e que, a partir de determinado momento, na impossibilidade de se buscar, de imediato uma revolução socialista, far-se-ia, um primeiro passo nessa direção, numa ampla aliança do proletariado urbano e do campesinato com a burguesia industrial, de corte nacionalista, contra o latifúndio –representativo do feudalismo- e, principalmente, mas não exclusivamente, o imperialismo Norte-Americano, classes sociais que representavam, por diferentes razões, um óbice à plena industrialização do país, ou seja, ao desenvolvimento das forças produtivas. Nesse contexto, a declaração de março de 1958 é de extrema importância, posto que ela é fruto direto de um processo de autocrítica (reconhecimento dos crimes praticados por Stálin) e de ajuste da linha política do partido. Pela primeira vez é reconhecida a magnitude das mudanças provocadas pelo desenvolvimento industrial como elemento “progressista” (BRANDÃO, 1988), antes negado, ou seja, um ajuste de contas com a realidade nacional. Opta-se pela via pacífica de chegada ao poder e toca-se na “questão democrática” interna e externamente. Opta-se, também, por uma política de “frente única”. Mesmo assim, ainda se fala em “feudalismo”:

A frente única se manifesta nas múltiplas formas concretas de atuação ou de organização em comum, que surgem no país, por iniciativas de diferentes origens e de acordo com as exigências da situação. Entre estas formas, a mais importante atualmente é o **movimento nacionalista. O seu desenvolvimento expressa um grau mais elevado de unidade e concentração das forças anti-imperialistas.** Constituiu um fato novo, resultante não só de fatores objetivos, entre os quais o desenvolvimento do capitalismo, que fortaleceu as posições da burguesia, como também das lutas patrióticas de massas, que se travaram durante muitos anos com a participação combativa do proletariado e

de sua vanguarda comunista. **Tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuam contradições com o imperialismo norte-americano (...)** Os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios **pacíficos, a revolução anti-imperialista e antifeudal**. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas, tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade. O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos.” (Declaração de Março de 1958, Voz Operária, p.22;p.358) (grifos meus)

Perceba-se a conjugação entre marxismo (cosmovisão de caráter internacionalista) e nacionalismo desenvolvimentista. Não por acaso se aponta a herança de um dos movimentos mais expressivos do nacionalismo autoritário, no PCB, o tenentismo e sua maior figura, Prestes. Tendo em conta isso, é possível intuir que mesmo a adesão a um modelo explicativo que carece de evidências robustas frente ao real, termina, de alguma forma por fazer concessões a certos imperativos históricos.

O segundo aspecto a ser ressaltado diz respeito aos intelectuais e o PCB. A tentativa aqui é chamar a atenção para a relação entre uma determinada produção teórica e os conflitos que a cercam, nesse caso dentro do próprio partido. Não se pode desconhecer a avassaladora influência dos comunistas sobre a intelectualidade. Apesar disso, há diferença entre simpatizantes e militantes produzindo a serviço de uma causa. Como nos afirma Brandão:

Enquanto movimento de idéias, o legado **teórico dos comunistas brasileiros é relativamente pobre**, trazendo à lembrança a acusação de Gramsci aos pioneiros do socialismo italiano, que não teriam deixado às novas gerações que aderiam à luta política nada mais que artiguetes de jornais e livros esparsos. Como diz Ribeiro de Lira, ‘excetuado o sr. **Caio Prado Jr.**, não há no Brasil nenhum comunista - particularmente nenhum dirigente do PC - que tenha publicado qualquer obra realmente valiosa sobre qualquer aspecto teórico ou prático da política ou da ideologia do partido, pois na verdade não podem ser considerados tais aqueles informes e outros documentos do PCB, cada um dos quais refuta o anterior, e são, de per si, nulos por si mesmos, dada a pobreza de seu conteúdo, para não falar da monotonia sem fim de sua forma, servilmente imitada dos relatórios soviéticos. (BRANDÃO, 1988, p.139).

Entretanto, pelo menos três intelectuais e militantes comunistas e com reconhecimento para além dos círculos partidários, produziram uma reflexão que durante o período desenvolvimentista e, mesmo posterior a ele, forneceu subsídios para a compreensão da

realidade: Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Junior. Tanto Guimarães quanto Sodré foram pensadores que participaram ativamente da política partidária. Os dois são, por exemplo, responsáveis, o primeiro, pela declaração de março de 1958 e o segundo forneceu subsídios para sua implantação e desenvolvimento (BRANDÃO, 1988; MANTEGA, 1984). Alberto Passos Guimarães mais conhecido pelos seus estudos sobre a questão agrária e pelo seu livro *Quatro séculos de latifúndio* (1968). Sodré, historiador, jornalista, militar autor de prolífica obra, pertenceu aos quadros do ISEB, é reputado como principal elaborador da ideia de uma revolução democrático-burguesa. Caio Prado dispensa maiores apresentações, mas vale lembrar que entrou no partido em 1931, militou na ALN (Aliança Libertadora Nacional), em 1935, foi preso e exilado; depois, na redemocratização, em 1946, eleito deputado pelo PCB. Então, é relativamente claro que não se está falando apenas de simpatizantes, mas de militantes. Porém, as teses de Caio Prado Júnior sobre a realidade brasileira são de uma profunda incompatibilidade com PCB, seja quanto ao apoio dado ao projeto desenvolvimentista, do qual era um crítico, seja no que tange à temática da *Revolução Brasileira*, título de um de seus livros que representa um profundo ajuste de contas com a visão dominante. Mais uma vez, sirvo-me de Brandão:

Ao contrário da corrente socialista radical, a orientação *política* de Caio Prado Jr. é uma radicalização interna ao campo do PC a partir de uma leitura centrada na questão nacional e no aspecto econômico-social da democracia, manifesta na oposição frontal à aliança com o democratismo desenvolvimentista de Juscelino. Esta, provavelmente, está na raiz de seu isolamento teórico e político num momento em que, ainda que precariamente, reflexões sobre a questão da democracia política começam a emergir. A tese da inexistência do feudalismo permitirá a atualização de seu pensamento no pós-64, mas como passagem para orientações estranhas à sua visão do Brasil como um país ainda essencialmente colonial e de circunstancial e inorgânico desenvolvimento capitalista recente. (BRANDÃO, 1988, p. 41).

O livro é um grande lamento e uma contundente avaliação das razões da derrota sofrida pelas esquerdas em 1964. Interessa-me aqui, sobretudo, a crítica de Caio Prado às esquerdas, em geral, e ao PCB, em particular, no que tange ao aspecto de uma **importação de teorias**, sendo um dos dados desse processo a completa inobservância da realidade brasileira. Em outras palavras, a negligência no tocante à **especificidade histórica** na qual estamos imersos. Tal fato confere a Caio Prado um lugar singular entre aqueles intelectuais que **chamarei de “antropofágicos”, ou seja, aqueles que tiveram a capacidade de tensionar a relação entre o universal (aqui entendido como as categorias teóricas que têm pretensão de logo alcance e aplicabilidade) e o particular (a realidade histórica específica das estruturas sociais), buscando uma síntese criativa entre essas duas dimensões da realidade. Ao mesmo tempo,**

expõe de maneira clara a dimensão de luta, de conflito, dentro do campo político e intelectual do desenvolvimentismo. Vale a pena lembrar duas passagens:

No Brasil, talvez mais que em outro lugar qualquer (porque o mesmo mal também existiu e ainda existe em outras partes), a teoria marxista da revolução, na qual direta ou indiretamente, deliberada ou inadvertidamente se inspira todo pensamento brasileiro de esquerda e que forneceu mesmo os lineamentos gerais de todas as reformas econômicas fundamentais propostas no Brasil, se elaborou sob o signo de abstrações, isto é, de conceitos formulados a priori e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim — o que é o mais grave —, encaixar nesses conceitos a realidade concreta.” (grifos meus) (PRADO JUNIOR, 2004 p.27)

E:

O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar de “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver restos haveria de preexistir a eles um sistema feudal de esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora, um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo aparentado ao feudalismo em sua acepção própria nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado” (idem)

Caio Prado tinha também uma avaliação diferente da política de alianças propalada pelo PCB e de um integrante fundamental: a burguesia. Não existe tal coisa como uma burguesia nacional com interesses em contradição com o imperialismo ou o latifúndio, a não ser de forma episódica, o que não configura uma situação na qual se poderia pensar na burguesia como um aliado. Na avaliação de José Carlos Reis em *Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução brasileira"*:

Caio Prado quer enfatizar a importância da análise histórica, armada de boa teoria, para a intervenção política (...) O PCB considerava que havia uma aliança dos latifundiários feudais com a burguesia mercantil retrógrada e o imperialismo contra um setor da burguesia progressista, aliada ao campesinato e ao proletariado na revolução democrático-burguesa. Mas tal composição social e sua contradição não existem na formação social brasileira; A classe dominante brasileira é uma unidade na diversidade, um bloco sem cisões: fazendeiros, estancieiros, senhores de engenho, usineiros, burguesia industrial e mercantil. A burguesia brasileira não se opõe também ao imperialismo; ela se subordina como um todo ao sistema capitalista. A economia brasileira exportadora organiza-se em íntima ligação e em estreita dependência do comércio internacional. Os representantes da burguesia brasileira e os do imperialismo entendem-se perfeitamente, já que o Brasil foi uma criação do capitalismo. (REIS, 1999, p.256)

A favor de Caio pesa o fato de que ele não fez essa análise, naquele momento, 1966. Muito anos antes, nos seus escritos e mesmo por ser um crítico ferrenho do governo JK, essa sua posição já estava firmada.

3.7 O INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB)

O ISEB é parte do esforço de uma intelectualidade do pós-guerra que chama si a tarefa de pensar o Brasil nos termos em que o debate da época se colocava, ou seja, industrialização e desenvolvimento. Está, portanto, inserido na linhagem de esforços e teorização que subsidiam o desenvolvimentismo e o nacionalismo. O ISEB é um desdobramento de um grupo concebido por Hélio Jaguaribe, o grupo de Itatiaia (cidade entre o Rio e São Paulo), lugar onde intelectuais das duas cidades se reúnem para pensar as questões nacionais:

O "grupo de Itatiaia" deu origem, em 1952, ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), cuja principal atividade, até 1956, foi a publicação da revista *Cadernos do Nosso Tempo*. A transformação do IBESP no ISEB se deu em 1955. O IBESP teve, porém, algum tempo de sobrevivência: o último número dos *Cadernos do Nosso Tempo*, de inícios de 1956, traz uma ampla análise das perspectivas do governo Kubitschek e, mais importante, um amplo ensaio, "Para uma política nacional de desenvolvimento", que antecipou muitos dos temas do ISEB e até mesmo do Plano de Metas. Nascia assim em direta continuidade com a pequena instituição privada de intelectuais uma instituição de Estado, também pequena de início, mas destinada a uma grande influência intelectual. (WEFFORT, 2006, p.301-302)

O ISEB possui uma especificidade em relação aos outros atores corporativos que participam do período nacional-desenvolvimentista. Ele é uma instituição universitária de ensino e pesquisa, subordinada ao Ministério da Educação. Finalidade: “promoção do desenvolvimento nacional”:

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (...) é um centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário que tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional (TOLEDO, 1975, p. 126)

Portanto, diferentemente da CEPAL, organismo internacional que estabelece parcerias com os diversos governos na América Latina- o caso exemplar, no Brasil é a parceria com o

BNDE- e do PCB, na semilegalidade e órgão político por excelência, o ISEB está incrustado no aparelho estatal. Em função disso, as agruras da tensão entre autonomia e dependência marcará a sua curta trajetória de nove anos de existência (1959-1964). Embora, não se vá encontrar, entre seus membros, uma unidade de posições teóricas e políticas, o que o faz relevante para a análise em curso é o fato de que, na a sua segunda fase (TOLEDO, 1997, p.206), durante o governo Juscelino (1956-60), nacionalismo e o desenvolvimentismo aparecem como uma visão hegemônica na sua produção intelectual. Assim afirma Toledo:

Postular o desenvolvimento nacional, e propugnar pela elaboração de uma ideologia capaz de promovê-lo e incentivá-lo não foi "mérito" exclusivo do presidente Juscelino Kubitschek. Reconheça-se que o ISEB alcançou sua plena vigência e habitat no período juscelinista, mas ressalte-se também que a **temática da "teorização" do desenvolvimento**, como preocupação governamental, já estava em gestação há algum tempo no interior da formação social brasileira. (TOLEDO, 1975, p.125)

Na visão de Bresser-Pereira (2004, p.49-50), que confessadamente tem sua produção intelectual influenciada pelo ISEB:

O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi um grupo de intelectuais de várias origens e especialidades que, nos anos 50, desenvolveu no Rio de Janeiro uma visão coerente e abrangente do Brasil, e do seu processo de industrialização e desenvolvimento. Mais do que isto, apresentou uma interpretação original e poderosa do desenvolvimento brasileiro fundada nos **conceitos de revolução capitalista e principalmente de revolução nacional** (...) O ISEB foi fundamentalmente uma escola de intelectuais públicos que se reúne sob a liderança de Hélio Jaguaribe para pensar o Brasil.⁴ Embora tivessem grande cultura, não estavam principalmente preocupados com as pesquisas acadêmicas, mas em participar da vida pública com sua inteligência.

Na verdade, para ser rigoroso, mais uma vez, o que se constata é que se deve falar de nacionalismos e desenvolvimentismos, postos que há diversidade de visão entre seus membros. Os principais membros do ISEB, neste período são conhecidos:

Os principais intelectuais do ISEB foram os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, o historiador Nelson Werneck Sodré, e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida. Embora o grupo tivesse origem heterogênea – apenas um era comunista (Werneck Sodré), apenas três podiam ser chamados de marxistas (o próprio Sodré, Vieira Pinto, e Ignácio Rangel), e somente dois claramente católicos (Vieira Pinto e Mendes de Almeida) –, o pensamento de todos parecia razoavelmente coeso. Adotavam todos o método histórico de conhecimento, partilhavam uma perspectiva de esquerda moderada, e eram, sem exceção, nacionalistas, fundamentalmente preocupados com a industrialização e a Revolução Nacional Brasileira. Por isso, foram os

principais formuladores da ‘interpretação nacional burguesa’ do Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2004, p.50).

Entretanto, percebe-se que se essa produção teórica, no período indicado, foi hegemonizada por uma perspectiva nacional-desenvolvimentista. É possível dizer que isso ocorre em função da conjuntura dos anos JK. A diversidade de posições políticas e teóricas, entre os nomes supracitados e suas posteriores trajetória, não deixa dúvida. O Próprio Bresser (2004, p.51) assinala isso:

Apesar disso, já no final dos anos 50, o ISEB é vítima da radicalização política que abalaria o país nos anos seguintes. Com a publicação por Hélio Jaguaribe de um livro pioneiro, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (1958), desencadeia-se uma profunda crise na instituição, que acaba resultando em sua saída do ISEB. Nesse livro Jaguaribe reconhece que os investimentos estrangeiros estavam se dirigindo para a indústria. Ao fazer essa afirmação de fato ele contrariava uma tese comum à esquerda e aos nacionalistas brasileiros e latino-americanos, representados pelo próprio ISEB, pela CEPAL no Chile, e pelo Partido Comunista então na ilegalidade no Brasil, segundo a qual o ‘capital estrangeiro’, associado ao setor primário-exportador, seria o principal obstáculo político à industrialização brasileira. Ao reconhecer um papel positivo para os investimentos diretos estrangeiros, ele estava antecipando uma tese da ‘teoria da nova dependência’, que seria formulada em São Paulo e no Chile nos anos 60, depois do golpe de 1964 e da retomada do desenvolvimento em 1967, e se tornaria dominante na América Latina nos anos 70. Seus companheiros, entretanto, não quiseram reconhecer o fato histórico novo, que exigia uma nova formulação teórica.

Na mesma linha se coloca Weffort (2006, p.300):

O ISEB foi a instituição de maior presença ideológica no momento histórico que se abriu com o governo Kubitschek. Criado em 1955 por iniciativa de Helio Jaguaribe (n. 1923), seu primeiro presidente foi Roland Corbisier (1914-2005). A primeira etapa do novo instituto terminou em 1958, em meio a uma crise suscitada pelas críticas de Guerreiro Ramos ao livro *Nacionalismo na atualidade brasileira*, de Helio Jaguaribe. Na ocasião, Jaguaribe e Guerreiro saíram do ISEB, permanecendo Corbisier, que transferiu a presidência, a partir de 1959, a Álvaro Vieira Pinto (1909- 1987). Iniciava-se a segunda fase do ISEB, que se caracterizaria por uma crescente inclinação à esquerda até 1964, quando ocorreu o golpe militar.

Não analisarei a produção teórica do ISEB- algo já realizado e que foge aos objetivos deste estudo-, mas tão somente suas características, contrastando-as com outros elementos que compõem o campo desenvolvimentista, mas especificamente no caso do ISEB, acrescento um campo intelectual crítico ao desenvolvimentismo, a chamada “Escola Paulista”.

A primeira característica a ser mencionada é a busca de uma **identidade nacional**, a **construção da Nação**, busca que se faz, em forma de crítica, aos processos de dominação, não só econômica e política, cultural. A ideia de alienação cultural, de dependência econômica, a construção de uma filosofia e sociologia nacional e, e enfim, de uma ideologia nacional como argamassa para a superação do subdesenvolvimento estão presentes na teorização isebiana. Inspirando-me em Bresser-Pereira, a visão do ISEB é por ele classificada no seu artigo *Interpretações Sobre O Brasil* (1997), como fazendo parte da “Interpretação Nacional-Burguesa”. É importante citá-lo, novamente, para esclarecer o argumento desenvolvido mais adiante. A interpretação nacional-burguesa opõe-se, segundo ele, à “interpretação da vocação agrária da sociedade brasileira corresponde à hegemonia da burguesia agrário-mercantil, tranquila no Brasil até os anos vinte e sob contestação a partir de então.” Assim, segundo Bresser:

Para essa interpretação, o Brasil é o país essencialmente agrícola, é o país cheio de riquezas naturais e de cordialidade, mas tropical e mestiço, portanto, inferior. É o país que Oliveira Vianna (1922) vê embranquecer-se. É o país triste e melancólico em uma terra radiosa de Paulo Prado (1928). É o Brasil macunaímico de Mário de Andrade e da pré-revolução burguesa representada pela Semana de Arte Moderna. É o Brasil moderno porque cafeeiro e paulista, autoritário e corrupto, mas recuperável através de uma democracia das elites, segundo a visão da família Mesquita, no comando do jornal *O Estado de São Paulo*, e de Paulo Duarte. É o Brasil ufanista de Afonso Celso. É o Brasil maravilhoso da casa grande e da senzala, do sobrado e do mocambo de Gilberto Freire. É o país cordial de Buarque de Holanda. É o Brasil essencialmente agrícola de Murtinho e de Eugênio Gudin. (BRESSER, 1997, p.19)

Em contraste,

A interpretação nacional-burguesa, que surge nos anos quarenta e alcança pleno desenvolvimento nos anos cinquenta, reflete as mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil, principalmente a partir de 1930. **É a interpretação do Partido Comunista**, e será principalmente a interpretação do Grupo de Itatiaia, que publica em 1953 e 1955 a revista *Cadernos do Nosso Tempo*, e afinal se reúne no **ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) que, depois de diversos conflitos internos, é extinto pelo regime militar. Será também, embora em menor grau, a interpretação dos economistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, da ONU)**. A interpretação nacional-burguesa começa por uma crítica radical da interpretação da vocação agrária. A cultura brasileira é então definida como alienada, heterônima, transplantada, amorfa, inautêntica, ornamental, marcada pelo complexo de inferioridade colonial. A partir dessa crítica, sem dúvida extremamente aguda, da cultura oligárquica e semicolonial que dominava o país, os novos intérpretes propõem-se buscar uma identidade cultural nacional e a formular um projeto nacional para o Brasil: **um projeto de industrialização e independência política.** (grifos meus) (idem, p.20)

Central para a chamada interpretação nacional-burguesa, apesar da arbitrariedade cometida e reconhecida por Bresser na sua classificação, em função da complexidade e particularidade dos atores envolvidos (BRESSER-PEREIRA, 1997, p.22), é o papel do Estado-Nação, do nacionalismo enquanto ideologia, da burguesia nacional e da industrialização. Esses pontos estarão em disputa a partir do questionamento realizado pela Escola Paulista.

Assim, o segundo aspecto a ser analisado é o conflito entre isebianos e a “Escola Paulista”, leia-se escola de sociologia da USP. Esse ponto é de fundamental importância. É examinando a maneira de estruturação do *campo* e a sua dimensão de *luta* pela legitimação, a crítica realizada à intelectualidade desenvolvimentista, que se poderá entender os diferentes caminhos propostos pelas teorias da dependência. Esse conflito estará presente não só e de maneira emblemática, no famoso debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, mas também terá reflexos, até hoje, no uso que se faz do conceito de “populismo” e do período populista, tão caro à tradição uspiana e não por acaso utilizado para designar “a herança Varguista”.

Assim argumenta Bresser-Pereira (2005, p.204):

Na década seguinte, porém, depois da crise dos anos 60, dos golpes militares e da retomada do desenvolvimento a partir do final dessa década, a visão nacional desenvolvimentista da CEPAL, e principalmente do ISEB, será criticada de forma cerrada pelos sociólogos brasileiros que se reúnem na Universidade de São Paulo, originalmente sob a liderança de Florestan Fernandes. É a escola de sociologia de São Paulo que está surgindo. Tanto o ISEB como a CEPAL e a escola de sociologia de São Paulo foram instituições de intelectuais públicos, embora a última pretendesse ser antes uma instituição puramente acadêmica, mas, entre elas, era o ISEB a que mais se enquadrava nessa categoria.

Bresser tenta demonstrar que a crítica impiedosa feita ao ISEB pela Escola Paulista tinha como alvo o desenvolvimentismo de forma mais geral e atingia os pressupostos mais importantes sobre os quais se assentava a visão isebiana, a visão do PCB e da CEPAL:

Enquanto, de acordo com Norma Côrtes (2003: 27-31), o ISEB era um grupo nacionalista e historicista, que tinha uma visão dualista da história, e pressupunha a possibilidade das alianças de classe, e estava centralmente preocupado com o desenvolvimento nacional obstado pelo imperialismo, a escola paulista adotou uma perspectiva cosmopolita e estruturalista, anti-dualista, enfatizando o conflito das classes – ou seja, a dicotomia esquerda-direita – e rejeitando a possibilidade da aliança de classes, ao invés criticar as relações imperiais existentes entre os países desenvolvidos e os não. O alvo inicial da sociologia paulista foi a escola pernambucana de Gilberto Freire, o segundo será o ISEB. Inicialmente temos apenas trabalhos teóricos, ou então pesquisas de escopo limitado. O primeiro trabalho amplo, que esboça uma

visão do Brasil, e já começa a competir com as idéias do grupo do Rio de Janeiro, será o livro de **Fernando Henrique Cardoso (1964) sobre os empresários e o desenvolvimento econômico, que é publicado no momento em que o grupo do Rio de Janeiro, depois de sofrer a crise interna, estava sendo extinto pelo regime militar.** A visão paulista, porém, só se configura plenamente no final da década, em pleno regime militar, quando a economia brasileira já começava a superar a crise dos anos 60. Configura-se com dois trabalhos muito diferentes, **um de Cardoso e Faletto (1969)**, outro de Francisco de Oliveira (1972), **mas que têm em comum não terem uma visão de nação mas serem de esquerda, rejeitarem portanto a idéia de uma aliança entre empresários e trabalhadores, serem descrentes do desenvolvimentismo,** e criticarem o dualismo otimista do pensamento carioca que supunha que o setor moderno poderia absorver o pré-capitalista no processo do desenvolvimento. (idem, p.207)

É preciso notar que estamos nos movendo no terreno não só de uma crítica puramente teórica, mas no de rivalidades, como atesta a nota de Bresser sobre estudos que recuperam a memória do ISEB:

Fernando Henrique Cardoso faz a crítica inicial das idéias do ISEB (1964: 81-82). Esta crítica é radicalizada mais tarde por dois representantes da escola de São Paulo, Caio Navarro de Toledo (1974) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1978), enquanto Francisco de Oliveira (1972) criticava principalmente o estruturalismo de Celso Furtado. **Alzira Alves Abreu (1975) precisou de muita independência intelectual para defender em Paris uma competente tese sobre o ISEB. Segundo seu depoimento, o tema era visto pelos seus amigos paulistas como impróprio a não ser que o objetivo fosse criticar radicalmente o pensamento do grupo. Extinto e perseguido pelos militares por serem de esquerda, o ISEB foi, assim, vítima de uma crítica equivocada e ressentida originada na própria esquerda.** (idem, p.207)

Já numa entrevista com Gabriel Cohn (2006, p. 128), quando perguntado sobre a questão atinente ao Estado-Nação e as relações ISEB –USP, é possível observar um outro ângulo da questão:

Há uma tese de que a Sociologia da USP não enfatizava essa questão do Estado-Nação tão forte quanto o ISEB. O Bresser-Pereira destaca isso.. Isto é verdade. Na época havia na USP uma insistência restrita ao âmbito nacional, mas que alertava para que o analista não ficasse desatento ao fato de que os grandes processos se davam em escala muito maior. Era uma tentativa de introduzir, de alguma maneira, a grande discussão marxista que queria apanhar tendências que transcendiam, de longe, o nível conjuntural. Isto mantendo a atenção aos problemas ideológicos no âmbito nacional. Isso de fato mostra quão pouco a visão paulista, no debate com o pessoal do ISEB, estava envolvida em um projeto explícito de construção nacional, um grande projeto, por sinal. Foi levantado, muitas vezes, que o pessoal da USP foi injusto com o pessoal do ISEB, não percebeu sua importância. Não era bem uma desqualificação. Mas, havia uma diferença política de orientação.

Assim, em relação ao debate entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, nos informa Gabriel Cohn (idem, p.128), na mesma entrevista:

A grande diferença ficou reduzida ao debate do Florestan com Guerreiro Ramos. Guerreiro era um intelectual de valor. Não era do mesmo porte de Florestan, mas era um intelectual de valor. Naquele debate havia uma proposta, digamos, generosa do Guerreiro, mas, equivocada. *O distanciamento dos dois não era tão grande.*

Quando se reconstrói o debate, as posições se cruzam.. Eu quero reforçar o que a Elide dizia. O debate passava por todas as posições substantivas. Não é à toa que se faz a distinção USP e ISEB, porque eles, nas suas aproximações, nas suas diferenças traduzem muito o grande debate que ocorria na época. A referência à Nação à burguesia nacional. Existe uma burguesia nacional capaz de impulsionar um projeto de governo? O ISEB apostou nisso, e o Partido Comunista, na época, também. O pessoal da USP não apostou, disse que esta aposta não era a mais adequada.

Ainda na visão de Bresser a escola Paulista triunfou em função dos percalços históricos dos outros dois grupos:

Depois do golpe militar de 1964, enquanto o grupo de São Paulo, sob a liderança transitória de Caio Prado Jr., exorcisava a interpretação nacional-burguesa do Brasil, que o ISEB e o Partido Comunista haviam compartilhado, culpando-a pelo próprio golpe, os intelectuais do ISEB haviam sido dispersos. 12 A vitória ‘acadêmica’ da escola paulista foi clara, não apenas porque falavam em nome da ciência, mas também porque lograram com êxito identificar a análise e o projeto político do ISEB com a traição aos trabalhadores e ao ideal socialista. E, com essa vitória, perdura até hoje uma visão enviesada da grande contribuição dos intelectuais do ISEB para a compreensão da realidade brasileira. (BRESSER, 2005, p.215).

O importante é notar que, já antes do golpe de 1964 e se consolidando após ele, temos um “esboço”, por assim dizer, das posições de duas das principais versões da teoria da dependência. Uma das versões da dependência representada pela crítica de um marxismo politicamente engajado, feita ao desenvolvimentismo da economia política da CEPAL e ao reformismo do PC, associada à crítica de uma aliança com uma “burguesia nacional ou nacionalista”. Nesse caso, não se aposta em um processo de industrialização levado a cabo pelo Estado e liderado pela burguesia nacional como uma ponte para o desenvolvimento. Nessa visão, ao contrário, tratar-se-ia de um aprofundamento da dependência. Já a versão do desenvolvimento dependente-associado vai se caracterizar pelo uso de um marxismo acadêmico (nesse caso, na versão uspiana), fará uma crítica ao populismo e ao desenvolvimentismo (vide Getúlio e Jango), e embora afirmando que a burguesia nacional não tem condições de liderar o processo, assume como hipótese que o capital estrangeiro, com a internacionalização dos mercados sendo já uma realidade, representava a possibilidade real de

desenvolvimento, porém associado e dependente. **Numa ou noutra versão, a falência do nacional desenvolvimentismo, como experimentado no Brasil, é decretada como forma de superação do subdesenvolvimento.** Esses serão tópicos que desenvolverei no próximo capítulo

4 DEPENDÊNCIA E OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTISMO

4.1 DEPENDÊNCIA REVISITADA: A IMPORTÂNCIA DO DEBATE

É razoável que se questione o porquê de voltar ao tema da dependência e isso em conexão com o desenvolvimentismo num momento em que essas teorizações, para muitos, aparecem como datadas ou, no mínimo, algo realmente a ser entregue “a crítica roedora dos ratos”. Pelo menos três motivos podem ser elencados para tanto. Primeiro, pela importância e impacto que essas teorizações tiveram à época de suas formulações e que continuam ter até hoje, seja como um paradigma a ser seguido ou completamente negado. Nesse sentido, o presente estudo defende a ideia de que existe pertinência teórica e heurística na produção intelectual realizada pelos “dependentistas”, principalmente, quando acrescidas das novas reflexões que já vem sendo realizadas, ponto este que será analisado mais adiante. Como afirmam alguns autores, dentre eles José Maurício Domingues, referindo-se especificamente à versão Cardoso e Faletto:

“... a teoria parece ainda suportar o ônus da prova do confronto com a realidade, uma vez que seus conceitos principais – dependência, centro e periferia (mais a semiperiferia) e desenvolvimento e subdesenvolvimento – têm bom desempenho ao enquadrar as realidades contemporâneas. Essas questões, bem como a sobreposição entre essas categorias, seguem sendo bastante concretas.” (DOMINGUES, 2010, p. 11)

Entretanto, não só a obra de Cardoso e Faletto tem sido avaliada como ainda relevante. Não pára de crescer o número de publicações retomando outros autores diretamente vinculados à construção da teoria da dependência, inclusive polemizando contra as atuais posições assumidas por Cardoso quanto ao papel da globalização e mesmo criticando posições teóricas assumidas no passado. Assim, autores como Dos Santos, Marini, Bamberger, Frank, vem sendo alvo de vários tipos de estudos (MARTINS, 2011; BICHER, 2013), ao mesmo tempo, suas obras não disponíveis em português vem sendo publicadas (sobretudo pelo CLACSO).

Segundo, elas podem usadas como um caso típico (no sentido de tipo ideal weberiano) do processo de conflito, concorrência e inovação que ocorre no âmbito das teorias sociais. Como tentarei demonstrar a seguir, De um lado, as “teorias da Dependência”, nas suas versões “marxistas”, é uma reação, embora de maneira diversa, ao estruturalismo da Cepal. Por outro lado, é possível afirmar que existe uma versão estruturalista da dependência. Há, entre as versões a serem examinadas, concordâncias, mas também substanciais conflitos e discordâncias quanto à maneira teoricamente adequada de entender o fenômeno da dependência. Os conflitos entre

as versões, bem como os momentos de rupturas e mudança teórica serão examinados como parte do processo de acumulação de conhecimento, apesar de pontos de vistas diferentes.

Terceiro, elas apontam, os limites do desenvolvimentismo enquanto teorização e enquanto projeto político. Mesmo no caso de Furtado, um teórico do desenvolvimentismo, já apontava as limitações desse projeto em curso nos anos 50 e 60, caso mudanças de ordem estrutural não fossem efetivadas. O divisor de águas e, por assim dizer, o teste “severo” das aspirações desenvolvimentistas, ocorreu em abril de 1964 com a derrocada política do Governo Goulart por um golpe de Estado. Temos então um fato de muita relevância quando se pensa no surgimento dessas teorias, aqui me referindo especificamente a versão Cardoso e Faletto e ao grupo oriundo da UNB (Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro): elas representam uma reflexão pós-golpe, pós-trauma, um ajuste de contas com o nacional desenvolvimentismo. Claro está que se trata de um processo que já vinha em curso como se observou no Capítulo passado. O fato é que as previsões da Cepal sobre o processo de industrialização haviam falhado. Nas palavras de um Cepalino:

Os autores afirmam que essa expectativa otimista sobre a viabilidade de um desenvolvimento industrial autônomo, de base nacional, foi desvanecendo nos primeiros anos da década de 1960. As três economias de maiores dimensões pareciam as mais promissoras, mas em nenhuma delas se confirmavam as expectativas favoráveis geradas previamente... Observando-se esses casos em conjunto, o que não se cumpriu das expectativas estruturalistas? Houve aumentos da produtividade do trabalho, mas estes não foram acompanhados por uma forte absorção de mão-de-obra e, portanto, tampouco se refletiram em aumentos de salários e em melhorias na distribuição da renda; sim, houve diversificação da estrutura produtiva, mas os graus da sua complementaridade intersetorial e integração vertical — sobretudo no que corresponde aos ramos produtores de bens de capital — ficaram longe do esperado; o desenvolvimento careceu do caráter nacional que supostamente teria; o Estado foi partícipe, mas não garantiu esse caráter, nem os outros resultados. (RODRIGUEZ, 2009, p.269-270)¹⁶

Então, além de uma situação política, no caso do Brasil, mas em pouco tempo, da Argentina, do Uruguai, Paraguai e do próprio Chile, na qual as forças democráticas tinham sido derrotadas, havia ainda o peso de uma malograda tentativa de estabelecimento de um processo de “desenvolvimento industrial autônomo”. O que deu errado? A tentativa de resposta é urdida na reflexão das teorias da dependência.

Vale ressaltar, ainda, que o próprio conceito de *dependência* aparece como uma espécie de “articulador”, dentro da cena brasileira, não só nas teorias que serão aqui examinadas. Por

¹⁶ Sobre a teoria do subdesenvolvimento nos escritos cepalinos ver RODRIGUEZ (1981).

exemplo, esse conceito foi usado pela intelectualidade do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), embora de maneira diversa (TOLEDO, 1977). Na verdade, o conceito de *dependência* pode ser encontrado em toda uma série de interpretações de cunho político, econômico e cultural que fazem parte do pensamento social brasileiro e latino-americano (LOVE, 1990 p.144).

4.2 TEORIAS DA DEPENDÊNCIA: A QUESTÃO DAS ORIGENS E AS CLASSIFICAÇÕES

Um dos grandes estudiosos das teorias sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina faz uma observação de extrema importância sobre o que as caracteriza:

Although a distinctive body of thought which could be labeled "Latin American school of development and underdevelopment" only emerged in the postwar period, one of its origins can be found in the debate between Victor Raul Haya de la Torre and Jose Carlos Mariategui during the late 1920s and early 1930s. (...) This debate sets the scene for the two major strands which can be found within the Latin American school: the structuralist-reformist and the Marxist revolutionary. What unites these two strands is that they both argue against neoclassical and modernization theory and that they define underdevelopment as being the outcome of a process of world capitalist accumulation which continually reproduces both poles of the world system. They argue that underdeveloped countries have peculiarities of their own and for this reason neoclassical and modernization theory have little relevance for understanding this reality, and worse, the policies which are derived from these theories do not address the fundamental problem of underdevelopment and can even aggravate it. The major difference between these two paradigms is that the structuralists think that by reforming the international and national capitalist systems it is possible to overcome underdevelopment. Meanwhile for the Marxist only world socialism can ultimately overcome underdevelopment and the inequalities of the contemporary world capitalist system. As will be seen next, it is this difference which is at the heart of the Haya-Mariategui controversy. Reform or revolution? This is a key question underlying the discussions of the postwar Latin American development school. The different answers to his question, which were at the centre of the debate between Haya de la Torre and Mariategui in the late 1920s and early 1930s, defined the two major strands within the Latin American development school." (KAY, 1991, p.31)

Assim, reconhecendo as duas vertentes que contribuíram, de forma significativa, para o entendimento dos problemas que solapam o desenvolvimento econômico na região, ele aponta o fato de uma divisão fundamental a partir das premissas adotadas em cada uma das formas de abordagem: reforma ou revolução? De fato, esse é um dilema fundamental quando se pensa tanto na produção teórica, bem como nas opções políticas com as quais se defrontaram a intelectualidade e as elites políticas, nesse caso, principalmente nas décadas de 1950-1960.

Tomando como base a controversa literatura sobre as origens das teorias da dependência, algumas coisas se tornam evidentes. Ela nasce na América Latina, durante a década dos 60. **Nasce dentro de um campo transicional entre a teorização Cepalina e um marxismo não escolástico, que se colocava contra as teorizações da III internacional.** É fato, que encontramos o conceito de dependência bem antes dos anos 60. Mas, como enfatizado, sem se especificar exatamente a que fenômeno estamos nos referindo, tudo pode ser dependente ou, pior, para essa perspectiva, interdependente. Trabalhos enfatizam a herança Cepalina (LOVE,1990,1996), outros a marxista, especificamente uma teoria do imperialismo ou uma recriação dessa teoria, adaptada a periferia (PALMA,1978). O resto parecem ser variações do tema em torno desse núcleo. Não é possível desprezar o fato de que as teorias da dependência são, em última análise, uma arma de combate à desolação política da América Latina. As dificuldades de localizá-las dentro de um espectro marxista tradicional são evidentes. Há um esforço, do meu ponto de vista, anacrônico, à luz do que sabemos hoje, na tentativa de mostrar um maior ou menor grau de fidelidade à tradição marxista representada pelo próprio Marx, Lenin, Trotski, ou outros. Que duas versões foram inspiradas no campo marxistas, não há dúvida, como ficará evidente. Por outro lado, é inegável a novidade que vem associada com a renovação e/ou quebra dessa mesma tradição. Mesmo numa versão considerada mais estruturalista, a influência marxista é perceptível. Não à toa que Furtado ira afirmar que a conceituação centro-periferia de Raul Presbich, implicitamente, tinha como referência uma teoria do imperialismo, já que a Divisão Internacional do Trabalho não “nasce do nada” e é um processo histórico (FURTADO, 2014). Por outro lado, apenas afirmar que o capitalismo é imperialista sem especificar os processos e de que forma isso acontece na periferia é uma platitudes. Por isso, a ideia de uma análise de “situações concretas de dependência” ganha relevo. Nessa mesma linha, não é de estranhar que o núcleo da teoria da dependência estivesse latente nas análises da Cepal. O fato é que, do ponto de vista do marxismo e da escolástica da Internacional Comunista, pela primeira vez se havia delineado um quadro no qual a experiência acumulada e a presença de uma intelectualidade pujante possibilitava formular algo novo. Do ponto de vista da Cepal, com sua teorização e assessoria aos diversos governos, algo tinha falhado. O ponto crucial será responder à pergunta como o capitalismo se forma, como se desenvolve e influencia os países fora da Europa, ou seja, periféricos, e se existem, ou não, possibilidades de superação de uma herança de pobreza e desigualdade.

Assim, se é possível afirmar que as teorias da dependência são uma resposta à derrota política e econômica do projeto desenvolvimentista, é também possível afirmar, a partir do testemunho dos próprios teóricos, que essa elaboração se deu de forma coletiva, simultânea e,

ao que tudo indica, às vezes de forma independente dos núcleos de pesquisadores que estavam diretamente envolvidos nesse processo. Isso é de importância fundamental para o argumento que venho desenvolvendo ao longo desse trabalho, tanto ponto de vista de uma **Sociologia dos intelectuais quanto a Sociologia do conhecimento. Em outras palavras, as teorias sociais são uma construção coletiva; se assentam numa trajetória de grupos na qual conceitos e métodos são criados, debatidos e redefinidos.** Além do mais, essa construção está referenciada dentro de uma estrutura social concreta e é mediada pelos vínculos que os membros de cada grupo possuem em termos de classe, opção política e vinculação institucional, não sendo, por isso mesmo, um processo mecânico, na qual a teoria é uma simples emanção de uma posição de classe ou de uma opção política. Lembro, aqui, a posição de Bourdieu (1980) que pensa a estruturação do campo intelectual comandada por uma lógica interna. Ao mesmo tempo é possível perceber que se *dependência* aparece como um tema estruturador das diversas reflexões, é igualmente perceptível que as análises e especificações de como esse processo ocorre concretamente ganha tons variados e diferentes ênfases. Assim, parece evidente que temos um campo teórico ao qual poderíamos chamar de dependentista, mas ele está longe de ser homogêneo. Nesse sentido, a disputa intracampo se faz em torno não só próprio conceito de dependência, mas principalmente da interpretação desse processo e de seus desdobramentos econômicos e políticos. **É preciso notar que as divisões e tensões, ao que tudo indica, não aparecem temporalmente, com o seu “desenvolvimento”, mas na sua própria estruturação.** Uma das possíveis causas desse fenômeno é o fato de que a estruturação do campo dependentista é um amálgama de posições de crítica ao campo desenvolvimentista pelos que dele não participavam e, ao mesmo tempo, de autocrítica dos próprios participantes do *campo desenvolvimentista*. Como exemplo dos que se colocavam fora do campo, temos Fernando Henrique, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Mariny, como ficará explícito. O caso exemplar dos que se colocavam dentro do campo é Celso Furtado. Mas há outros. Se olharmos a literatura, tanto Furtado, como Osvaldo Sunkel e até o próprio Prebisch no seu último trabalho *O capitalismo periférico* estariam situados dentro desse campo (BRESSER-PEREIRA, 2010, PALMA, 1978, SANTOS, 2000)

Antes de adentrar em detalhes sobre as diferenças de ênfases e mesmo de antagonismo entre os dependentistas, é preciso dar um passo preliminar trazendo à tona as diferentes classificações encontradas na literatura e também utilizadas pelos dependentistas, como forma de por certa ordem naquilo que se aparenta caótico. A discussão dessas classificações tem, ao mesmo tempo, como objetivo demonstrar que existe uma base na literatura (nacional e internacional) para incluir os nomes dos autores que são alvo de estudo nessa pesquisa. Dado o

volume da literatura sobre teoria da dependência, escolhi focar em autores que fazem um trabalho de síntese e são largamente citados, além dos próprios dependentistas.

Na visão de Bresser Pereira (2010), que usa claramente como critério aceitação de que é possível um projeto desenvolvimento nacional posto que existe uma burguesia que abraça essa proposta, existem pelo menos três versões da teoria da dependência, que são as seguintes: a da **“superexploração capitalista”**, da **“dependência-associada”** e da **“contradição nacional-dependente”**:

Geralmente, a interpretação da dependência se divide em duas versões – a versão original da super-exploração e a versão da dependência associada. Houve, entretanto, uma terceira interpretação que denomino “nacional-dependente”. (Idem., 2010, p. 34)

Para que fique clara, a visão da superexploração (marxista) refere-se a André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Na visão de Bresser-Pereira, o que caracteriza essa versão:

A primeira interpretação adota um raciocínio consistente, mas que acaba sendo utópico. Dada a assumida impossibilidade de uma burguesia nacional na América Latina, os trabalhadores não teriam escolha senão trabalhar pela revolução socialista. Era, portanto, uma teoria próxima da do imperialismo, porque admitia claramente a existência do imperialismo, mas ao mesmo tempo criticava radicalmente a interpretação nacional-burguesa por negar qualquer possibilidade de desenvolvimento nacional no âmbito do capitalismo subdesenvolvido. (Ibid., p. 34)

A versão da “dependência-associada” é sustentada pelos trabalhos de Cardoso e Faletto. Quanto à essa versão, escreve ele, resumindo:

A dependência associada pode ser resumida – com todos os riscos implícitos em um resumo – em uma idéia simples: já que os países latino-americanos não contam com uma burguesia nacional, não lhes resta alternativa senão se associarem ao sistema dominante e aproveitarem as frestas que ele oferece em proveito de seu desenvolvimento.¹⁷ (Ibid., p. 34)

¹⁷ Antes de resumir, afirma ele: “A versão da dependência associada derivou diretamente da Escola de Sociologia de São Paulo e é também marxista em suas origens, embora a maioria de seus proponentes tenha abandonado o marxismo depois de ela ter sido formulada¹⁶. Sua análise é uma reação imediata ao golpe militar que começou no Cone Sul em 1964 e uma reflexão sobre o “milagre econômico” que começou no Brasil em 1968. Os pesados investimentos industriais feitos naquela época promoveram mais uma etapa da industrialização por substituição de importações e, ao mesmo tempo, pareciam ser a causa subjacente de um novo pacto político que unia os tecnocratas do Estado aos empresários industriais e às empresas multinacionais, excluindo radicalmente os trabalhadores. Em consequência, o novo modelo de desenvolvimento que emergiu após meados dos anos 1960, ou seja, o modelo de desenvolvimento dependente e associado era autoritário no nível político e concentrador de renda no nível econômico.” (ibidem, p.37)

A última está vinculada aos nomes Celso Furtado e Oswaldo Sunkel (1969)¹⁸. O próprio Bresser adere a essa versão:

A terceira versão da interpretação da dependência é a interpretação nacional-dependente, associada a Celso Furtado e Oswaldo Sunkel. Incluo-me nessa visão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento latino-americanos. Os intelectuais que, a meu ver, compartilham a interpretação nacional-dependente entenderam claramente que a crise política e econômica dos anos 1960 foi causada por uma série de fatos históricos novos que exigiam uma nova interpretação, mas esses fatos não justificavam nem o abandono da crítica ao imperialismo, como aconteceu com a dependência associada, nem a afirmação da absoluta impossibilidade de uma burguesia nacional, como aconteceu com as interpretações da super-exploração e da dependência associada. A interpretação nacional-dependente reconhece o caráter dependente das elites latino-americanas, e por essa razão pode ser considerada como parte da interpretação da dependência, mas, na medida em que trata essa dependência como relativa e contraditória, pode também ser vista como uma interpretação independente. (Idem, p.34)

Outros estudos tentam classificar essas teorias de acordo com a série de temáticas desenvolvidas, levando a uma lógica mais nominalista que substantiva (SANTOS, 2000). As classificações levam em conta diferentes critérios e, por isso mesmo, incluem ou excluem certos autores. Uma das classificações mais interessantes me parece a de Gabriel Palma (1978, p.898). Ele leva em conta os grupos de pesquisa aos quais os estudiosos estavam vinculados. Um primeiro grupo seria o do CESO (Centro de estudos sociales da universidad de Chile) composto por Rui Mauro Marini, Thetônio dos Santos, Vania Bambilra, Andre Gunder Frank, Orlando Caputo e Roberto Pizzarro. Comentando o que é define esse grupo, nos diz dele:

Its essential characteristic is that it attempts to construct a 'theory of Latin american underdevelopment' in which the dependent character of these economies is the hub on which the whole analysis of underdevelopment turns: the dependent character of Latin American economies would trace certain processes causally linked to its underdevelopment. (Idem, p.898)

Um segundo grupo estaria vinculado à Cepal e tem como componentes Celso Furtado e Oswaldo Sunkel. Aqui é importante deixar claro não só as características, mas saber o porquê se colocar dois Cepalinos tão importantes dentro do campo dependentista:

The second approach, found principally in Sunkel and Furtado, is that which is characterized by the attempt to reformulate the ECLA analyses of Latin American development from the perspective of a critique of the obstacles to 'national development'. This attempt at reformulation is not a simple process of adding new elements (both political and social) which were lacking in the ECLA analysis, but a thorough-going attempt to proceed beyond that analysis, adopting an increasingly different perspective. (Ibid, p.898)

¹⁸ A obra de Oswaldo Sunkel (1969) não será abordada nesse estudo. Limitar-me-ei à obra de Furtado.

E, finalmente o terceiro grupo é representado por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Nesse caso, um cepalino, Faletto e um crítico do desenvolvimentismo, Cardoso, mas ambos, à época, vinculados ao ILPES. O que caracteriza essa abordagem, se contrastada principalmente com a primeira, é o foco em a “análise concreta de situações de dependência”:

Finally, I distinguish that approach which deliberately attempts not to develop a mechanico-formal theory of dependency (and much less, a mechanico-formal theory of Latin American underdevelopment based on its dependent character) by concentrating its analysis on what have been called ‘concrete situations of dependency’. (Ibid., p. 899)

E continua ele:

It is not that this approach does not recognize the need for a theory of capitalist development in Latin America, but that (in part as a reaction to the excessive theorizing in a vacuum characteristic of other analyses of dependency) it places greater emphasis upon the analysis of concrete situations. The theoretical reasoning which can be developed at present concerning capitalist development in Latin América is strictly limited by the lack of case studies; the need at the moment is for ‘analytic’ rather than ‘synthetic’ work. (Ibid., p. 899)

Heraldo Muñoz em seu texto *Cambio y continuidad en el debate sobre la dependencia y el Imperialismo* (1978), em que trata fundamentalmente de teorizar sobre o que ele chama de “dependência estratégica”, faz uma distinção que atribui a Gunder Frank entre “a velha dependência”, que numa fase transicional incluiria Celso Furtado e Osvaldo Sunkel, e a “nova dependência” que incluiria o próprio Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Rui Mauro Marini, Anibal Quijano, Cardoso e Faletto. Mas nos adverte em uma nota:

Entre aquellos academicos que concuerdan, en mayor o menor medida, con las posiciones de CEPAL. (...) las posiciones convencionales de la dependencia, se cuentan Anibal Pinto, Miguel Wionczek, Celso Furtado y Osvaldo Sunkel. Debemos destacar, sin embargo, que todo intento de clasificación de academicos en tipologías, constituye, general mente, un procedimiento inadecuado e injusto. Por ejemplo, Furtado y Sunkel bien podrian ser catalogados entre los teoricos de la "nueva" dependencia en virtud de que vinculan a la dependencia con el capitalismo, aunque su metodologia no es la del materialismo dialectico... aun, el trabajo de estos dos analistas, asi como el trabajo de muchos teóricos de la nueva dependencia, ha evolucionado y se ha refinado a traves del tiempo, haciendo que sus contribuciones sean mucho mas dificiles de clasificar. Ver, por ejemplo, Celso Furtado, *La Economía Latinoamericana desde la Conquista Inca hasta la Revolución Cubana* (Santiago de Chile: Editorial, Universitaria, 1969), especialmente pp. 184-213, Y Celso Furtado, "The Concept of External Dependence in the Study of Underdevelopment". en Charles K. Wilber (ed.), op. cit., pp. 118-123; Y Osvaldo Sunkel, "Política Nacional de Desarrollo y Dependencia Externa", *Estudios Internacionales*, vol. I, mayo 1967, Y

Oswaldo Sunkel, "Capitalismo Transnacional y Desintegración Nacional em América Latina", *Estudios Internacionales*, vol. IV, N° 16, enero-marzo 1971, pp. 3-61. (MUÑOZ, 1978, p.90)

O que vale especificar aqui quanto às classificações é o reconhecimento nítido de que: Toda classificação é mais ou menos útil como uma chave heurística, posto que lançam luz em vários aspectos e deixam outros nas sombras. Há uma concordância, embora com diferentes ênfases, de que os dependentistas são oriundos tanto da CEPAL, quanto dos críticos à teorização cepalina. Para usar a linguagem de **Heraldo Muñoz**, a velha e a nova escola da dependência;

A nova escola da dependência tem como principal característica estar dentro do campo marxista, mas, ao mesmo tempo, tendo leituras diferenciadas das possibilidades e dos rumos do desenvolvimento do capitalismo na periferia;

Essas diferenças são o reflexo das trajetórias dos diversos grupos e atores envolvidos no processo de teorização. Como já foi dito é isso que tentaremos explorar em detalhes mais adiante.

É de fundamental importância, para uma análise mais aprofundada o testemunho dos próprios autores, ou seja, como eles próprios se veem nesse processo. No Brasil, a versão de Cardoso e Faletto tornou-se hegemônica dentro do campo dependentista. Por razões que examinarei, só recentemente, a versão da escola do CESO, considerada mais radical politicamente, vem sendo divulgada e debatida. Já nos países de fala hispânica, em função da trajetória de Rui Mauro, Theotônio dos Santos, Vania Bambira e outros membros do CESO, que, com a queda do Governo Allende, experimentaram uma diáspora, e foram se abrigar no México, essa corrente não só tinha plena legitimidade como foi desenvolvida e debatida em seus vários aspectos. Aqui, entramos em terreno litigioso em relação aos motivos pelos quais isso aconteceu. Pode-se dizer que houve uma disputa pela hegemonia do campo. Adiantando, os adeptos da versão considerada mais radical, acusam Fernando Henrique Cardoso de promover um bloqueio deliberado às ideias dos integrantes do grupo do CESO (PRADO, 2010)¹⁹

¹⁹ O título do texto dá o tom da crítica: *História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil Comunicação & política*, v.29, n°2, p.068-094, 2010. Numas das partes o autor afirma "Aqui, na verdade, houve um não-debate, e em seu lugar existiu uma leitura unilateral em relação às contribuições vinculadas ao marxismo e à luta revolucionária latino-Americana. Tais contribuições, além de terem sido alvo da censura e da perseguição política, sofreram um sistemático trabalho de deturpação intelectual, no qual o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso teve um papel central, contando também com a conivência de diversos intelectuais de peso e com uma tenaz inércia intelectual, que apenas recentemente tem sido rompida. No Brasil, foi se construindo uma espécie de "pensamento único" sobre o tema da dependência centrado em grande medida na perspectiva defendida por Cardoso, de tal modo que se firmou um relativo desconhecimento – e até mesmo

Após se constatar a existência de mais de uma versão, uma questão se coloca de forma legítima: o que há de comum entre as versões? Citando dois economistas suecos conhecidos, nos diz Theotônio dos Santos (1998, p.18):

Os economistas suecos Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne se tornaram abalizados historiadores da teoria da dependência. Eles resumem em quatro pontos as idéias centrais que os vários componentes da escola da dependência defendem:

- i) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;
- ii) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;
- iii) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;
- iv) A dependência, não é só um fenômeno externo mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política).

4.3 UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS, DAS OBRAS E CONFLITOS

Esta parte do trabalho tem como objetivo focar dois aspectos distintos, mas completamente imbricados: as trajetórias dos grupos de intelectuais e a obra por eles produzida. A perspectiva adotada é a da sociologia dos intelectuais e da sociologia do conhecimento. A primeira busca enfatizar a ideia que a produção de conhecimento é coletiva, por mais que neles estejam inscritos os traços individuais. Por outro lado, esse conhecimento produzido está ancorado em uma estrutura social e política construída dentro da história, em circunstâncias específicas. Como já assinalado, a ideia é enfatizar que as teorias são **entes históricos**, produzidas para responder às conjunturas sociais e políticas que demandam uma explicação plausível. Mas, se se pode escolher um aspecto mais relevante, por assim dizer, seria o fato óbvio, mas nem sempre realçado nas análises, de que as teorias são construídas de forma processual, num movimento marcado por idas, vindas, reconfigurações, resignificações. Por último, nesse rol de características, o conflito e o dissenso, “entre-grupos” e “intra-grupos”. No caso específico, como já mencionado dos três grupos, dois são formados no Brasil e se agregam a outras pessoas no Chile. Um deles é internacional, mas acolhe os brasileiros que terão

deformação – das contribuições inscritas na tradição marxista, dentro da qual estariam as obras de Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e, principalmente, Ruy Mauro Marini.”

participação decisiva nessa aventura teórica. Então temos os membros do que, usando a terminologia de Claudia Wasserman (2013)²⁰ de “grupo de Brasília”, Consagrada, segundo ela, como “a corrente radical da teoria da dependência” formado por Ruy Mauro, Theotônio dos Santos, Vania Bambirra e André Gunder Frank, que se agregarão ao CESO. Embora essa terminologia seja bastante funcional para o interessante trabalho dessa historiadora, no meu caso vou usar a terminologia de “tradição”, como um recurso para lidar com os outros dois grupos. Assim, o que temos no ILPES não é o grupo da USP, mas a tradição uspiana representada por Fernando Henrique e por Francisco Weffort, que participaram do debate. O próprio ILPES, braço da CEPAL, que, naquele momento pós-golpe de 1964 no Brasil, congregava não só Cepalinos, mas seus críticos. Assim, temos três tradições, olhando a partir do Brasil, a de Brasília, a da USP e, evidentemente, a tradição cepalina. A ideia é, portanto, captar através da história do percurso desses grupos a constituição de pressupostos teóricos, conceitos, as mudanças e rupturas teóricas, os embates, relacionado com as circunstâncias sociais, políticas e institucionais que cada grupo vivenciou. Os instrumentos privilegiados como fontes, bem como o recorte necessariamente feito foram já discutidos em um item de Capítulo anterior.

É mister enfatizar, no conjunto de obras a serem examinadas, a especificidade de cada autor. Os autores examinados serão Fernando Henrique Cardoso (Uspiano), Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos (tradição de Brasília) e Celso Furtado (cepalino). Para tanto, algumas justificativas: Faletto, escreveu juntamente com Cardoso, uma das obras centrais da teoria da dependência. Embora a trajetória de Faletto seja abordada, interessa-me, aqui, diretamente os escritos de Cardoso pela projeção que adquiriu seus e pelo seu papel na construção de uma hegemonia dentro do campo das teorias da dependência, cuja pedra angular, como veremos, foi a fundação do CEBRAP e a participação ativa de seus membros no debate nacional, na militância política contra a ditadura e na formação de novos quadros, uma maneira privilegiada de reprodução de capital cultural e legitimidade científica. No caso da tradição de Brasília, a obra Vania Bambirra não possui a mesma projeção que a de seus dois colaboradores, Santos e Marini. André Gunder Frank, por outro lado, apesar de ser reconhecido como um dos

²⁰ O trabalho de Cláudia Wasserman me serviu de inspiração e fonte, inclusive para pensar a trajetória dos outros grupos. Assim é importante assinalar as razões que a levaram à escolha das pessoas: “Os extratos autobiográficos de alguns destes intelectuais, consagrados como “a corrente radical da Teoria da Dependência”, me permitiram selecionar para este trabalho de pesquisa o “núcleo duro” do grupo: André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. A escolha destes autores não é fortuita e não se deve apenas as suas memórias afetivas, inclusive porque muitos outros nomes aparecem ao longo destes depoimentos. A opção se deve, sobretudo porque estes autores foram aqueles que, nos anos 1960 e 1970, disputaram, com maior intensidade, o significado dos conceitos de dependência e de desenvolvimento, contrariando e se opondo as demais correntes de interpretação presentes no cenário intelectual brasileiro e latino-americano da época”.

fundadores da teoria da dependência, sofreu críticas do próprio grupo, inclusive por sua relutância em assumir o marxismo, e vai ser, aqui, focado tanto em função da sua contribuição para uma teorização da dependência, quanto de sua influência como um dos fundadores da *World System Theory*.

As citações abaixo, embora longas, tem como **objetivo documentar a** visão dos partícipes do campo. Aqui, e nas partes de análise das trajetórias dos grupos, apenas para enfatizar, e se me permitem a expressão, tento trazer à tona o *making off* e tentar captar o complexo processo de construção de teorias. Antes de tratarmos da origem das teorias sobre a dependência, na perspectiva dos próprios teóricos, ou seja, para enfatizar, de como eles mesmos perceberam esse processo, gostaria de retornar aos aspectos relevantes de antecedentes que, sem dúvida, influenciam a maneira como ocorre a teorização. Portanto, estou partindo do pressuposto que há uma linha de continuidade nesse processo, continuidade afirmada às vezes claramente pelos atores em questão. Nesse sentido, faço um recorte no que diz respeito à vida acadêmica (incluindo formação, estilo de trabalho, influências), origem social e a questão da militância política.

4.4 GRUPO DE BRASÍLIA

4.4.1. Formação acadêmica e origem social

Quando se olha a formação dos membros do grupo de Brasília, No caso, Marini e Santos, percebe-se o seguinte: ambos são de origem social de estratos médios; ambos tiveram uma formação humanística sólida. No caso de Theotonio dos Santos²¹, nascido em 1936, realizou seus estudos na área de sociologia e política na UFMG e depois o mestrado em política na Universidade de Brasília. No caso de Marini, nascido em 1932, estudou na Escola Brasileira de Administração Pública, também em Belo Horizonte, e depois um estágio na França de dois anos, com uma bolsa de estudos. O ponto a salientar é que ambos tiveram um contato com o marxismo antes da chegada de André Gunder Frank, bem como tiveram uma militância política, pois foram fundadores da POLOP e o **mais curioso é que Marini atribui a inspiração para a polêmica obra de Frank *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, publicado em**

²¹ Referencio, aqui, sem pretensão de exaustão, alguns dos mais importantes trabalhos de Ruy Mauro Marini (2000; 20005). Trata-se de duas coletâneas em português com alguns dos mais importantes textos desse autor. Ver também o arquivo (<http://www.marini-escritos.unam.mx/>). Da mesma forma, eis aqui algumas das obras mais importantes de Theotonio dos Santos (1965;1969;1971;1972a;1972b;1973a;1973b;2000;2016).

1967, à influência da esquerda revolucionária brasileira²². Isso é importante ser salientado porque a literatura de fala inglesa enfatiza o papel de Frank na formulação da teoria da dependência e a sua influência sobre o grupo deixando nas sombras as possíveis influências que as ideias políticas do grupo exerceram sobre a obra de Frank. Nessa citação, o argumento é invertido. Nas palavras de Santos:

A verdade é que quando realizei meu curso de mestrado na Universidade de Brasília fiz-me paralelamente e definitivamente um especialista em Marx e Engels, com grande conhecimento também da obra de Lenin, Rosa Luxemburgo, Kautsky (até a revolução russa), Bukarin e Trotsky e da história do marxismo. Esta formação marxista se aliava a uma compreensão e a um estudo muito profundo da realidade brasileira, cuja literatura interpretativa eu dominava quase que completamente. Durante o período de estudante da Faculdade de Economia avancei muito no estudo da teoria brasileira do desenvolvimento onde li toda a obra de Celso Furtado, de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Posteriormente fui aluno de Sodré no mestrado onde ele realizou um curso sobre civilização brasileira. Na pós-graduação de Brasília fiz também um curso com a CEPAL (que realizou um acordo com a Universidade de Brasília para oferecer uma visão sintética do curso que realizava em sua sede). Foi então que conheci Maria Conceição Tavares, Aníbal Pinto, Carlos Lessa e Antônio Barros de Castro, entre outros... **Foi na UnB também que conheci Andre Gunder Frank e iniciamos sistematicamente uma colaboração de décadas com Rui Mauro Marini que junto com minha então esposa Vânia Bambirra formamos um trio polemizado no mundo inteiro.** (SANTOS, 1994, p. 20).

Eis o testemunho de Marini

Em abril de 1962, criou-se a Universidade de Brasília, sob a condução entusiasta de Darcy Ribeiro... Integrando-me à UnB em setembro de 1962, como auxiliar de ensino — em 1963, passaria a professor assistente — realizei ali uma das experiências mais ricas da minha vida acadêmica, já como docente, lecionando com Victor Nunes Leal, Lincoln Ribeiro e Theotônio dos Santos, as cadeiras de Introdução à Ciência Política e Teoria Política, a nível de graduação, e co-dirigindo o seminário de pós-graduação sobre Ideologia Brasileira; já como estudante, preparando minha tese de doutorado sobre o bonapartismo no Brasil (cujo texto e materiais se perderiam em 1964, quando da primeira invasão da Universidade pelo exército); já participando das

²² Marini (1990, p.5) nos relata sobre o que seria a esquerda revolucionária: “Isso me levaria, ainda na França, a tomar contacto com o grupo que editava, no Brasil, a revista *Movimento Socialista*, órgão da juventude do Partido Socialista (que publicou um artigo meu, onde ajustava contas com o nacional-desenvolvimentismo), em particular Eric Sachs, com o qual eu viria a estabelecer, a meu regresso, uma grande amizade e cuja experiência e cultura política me influenciaram fortemente. **Esse grupo, com suas principais vertentes no Rio, São Paulo e Belo Horizonte, constituirá, mais adiante, a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP), primeira expressão no Brasil da esquerda revolucionária que emergia em toda a América Latina.** Cabe observar, aqui, que o interesse que a Revolução cubana despertara na França, dando lugar a intensa cobertura da imprensa e à publicação de livros significativos, como o de Sartre, era muito maior que o que se verificava no Brasil — fato que constato com surpresa, ao regressar. Essa situação só se modificará depois da tentativa de invasão norte-americana e da decorrente posição cubana, em favor do marxismo e da URSS. A gestação da esquerda revolucionária brasileira e latino-americana — particularmente na Argentina, no Peru, na Venezuela e na Nicarágua — não é, como se pretende, efeito da Revolução cubana, mas parte do mesmo processo que deu origem a ela — independentemente de que passe a sofrer forte influência sua, nos anos 60”.

atividades diversas que a Universidade promovia, tanto internamente como no plano da extensão; já, finalmente, convivendo com os colegas já mencionados, além de outros — como Andre Gunder Frank, que ali aportou em 1963. Cabe assinalar, aqui, que, embora já possuísse um pensamento inquieto e original, formado ao calor de seu contacto com Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Huberman, em *Monthly Review*, **foi então que Frank — absorvendo os novos elementos teóricos, que surgiam no seio da esquerda revolucionária brasileira — amadureceu as teses que exporia, de maneira provocativa e audaz, em seu *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, publicado em 1967, livro que representa um marco do que viria a chamar-se de “teoria da dependência”.** (MARINI, 1990, p. 5-6).

Uma outra constatação ao se ler os memoriais, inclusive o de Bambirra, é o amplo contato que os três autores tiveram com os formuladores do pensamento desenvolvimentista, principalmente o ISEB. Assim, abundam as referências aos contatos pessoais, ao contato via palestras e debates. Isso demonstra que o afastamento do campo desenvolvimentista acontece com conhecimento das teses e possivelmente a partir do processo de radicalização política que acontece principalmente durante o governo Goulart. E aqui vale uma ressalva: o governo de Jango será duramente criticado pela chamada nova esquerda (refiro-me a ORM-POLOP) como um governo de conciliação de classes e principalmente no que diz respeito à questão da autonomia sindical. No *front* externo, o impacto da revolução Cubana sobre a juventude da América Latina é algo avassalador que, hoje, com a distância e o rumo dos acontecimentos, é difícil de imaginar. Vale a pena documentar a fala de Bambirra (1991) em seu memorial, falando do contexto de debate dentro da UFMG, ela como estudante:

No **final dos cinquenta e começo dos sessenta, Juscelino Kubitschek** havia criado o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), para desenvolver um pensamento nacional, nacionalista. A grande matriz ideológica era a teoria do desenvolvimento, elaborada pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), sob os auspícios do Dr. Raúl Prebisch. Os ilustres membros do ISEB, com exceção de Hélio Jaguaribe, que pronto renunciou à direção do mesmo, por não compactuar com o que chamou de "nacionalismo sectário", foram todos convidados, mais de uma vez, a fazerem conferências para os bolsistas. Por lá desfilaram Roland Corbisier, Gilberto Paio, Alvaro Vieira Pinto e, sobretudo, **Guerreiro Ramos, que se transformou em nosso amigo e padrinho de casamento. Todos esses mestres (Nélson Werneck Sodré só fomos conhecer já na Universidade de Brasília) foram intensamente sabatinados por nós, questionados ou glorificados (...).** Já por essa época, se começava a gestar na cabeça de alguns de nós, pelo questionamento da teoria "Cepalina" e da sua congênere, a "isebiana", os germens ainda muito embrionários da teoria da dependência. A partir de tal questionamento, encontrávamos as bases mais seguras para impugnar a concepção teórico-metodológica e a estratégia e a tática que inspirava o Partido Comunista. Não era possível, intuíamos, conceber urna "aliança do proletariado com a burguesia nacional progressista no interior da qual a classe operária disputaria a hegemonia — na luta contra o imperialismo e o latifúndio". Nós decididamente pensávamos que anti-imperialismo e anti-

capitalismo eram sinônimos, pois as nossas burguesias estavam se integrando ao grande capital monopólio internacional, particularmente ao norte Americano. (Os dados que comprovavam tal hipótese fomos levantar e sistematizar, posteriormente, no Chile.)” (BAMBIRRA, ,1991, p.10)

4.4.2 Militância Política

Como a militância política tanto de Santos, quanto de Marini (Bambirra também fazia parte da militância) são anterior à chegada de ambos no Chile e mesmo na UnB, cabe aqui observar em que termos se deu essa inserção e o grau de envolvimento de ambos. No seu Memorial, Santos não nos deixa dúvida de um profundo envolvimento político de esquerda. Mas do que isso: não se trata de uma simples militância; trata-se de ocupar o papel de formulador e cargo de direção numa organização de esquerda de caráter revolucionário. Posso adiantar que esse tipo de trajetória com um vínculo orgânico tão forte, incluindo-se a vivência de uma clandestinidade (no caso de Santos, entre 1964 e 1966, e no caso de Marini, clandestinidade e prisão), não encontra paralelo nos outros dois grupos a serem examinados. Não é demais assinalar que a POLOP, com a repressão e o cerco à sua militância, assim como à toda esquerda, a partir de 1967, fragmentar-se-á dando origens a grupos que participaram da luta armada. Há também uma alusão clara a Theotônio e Vania como não concordando com essa posição ²³. Como nos diz ele

Em 1961, havia fundado junto com companheiros da Juventude Trabalhista de Minas Gerais, da Juventude Socialista do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia e outros grupos como a Liga Socialista de São Paulo, a Organização Revolucionária Marxista "Política Operária" que ficou conhecida como POLOP. A POLOP marcou profundamente a evolução da vida política da esquerda brasileira e latino-americana e representou a crítica de esquerda mais radical ao stalinismo e aos partidos comunistas, ao mesmo tempo em que superava também os limites do trotskismo, totalmente prisioneiro da experiência soviética e do confronto Trotsky-Stalin. A POLOP se voltava para a experiência política contemporânea, particularmente no Terceiro Mundo e na América Latina e se inscrevia claramente no processo gerado pela revolução cubana em curso e pelas tentativas internacionais e locais de detê-la. (SANTOS, 1994, p.22).

E a continua:

A POLOP, cuja direção nacional assumi em 1964, me conduzia assim a uma ativamilitância política nos movimentos estudantil (6), sindical (7), de favelas (8) e camponês (9), além da participação em campanhas eleitorais e

²³ Sobre a história da POLOP cf. a dissertação de OLIVEIRA (2007).

no debate ideológico. Portanto, estava em plena militância quando ocorreu o golpe de 1964. Apesar de nunca haver abandonado a atividade intelectual, exercia uma ampla militância de caráter político e nos movimentos sociais. Sob a inspiração de Eurico Mendes, pseudônimo de um militante formado na escola bolchevique dos anos 1920 que foi o verdadeiro inspirador da POLOP, iniciei um estudo sistemático da estratégia e tática socialista que resultou em vários cursos para militantes e depois de cunho acadêmico, no Chile e no México. E foi neste contexto de amplo debate ideológico e militância política que iniciei a minha atividade científica.

Assim, Marini, relatando a sua militância, na POLOP, já na UNB, diz ele:

No caso da UnB, vale ressaltar que a esquerda revolucionária se constituiu na força principal do nascente movimento estudantil de Brasília, hegemonizando a Federação de Estudantes que se criou, e —fato inédito no Brasil e na América Latina— de um significativo movimento docente, que deflagrou, em 1963, a primeira greve de professores universitários de que temos notícia, a qual culminou com a formação de uma pioneira Associação de Professores, em cuja direção a nova esquerda era absolutamente majoritária. Seria um erro pensar que ela ficou restrita à universidade: a nova esquerda vinculou-se ao sindicalismo militar então ascendente, principalmente ao movimento dos sargentos, e ao próprio movimento operário que se constituía na capital, a ponto de, no I Congresso Sindical de Brasília, em 1963, estar em condições de bater chapa com o PCB, perdendo por escassa margem. (MARINI, 1990, p.6,7)

E sobre a sua clandestinidade e prisão:

Minha estada em Brasília foi cortada bruscamente pelo golpe de 1964. Naquele momento, eu me encontrava no Rio, onde — sabedor de que era procurado em Brasília— permaneci, o que não impediu que eu fosse sumariamente demitido, com outros doze professores, na primeira medida tomada pela ditadura contra a universidade. Depois de escapar de ser preso, em maio, caí finalmente, em julho, em mãos do CENIMAR. Em setembro, beneficiado por *habeas corpus* do STF (que a Justiça militar negara, anteriormente), fui sequestrado pela Marinha e entregue ao Exército, em Brasília, por conta de outro processo que se me movia por lá. Repeti o itinerário Justiça militar-STF e obtive, em dezembro, novo *habeas corpus*, que desta vez foi acatado. Embora por pouco tempo: não houvesse eu deixado a cidade, discretamente, horas depois da minha libertação, e teria sido preso novamente. Após um período de clandestinidade de quase três meses, quando a pressão policial-militar sobre meus companheiros e minha família tornou-se pesada, a ponto de forçar um dos meus irmãos a passar também à clandestinidade, asilei-me na Embaixada do México, no Rio, e viajei para esse país, um mês depois. (MARINI, 1990, p.8)

O ponto fundamental para o argumento central desse estudo é que, de forma muito clara, nesse grupo, é uma prática política que informa a teorização. Em outras palavras, o que vai se cristalizar em termos teóricos tem sua origem fortemente marcada por uma posição política cuja pedra angular é uma crítica à conciliação de classes, à revolução democrático-burguesa (Burguesia nacional) e a inviabilidade de superação da dependência nos limites do capitalismo.

Os textos desse grupo apontam o socialismo como saída. De fato, ecoam as posições políticas da POLOP. Assim, a trajetória desse grupo oferece um contraste nítido com a tradição uspiana, representada por Cardoso, que é fundamentalmente de caráter acadêmico. Na tradição uspiana, no caso em apreço, a academia vem antes da militância. Cardoso chegara à conclusão que a burguesia era internacionalizada e será uma crítico do nacional-desenvolvimentismo, a mesma posição, em termos gerais, esboçada pela tradição mais radical da teoria da dependência, não a partir de um envolvimento político direto, mas via pesquisa realizada sobre o empresariado. Seu envolvimento político acontecerá depois. Paradoxalmente, como se verá, por razões diferentes, ele sustentará a posição de que é possível ter desenvolvimento e dependência, ao mesmo tempo. No fundo, como nos diz Kay (1991), o dilema das teorias latino americanas reflete a disputa entre Haya de La Torre e Mariátegui, qual seja, reforma ou revolução.

4.4.3 Andre Gunder Frank

Frank é sem dúvida umas das figuras mais controversas de todo o movimento dependentista. Alemão, de origem judaica, nascido em 1929, com *Phd* em Economia pela Universidade de Chicago, é certamente uma das mentes mais irrequietas de todo esse movimento. Pelo que se observa em sua autobiografia, Frank vem de uma família de classe média que aparentemente experimentou dificuldades financeiras em função da imigração forçada pela ascensão do nazismo. Conhecia bem a América Latina. Viveu no Chile, casou-se com uma chilena, depois veio ao Brasil, morou no Rio de Janeiro e em Brasília. Após o golpe de 64, voltou ao México e em 1968, ao CESO, no Chile. Depois do Golpe foi para o México. Conhecia bem o debate sobre desenvolvimentismo e dele participou no Brasil, escrevendo artigos e polemizando. Foi convidado por Darcy Ribeiro para compor a equipe da UNB. Do ponto de vista teórico, sua importância está no pioneirismo de síntese de certas ideias. também colocada na transição de uma teoria da dependência para a constituição de uma teoria ou de teorias do sistema mundo. A partir de sua autobiografia e de literatura sobre a dependência, gostaria de fazer algumas observações.

Ele nos diz sobre o encontro com seus parceiros em Brasília e participação no debate sobre desenvolvimentismo:

At the University of Brasilia, **Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, and his wife Vania Bambirra** were my students; and Marta was Vania's. None of us had yet thought of what **would become our dependence theory**. Of course, neither could we then know how Latin American and our political

developments would later entangle our personal, intellectual and political paths. (FRANK, 2010, p.11).

E a participação no debate:

wrote my first three theoretical works in Brasilia and later in Rio, where our first son was born in 1963. They were directed at once against development theory and policy derived from neo-classical and monetarist development theory; against Keynesian and structuralist explanations; and against CEPAL/ECLA, Alliance for Progress, and orthodox Marxist and Communist party theory, policy and praxis. I put them all in the same sack. The reason was that, whatever their differences, they all shared the view that underdevelopment was original or traditional. They all posited that development would result from gradual reforms in dual economies/societies, in which the modern sector would expand and eliminate the traditional one. Like Foster-Carter (1976), Diana Hunt (1989:172) regards my critique as **'an archtypal example of a paradigm switch.'** She wonders whether I had read or even heard of **Kuhn's book**. I had not. I quarreled with these orthodoxies more about their vision of underdevelopment than with their idea of development itself.(idem,11)

Conhecido por seu trabalho (1966) *'The Development of Underdevelopment'*, Monthly Review 18(4): 17–31, Inspirado e dedicado a Paul Baran²⁴, Frank defenderá a ideia que basicamente é partilhada por todas as correntes dependentistas de que o subdesenvolvimento é o resultado histórico do desenvolvimento dos países centrais. Porém, outra tese mais geral não encontra unanimidade: que o desenvolvimento dos países periféricos seria extremamente limitado e, em ultima análise, é possível apenas fora dos quadros do sistema capitalista. Mas, quais elementos estavam presentes na teorização de Frank (idem, p.12) que o fazem chegar a essa conclusão?

The first of the three works argued **against dualism**. It went into battle especially against the then left-right-and-center dominant version according to which **Brazilian and Latin American (traditional) agriculture is feudal and that therefore capitalist reform was on the order of the day**. The **second work** in 1963 was a much farther ranging critique of received theories. After a dozen rejections, it was finally published in 1967 under the title **'Sociology of Development and Underdevelopment of Sociology.'** **I rejected the notion of 'original' underdevelopment, 'traditional' society, and subsequent 'stages of growth,' and the analysis of development**

²⁴ “Frank delimitó su posición radical y teórica en la primera oración de su libro pionero (1967a: vii): “Al igual que Paul Baran, creo que el capitalismo, tanto mundial como nacional, es lo que en el pasado produjo el subdesarrollo y lo que sigue generándolo en el presente”. Es evidente que Baran ejerció una influencia preeminente en sus ideas, pero sus viajes a América Latina y su relación estrecha con los intelectuales latinoamericanos, desde su primera visita a México en 1959 y a Cuba en 1960, tuvieron un impacto determinante en sus escritos y en su política. Se mudó a Brasil en 1963 para dar clases en la recién creada Universidad de Brasilia, donde tuvo como estudiantes, entre otros, a Ruy Mauro Marini, Theotonio Dos Santos y Vania Bambirra, quienes después serían sus colegas en Chile. ” (KAY, 2006, P.182-183)

through neo-Parsonian social pattern variables and neo-Weberian cultural and psychological categories. The third work in 1963 sought to develop an alternative reading, interpretation, and theory of the development of underdevelopment. I saw it as the result of dependence and as the opposite side of development within a single world capitalist system. All of these ideas and terms were in the original 1963 manuscript, which was not published until 1975 as *On Capitalist Underdevelopment*. It was quite a task to pose these questions, then to rethink the answers, and finally to persuade others to rethink both.

O dado a ser observado, no caso Frank, são as datas por ele elencadas. O ano dos três trabalhos teóricos que fundamentam a ideia de **“desenvolvimento do subdesenvolvimento”** é 1963. No Brasil, governo Goulart, portanto, antes do golpe militar e do exílio. Isso demonstra que o conjunto de ideias críticas ao desenvolvimentismo estavam ganhando corpo durante a crise e vai se solidificar no exílio. Mas, interessantes são as fontes por ele utilizadas para construir sua teorização: Além de Baran, com a ideia de que o desenvolvimento dos países periféricos era visto com hostilidade pelos interesses dominantes dos grandes centros, lança mão de Caio Prado Júnior, com sua perspectiva de um passado não feudal; a CEPAL, na sua equação centro-periferia, reproduzida como metrópole-satélite e de Pablo Gonzales Casanova o conceito de “colonialismo interno”, significando a reprodução, em menor escala dentro dos “satélites”, das relações de dominação (LOVE, 1990, p.164). Vale lembrar que Caio Prado era um crítico feroz tanto da CEPAL quanto do desenvolvimentismo e, principalmente, das teses do PCB sobre resquícios feudais e a estratégia da revolução burguesa. De acordo com Love (1990:163), Caio Prado Júnior teve decisiva influência sobre Frank, que inclusive publica um artigo na Revista Brasileira cujo título é “A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o mito do Feudalismo”.

Assim, o alvo das críticas de Frank é o dualismo, ou seja, a ideia de que existem os polos dinâmicos vinculados ao mercado externo ou já transformados pela inversão de capital estrangeiro, mas com eles coexistem restos não capitalistas. A argumentação de Frank é no sentido de demonstrar que o modelo que prevalece, mesmo na fase do capitalismo mercantil, é capitalista. Nesse caso, ele vai de encontro à ideia de um suposto resíduo feudal que daria ensejo a uma revolução democrático-burguesa. Vai também de encontro às várias propostas de uma teoria da modernização encontrada na teorização parsoniana. Um dos pressupostos de Frank é que o desenvolvimento não ocorre por uma sucessão de estágios. Os países que hoje são desenvolvidos, hoje, nunca foram subdesenvolvidos, foram, sim, não-desenvolvidos. O subdesenvolvimento é produto histórico da relação entre metrópolis e satélites. Gabriel Palma (1978, p. 819) resume assim a análise de Frank:

Starting out with this analysis Frank attempts to develop the thesis that the only political solution is a revolution of an immediately socialist character; for within the context of the capitalist system there could be no alternative to underdevelopment (Frank, 1967). For the purpose of this analysis we may distinguish three levels in Frank's 'model of underdevelopment'. The first is that in which he attempts to demonstrate that Latin America and other areas in the periphery have been incorporated into the world economy since the early stages of their colonial periods. The second is that in which he attempts to show that such incorporation into the world economy has transformed the countries in question immediately and necessarily into capitalist economies. Finally, there is a third level, in which Frank tries to prove that the integration of these supposedly capitalist economies into the world economy is necessarily achieved through an interminable metropolis-satellite chain, in which the surplus generated at each stage is successively drawn off towards the centre.

A despeito das críticas que sofreu, inclusive, dentro do próprio campo dependentista, principalmente de Cardoso, a análise de Gunder Frank se revela um marco. A sua ideia de **desenvolvimento do subdesenvolvimento** tornou-se uma marca registrada. Ele é considerado, na literatura, um dos pais da teoria da dependência e, juntamente com Wallerstein, Arrighi e Amim, um dos fundadores da *World-System Theory*.

Importa, aqui, notar, o testemunho de Frank (1996, p. 15) quanto à teoria da dependência nas suas várias construções:

My friends were then also writing their own dependence books. Cardoso and Faletto (1979) wrote their *Dependence and Development in Latin América*. Later some 'historians' and commentators outside Latin América would jump to the unwarranted conclusion that my writings were inspired by them, and others that their book was written in answer to mine. Neither was true, although Enzo Faletto had read my chapter on Chile in 1964. Dos Santos wrote various articles on dependence. However, Theotonio always maintained rather reformist leanings. Nonetheless, others called his writings and mine, and later also those of my other Brasilia friend Ruy Mauro Marini, 'new' dependence writings. Supposedly, they led to more 'revolutionary' conclusions than Cardoso and Faletto's version of dependence. They and Quijano were working in departments of ECLA/CEPAL (and ILPES), whose inwardlooking Latin American industrialization program was running out of steam. Therefore, Prebisch himself now recommended more radical reforms, and his younger co-workers all the more so.

4.5 A TRADIÇÃO USPIANA: FERNANDO H. CARDOSO

Ao contrário de uma tradição de envolvimento político, a tradição uspiana, liderada nesse caso por Florestan Fernandes, tentava estabelecer um novo padrão científico de trabalho. Aqui farei um recorte focado na figura e obra de Cardoso. Assim, um exemplo contrastante é o próprio seminário de Marx, do qual Florestan não participou e segundo o relato de Cardoso, Florestan não gostava da ideia, mas é um indicador das diferenças de postura entre os dois grupos²⁵. Tratava-se não de um envolvimento político partidário, mas teórico, como bem descreve Cardoso, numa entrevista, em que comenta vários aspectos da sua formação acadêmica, seus trabalhos e inclusive como surgiu a perspectiva da dependência. Note-se que, diferentemente da universidade de Brasília, já organizada em moldes mais modernos, a USP, à época de formação de Cardoso, imperava o sistema de cátedras, o professor catedrático e seus assistentes. E nesse contexto que ocorre a fala de Cardoso:

Quem, dos assistentes, defende a tese primeiro? Fui eu. Fizemos pesquisa no Rio Grande do Sul, no Paraná e em Santa Catarina, em conjunto. Eu defendi a tese (*Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*), em 1960. Nessa época, nós já tínhamos passado pelo seminário do Marx.

O seminário Marx é uma coisa importante? Muito importante, isso foi na segunda metade dos anos 50. A idéia inicial foi do Giannotti. Bem, retomando a estória do seminário, Giannotti voltava naquele momento da França entusiasmado com a idéia de análise estrutural de texto, influenciado por um de seus professores franceses, chamado Goldmann, eu creio. Então, ele nos propôs e começamos a fazer o seminário do Marx. Roberto Schwarz conta essa história toda, não preciso falar de novo. Ele teve importância porque minha formação incluía a leitura de Mannheim, de Durkheim, de Weber e dos textos que o Bastide introduzira. Mas nossa visão básica provinha do funcionalismo (Talcott Parsons e Robert Merton), a bíblia do Florestan naquela época. Eu tinha tido participação política nos anos 1951,1952, na revista Fundamentos, ligada ao Partido Comunista, com Caio Prado Jr. e Fernando Pedreira que era casado com a Renina Katz... Na verdade, a desilusão como mundo comunista ocorria por ondas nas gerações de intelectuais. O ciclo de uma nova geração se entusiasma utopicamente, depois vem a desilusão. Agora talvez não haja mais essas ilusões, mas no passado elas eram fortes. Então, quando nós fizemos o seminário do Marx, já tínhamos passado por essa desilusão, e não tínhamos nenhuma ligação política. *A ligação era teórica?* Era teórica, embora nossa sensibilidade fosse realmente de esquerda, mas não era com o comunismo, com a União Soviética, com o Partido. As pessoas que participaram desse seminário eram de formação muito

²⁵ “Quando o seminário começou a se reunir, as figuras constantes eram Giannotti, Fernando Novais, Paul Singer, Octavio Ianni, Ruth e Fernando H. Cardoso. Com estatuto de aprendizes, apareciam também alguns estudantes mais metidos: Bento Prado Jr., Weffort, Michel Löwy, Gabriel Bolaffi e eu. A composição era multidisciplinar, de acordo com a natureza do assunto, estavam representadas a filosofia, a história, a economia, a sociologia e a antropologia. Vivíamos voltados para a universidade, mas nos reuníamos fora dela, para estudar com mais proveito, a salvo da compartimentação e dos estorvos próprios à instituição” (SCHWARZ, 1998,p.100).

variada, militante mesmo tinha sido o Paul Singer, mas nunca foi comunista, foi socialista. (CARDOSO, 2006, p. 67-94):

Aqui vale a pena focar em partes da entrevista que são elucidativas da perspectiva que se tinha na USP sobre o desenvolvimentismo e sobre a maneira de uso do marxismo fruto do “seminário de Marx”:

Nós tínhamos uma visão sobre Guerreiro Ramos e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros muito depreciativa, porque em nossa cabeça nós éramos, efetivamente, os "cientistas" [risos].

E eles faziam política? Eles faziam política.

Vinculados ao governo? Vinculados ao governo e isso era inaceitável... Mas, para voltar a sua pergunta, de fato, se não tivesse havido o seminário, eu escreveria de modo diferente o livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*... Os intelectuais de orientação mais comunista ainda ficavam nas teses do feudalismo, latifúndio, traços dos feudalismos, resquícios do feudalismo, como pano de fundo da história brasileira. Para nós era muito difícil aceitarmos essas posições. O quadro conceitual do qual nós provínhamos, no seminário de Marx, levava-nos a criticar a visão simplista da transposição das "etapas" do capitalismo para entender o desenvolvimento do capitalismo mercantil que se desenvolvia nas Américas, baseado na escravidão. Mesmo antes, com a leitura de Mannheim, já dava para entender nossa evolução histórica sem recorrer ao funcionalismo, mas também sem cair no mecanicismo do marxismo vulgar. A esquerda tradicional não entendia o que estava acontecendo. Touraine, que nos deu aulas em 1959 e em 1960, tinha uma outra visão. Ele vinha da França e dizia: "Não dá para estudar a classe operária brasileira como se fosse a classe operária francesa".

Por que gosto do livro do Tocqueville? Porque Tocqueville viu que a América não era a Europa, que havia outro princípio fundamental nessa sociedade e tentou entendê-la a partir de Montesquieu - de quem gosto muito também. A "natureza" da sociedade americana, comparada com a européia, é outra. Nela haveria outro "espírito das leis". Na América, era necessário estudar a religião, a coesão, o espírito comunitário, e não a existência de hierarquias, como na sociedade européia. Tocqueville não vê a América como réplica da Europa. Mas é preciso complementar essa ponderação com a análise de Marx. Há determinantes que são gerais; outros são específicos. O que conta para se entender a realidade não é o geral, é o específico, ou melhor, a relação entre um e outro. Veja na teoria da dependência, do desenvolvimento dependente: de um lado há o capital financeiro, o industrial, que se espalham pela periferia e respondem à dinâmica geral do capital. Isso tudo é verdade. Mas eles se configuram de uma forma diferente em cada tipo de sociedade nacional naquilo que Prebisch chamava de "periferia". Uma coisa é o enclave, outra é o produtor nacional, e outra ainda é quando vem um estrangeiro e investe aqui. **Não teríamos a teoria da dependência sem o livro Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, não é?** Não. Nem sem o *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. **Alguns de seus críticos não entendem isso porque não lêem o Capitalismo e escravidão?** Não lêem. E acham que eu estou naquela de "esqueçam o que escrevi". Jamais diria uma besteira dessas. O que vale é o que eu estou lhe dizendo agora.

Antes de continuar, gostaria de chamar atenção para os seguintes pontos: primeiro, a rivalidade entre o grupo da USP e o ISEB, visto como um grupo nacionalista e

desenvolvimentista, vinculado ao governo. Já fizemos referência a esse fato no Capítulo anterior, inclusive ao debate entre Guerreiro Ramos e Florestan. Mas, aqui, cabe uma especificação, posto que estamos lidando com Cardoso e buscando um contraste com outro grupo. Numa outra entrevista, essa mais recente, concedida à Comissão Nacional da Verdade²⁶, Cardoso faz alusão que Darcy Ribeiro, amigo de seu pai e também seu amigo, teria convidado pessoas da USP para compor a UNB, na área de Ciências Humanas. O convite não foi aceito, porque na USP embora as pessoas fossem de esquerda “não gostavam do Jango”. Assim, fecha-se um ciclo do qual se conclui que a questão não era apenas o ISEB, mas o aparato desenvolvimentista. Uma segunda questão diz respeito ao marxismo adotado por Cardoso que, como já observado, deriva do “seminário de Marx”. Aqui está claramente colocado o fato de que houve uma renovação na leitura de Marx aplicada à realidade brasileira. Aqui, mais uma vez, a ideia de especificidade aparece no discurso e merece ser ressaltada. É interessante notar que essa ideia está presente tanto no marxismo do grupo da UNB, quanto na USP, mas com resultados diferentes no tocante às possibilidades de desenvolvimento na periferia. Aqui, mas uma vez a ideia de **antropofagia teórica**, buscar o que é específico, particular, sem cair num particularismo, mas tentando num segundo movimento conectá-lo ao geral. Terceiro, está colocada a ideia de uma continuidade em relação à obra produzida. Mas do que a continuidade, pode-se pensar no processo de acumulação de conhecimento. Assim, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (2003, reedição), tese de doutorado, trata da especificidade de um capitalismo de base escravocrata. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1964) trata do papel do empresariado nacional no desenvolvimento do capitalismo no Brasil. É a partir das conclusões desse último estudo que Cardoso nega o papel atribuído à burguesia nacional num visão de uma revolução democrático-burguesa. Portanto, Dependência e Desenvolvimento na América Latina representa, sim, uma inovação, mas ao mesmo tempo, uma continuidade.²⁷

²⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DpTT19wIQeY>

²⁷ Referencio, aqui, algumas das principais obras de Cardoso para o debate sobre dependência (CARDOSO, 1971;1975,1976,1977, 1985,1995)

4.5.1 A trajetória do cevalino Enzo Faletto

O objetivo, mais uma vez, é formar um quadro coerente que possa evidenciar as conexões entre o tipo de produção intelectual e a óbvia relação com os fatores mencionados como inserção institucional, treinamento, origem de classe e opção política. No caso de Faletto, coautor do livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, chama a atenção o fato de que, no Brasil, ele teve sua figura ofuscada pela projeção de Cardoso. Assim, embora a coautoria seja formalmente reconhecida, tudo se passa como se o que foi escrito tivesse um único autor, inclusive na polêmica intracampo. Não há aqui nenhuma insinuação de que isso tenha sido produzido intencionalmente por Cardoso ou por qualquer outra pessoa. No caso de Cardoso, ao contrário, o próprio Enzo dá testemunho que havia uma relação de amizade profunda para além das tarefas profissionais. Mas, como se poderá observar, essa imagem que acaba por relegar a participação de Faletto a algo menor, não condiz com a realidade. Faletto teve participação em fases decisivas na implantação de um estilo de reflexão sociológica que se tornou um modelo na América Latina. Por exemplo, ele, Medina Echevarria e Luis Ratinoff, elaboram conjuntamente o famoso informe publicado pela Cepal “Desarrollo social de América Latina en la posguerra” (1963), uma primeira apreciação global das transformações ocorridas entre 1945 e 1960. Além disso, atuava na Cepal e no Ilpes antes de Cardoso. Objetivamente, qual a importância desse fato? Ora, uma das qualidades do livro *Dependência* é exatamente sua visão de conjunto da América Latina. A América Latina não estava no radar de Cardoso como objeto de estudo. Isso só veio acontecer no Chile. Numa entrevista para o CPDOC²⁸, da FGV, na qual relata o contexto de surgimento da teoria da dependência, Cardoso (2012, p.21, 22) afirma:

Mas, então, quando eu fui para o Chile, já tinha tido uma experiência como sociólogo maior com os empresários e tal, e o Chile mudou minha cabeça de novo, porque eu descobri a América Latina... Nós fomos formados aqui olhando para a Europa, não é?! E nada mais. Muito pouco. Eu conheci um pouco os sociólogos argentinos, Gino Germani, Torquato Di Tella. Com esses eu tinha relacionamento.

Nesse sentido, Faletto estava melhor equipado por sua inserção e treinamento na Cepal.

Enzo Faletto Verné, um chileno de descendência italiana, graduado em história, mas reconhecido pelo seu trabalho de Sociólogo, foi professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, na qual obteve seu mestrado, pesquisador da Comissão Econômica para a

²⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Fernando Henrique Cardoso (depoimento, 2011)*. Rio de Janeiro CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2012. 57 p.

América Latina (Cepal) e do Instituto Latino-Americano de Pesquisa Econômica e Social (Ilpes). Morto em 2003, Faletto teve uma amostra de sua obra publicada em uma antologia pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais- Clacso (FALETTO, 2009). Sem dúvida, a sua obra mais conhecida é a que escreveu em coautoria com Cardoso. Entretanto, nessa ontologia, encontramos temas que são tradicionalmente cepalinos e ligados à problemática do desenvolvimento, globalização, neoliberalismo e temas focados diretamente nas questões políticas e sociais do seu país, o Chile. No que tange diretamente aos objetivos do presente trabalho, foi publicado um interessante texto de Faletto sobre o surgimento da teoria da dependência a partir de uma perspectiva da história das ideias (FALETTO, 1998) e ele também concedeu uma entrevista muito esclarecedora que foi publicada ou republicada postumamente (FALETTO, 2007). Como ele mesmo narra, não teve uma formação sistemática no secundário:

Meus estudos secundários foram bastante informais, eu pertencia à categoria de “menino problema”. Houve um período, quando eu tinha 14 ou 15 anos, em que quis me alistar na Legião Estrangeira, mas não consegui e entrei para a Escola Naval, que ficava mais perto que Puerto de Valparaíso, mas longe o suficiente da minha casa. Mas também aí não me adaptei e fui expulso, de maneira que só me restou começar a trabalhar. Meu pai tinha um armazém em Santiago, ou seja, na minha casa havia comida e castigos também [risos]. (idem p.189)

A referência ao trabalho, dentro desse contexto, parece indicar, como ele mesmo insinua, ser mais a imposição de um castigo do que por necessidade. Assim, ao que tudo indica, se não vinha de família abastada, fazia parte de uma camada média. Voltando a questão da sua formação e treino, alguns aspectos parecem ser importantes de ressaltar. Um deles, diz respeito ao fato que na época em que entra na universidade, não havia curso de graduação em Sociologia no Chile. Isso contrasta, por exemplo, com a situação vivida por seu amigo Cardoso no Brasil. Dessa forma, é apenas por uma coincidência que Faletto acabara adentrando essa aérea. Isso aconteceu em função de um convênio entre o Instituto de Sociologia do Chile, recém-fundado, que em convênio com universidades de vários países recruta e envia alunos para serem treinados formalmente na área de Sociologia. Recebem, também, a visita de pesquisadores. Uma das áreas de interesse das instituições envolvidas no convênio era a sociologia do trabalho. Um dos pesquisadores que veio ao Chile com quem Faletto trabalhará em uma pesquisa é Alain Touraine, que, posteriormente, tornou-se um grande nome da Sociologia:

Tinha 20 anos. Comecei a estudar Licenciatura em História, mas a verdade é que não tinha o menor interesse em pedagogia, algo que surgiu só depois. Meu interesse maior era em história. Em 1957, veio ao Chile uma missão francesa para formar, no Instituto de Sociologia, um grupo de sociologia do trabalho, e

vários dos sociólogos que dirigiam essa missão eram discípulos de Jean-Daniel Reynaud. Naquela época, o Instituto de Sociologia havia sido praticamente recém-criado, e a missão queria iniciar atividades de pesquisa nas áreas que se acreditava serem chaves naquele momento: sociologia agrária, sociologia do trabalho, sociologia industrial e temas similares, que envolvessem a opinião pública...

Não havia graduação nessa época? Não, não existia, só havia o Instituto de Sociologia, que de fato recrutava seus alunos em outras áreas, como direito, história, filosofia, e os incorporava ao processo de pesquisa. O Instituto começou a funcionar desenvolvendo uma pesquisa sobre o tema da educação, e o sistema educacional no Chile foi analisado nesse processo. Eram selecionados os alunos que se posicionavam mais, que tinham maior interesse, e eles eram enviados ao estrangeiro, aos Estados Unidos, Inglaterra ou França, para obter uma titulação formal em sociologia. Esse convênio foi feito por Friedmann e incluía também a vinda ao Chile de três jovens investigadores. O primeiro deles foi Alain Touraine, que tinha 33 anos e havia feito recentemente um trabalho de investigação empírica com Reynaud, em fábricas da Renault: um dos primeiros trabalhos importantes na área da sociologia, além dos do próprio Friedmann (FALETTTO, 2007, p.190).

Faletto narra que não tinha o menor interesse em Sociologia do Trabalho, área na qual havia um recrutamento para uma pesquisa. Entretanto, como o trabalho seria remunerado, decidiu participar. A sua experiência de engajamento num grupo de pesquisa coordenado por Alain Toraine – uma pesquisa sobre as minas de carvão e o processo de trabalho – foi uma experiência decisiva para sua opção pela Sociologia. Essa experiência frutificou também em amizade que o influenciou. Observe-se, também que houve um treinamento teórico e de campo:

Bem, iniciamos então esse tipo de atividades, seminários etc., e comecei realmente a me interessar pela sociologia. Criei uma grande relação com Touraine, tanto no plano de sua capacidade intelectual como no plano pessoal, e isso foi algo que depois se prolongou no tempo... Assim, a relação pessoal também influenciou bastante. Mas como me envolvi com o tema da sociologia, o que também me fez redefinir a minha relação com a história, abandonei a Licenciatura e continuei como "aluno acadêmico"...Fui então combinando essa formação em sociologia, que tínhamos por meio do processo de pesquisa – essa pesquisa ocorreu no ano de 1957, eu estava no terceiro ano –, com a minha relação com a história, até me formar... Mantive a história, mas me dediquei com muito mais intensidade à sociologia e ingressei no Instituto de Sociologia como assistente. (Idem., p. 191,192)

Mais especificamente sobre o tipo de treinamento, ele nos informa:

Bem, depois dessa primeira parte de adestrar-se no conhecimento das minas por quase um mês, fizemos entrevistas com os operários sobre a atividade. Touraine participou todo o tempo. Ele organizou a pesquisa e iniciou todo o trabalho de campo que levou, por fim, à elaboração dos questionários. Depois de Touraine veio, por meio do convênio, Reynaud, com quem iniciamos a análise e sobretudo a primeira parte da sistematização e da organização dos dados. Daniel Reynaud também era uma excelente pessoa, também

mantivemos muito boas relações, o que acentuava minha vinculação com o mundo da sociologia. (idem p.193)

A intenção ao citar esses relatos é chamar a atenção para o fato de que todos aqueles que vão configurar o campo dependentista participaram, de uma forma ou de outra e com diferentes ênfases, de projetos que foram pioneiros. Isso está bastante claro no caso da tradição uspiana, também se evidencia na formação do “grupo de Brasília” e, claro, com a Cepal e Furtado. Na verdade, estava em gestação, especificamente no Chile, um novo padrão de trabalho científico. Tratava-se, nitidamente, no caso da América Latina, de uma geração que ainda foi formada sob a hegemonia dos cursos de Direito, do bacharelismo, mas que realizaram a transição para um novo padrão já com certo grau especialização. É certo que isso não acontece de forma homogênea e ao mesmo tempo em todos os países. Essa nova ordem de coisas não escapa a Faletto em seu relato:

Bem, nessa mesma época em que se formava a Escola de Sociologia da Universidade do Chile, surgiu também outra iniciativa, que foi a abertura da Flacso – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Sua formação foi iniciativa daqueles que haviam começado com o que se chamou de sociologia científica na América Latina. Foi uma experiência levada a cabo por pessoas como Pablo González Casanova no México, Aldo Solari no Uruguai, Gino Germani na Argentina... Não sei se inclusive Florestan Fernandes não esteve encarregado do Instituto de Pesquisa da Flacso, no início, no Rio de Janeiro, porque depois ele foi morar nos Estados Unidos, e, claro, outras pessoas mais. As escolas de sociologia na América Latina efetivaram-se e instituíram uma tradição no México, no Brasil, sem dúvida, e também na Argentina, mas não existiam em outros países latino-americanos. No entanto, havia muitas cátedras de sociologia em distintas faculdades, nas escolas de direito, às vezes nas de serviço social, nas de saúde pública. Fundamentalmente, elas estavam vinculadas mais ao direito, e também à arquitetura e urbanismo. Muita gente jovem era assistente nessas cátedras, que haviam sido montadas pelos primeiros e tradicionais sociólogos latino-americanos, que de fato não tinham uma formação rigorosa em sociologia, mas demonstravam uma inquietação em relação à sociologia. É possível que eles tivessem feito algum tipo de curso, tivessem alguma experiência europeia, mas não tinham uma formação rigorosa. (Idem, p.194)

Faletto nos informa ainda que, completará a sua formação em sociologia com uma pós-graduação de dois anos realiza na Flacso – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - um curso que tinha a duração de dois anos. De seu trabalho final, nesse curso, que é denominado de mestrado (“maestria”), resultou um artigo intitulado “*Incorporación de los sectores obreros al proceso de desarrollo: Imágenes sociales de la clase obrera*” (FALETTO,1966). A figura José Medina Echavarría irá marcar a vida de Faletto e de toda uma geração de intelectuais

latino-americanos. Faletto se aproxima de “Don José”, como o chamava, na Flacso, instituição da qual era diretor e professor. Posteriormente, Echavarría irá convidá-lo a trabalhar para a Cepal, oportunidade na qual produziu o famoso informe já mencionado. Após, a criação do Ilpes, 1963, uma braço da Cepal que lidava especificamente com planejamento, Faletto se vinculará a esse instituto, que também foi dirigido por Echavarría. É nesse instituto que se dará o encontro com Cardoso e o surgimento da parceria no livro. Note-se, entretanto, que ao contrário de Cardoso que se junta à Cepal apenas na chegada ao Chile, pós-golpe no Brasil, Faletto já pertencia aos quadros dessa instituição. Isso significa que a obra de Faletto e Cardoso é escrita, do ponto de vista institucional, por alguém que já havia sido treinado na Cepal (Faletto) e um recém-chegado, Cardoso. Note-se, também, que José Medina Echavarría é um dos quadros que chegou à Cepal via Celso Furtado e mobilizou energias no sentido de fazer uma interpretação sociológica do desenvolvimento.

Faletto, nessa mesma entrevista, faz alusão tanto a sua amizade com Cardoso e família, bem como às circunstâncias em que surgiram as ideias que comporiam a famosa obra. No caso, é importante enfatizar a amizade entre esses dois pensadores focando o caráter horizontal da relação e coautoria, posto que demonstra que naquele momento havia um intercâmbio de ideias e laços afetivos que transcendiam as formalidades profissionais. Mas, é principalmente com respeito ao último aspecto, ou seja, o contexto de surgimento das ideias que comporiam a obra *Dependência* que gostaria de registrar aqui a visão de Faletto. Contextualizando a fala abaixo, ele nos conta que Cardoso havia sido convidado para o Ilpes por José Medina para participar de uma pesquisa sobre empresários na América Latina. Lembremos que Cardoso já havia trabalhado esse tema antes. Sendo assim, relata Faletto:

No começo, Fernando supunha que ia continuar trabalhando no tema do empresariado, Weffort no tema do populismo, eu trabalhava com movimento operário, mas em torno do tema do planejamento teve início um diálogo maior com os economistas, uma discussão sobretudo com os economistas jovens que haviam se incorporado ao Ilpes...

Sim, mas os senhores tinham uma reunião formal, quinzenal? Sim, começamos alguns seminários. Um seminário importante, que em parte é também origem do livro *Dependência...*, foi o que se realizou na Cepal e do qual participaram Celso Furtado, Don José, Aníbal Pinto, que foi também outro personagem muito importante, e vários economistas mais, sobre o tema – algo que depois pareceu absurdo – da estagnação na América Latina. Comparando com a década de 1980, falar de estagnação nesses anos não tinha muito sentido, quando as taxas de crescimento eram de pelo menos 3% ou 4%. Mas a realidade naquele momento era que os países que haviam iniciado primeiro seu processo de desenvolvimento industrial ou desenvolvimento urbano, sua modernização em sentido geral, como Uruguai, Argentina, Chile, o Brasil nem tanto, México, mostravam então certa tendência de diminuição da taxa de crescimento. E, como problema geral na América Latina, o que se

via era que a capacidade de absorção, digamos, do setor industrial, setor dinâmico da economia, não era suficiente para incorporar o excedente que ia sendo gerado pelo atraso rural. Assim, as populações, digamos de origem uruguaia, que estavam se transferindo para o mundo urbano pelo processo de migração, expulsas do sistema agrário, não logravam incorporar-se ao mundo industrial... (FALETTTO, 2007, p. 200- 201)

Vale observar que o mencionado seminário que se realizou na Cepal é mencionado também referido tanto por Furtado quanto por Cardoso como um evento de extrema importância. E, continua Faletto, lembrando que havia que se buscar uma interpretação sociológica do desenvolvimento. A interpretação puramente econômica era insatisfatória e se mostrava insuficiente:

Bem, obviamente não existia apenas a necessidade de um diálogo mais integrado entre economistas, sociólogos etc., mas também era preciso uma discussão sobre o que seriam os esquemas de interpretação do processo de desenvolvimento na América Latina, com certeza numa perspectiva propriamente sociológica; uma discussão sobre o esquema que sempre imperou e que se sustentara na contraposição entre sociedade tradicional e sociedade moderna, nos conflitos da passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, na velha idéia de sociedade; e também, sobre a perspectiva dos economistas, a idéia de subdesenvolvimento e desenvolvimento, características de subdesenvolvimento, a transição de um para o outro. Surgiu também a necessidade de revisar a teoria. Nessa época, o âmbito da economia estava fortemente impactado pela teoria de Rostow e pela ideia de etapas. Surgiu daí a necessidade de diálogo e, em certa medida, a idéia de escrever esse livro sobre dependência e desenvolvimento. (Idem p. 202)

Perguntado pelo entrevistador onde exatamente surgiu a ideia, Faletto nos fornece detalhes pitorescos, mas que acredito vale a pena serem registrados. De acordo com ele, a ideia de escrever um livro surgiu num hotel, em Buenos Aires. Ele nos relata também um pouco do que foi a dinâmica de trabalhar na escrita do livro na própria residência de Cardoso (idem):

Isso deve ter sido em 1965, creio que era o Hotel Richmond, ou algo assim, não me lembro direito, mas era perto da rua Tucumán e da rua Florida, no centro, e era uma tarde de calor [risos]. Então, de repente, surgiu o tema: analisando a história argentina, comparando-a com a história do Brasil, com a história do Chile, grande parte dos momentos de transformação política interna estavam muito vinculados a formas de redefinição do modo de relacionar-se com o exterior. No caso da Argentina, o problema com a Inglaterra, a questão do peronismo, o enfrentamento de todos à vinculação com a Inglaterra, e o tipo de relacionamento com os Estados Unidos. Mas inclusive politicamente isso se redefiniu, e então nos surgiu pela primeira vez a ligação entre a mudança política interna e o tipo de relacionamento com o exterior, e nos entusiasmos com isso. Conversávamos no quarto de hotel e fazia calor. O calor parece que promove uma espécie de aparição de idéias [risos]... Eles eram muito pequenos, Paulo tinha 10 anos, creio... Bem, então, como eu era muito amigo de Ruth, tínhamos reuniões e depois, quando trabalhávamos no livro *Dependência e desenvolvimento*, no juntávamos à

noite em sua casa. E era fácil escrever o livro: davam-me duas garrafas de vinho para que eu falasse, ou seja, como brincava Ruth, “Faletto fala e Fernando pensa” [risos]... e isso até tarde [risos]... *E quase todo dia...* Durante o dia estávamos no Ilpes. Mas à tarde nos juntávamos e, sim, com bastante frequência.

Apesar da amizade entre Faletto e Cardoso, há evidências sólidas de que a chegada de Cardoso à presidência da república acaba por afastar o amigo chileno, se não afetivamente, pelo menos ideologicamente. É assim, que numa entrevista à Folha de São Paulo em 28/05/1995, intitulada “*Faletto, o amigo independente*”,²⁹ o pensador chileno diz que se estivesse no Brasil votaria no Partido dos Trabalhadores. Ainda de acordo com o que foi publicado na entrevista, Faletto se dizia de “esquerda e marxista”. Entretanto, existem outras evidências de cunho mais acadêmico. Em um artigo intitulado “*De la teoría de la dependencia al proyecto neoliberal: el caso chileno*” (2009), Faletto faz uma crítica contundente ao chamado “modelo chileno” que tem sido apresentado como um caso de sucesso. Para ele, os anos de neoliberalismo no Chile deixaram como saldo uma sociedade desigual e que perdeu a sua autonomia.

Faletto deixa o Ilpes em 1969 e passa a se dedicar a docência na Flacso e na Universidade do Chile. Ele relata que durante a ditadura de Pinochet sofreu pressões, foi preso e interrogado, mas acabou sobrevivendo. Foi expulso da Universidade do Chile, mas como trabalhava num organismo internacional, continuou a docência apenas da Flacso que não sofreu intervenção militar:

Bem, eu estava na Flacso quando aconteceu o golpe. Expulsaram-me da Universidade, como era óbvio, mas a Flacso, como organismo latino-americano, não foi totalmente tocada. Inclusive isso foi uma vantagem num determinado momento, porque o restante dos organismos internacionais se sentia ameaçado pela situação chilena e muitas reflexões surgiram nesse momento, se deviam deixar o Chile, se mudavam para outro lugar etc., e decidiram talvez em parte utilizar a Flacso como teste: se os militares intervissem nela, sairíamos. Era quase como a antecipação do que podia tornar-se uma intervenção. Mas os “milicos” perceberam isso e não a invadiram, e assim a mantivemos, tentamos nos manter dessa forma. Eu não fui preso, mas tive que visitar um Conselho de Guerra, tive que prestar declarações, e tive sorte. Dentro das minhas atividades políticas circunstanciais nos anos de 1970, em contato com o Partido Socialista, havia feito um seminário em minha casa com oficiais dos carabineiros, que são os policiais, a quem tentávamos meter as novas ideias na cabeça. (FALETTO, 2007, p. 208)

²⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/28/mais!/12.html>

Faletto, politicamente, dizia-se anarquista, mas aparentemente sem militância partidária efetiva. Por ser funcionário de um organismo internacional, poderia ter optado por sair do Chile. Não o fez. Decidiu ficar e resistir, mesmo dentro de um espaço intelectual cercado por todos os lados. E aqui se revela o lado trágico da história latino-americana: o Chile que tinha servido de abrigo à intelectualidade fugindo dos regimes arbitrários, o Chile cujo ambiente institucional propiciou, de forma muito singular, a formulação da teoria Cepalina “centro-periferia” e, depois, o berço das teorias da dependência, agora teria de enfrentar uma ditadura. Na época não se sabia, obviamente, mas tornou-se a mais sangrenta ditadura do continente. Sobre sua decisão, reflete Faletto:

Ninguém sabia o que ia acontecer, mas decidi que não ia sair do país, que havia custado muito a meu pai chegar com uma mala e um salame e eu não ia voltar para a Itália com uma mala e um salame [risos]. Isso seria o fracasso de uma família inteira e não podia ser [risos]... A verdade é que os que puderam ficar ficaram, procurando manter uma linha de pensamento. Obviamente, todas as universidades sofreram intervenção. Mas onde era possível, os poucos que puderam ficar, nós procuramos manter uma linha de pensamento, uma forma de atividade intelectual, e tratar de contribuir também com os outros que eram perseguidos para que tivessem oportunidade de ir para o exílio e manter uma atividade intelectual. Aí quem desempenhou um papel muito importante, quase nos primeiros dias do golpe, foi Touraine, obtendo bolsas para que as pessoas saíssem da cadeia (2007, p. 213).

4.5.2 Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Cardoso e Faletto

O livro “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*” representou um verdadeiro “divisor de águas” dentro da reflexão crítica latino-americana. Trata-se de uma obra, como expressa na visão do próprio Fernando Henrique Cardoso, que contém “uma visão integrada das Ciências Sociais”, na qual caminham juntas as abordagens sociológica, econômica e política. Nas palavras dos autores:

(...) um esquema de interpretação com ênfase na dinâmica política entre as classes e grupos sociais no interior de cada país. Também demos um papel mais relevante às opções ideológicas e às alternativas que o movimento da história abria em cada situação específica. Ao mesmo tempo, insistimos nas variações no modo de relacionamento das economias dos países periféricos com as econômicas desenvolvidas. Mostramos que esses distintos modos criam teias de relações políticas e de interesses que, unindo setores dos dois tipos de economias – as desenvolvidas e as subdesenvolvidas – moldavam

formas distintas de desenvolvimento político e social em cada país da região (CARDOSO e FALETTTO, 2004, p. 8-9).

Em meados da década de 60, vivenciava-se um ciclo de baixa econômica e muitos cepalinos, entre eles Celso Furtado (1968), acreditavam que a América Latina tendia à estagnação, em termos de seu crescimento. Dado o esgotamento do ciclo de substituição das importações, eles tinham uma visão extremamente pessimista dos destinos da industrialização em marcha na América Latina, principalmente no Brasil.

Na visão de Faletto (1998, p.110):

Y ya que hacemos recurso a la memoria, podrá perdonárseme, partir con una referencia muy personal. El ensayo sobre Dependencia y desarrollo en que colaboré con Fernando H.Cardoso, fué escrito – como se señala en el prólogo – entre 1966 y 1967; el libro de Regis Debray, Revolución dentro de la revolución, se publicaba en Cuba en Casa de las Américas en Enero de 1967. En Octubre del mismo año, era muerto en Bolivia el Ché Guevara. El simple recuerdo de esas fechas sitúa el tema de la dependencia en su contexto y empieza a perfilar el momento en que se constituye.

Nesse contexto, por um lado, o livro é uma reação à concepção desenvolvimentista da CEPAL e ao pessimismo reinante. E, por outro lado, uma crítica às correntes radicais políticas, sobretudo à concepção que o desenvolvimento só seria alcançado pela via de uma ruptura revolucionária com o imperialismo, ou seja, via algum tipo de socialismo. O argumento dos autores é que essas concepções não eram compatíveis com a realidade e, nesse sentido, tenta demonstrar que por meio da internacionalização dos mercados haveria uma forma específica de desenvolvimento que seria “dependente e associada” (CARDOSO & FALLETO, 2004). Tenta-se demonstrar que, em alguns casos, o Brasil sendo um deles, a associação capital estrangeiro (presença das multinacionais), capital nacional e Estado geraria uma dinâmica própria na qual era possível crescimento econômico, estando presente, ao mesmo tempo, a dependência em termos tecnológicos e financeiros. Em que o livro inova? **Primeiro**, ao enfatizar a pluralidade concreta de situações de dependência. O exemplo disso é a distinção entre as chamadas economias de enclave, nas quais o controle estatal estava ausente (o caso do Chile), e as economias agrário-exportadoras, cujo sistema tem o controle nacional (caso do Brasil e Argentina). Ambos representam formas de inserção dependente na Divisão Internacional do Trabalho, mas com diferentes consequências do ponto de vista político e econômico. **Segundo**, nesse sistema teórico, o capitalismo enquanto sistema internacional aparece como causa

necessária, mas não suficiente para explicar a diversidade das situações de dependência. Elas sempre são o resultado de uma dialética na qual se mesclam limites impostos pelo sistema econômico e o pacto de dominação. Por fim, também são enfatizados os condicionamentos internos que ligam os grupos dominantes ao capital estrangeiro, passando pelo Estado, numa dinâmica na qual o jogo entre as forças políticas não está pré-determinado de antemão (para vários esclarecimentos ver CARDOSO & FALLETO, 2004, p. 185-226).

4.6 A TRAJETORIA DE CELSO FURTADO

Furtado, é sem sobra de dúvida, uma trajetória singular quando se olha a binômia reflexão (produção de conhecimento) e ação. Não por acaso, ele é visto pela literatura tanto como um teórico (no caso do Brasil, o teórico) desenvolvimentista por excelência, quanto um teórico da dependência. A razão disso é que Furtado paulatinamente vai retirando todas as consequências das próprias premissas de algumas categorias da teorização cepalina. Isso já vinha em curso, mas se acentuará principalmente depois do golpe militar no Brasil e a derrota do projeto desenvolvimentista. Um exemplo disso, e com muitas consequências, é a afirmação de Furtado de que a categoria centro-periferia de Prebisch pressupõe uma teoria do imperialismo (FURTADO, 2014, p.411-412). Trataremos disso em detalhe mais adiante. Mas vale já aqui observar que nenhuma versão da teoria da dependência e mesmo da teoria do sistema-mundo de Wallerstein deixa de utilizar esse conceito, mesmo renomeado-o (metrópole-satélite, centro, periferia e semiperiferia, por exemplo). Nesse sentido é possível afirmar que sem a existência dessa categoria amplamente utilizada pela Cepal, a teoria da dependência não teria a mesma configuração. Assim, a diferença não consiste em que uma versão da teoria da dependência representa uma crítica “por dentro” do campo desenvolvimentista e uma outra, “por fora”. Em Furtado, como já observei, o tema da dependência, é um desdobramento, uma depuração de toda uma trajetória.

Mais uma vez, o que farei aqui, é um recorte tendo como foco sua vida intelectual mesclada à sua atuação enquanto homem vinculado a uma organização internacional e ao Estado. Esse foco se justifica porque, como ficará claro, a reflexão de Furtado visceralmente ancorada na busca de respostas para o entendimento do problema com o qual se esgrimou como intelectual: o subdesenvolvimento. Sobre suas origens, nos conta ele:

O Nordeste brasileiro, onde nasci e vivi até os vinte anos, constitui o mais antigo núcleo de povoamento do Brasil. Após uma fase de prosperidade que

se estende pelos séculos XVI e XVII, a região conhece um longo declínio, o que explica que as estruturas sociais aí sejam mais rígidas que em qualquer outra área do país... Quiça seja necessário ter em conta que meu pai vinha de uma família que tradicionalmente desempenhava funções públicas. Ele mesmo era juiz. Seu pai fora professor primário, e seu avô fora juiz na época do governo monárquico. Sendo homem sem fortuna pessoal, para manter sua independência como juiz, necessitava guardar distância de toda atividade política. A ideia de que um político era alguém sempre disposto a trapacear se me incutiu no espírito de forma indelével. Demais, ele era franco-maçom, o que em sua geração significava ser anticlerical e aberto a ideias novas. Graças a ele, desde minha infância li Swift, Defoe, R. L. Stevenson. E também graças a ele, dispus de uma ampla biblioteca, o que me permitiu cultivar minha primeira paixão intelectual, a partir dos catorze anos, que foi a história. (FURTADO, 2013, p.35,38)

Furtado, nascido em 1920, em Pombal, Paraíba, vindo de uma família tradicional, mas como ele mesmo observa, o seu pai não possuía fortuna pessoal. Em compensação, dispunha de uma ampla biblioteca da qual Furtado usufruirá precocemente. Sua paixão, a História e a Literatura.

Suas influências, desde cedo, são as ideias positivistas, as ideias de Marx e a antropologia cultural Norte Americana, aqui representada pelo trabalho de Gilberto Freyre, com a observação que os escritos de Freyre, em si, não terão influência sobre ele, mas o instrumental utilizado para o entendimento da realidade (Furtado, 1997, p.16,17). Concentrando-me aqui na sua paixão pela História, pode-se dizer que ela desempenhará papel fundamental em toda a sua reflexão como economista, diferenciando-o, portanto, do *mainstream* econômico e imprimindo uma marca definitiva na sua teorização sobre o subdesenvolvimento, como se verá adiante.

Mas, adentrando o recorte sobre suas influências, já na sua formação acadêmica e na sua carreira, vale a pena citá-lo:

Minhas atividades de economista se desdobraram em três fases. A primeira compreende os anos que passei na Cepal, que me permitiram um contato direto com os problemas do desenvolvimento na maior parte dos países latino-Americanos. A segunda são os anos que dediquei ao Nordeste brasileiro, como planejador e executor da política de desenvolvimento da região nos governos de Kubitschek, Quadros e Goulart. A terceira fase são os anos de vida universitária, primeiro nos Estados Unidos, e em seguida, e mais prolongadamente, em Paris. Essas atividades, no que respeita a pesquisa, se desenvolveram em torno de três temas: o fenômeno da expansão da economia capitalista, o da especificidade do subdesenvolvimento e o da formação histórica do Brasil vista do ângulo econômico. Em realidade, o ponto de partida e a preocupação permanente foi o processo brasileiro, objeto já de minha tese, preparada sob a direção do professor Maurice Bye na faculdade de direito da Universidade de Paris e defendida em 1948. Um ano depois da tese, a qual se limitara a estudar a fase açucareira da economia colonial brasileira, publiquei meu primeiro estudo analítico das transformações da economia brasileira no século XX. Nesse ensaio estão os germes do que seria,

dez anos depois, meu *Formação econômica do Brasil*. O esforço para compreender o *atraso* brasileiro levou-me a pensar na *especificidade* do subdesenvolvimento. A ideia de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são dois processos integrados, que se apresentam conjuntamente na evolução do capitalismo industrial, formulei-a em uma tese de aspirante a professor, apresentada na Universidade do Brasil em 1958. Convenci-me desde então de que o atual subdesenvolvimento é a resultante de um processo de dependência, e que para compreender esse fenômeno era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história. Mas o objetivo final era compreender as razões do *atraso* de um país que reunia as potencialidades do Brasil. (FURTADO 2013, p. 46-47)

E quanto as suas influências já na fase adulta:

Se meus contatos com as ideias de Marx no plano da teoria da história foram definitivos, o mesmo não poderia dizer com respeito as suas ideias referentes a economia. Minha leitura de *O capital* ocorreu quando meus conhecimentos de economia clássica (na versão ricardiana) já eram avançados e quando a moderna macroeconomia (na versão keynesiana) já se havia imposto. Dessas leituras, ficaram-me, contudo, algumas ideias que se incorporarão definitivamente a minha forma de ver os processos econômicos. A primeira dessas ideias (reforçada pelas leituras de Schumpeter, capital, ou seja, tentarão romper todos os obstáculos que se lhes opuserem nesse caminho. Essa ideia permitia afastar o mito do feitas um pouco depois) e a da importância decisiva do progresso tecnológico. A outra e que os capitalistas tendem *compulsivamente* a acumular estado estacionário, implícito tanto nos esquemas clássicos como nos neoclássicos. Essas duas ideias tiveram no meu espírito uma evolução complexa, mas considero fundamental tê-las captado cedo, o que devo a minha leitura atenta de *O capital* nos tempos de estudante da Universidade de Paris. A influência da obra de Keynes foi igualmente decisiva para mim. Compreendo que toda decisão econômica envolve o exercício de uma forma de poder — e algo que derivei das reflexões de Marx. A isso devo que a visão do mundo econômico como um conjunto de automatismos, marca do pensamento neoclássico, me haja sido totalmente estranha. Nada é tão esterilizante, para o economista que se interessa pelos problemas do subdesenvolvimento, quanto essa visão. Contudo, não basta a ideia de poder, tal qual o exerce compulsivamente o capitalista. O poder também deve existir como um sistema. E, na economia capitalista, os centros de decisão mais importantes desse sistema se situam no Estado. Essa ideia de que a economia capitalista não poderia operar sem um certo grau de centralização de decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo e em certo grau um capitalismo de Estado), derivei-a da leitura de Keynes. Graças a ela, pude compreender muito cedo o fenômeno da dependência econômica em sua natureza estrutural. (Idem, p. 45-46)

Quando se contrasta a trajetória de Furtado com as demais, alguns aspectos merecem ser enfatizados. Primeiro, o corte geracional. Entre o grupo de brasileiros protagonistas da teoria da dependência, ele é não só o mais velho (1964 tinha 44 anos), como já era uma referência nacional no debate sobre desenvolvimento. Segundo, em função de sua formação em economia

(no doutorado, pois sua graduação foi em direito, na antiga Universidade do Brasil) e vinculação à Cepal, diferentemente da tradição Uspiana e do grupo de Brasília, o seu nicho não é a academia, mas um organismo internacional que tem como objetivo oferecer assessoramento a governos na América Latina, ou seja, uma reflexão para ação imediata sobre a realidade, sendo o maior exemplo a sua participação no governo Kubistcheck como criador da Sudene. Nesse sentido, do grupo que se congrega no Chile, Furtado singulariza-se por ser o símbolo vivo das aspirações *mudancistas* durante o período desenvolvimentista, posto que, ocupou não só o cargo de diretor da SUDENE, mas era o ex-ministro do planejamento de um governo que foi deposto pela força. Terceiro, sua participação política não tem caráter partidário, mas técnico, como um servidor público, homem de Estado, em nítido contraste com o grupo de Brasília.

4.6.1 Formação Econômica do Brasil: a força de um clássico

Seria deixar uma lacuna não enfatizar, ao comentar o percurso de Furtado, o papel desempenhado pela “obra-prima” do Estruturalismo Cepalino, na feliz expressão de Ricardo Bielschowsky. Além do mais, sem ter essa obra como referência, não é possível entender porque Furtado pode ser listado como um dos teóricos da dependência. A intenção deste tópico é tentar escritinar o porquê desse livro ter se tornado um clássico.

Logo no início do livro encontramos a seguinte afirmação:

O presente livro pretende ser tão somente, um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira. Ao escrevê-lo, em 1958, o autor teve em mira apresentar um texto introdutório, acessível ao leitor sem formação técnica e de interesse para as pessoas - cujo número cresce dia a dia- desejosas de tomar um primeiro contato em forma ordenada com os problemas econômicos do país. A preocupação central consistiu em descortinar uma perspectiva o mais possível ampla. Na opinião do autor, sem uma adequada profundidade de perspectiva torna-se impossível captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos. (FURTADO, 2006, p. 21)

A ideia de “esboço do processo histórico de formação da economia brasileira” é bastante modesta. Na verdade, com bem aponta Alencastro (2009, p.31-32), em sua introdução à edição comemorativa dos 50 anos, o livro é uma espécie de síntese de dez anos de trabalho intenso, fruto reflexões que vão de um doutorado em Paris “*L` économie coloniale brésilienne*” (1948), ao trabalho com a CEPAL (1949-57), sob a batuta de Raul Prebisch, culminando com a bolsa da Rockefeller Foundation de um ano sabático na Universidade de Cambridge, em 1958. Como já apontou Ricupero (2008), esse livro de Furtado faz parte da “literatura de formação”

representada, no Brasil, por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Caio Prado. Poderiam ser inclusos Antônio Candido e Raymundo Faoro. Se pensarmos em termos da América Latina, vamos encontrar um movimento similar, especificamente em torno do debate da História econômica de alguns países e do continente. Assim, Aníbal Pinto escreve sobre o Chile (Chile, un caso de desarrollo frustrado, 1959), Aldo Ferrer sobre a Argentina (La economía Argentina: las etapas de su desarrollo y problemas actuales, publicado em 1963), Osvaldo Sunkel e Pedro Paz, sobre a América Latina (El Subdesarrollo Latinoamericano y La teoría del Desarrollo, 1970). Esses textos são fruto da influência Cepalina e, pelo menos um deles, cita explicitamente o trabalho de Furtado (Ferrer, 2008, p.23). A afirmação de que *Formação* é um trabalho de síntese³⁰, não deixa dúvida: ela aprofunda e/ou modifica os textos “*Características Gerais da Economia Brasileira*” (1950), “*A Economia brasileira*” (1954) e “*uma Economia Dependente*” (1956). Na verdade, a proposta inicial do editor era de republicação de “*A economia Brasileira*”:

O presente livro pretende... Na última parte (principalmente capítulos XXXI a XXXV) o autor seguiu de perto o texto de análise apresentado em trabalho anterior (A Economia Brasileira, Rio, 1954). **Todavia, os dados quantitativos foram todos revisados e estão agora referidos a suas respectivas fontes. Se bem não haja discrepância no que diz respeito às conclusões fundamentais entre os dois trabalhos, em muitos pontos a mudança de enfoque ou ênfase e a inclusão de material novo adquirem particular relevância.** (FURTADO, 2006, p.22)(grifos meus)

A afirmação sobre revisão dos dados e “mudança de enfoque ou ênfase” e “inclusão de novos materiais” nos alerta para o fato de que dados e fontes confiáveis eram um problema a ser superado por Furtado ao escrever esse texto de síntese. Embora não tão claro na citação acima, isso aparece com todas as letras nos seus livros de memórias, no qual relata os bastidores de suas pesquisas (FURTADO, 1997).

Escrito no auge do período desenvolvimentista, o livro tornou-se um clássico. Apresentarei apenas três razões que possuem uma ampla base na literatura, embora, como tudo nas ciências sociais, tais razões podem ser alvo de controvérsias.

A primeira delas diz respeito à inovação. O livro representa uma novidade teórica e metodológica. *Formação* começa com uma análise do sistema colonial do século XVI, a empresa agrícola açucareira, seu auge e estagnação, o significado da economia mineira do no século XVIII, a gestação da economia cafeeira, o início e desenvolvimento da industrialização,

³⁰ FURTADO, C. Características gerais da economia brasileira. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-38, mar. 1950. A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite, 1954. Uma economia dependente. Rio de Janeiro: A Noite, 1956.

indo até os anos 50 do século XX, identificando os obstáculos na continuidade do processo de industrialização numa economia periférica. **O livro é um exercício histórico-analítico sobre a formação das estruturas subdesenvolvidas** (BIELSCHOWSKY, 2009). Pela primeira vez é empregado um novo método, o estruturalismo cepalino, para explicar o processo de formação da economia brasileira; para Furtado, uma economia dependente e subdesenvolvida. Como é característica da análise estrutural latino-americana, a História é largamente utilizada para iluminar a constituição e o desdobramento das estruturas econômicas. Aliada a essa reflexão histórica, inclusive a chamada “História quantitativa”, no caso de *Formação* temos uma teorização econômica de corte keynesiano, corrente teórica de forte presença no *King`s College*, da Universidade de Cambridge, onde Furtado escreveu o livro (ALENCASTRO, 2009, p. 31). Tendo em vista o campo científico da história econômica ou das interpretações sobre a economia brasileira, duas importantes obras, inclusive com o mesmo título e ambas utilizadas por Furtado, *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen (1957) e de Caio Prado (1945), merecem ser lembradas. Ambas são consideradas obras clássicas e antecedem a publicação de *Formação*. O livro de Simonsen é bastante citado (pelo menos dez vezes) ao longo de *Formação*. Trata-se de uma obra que se utiliza de fontes primárias sobre a vida na colônia e faz várias estimativas sobre a produção colonial. É tida como a primeira tentativa de escrever uma história econômica mais acadêmica. Nesse sentido, inova e seus dados são também utilizados criticamente por Furtado para estimativas sobre a economia colonial (como por exemplo, a produção de açúcar e o nível de renda). O livro é o resultado de um curso “professado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo”. Sua primeira edição é de 1937. Há uma reedição (por mim utilizada) de 1957. No Capítulo I de seu livro, Simonsen afirma que não é de causar surpresa que não existam cadeiras de história econômica nos cursos superiores, no Brasil, já que mesmo na Inglaterra, argumenta ele, “a grande criadora das principais instituições econômicas”, só em 1910 se criou a disciplina na Universidade de Manchester que foi desativada com a morte de seu primeiro professor. Nos EUA, em Harvard, essa disciplina tinha sido criada no “último quartel do século XIX”. Em Cambridge, 1928 e Oxford, 1931. No Brasil, ele aponta vários historiadores que se debruçaram sobre algum aspecto do tema, mas ressalta o papel de João Pandiá Calógeras (1870-1934), político e engenheiro que escreveu sobre “política monetária, as minas no Brasil e a política exterior do império”:

Eram, até há pouco tempo, relativamente raros os historiadores que se ocupavam de tal assunto. No Brasil, para só falar dos mortos, possuímos eruditos estudos feitos por Varnhagen, Capistrano de Abreu, Vieira Souto, Amaro Cavalcanti, Calógeras e alguns outros. A Calógeras, cuja memória cada vez mais veneramos, e sob cujas inspirações gostaríamos de poder lançar

esta cadeira, devemos, entre outros, os notáveis trabalhos sobre a política monetária, as minas do Brasil e a política exterior do Império (SIMONSEN,1957, p. 24).

A razão para focar o período colonial é também explicitada pelo autor:

A simples leitura do programa que elaboramos demonstra o maior desenvolvimento que procuramos dar às fases de nossa economia, nos últimos cinqüenta anos. Constatando, porém, ter sido na era colonial que se formou a trama social, asseguradora da estrutura unitária do país, impusemo-nos afixação dos fatores econômicos que contribuíram para essa formação (idem, p.25)

Assim, a obra de Simonsen vai até 1820. Apesar de pioneira e inovadora, ela não possui a mesma força analítica da obra de Caio Prado e muito menos de *Formação*. Aliás, o caso do livro de Simonsen merece um comentário à parte. Essa foi a obra que estimulou Furtado a escrever *Formação*. Há uma estória pitoresca contada por ele em suas memórias (FURTADO, 1997) que, aqui, sintetizo. O velho avião da companhia Panair em sua viagem a Londres, 1957, ano do sabático de Furtado, teve uma pane após aterrissar no aeroporto dos Guararapes para uma escala e, por isso, teve de sofrer reparos. Nesse meio tempo, 48 horas, Furtado perambulou por Recife. No centro da cidade, entrou numa livraria, a velha livraria Imperatriz. Lá, encontrou uma reedição de “História Econômica do Brasil” de Simonsen e, imediatamente, pôs-se a ler o livro que acabará por integrar *Formação* como obra de referência. Chamou a atenção, conta Furtado, a massa de informações quantitativas sobre o período colonial e a ideia inicial era fazer um modelo da economia açucareira em meados do século XVII. Contudo, o projeto inicial foi expandido. O caso das obras de Caio Prado tem uma natureza diferenciada, visto que além de tratarem do processo econômico e político de constituição do Brasil, eles apontam para horizontes diferentes da obra de Furtado, embora com vários pontos comuns. Por isso, chama a atenção o fato dos livros de Caio Prado, como outros, não serem citados em *Formação*.

E aqui se apresenta um problema: qual o tipo de diálogo de Furtado com os dois autores supracitados e a historiografia econômica? Essa pergunta, além de importante, pois realçará a novidade de *Formação*, só tem sentido se observamos que, por exemplo, embora não citado explicitamente por Furtado, a obra Caio Prado Júnior não poderia ser ignorada e muito menos desconhecida, posto que já era uma das principais contribuições para a História econômica. Ora, afirma Furtado na introdução de seu clássico:

Omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos. Sem embargo, as referências bibliográficas,

incluídas nas notas de pé de página, poderão apresentar algum interesse do ponto de vista de análise histórico-comparativa (FURTADO, 2009, p.07).

Entretanto, a partir de certas pistas, sabe-se que Furtado dialoga com vários autores. O caminho nos é indicado Tamás Szmrecsányi de forma bastante lógica. Visto que formação constitui um trabalho de síntese, é possível levantar em trabalhos anteriores aquilo que foi utilizado como fonte. Nesse sentido, a tese doutorado (de 1948) aparece como sendo o trabalho que mais ilumina o problema. A tese de Furtado está publicada em português, *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* (FURTADO, 2001), e nela encontrei do ponto de vista das fontes aquilo que *Formação* não fornece. Sem entrar em detalhes, há um capítulo intitulado “Fontes”, que de vai de Antonil a Gilberto Freyre, Diários de Navegação, Cartas de Donatários (Duarte Coelho, por exemplo) e, o mais importante, uma menção ao livro *História Econômica do Brasil* e um comentário sobre *Formação do Brasil Contemporâneo*, ambos de Caio Prado.

Entre os trabalhos incluídos na *bibliografia selecionada* da tese, cumpre mencionar os livros de Capistrano de Abreu, *Capítulos da história colonial*; Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo*; e de Nelson Werneck Sodré, *Formação da sociedade brasileira* – para mencionarmos apenas os autores nacionais mais especializados em nossa história econômica e social. Entre os trabalhos de autores estrangeiros ali referidos, cabe citar o estudo de Louis Couty, *L’esclavage au Brésil*, ao qual se podem acrescentar, já no capítulo sobre as fontes utilizadas, referências às obras de J.F. Normano, *Brazil, a study of economic types*; René Courtin, *Les problèmes de la civilisation économique au Brésil*; e de Hermann Watz, *Das Hollaendische Kolonialreich in Brasilien* (Szmrecsányi, 2009, p.513)

A obra de Caio Prado é escrita numa ótica nitidamente marxista, aliás, a primeira obra de fôlego nessa perspectiva. Ele trata sobre a industrialização, mas enfatizando o papel do imperialismo e obstáculos ao pleno desenvolvimento da nação. Posteriormente, Caio Prado se tornará um crítico contundente das teses da Cepal e do desenvolvimentismo. Essas críticas não aparecem nessas duas obras mencionadas, visto que são anteriores à constituição da Cepal. Porém, em *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* (1954), tese apresentada para cadeira de economia política da USP, faculdade de direito, em 1954, essa perspectiva fica explícita. Assim, termos a certeza de que Furtado conhecia e utilizou a obra de Caio Prado Junior, importa pelos seguintes motivos: primeiro, porque essas obras antecedem *Formação* e estão inclusas dentro do campo científico como oposição ao diagnóstico de um visão liberal sobre o atraso do Brasil. Nesse sentido, a obra de Furtado possui um alinhamento com a obra de Caio Prado, embora com uma visão diferente. Segundo, em decorrência desse alinhamento,

pode se verificar pontos comuns a Furtado e Caio Prado. Embora, posteriormente, repito, não nessas obras, um crítico das teses Cepal, há muitos pontos em comum entre *História Econômica do Brasil e Formação* como bem observa um estudioso da obra de Caio Prado:

Minha visão é que, embora Furtado não cite Caio Prado Júnior na *Formação econômica do Brasil* a perspectiva é a da construção de uma nação que, nascida como peça de acumulação primitiva à época do nascimento do capitalismo, progressivamente internaliza seus centros de decisão e progressivamente se constrói como nação em termos econômicos e sociais... Todavia, Furtado sobreleva Caio Prado Júnior na medida em que possui um aparato analítico retirado da economia que este último autor não usa. Mas é claro que Furtado fica devendo muito ao exame que Caio Prado Júnior havia feito da evolução econômica e histórica do País (LEÃO, 2002, p. 2,4).

Outra não é a visão de Vieira (2007, p.39). A constituição da Nação, a superação da herança colonial via industrialização e criação de “um sistema econômico nacional”:

Assim, é provável que o diálogo mais próximo, embora nunca explícito, da obra de Celso Furtado seja com a obra de Caio Prado. O processo de industrialização, como eixo da constituição de um sistema econômico nacional, é um momento decisivo para a superação do passado colonial e afirmação do sentido histórico da formação nacional. Mas, sobretudo depois do marco de 1964, ambas as interpretações convergem no sentido de identificar o conteúdo desintegrador do modelo econômico, o que aparece, imediatamente, nas teses sobre a reversão neocolonial de Caio Prado, e, posteriormente, na perspectiva da interrupção do processo histórico de formação, de Celso Furtado.

Como bem nota o autor, esse processo de construção tanto para Furtado quanto para Caio Prado foi interrompido. Assim, muito da reflexão furtadiana tem como principal objetivo propor alternativas para uma retomada desse processo.

Mas, voltando a focar em *Formação*, o que é novo em Furtado é a demonstração de todo esse processo de internalização das decisões, indo da colônia até a industrialização por substituição de importações, a partir de uma ótica keynesiana e estruturalista:

Observe-se, preliminarmente, que a interpretação do autor assenta-se basicamente sobre três linhas de argumentação que se encontravam bastante difusas nos textos anteriores, mas que se revezam de forma perfeitamente integrada no percurso do texto final. Uma delas consiste num feliz artifício de confronto do subdesenvolvimento brasileiro com o desenvolvimento norte-americano, a que o autor é levado por sua preocupação em esclarecer os determinantes históricos da formação de distintas estruturas econômicas na “periferia do capitalismo europeu”. A segunda, reveladora da inclinação keynesiana do pensamento do autor, compreende a determinação dos obstáculos à expansão da renda, à formação do mercado interno e à diversificação da estrutura produtiva ao longo dos diversos períodos da

história brasileira. A terceira delas é determinada pela preocupação estruturalista com a questão da heterogeneidade da economia brasileira. Consiste na identificação da formação de uma ampla economia de subsistência, anterior ao ciclo do café, mas que sobreviveria ao mesmo (BIELSCHOWSKY, 2009, p. 53).

Uma outra inovação, que muitas vezes não é mencionada, refere-se às fontes utilizadas. Faço aqui duas observações. A primeira refere-se a uma fonte claramente referenciada e seu uso por Furtado. Trata-se dos estudos do chamado *International Scientific Committee on Price History (ISCPH)*. Esse grupo de historiadores e economistas de diversos países, estabelecido nos anos 30, inicialmente, na London School of Economics, desbaratado durante a Segunda Guerra, estudava as flutuações de preço e demografia, originou várias ramificações e ainda estava na ativa o grupo do King's College. Vários trabalhos desse grupo são citados por Furtado. Alguns deles trabalhavam com a história do açúcar (Noel Deer) ou as flutuações no preço do café (J. P. Wileman). O fato é que Furtado fez uso dessas fontes que representavam uma novidade, um avanço do ponto de vista dos métodos e técnicas empregados (ALECASTRO, 2009, p.30-31). O próprio Furtado revela o uso da biblioteca da Universidade de Cambridge, onde se deparou com obras raras e de pouca circulação, como foi o caso do livro de Wileman que tinha trabalhado para o Governo brasileiro durante algum tempo e fez uma análise da instabilidade cambial que, de acordo com Furtado: “constitui o primeiro estudo técnico do comportamento do setor externo de nossa economia” (1997, p.344). É interessante notar que no decorrer de *Formação*, Furtado avança hipóteses e faz estimativas baseadas nos dados coletados juntos a essa literatura. Ainda com respeito à forma de uso das fontes, vale assinalar o cuidado de Furtado ao interpretar os fatos históricos. Todos os métodos e técnicas de pesquisa se mostram limitados diante da realidade. Se tal afirmação é verdadeira, talvez ela seja muito mais veraz quando lidamos com processos distantes no tempo e complexos no escopo porque produtos de uma longa cadeia de eventos. Como se pode ter certeza que tal e tal coisa aconteceu de forma A e não de forma B, no período colonial brasileiro, no Império ou mesmo na República? Chamando a atenção para a pobreza da nossa historiografia econômica, Francisco Iglesias tece comentário bastante generoso à *Formação* pelo cuidado evidenciado por Furtado demonstrado pelo uso das condicionais “talvez”, “presume-se”, “não se conhecem dados completos”, “tudo indica”, etc. (IGLESIAS, 2009, p.409).

A segunda razão tem uma relação direta com o campo desenvolvimentista. Como observado no Capítulo terceiro, o desenvolvimentismo enquanto teorização, só se legitima com a reflexão Cepalina. No caso específico, *Formação* é o primeiro trabalho de fôlego cuja explicação utiliza os instrumentos dessa abordagem para a interpretação da história econômica

do Brasil. A partir daí, o discurso desenvolvimentista se vê amparado num conjunto de hipóteses coerentes e plausíveis. Esse argumento é defendido e detalhado por Ricardo Bielschowsky (2009, p.50):

O livro de Furtado constituiu uma resposta a essa dupla vulnerabilidade: em primeiro lugar, porque, embora não fosse seu objetivo teorizar sobre a abordagem estruturalista, a clareza do texto automaticamente reforçava a mensagem teórica que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) vinha transmitindo aos economistas latino-americanos; e, em segundo, e mais importante, porque Furtado fornecia um estudo histórico decisivo para a legitimação dessa referida abordagem, pelo menos no que se refere ao caso brasileiro.

A terceira, diz respeito à maneira como Furtado explica o Brasil à elite intelectual brasileira. Nesse sentido, Furtado faz parte de uma intelectualidade em extinção, de uma cepa que tentava captar as grandes linhas mestras do processo histórico de constituição da nação, ou seja, **os intérpretes do Brasil**. Não por acaso, ele figura na literatura sobre o pensamento social brasileiro ao lado de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Caio Prado, entre outros. Se lermos suas memórias, aprendemos que uma pergunta que o perseguia, durante seu trabalho na Cepal, coletando dados e fazendo estudos comparativos entre as estruturas econômicas nos diversos países latino-americanos era a seguinte: por que o Brasil acumulou atraso e desigualdade e em tão grande proporção? A resposta, embora não seja simples, é dada de forma muito convincente, em *Formação*. Furtado explicou o atraso do Brasil à intelectualidade de forma irretorquível, digamos assim. Pode-se discordar, é claro. Mas, não há como negar que a argumentação por ele usada é coerente no mínimo dos detalhes. Não por acaso, mais de meio século depois, ainda se discute a originalidade, a heurística, de várias das suas hipóteses, e, em alguns casos, levantadas com uma base de dados, no mínimo muito precária, para os padrões atuais (ALENCASTRO, 2009).

4.6.2 A teoria do subdesenvolvimento como uma teoria da dependência

Pode-se reconhecer na obra de Celso Furtado (LOVE, 1996:182-201) a temática da dependência de uma maneira bastante clara, a exemplo de seus livros *Uma Economia Dependente* (1956), bem como *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961). Escritos para lidar com as indagações sobre o subdesenvolvimento das sociedades capitalistas do então chamado “Terceiro Mundo”, Furtado utiliza o método que ficou conhecido como histórico-estrutural, articulando o desenvolvimento do capitalismo mundial ao surgimento de formações

subdesenvolvidas na periferia do sistema. Mesmo na década de 80, tratando da dívida externa, o título do livro é sugestivo: *A nova dependência: dívida externa e monetarismo* (FURTADO, 1983).

Porém, vale a advertência de Mallorquin (1998, p. 22):

Não se trata de reivindicar o uso da categoria “dependentista” ou outra para etiquetar o pensamento de Furtado, e sim de explicitar sua concepção estruturalista da economia. Ainda assim, qualquer estratégia teórica que se utilize para apresentar Furtado como “dependentista” exige um esclarecimento prévio da significação desse termo, pois a mera utilização do vocábulo não implica a existência de uma construção teórica. Para contornar a estratégia apoiada na busca de “origens” ou “precursores” e data de nascimento, temos de distinguir entre a aparição de certas palavras e a construção de conceitos. De outra forma Furtado já seria dependentista em seu livro de 1956, *Uma economia dependente*, e Aníbal Pinto no seu de 1945, *La economía dependiente*.”

A complexidade do pensamento de Furtado e as suas mutações, principalmente no pós-64, exigem cautela ao tentarmos localizar na sua obra a questão da dependência como uma elaboração teórica e conceitual, e não apenas um nominalismo. Relembro, aqui, citando novamente, a própria divisão que Furtado faz da sua trajetória intelectual:

Minhas atividades de economista se desdobraram em três fases. A primeira compreende os anos que passei na Cepal, que me permitiram um contato direto com os problemas do desenvolvimento na maior parte dos países latino-americanos. A segunda são os anos que dediquei ao Nordeste brasileiro, como planejador e executor da política de desenvolvimento da região nos governos de Kubitschek, Quadros e Goulart. A terceira fase são os anos de vida universitária, primeiro nos Estados Unidos, e em seguida, e mais prolongadamente, em Paris (FURTADO 2013, p.46).

Embora a perspectiva mais geral da dependência estivesse presente, é na terceira fase, que essa teorização é plenamente desenvolvida. São dessa fase os seguintes trabalhos, entre outros: *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina* (1976), *Prefácio a nova economia política* (1976), *A economia latino-americana* (1976), *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978) *Pequena introdução ao desenvolvimento – um enfoque interdisciplinar* (1980) *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967 e republicado com modificações em 2000). Vale a pena lembrar a maneira como Furtado coloca em perspectiva os temas de pesquisa de sua longa carreira:

Essas atividades, no que respeita a pesquisa, se desenvolveram em torno de três temas: o fenômeno da expansão da economia capitalista, o da especificidade do subdesenvolvimento e o da formação histórica do Brasil

vista do ângulo econômico. Em realidade, o ponto de partida e a preocupação permanente foi o processo brasileiro, objeto já de minha tese, preparada sob a direção do professor Maurice Bye na faculdade de direito da Universidade de Paris e defendida em 1948... O esforço para compreender o *atraso* brasileiro levou-me a pensar na *especificidade* do subdesenvolvimento. A ideia de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são dois processos integrados, que se apresentam conjuntamente na evolução do capitalismo industrial, formulei-a em uma tese de aspirante a professor, apresentada na Universidade do Brasil em 1958. **Convenci-me desde então de que o atual subdesenvolvimento é a resultante de um processo de dependência, e que para compreender esse fenômeno era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história.** Mas o objetivo final era compreender as razões do *atraso* de um país que reunia as potencialidades do Brasil.” (FURTADO, 2013, p.47) (Grifos Meus).

Há pois, evidências em grande quantidade, de um alargamento na perspectiva de Furtado no que concerne à inclusão, nas suas análises, da dimensão política e do papel das classes e grupos sociais se compararmos o Furtado de *Formação*, por exemplo, e seus escritos no exílio. Nesse trabalho, Furtado tem sua visão focada basicamente nos processos econômicos deixando de lado uma teorização mais clara acerca da política e dos pactos de dominação entre as classes. A principal crítica feita à abordagem furtadiana, bem como à CEPAL, é de que existe uma ênfase economicista em detrimento de outras dimensões. No caso de Furtado, suponho não ser justa, visto que esses temas são por ele abordados. Entretanto, e esse é o ponto, não com a clareza e o espaço que eles encontram nas abordagens de Cardoso e Faletto, por exemplo, ou de Marini e Theotonio e mesmo no trabalho subsequente do próprio Furtado. De qualquer forma, Furtado tem outro estilo de reflexão.

Mas, gostaria de abordar a visão de Furtado sobre o subdesenvolvimento porque, como veremos, há uma relação direta entre esse fenômeno e a dependência. Nos escritos de Furtado (como retrata uma citação do tópico anterior), o fenômeno do subdesenvolvimento seria não uma etapa do desenvolvimento do capitalismo, portanto, superável, mas antes a consequência da forma de expansão do capitalismo em direção à periferia. Furtado afirma de maneira taxativa a historicidade do conceito de subdesenvolvimento, bem como a diferença entre as economias que foram palco do advento da revolução industrial e as economias que continuaram baseadas no comércio. A última não possui o elemento propulsor endógeno:

Primeiramente, creio que pecaríamos por um excesso de generalização se, de início, não definíssemos o que entendemos por subdesenvolvimento. Creio que esse conceito possui uma dimensão histórica que não se deve perder de vista. Não há economias subdesenvolvidas por si, mas tão somente em comparação com outras economias contemporâneas. A Inglaterra do século XVII ou a Itália do século XVI não podem ser consideradas economias

subdesenvolvidas. O segundo fato que cumpre destacar é o seguinte: o desenvolvimento econômico dos últimos 150 anos, corretamente qualificado de industrialização, é um fenômeno qualitativamente distinto dos processos de desenvolvimento que as economias tipicamente comerciais conheceram. O crescimento de uma economia industrial é, basicamente, um processo endógeno, inseparável do progresso tecnológico, enquanto que as economias comerciais cresciam principalmente por aglutinação, isto é, por expansão horizontal. (FURTADO, 1964, p.87)

E a expansão desse sistema industrial para as regiões que então possuíam estruturas econômica pré-capitalistas que dará origem ao fenômeno do subdesenvolvimento:

Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura pré-existente. Esse tipo de estrutura socioeconômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. **O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.** Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade. (FURTADO, 2000, p.196-197)(Grifos Meus)

Em outras palavras, trata-se de uma crítica às teorias do desenvolvimento que apontam a superação do subdesenvolvimento como uma questão de modernização de certos setores da sociedade. Para Furtado, nos idos dos anos de 1960, a saída de uma situação de subdesenvolvimento só seria possível a partir da articulação de um projeto nacional com o objetivo, entre outros, de aprofundar a industrialização, criar mecanismos de distribuição de renda, democratizar a propriedade da terra, consolidar e expandir o mercado interno. Esse projeto seria levado a cabo pelo Estado, via planejamento e os setores progressistas da burguesia.

Sobre a questão de outras versões da teoria dependência e a sua relação com ela, numa entrevista, Furtado deixa explícito que sua perspectiva já era “dependentista” antes das formulações de caráter mais sociológico e tem delas uma apreciação positiva (FURTADO, 1996, p.74):

Como o senhor vê a teoria da dependência? Como o senhor a viu na época e como a vê hoje?

Bem, para nós que vivíamos dentro da teoria de centro-periferia, a dependência era um fato que decorria da estrutura do sistema. Escrevi um livro sobre dependência em 1956. A visão que os sociólogos tiveram com o Fernando Henrique foi mais de olhar dentro da própria sociedade, como é que ela se solda e como se forma a dependência. O fenômeno da dependência todos conheciam, a própria teoria do semicolonialismo era uma teoria da

dependência, que os marxistas desenvolviam. Ligar isso à estrutura interna da sociedade foi uma contribuição dos sociólogos... Portanto, o nome dependência em si não tem muita importância, o que importa de verdade são os ingredientes do processo, e o que os sociólogos trouxeram foi um estudo da estrutura de poder interna, que está ligada à forma de dependência que surge com a industrialização. Com a industrialização, se avançou, criando-se uma economia mais complexa e em realidade sem superar a dependência, que assumiu outra forma. Porque a sua estrutura social se fez a serviço dos interesses da dependência. Quando se internacionaliza uma economia subdesenvolvida, aprofunda-se a raiz da dependência

Mas, como Furtado entende a dependência? Existe algo específico em sua explicação? A resposta é, sim. E vale a pena uma tentativa de reconstrução de sua teorização, nesse sentido, posto que sua obra é muito mais lembrada e conhecida como uma teoria do subdesenvolvimento do que da dependência. Uma outra questão, diz respeito ao uso que Furtado faz da obra de Marx. Esse uso é seletivo e crítico. Porém, a influência marxista está declaradamente na sua teorização, como tentarei mostrar, já a partir da CEPAL, do método histórico-estrutural. Além disso, outros autores como Max Weber assumem um papel muito importante na sua reflexão mais madura. Nesse sentido, Furtado não estaria colocado num campo marxista como é o caso reclamado por Cardoso e Faletto e por Thetonio dos Santos e Marini. Também é preciso que se diga que ele não participará do embate intracampo entre as outras duas versões da teoria da dependência e não será o alvo de uma contestação aberta dessas duas vertentes enquanto teórico da dependência. Acredito que há duas razões para isso. Primeiro, a crítica de Furtado aos postulados da CEPAL é feita “por dentro” e paulatinamente. Segundo, Furtado, em função do seu reconhecimento dentro de dos dois campos, desenvolvimentistas e dependentistas, “opera em faixa própria”. Na verdade, as críticas que Furtado sofre são feitas a partir de sua produção estritamente ligada ao campo desenvolvimentista. Por isso ele será tratado separadamente.

Ora, ao se debruçar sobre a obra de Furtado, quando se busca as conexões entre subdesenvolvimento e dependência, percebe-se claramente o nível de profundidade de sua reflexão. Ora, num ensaio chamado “*Dependencia externa y Teoria Economica*”, encontramos a afirmação de que a **teoria do subdesenvolvimento é essencialmente uma teoria da dependência**

la teoría del subdesarrollo resulta ser esencialmente una teoría de la dependencia. Le compete explicar, a partir de las hipótesis sobre la estructura de un sistema global generador de nuevas técnicas y formas de comportamiento ligadas al progreso técnico, las normas de funcionamiento de los subsistemas dependientes. (FURTADO, 1971, p.588)

Não se achará na obra de Furtado um tomo específico sobre a teoria da dependência. Mas o que se tem é bem superior a isso: **uma teoria da dependência enquanto teoria do subdesenvolvimento**. Por isso, para Furtado, toda sociedade subdesenvolvida é necessariamente dependente, nos termos que se verá adiante. Assim, a teoria da dependência, em Furtado, está imbricada com sua teorização sobre desenvolvimento-subdesenvolvimento e dentro desse binômio, a propagação do progresso técnico entre o “centro” e a “periferia”. Na verdade, é a diferença de como se propaga o progresso técnico e, por conseguinte, a forma que assume a acumulação e o uso do excedente, numa situação cêntrica ou periférica que vai configurar o fenômeno por ele chamado de dependência tendo como resultado o subdesenvolvimento. Ora, se quisermos entender toda a riqueza da argumentação de Furtado acerca da dependência é preciso que se atente para um ponto de inflexão de sua obra, já num fase madura. Trata-se do seu trabalho seminal *Criatividade e dependência na civilização industrial (1978)*, que encontra eco e, de certa forma, se repete em outros escritos como *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural (2000:7-8)*³¹. Sem dúvida, essa é umas das obras de maturidade mais importante de Furtado. Embora fuja ao escopo desse trabalho o detalhamento dessa obra, pretendo fazer o necessário para deixar claro as conexões entre os argumentos apresentados e o fenômeno da dependência.

Sobre *Criatividade* nos informa Rosa Freire D'Águiar Furtado (FURTADO, 2012, p. 9):

Dos cerca de seus trinta livros, *Criatividade* é o menos “econômico”, o mais “cultural”. É uma obra de maturidade, trabalho de síntese mas também questionamento de quem, então com 57 anos, precisava de uma pausa para repensar hipóteses, aprofundar intuições. Todas, vemos hoje, passavam pelo vasto campo da dimensão cultural do desenvolvimento – ponto de partida para chegar à cultura como sistema de valores e, em etapa posterior, como manifestação maior de uma sociedade. O tema mais fascinante de *Criatividade* é a visão histórica e filosófica que Celso apresenta do elo entre cultura e desenvolvimento. Estudar o desenvolvimento a partir de sua dimensão cultural, como ele o fez, era um enfoque inovador, e hoje é visto por pesquisadores no Brasil e no exterior como um de seus aportes teóricos mais originais. Ele costumava dizer que o homem se justifica pelos valores que tem – corolário de que o desenvolvimento seria menos o resultado da acumulação material do que um processo de invenção de valores, comportamentos, estilos de vida, em suma, de criatividade.

Ainda sobre essa obra, observa o próprio Furtado escrevendo a um editor:

³¹ (Edição revista pelo autor de *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*).

Nele pretendo integrar num só corpo de pensamento os temas básicos relacionados ao desenvolvimento, dependência e globalização nos quais vim trabalhando nas últimas duas décadas. (Idem, p. 9)

E escrevendo a um dos grandes estudiosos do desenvolvimento e seu amigo, Albert Hirschman, ele afirmou que era o “tipo de texto” que

escrevemos quando estamos de volta de muitas ilusões e queremos ensaiar uma súpula das próprias ideias, que, penso, podem interessar aos estudantes de ciências sociais com preocupações interdisciplinares. (Ibid, p.9)

Nessa obra, Furtado se vale de um instrumental filosófico, histórico, sociológico e econômico para tentar entender a lógica que preside o que ele denomina “civilização industrial”, posto que é essa lógica que produz, ao mesmo tempo, desenvolvimento, dependência e subdesenvolvimento como um fenômeno total e interconectado.

Furtado relaciona desenvolvimento à cultura, à criatividade cultural. O que se chama desenvolvimento é a expressão do potencial humano para transformar o mundo à sua imagem e semelhança buscando satisfazer aspirações e necessidades. Envolve, portanto, um processo de criação. Utilizando-se de instrumental teórico de Max Weber, ele argumenta que em toda a parte a “invenção cultural” tende a ser organizar em torno de dois eixos que a estruturam: um que prima pela relação entre meios e fins, na qual a eficácia é a tônica, e outro que busca estabelecer valores que confirmam sentido a própria existência humana. Furtado (2000a, p.7-8) nos diz em um texto em que repete o argumento de Criatividade:

É o que desde de Max Weber se tem chamado de *racionalidade formal ou instrumental e racionalidade substantiva ou dos fins*. A invenção ligada à ação supõe a existência de objetivos previamente definidos. Ela nós dá a *técnica*. A invenção ligada aos desígnios últimos nos dá os *valores*, os quais podem ser morais religiosos, estéticos, etc.

É a subordinação da racionalidade substantiva à racionalidade formal que está no cerne do processo de difusão dos valores e da lógica da civilização industrial:

[a] história da civilização industrial pode ser lida como uma crônica do avanço da técnica, ou seja, da progressiva subordinação de todas as formas de atividade criadora à racionalidade instrumental (FURTADO, 2008: 75).

Furtado tem um julgamento extremamente severo dos resultados deste processo. Trata-se, segundo ele de um processo de desumanização e atrofia da criatividade.

[o]s impulsos mais fundamentais do homem, gerados pela necessidade de auto-identificar-se e de situar-se no universo - impulsos que são a matriz da atividade criativa: a reflexão filosófica, a meditação mística, a invenção artística e a pesquisa científica básica -, de uma ou outra forma foram subordinados ao processo de transformação do mundo físico requerido pela

acumulação...[a]trofiaram-se os vínculos da criatividade com a vida humana concebida como um fim em si mesma, e hipertrofiaram-se suas ligações com os instrumentos que utiliza o homem para transformar o mundo (Ibid, p. 75).

Por conseguinte, tanto a dependência quanto o subdesenvolvimento são resultados de uma civilização que sujeitou a criatividade à lógica da acumulação. Para Furtado os países periféricos tem um acesso “indireto” à civilização industrial, via transplante de tecnologia. Uma aliança entre grupos sociais externos e internos ignora que a tecnologia enquanto possível instrumento de desenvolvimento está intrinsecamente ligada à cultura. A periferia se industrializa sob controle das transnacionais dos grandes centros:

A dependência deve ser percebida inicialmente como um conjunto de traços estruturais que emergem da história: a forma de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho gerando atraso relativo no desenvolvimento das forças produtivas; a industrialização supeditada pela modernização reforçando as tendências à concentração de renda; a necessidade de importar certas técnicas facilitando o controle das atividades econômicas pelas empresas transnacionais. (Ibid p.146)

Para Furtado, uma das saídas para romper essa situação seria buscar o controle da tecnologia. No seu argumento, primeiro ele detecta os “recursos” sobre os quais se assenta o poder da ordem internacional:

Dentre os recursos de poder em que se assenta a chamada ordem econômica internacional: a) o controle da tecnologia; b) o controle das finanças; c) o controle dos mercados; d) o controle do acesso às fontes de recursos não renováveis; e e) o controle do acesso à mão-de-obra barata.[...] A luta contra a dependência na é outra coisa senão um esforço dos países periféricos para modificar essa estrutura. (ibidem, p.151)

Entretanto, mais adiante afirma peremptoriamente Furtado:

Dos recursos referidos, o primeiro – o controle da tecnologia- constitui atualmente a trava mestra da estrutura de poder internacional. Reduzida as suas últimas consequências, a luta contra a dependência vem a ser um esforço para anular os efeitos do monopólio desse recurso detido pelos países centrais...Não é demais lembrar que a tecnologia constitui na civilização industrial a expressão final da criatividade humana...Aqueles que a controlam ocupam lugar dominante na luta pelo excedente. (Ibid, p.151)

Fechando o quadro montado por Furtado em *Criatividade*, embora detecte “um mundo sombras”, não deixa de apontar, na política, para ele, uma das formas mais importantes da criatividade humana, as saídas. Publicado durante os anos setenta, *Criatividade* faz referência a uma efervescência política nos países centrais que eram indícios que não deviam ser desprezados. Assim, a luta ecológica e a luta feminista aparecem como principal foco de Furtado. Entretanto, a esperança é que esse impulso se generalize:

inequívocos os indícios de que as atividades políticas, antes confinadas a questões ancilares do processo de acumulação começam a aflorar em outras plagas...[e] por que não pensar que essa eflorescência anuncia o retorno às lides políticas de forças que se imaginavam exauridas ou definitivamente subjugadas? (FURTADO, 2008,p165-166).

Um outro quadro pode ser visualizado em um ensaio de extrema importância Entre *“Inconformismo e Reformismo”* (1990). Refletindo sobre seu percurso intelectual, Furtado explica vários pontos que são aqui de total interesse no esclarecimento dessa questão. Nesse ensaio, passo a passo, ele vai descortinando como foi urdindo uma perspectiva teórica e como relacionou subdesenvolvimento e dependência. Farei esse caminho por ser elucidativo. Primeiro, o que ele entende por estruturalismo. Isso é importante, pois ao explicar o estruturalismo e afirmar que essa abordagem da realidade enfatiza os parâmetros não-econômicos, Furtado parece indicar que foram os elementos presentes no estruturalismo que o levaram a uma teoria da dependência :

A visão global derivada da História, ao apoiar-se no conceito de sistema de forças produtivas, conduziu ao enfoque que viria a ser chamado de "estruturalista". Este não tem relação direta com a escola estruturalista francesa, cuja orientação básica consistiu em privilegiar o eixo das sincronias na análise social, o que a levou a construir uma sintaxe das disparidades nas organizações sociais... O nosso estruturalismo, surgido nos anos 50, empenhou-se em destacar a importância dos parâmetros não econômicos introduzidos nos modelos macroeconômicos. Como o comportamento das variáveis econômicas depende em grande medida desses parâmetros, que se definem e evoluem num contexto histórico, não é possível isolar o estudo dos fenômenos econômicos de seu quadro histórico. Essa observação é particularmente pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas... Como fatores "não econômicos" regime de propriedade da terra, controle das empresas por grupos com uma visão transnacional dos investimentos, permanência de grande parte da mão-de-obra fora dos mercados organizados etc. — integram a matriz estrutural do modelo com que trabalha o economista, ao dar ênfase ao estudo de tais parâmetros fomos chamados de estruturalistas em certo sentido, os estruturalistas latino-americanos retomaram a tradição do pensamento marxista, na medida em que este colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais como meio de compreender o comportamento dos agentes econômicos. (FURTADO, 1990, p.170)

Assim, com relação a uma teoria da dependência e o estruturalismo:

Esse esforço visando ampliar o quadro conceitual, para abranger os condicionantes internos e externos do sistema de decisões, conduziu finalmente à teoria da dependência. Esta se funda numa visão global do capitalismo enfocado como um sistema econômico em expansão vertical e horizontal e como uma constelação de formas sociais heterogêneas que permite captar a diversidade, no tempo e no espaço, do processo de

acumulação e as projeções dessa diversidade nos países de industrialização tardia. Graças a esse enfoque abrangente, foi possível aprofundar a percepção das vinculações entre as relações externas e as formas internas de dominação social, bem como projetar luz sobre outros temas de não pequena significação, como a natureza do Estado e o papel das firmas transnacionais. (idem, p.170-171)

Note-se, o tema da vinculação entre o “externo” e o “interno” e as formas de dominação social. Não seria exagero dizer que na obra de Furtado encontramos nessa tensão entre essas duas dimensões, tensão por demais criativa cujo objetivo é algo que se tornou uma obsessão na vida desse pensador: entender o Brasil e propor solução.

Assim, uma tentativa de resumir a complexa argumentação de Furtado sobre a dependência pode se afirmar o seguinte: através de um processo por ele denominado de modernização dos padrões de consumo das elites, que teve início na colônia, mas demonstra toda a sua força quando do processo de industrialização por substituição de importações, instaura-se na estrutura produtiva dos países periféricos, a dependência tecnológica e financeira. Esse processo de modernização é mimético, ou seja, a elite na periferia tende a imitar os padrões de consumo dos países centrais. Se antes isso era feito via importação, agora com uma indústria substitutiva, esses itens podem ser localmente produzidos, mas são produzidos sob o controle dos grandes centros.

Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. Quanto mais amplo o campo do processo de modernização (e isso inclui não somente as formas de consumo civis, mas também as militares) mais intensa tende a ser a pressão no sentido de ampliar o excedente, o que pode ser alcançado mediante expansão das exportações, ou por meio de aumento da “taxa de exploração”, vale dizer, da proporção do excedente no produto líquido. (...). Daí que apareçam crescentes pressões, ao nível da balança de pagamentos, quando o país atinge o ponto de rendimento decrescente na agricultura tradicional de exportação e/ou enfrenta deterioração nos termos de intercâmbio. (...). A importância do processo de modernização, na modelação das economias subdesenvolvidas, só vem à luz plenamente em fase mais avançada quando os respectivos países embarcam no processo de industrialização; mais precisamente, quando se empenham em produzir para o mercado interno aquilo que vinham importando. (...).(FURTADO, 1974, p. 81-82).

Na citação abaixo reproduzida, Furtado, além de abordar esses aspectos, define, a meu ver, de forma muito clara o que ele entende por dependência:

A análise que vimos de esboçar põe em evidência a natureza assimétrica das relações entre “centro” e “periferia” no quadro sistema econômico internacional formado a partir da Revolução Industrial. O controle do progresso tecnológico e a possibilidade de impor padrões de consumo, em certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam “dependentes”. Essa estruturação se processa de forma a permitir que uma minoria do subsistema dependente esteja em condições de reproduzir os padrões de vida de prestígio criados nos subsistemas dominantes. Assim, na economia dependente existirá, na forma de “enclave” social um grupo integrado nos subsistemas dominantes. O dualismo tem, portanto, desde o início uma dimensão cultural ... (FURTADO, 2000, p.258-259)

Entretanto, percebe-se, aqui, que é exatamente a industrialização que o aprofunda, posto que, na periferia assume um significado diferente do que teve nos países que o originaram. É possível também perceber como Furtado vincula o “externo” e o “interno”, ou seja, o processo pelo qual via uma minoria mimética e modernizada, as economias cêntricas tem na periferia um “anexo”. É na fase de transnacionalização do capital na qual as grandes empresas instalam subsidiárias na periferia que esse processo se torna mais agudo:

Fora do quadro da dominação colonial, o fenômeno da dependência se manifestou inicialmente no plano cultural, mediante a transplantação de padrões de consumo que puderam ser adotados graças ao excedente gerado no quadro das vantagens comparativas estáticas obtidas no comércio exterior. É o forte dinamismo do segmento modernizado do consumo que projeta a dependência no plano tecnológico e a inscreve na estrutura produtiva. Com efeito, é quando se pretende, mediante industrialização, substituir os bens importados, que o aparelho produtivo se fratura em dois segmentos: um ligado a atividades tradicionais, destinadas às exportações ou ao mercado interno, e outro constituído por indústrias produzindo para o setor modernizado do consumo. (FURTADO, 1990, p.171)

Para Furtado, o que aconteceu foi uma descentralização da produção das atividades industriais. Significa produzir parcial ou totalmente na periferia os “artigos que continuam a ser *criados* nos centros dominantes” (FURTADO, 2000, p.258). As consequências do processo de dependência pensado por Furtado nos anos 60 e 70, do século passado, tornaram-se mais aguda com o processo de Globalização. Isso é o que ele deixa transparecer numa de suas últimas publicações, *O Capitalismo Global* (1998). Nessa reflexão fica claro que um dos instrumentos que foi usado para coordenação e planejamento dos processos econômicos, o Estado, perdeu força e se mostra limitado frente ao poderio dos fluxos globais. Vale notar que o governo de seu colega de exílio, Fernando H. Cardoso não escapou às críticas. Basta ler os diversos ensaios do pequeno livro *O Longo Amanhecer: Reflexões Sobre a Formação do Brasil* (1999), para se

verificar a crítica elegante, mas contundente, feita às decisões tomadas no plano macroeconômico. Num dos artigos lemos o seguinte:

A política econômica seguida tradicionalmente no Brasil engendrou uma sociedade com chocantes desigualdades, sujeita a crises intermitentes de balança de pagamentos. Não podemos ignorar esse fato se pretendemos compreender a inflação crônica que caracterizou a economia brasileira nas fases de crescimento e também nas de recessão. A estratégia de estabilização adotada pelo governo a partir de 1994 ignorou essa realidade... (FURTADO, 1999, p.27)

Apesar de fazer ponderações sobre não se culpar os formuladores do plano, posto que haviam aspectos previstos que não aconteceram, afirma ele:

Mas não se pode ignorar que a nova política produziu pingues dividendos políticos, que inebriaram os dirigentes do poder executivo. Obteve-se, mediante reforma constitucional, o direito à reeleição dos chefes desse poder, mas o custo político decorrente do conseqüente sobre-endividamento traduziu-se em um desequilíbrio cujos efeitos ainda não foram plenamente conhecidos. A partir de então, fez-se evidente que a economia brasileira se autocondenara a ter de apelar para uma ruínosa moratória cujo impacto internacional seria necessariamente considerável. (FURTADO, 1999, p.29)

Na verdade os ensaios refletem um lamento sobre a falta de um projeto de nação, de uma política de desenvolvimento e a constatação que o governo cedeu completamente à lógica de mercado alienando o patrimônio nacional e perdendo autonomia.

Portanto, para Furtado, tanto tempo depois, os fenômenos da dependência e do subdesenvolvimento continuavam atuais e continuavam desafiado as forças progressistas, agora, em escala planetária. Num de seus últimos artigos, intitulado “A responsabilidade dos cientistas”, ao criticar abertamente a proposta da ALCA, o que demonstra que sua preocupação com o processo de subdesenvolvimento e dependência perdurou toda a sua vida, nos diz ele:

Escapa-nos a lógica do processo de globalização; não conseguimos controlar seus fundamentos nem dirimir dúvidas essenciais, apesar dos fantásticos avanços das técnicas da informação. Essa pouca transparência do processo que vivemos, a que chamamos de aceleração do tempo histórico, revela a ação de fatores que fogem ao nosso entendimento. Já são raros os sistemas econômicos nacionais dotados de autonomia. Os mercados mais relevantes, como os de tecnologia de vanguarda e de serviços financeiros, são hoje globalizados. Mas esse é um processo aberto. O que acontecerá em cada país dependerá substancialmente de seu povo e de seu governo. (FURTADO, 2003, p. 3)

4.7 TETEMUNHOS SOBRE AS ORIGENS DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Aqui o objetivo é documentar as falas utilizando as memórias escritas e gravadas dos atores envolvidos. A ideia é, portanto, registrar não só a formação de uma rede de comunicação no exílio, mas explicitar a ambiência na qual brota essa teorização.

Numa das falas sobre a conjuntura na qual se formulou o argumento de seu livro e de Faletto, afirma Cardoso (2006, p.79-80):

O próprio Celso, Helio Jaguaribe, Theotonio dos Santos, todo mundo estava nisso e eu estava noutra. Ao contrário do que as pessoas dizem hoje, que eu não acredito mais no que escrevi, o livro *Dependência e desenvolvimento* defendia o oposto do mecanicismo ao qual se deu nome de "teoria da dependência" e ao qual nunca estive ligado. Cobram agora que eu seja coerente com o que não acreditava no passado ... O que eu dizia e escrevia criticava a Comissão Econômica para a América Latina e a esquerda tradicional. Eu dizia: "Vocês estão enganados, não é verdade que não exista o desenvolvimento possível na periferia; vai haver, está havendo".

Só que ele é dependente e associado? É dependente e associado, mas é desenvolvimento e muda a estrutura da sociedade. Em segundo lugar, não é verdade que o caminho seja sempre o mesmo, pode haver variações. Não estamos condenados à repetição do mesmo, do atraso. O resultado depende da política que se defina. Aliás, na dialética entre o interno e o externo, o interno é o decisivo, não o externo. A mudança da sociedade se faz pelo interno e não pelo externo. *Só é possível perceber isso em uma análise sociológica crítica do economicismo. Por isso o subtítulo é "Um ensaio da interpretação sociológica"*. Exatamente. Sabe como é que se deu aquele ensaio? O que era aquele ensaio? Eu cheguei ao Chile no dia primeiro de maio de 1964, saindo de Buenos Aires. O Francisco Weffort, que já estava trabalhando na Cepal, me esperava no aeroporto, **junto com o André Gunder Frank, esse sim, um dos "pais" da dependência eterna (embora no fim da vida tenha se tornado mais sutil nas análises)**. Fui sozinho porque a família tinha ficado aqui, eu tinha saído correndo. Ao chegar lá, fiquei na mesma casa em que morei, depois, com o Celso Furtado, o Weffort e o Wilson Cantoni, que era um amigo nosso, professor de São José do Rio Pardo. Cantoni era anterior a mim na faculdade; não terá produzido grande obra escrita, mas era uma grande cabeça. Fazia um frio danado e não se ligava aquecimento, pois o Celso, o Weffort e eu somos reconhecidamente pão-duros [*risos*]. Ficamos muito bem ali convivendo com o Celso. Houve duas coisas que me influenciaram. **A primeira** foi um seminário do qual participei, com consultores e com o estado maior do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (órgão ligado à Cepal). Tratava-se de fazer uma reflexão sobre as análises da Cepal, uma coisa muito interessante. O Weffort deve ter assistido também a esse seminário. Foi muito interessante ver o debate entre eles com a participação de Raúl Prebisch, que dirigia as sessões. O Celso era uma pessoa muito sólida, um intelectual bem estruturado, falava direito, pouco, só nos momentos adequados. Aníbal Pinto ainda não havia retornado ao Chile, estava no Brasil. Quando regressou, me pressionou para que nos juntássemos de novo e resolvemos refazer, no Chile, um seminário sobre a história das idéias. Participavam o Weffort, o Almino Affonso e o Plínio Sampaio, enfim, pessoas que pensavam as questões políticas e sociais do

Brasil. Mais tarde, a Maria Conceição Tavares e o cineasta Leon Hirszman, bem como o José Serra, juntaram-se às discussões. A **segunda** coisa que me influenciou é que eu fui dar aulas na Facultad LatinoAmericana de Ciencias Sociales e na Faculdade de Economia do Chile, trabalhos que fazia de graça para não perder o contato com a vida acadêmica. Pouco tempo depois, Don José Medina Echavarría, o grande sociólogo espanhol que dirigia a divisão de estudos sociais do Ilpes, me botou como diretor adjunto e, na prática, me entregou o comando das coisas. José Medina ficava lendo, escrevendo, um grande homem, um grande intelectual, uma pessoa com quem dava prazer conviver. Tinha uma cultura germânica sólida, era conhecedor profundo de Weber, teve um papel crítico muito grande na Cepal, para onde fora levado por Celso Furtado, que conhecera no México.

Numa outra fala sobre a origem da teorização da dependência, eis o testemunho de F.H. Cardoso e Theotonio dos Santos:

No caso específico deste novo tipo de dependência, eu próprio escrevi um trabalho, em 1965 ("El proceso de desarrollo en América Latina", ILPES, Santiago, mimeo.) no qual distinguia três tipos de desenvolvimento (nacional-exportador, enclave, industrial-associado). Entretanto, o conceito dessa tipologia só foi produzido mais tarde no trabalho em colaboração com Enzo Faletto. *Dependencia y Desarrollo en América Latina*, editado no ILPES em 1967. Florestan Fernandes desenvolveu simultaneamente suas reflexões sobre "O estudo sociológico do subdesenvolvimento econômico", apresentadas em 1967, sem ter conhecimento do segundo trabalho meu e de Faletto. Em 1968 Theotonio dos Santos publica no CESO "El nuevo carácter de la dependencia" no qual expõe claramente as conseqüências das transformações do capitalismo internacional sobre as economias dependentes. No afã de alcançar níveis mais concretos de análise, escrevi em 1968 o livro *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*. Ao mesmo tempo, no ILPES e no CESO, Aníbal Quijano, Edelberto Torres Rivas, Orlando Caputo e Roberto Pizarro, e outros escreveram trabalhos que precisavam, retificavam e ampliavam as análises sobre a forma atual de dependência. Mais tarde Fernando Fajnzylber escreveu dois estudos, publicados pela CEPAL (Estrategia Industrial y Empresa Internacionales e Sistemas Industriales y Exportación de Manufacturas) que, sem discutir conceitos, constituem a meu ver as contribuições fundamentais para caracterizar a nova situação de dependência.

Provavelmente uma série de outros autores, ao mesmo tempo e independentemente dos aqui mencionados, contribuíram para a análise das formas atuais da dependência. Se se buscar com atenção provavelmente se encontrará quem antes independentemente de todos estes tenha escrito sobre o mesmo tema. Vê-se, pois, que mesmo do ângulo mais limitado da história intelectual vista pelas "obras e autores", o pensamento é um produto social. Quando uma idéia expressa, de fato (teórica ou ideologicamente) um aspecto do real, ela surge ou ressurgue por toda parte. (CARDOSO, 1994, p. 122)

E no testemunho de Santos:

Ao lado desse trabalho, participei, no Centro de Estudos Sócio-Econômicos - CESO, da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, onde me incorporara em 1966, de um estudo sobre a estrutura industrial do Chile através, inclusive, de um questionário aplicado aos empresários chilenos. Ao mesmo tempo, aprofundava meus estudos sobre a classe empresarial e a estrutura industrial brasileira. Como consequência desses estudos, formulei as teses fundamentais do meu livro *O Novo Caráter da Dependência*, (Cuadernos del CESO, Santiago, 1967) no qual chamava atenção para o fato de que as Ciências Sociais estavam trabalhando com uma imagem da América Latina baseada numa realidade já superada. Pensava-se uma América Latina agrária quando o setor industrial já era o polo dinâmico na região que explicava a sua situação política, econômica e social. Portanto, era necessário estudar esse processo de industrialização que tinha características bastante específicas ...partir daí, desenvolvi as teses centrais sobre a tendência ao surgimento de um grupo de países cujo desenvolvimento econômico era voltado basicamente para uma industrialização de caráter dependente, concentradora e excludente. **Devemos situar neste momento da minha démarche teórica a formulação do conceito de desenvolvimento capitalista dependente que seria um dos pontos centrais da teoria da dependência.** (SANTOS, 1996, p. 31)

Assim, a partir das falas é possível intuir que constituição das teorias da dependência ocorrem:

- a- Através de um processo de acúmulo de conhecimento, mesmo que de vários pontos de vistas diferentes, posto que dissenso e não consenso, como bem nos lembra Alexander (1989), é a regra nas ciências sociais;
- b- O contexto implícito é o de crise, pois estão falando do exílio;
- c- Se olharmos o leque de grupos e pessoas envolvidas na tarefa de pensar as relações sociais e econômicas nos países periféricos, logo chegaremos a conclusão que o significado de uma teoria da dependência esteve e estará em disputa, daí em diante, dentro e fora do “campo teórico”.

4.7.1 Teorizando contra quem? A Cepal ou PCB?

Tenho feito ao longo desse trabalho uma afirmação que merece ser melhor qualificada. A ideia de que as teorias da dependência, nas versões marxistas, radical e não radical, eram um ajuste de contas com o legado da CEPAL. Entretanto, vale a pena citar e discutir o testemunho de Ruy Mauro Marini, no seu memorial, escrito para a Universidade de Brasília, acerca dessa questão, lembrando que aqui se trata da visão marxista radical (MARINI, 1990, p.6):

Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que a veem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da CEPAL, a

teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a nova esquerda — particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru— elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas. **A CEPAL só se converteu também em alvo na medida em que os comunistas, que se haviam dedicado mais à história que à economia e à sociologia, se apoiaram nas teses Cepalinas da deterioração das relações de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, para sustentar o princípio da revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal, que eles haviam herdado da Terceira Internacional.** Contrapondo-se a isso, a nova esquerda caracterizava a revolução como, simultaneamente, anti-imperialista e socialista, rechaçando a idéia do predomínio de relações feudais no campo e negando à burguesia latino-americana capacidade para dirigir a luta anti-imperialista. Foi no Brasil da primeira metade dos 60 que essa confrontação ideológica assumiu perfil mais definido e que surgiram proposições suficientemente significativas para abrir caminho a uma elaboração teórica, capaz de enfrentar e, a seu tempo, derrotar a ideologia Cepalina —não podendo ser, pois, motivo de surpresa o papel destacado que nesse processo desempenharam intelectuais brasileiros ou ligados, de alguma forma, ao Brasil.

Na visão de Marini, portanto, as teorizações dependentistas radicais tinham como objetivo fornecer uma alternativa e combater uma concepção vinculada à III Internacional Comunista, a qual tinha como ponto central a ideia de uma burguesia nacional, que em aliança com proletários e com o campesinato, promoveria a chamada revolução democrático-burguesa. Ora, tomando-se como correta essa afirmação, ela em nada desqualifica a tese aqui sustentada. Antes, contrário, trata-se de uma qualificação, já que não se discute quem foi o alvo primário. O fato é que a Cepal e sua teorização desenvolvimentista são objetos de crítica contundente. Entretanto, levantando-se a hipótese de que os partidos comunistas viessem a colocar de lado uma visão aliancista em relação à burguesia, há indícios de que, pelo menos a Cepal não sairia ileso das críticas que seriam tecidas por Marini. Nesse mesmo memorial, em parágrafo anterior, comenta ele, sobre o período que passou na França:

O período que ali passei coincidiu com o auge da teoria desenvolvimentista na América Latina e no Brasil — com a qual eu me familiarizara na EBAP, pela mão de Guerreiro Ramos, havendo inclusive assistido de perto o processo de formação do ISEB (e, antes dele, do IBESP)— e com sua difusão na academia francesa, tendo Balandier como pontífice. Ao mesmo tempo, esse era o momento em que a descolonização era vivida dramaticamente pela França, mediante a derrota na Indochina e a radicalização da guerra da Argélia, provocando rupturas ao interior dos grupos políticos e intelectuais — fenômeno que acompanhei com vivo interesse, tanto mais que, em meu meio, eu convivía com jovens militantes argelinos, cambojanos e vietnamitas, além dos que provinham das colônias da África negra. As teorias do desenvolvimento, em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus, se me revelaram, então, como o que realmente eram: instrumento de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o

imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no após-guerra pela descolonização. Começa, então, o meu afastamento em relação à CEPAL, fortemente influenciado, ademais, pela minha crescente adscrição ao marxismo. (MARINI, 2005, p. 04)

Assim, fica claro que a questão teórica nodal, não parece ser apenas a revolução democrático-burguesa e, sim, qualquer movimento que não tenha como objetivo uma ruptura completa com o sistema capitalista. Se o PCB era alvo de críticas por retardá-la, mesmo apontando para ela, a perspectiva desenvolvimentista não poderia deixar de soar como “mistificação”.

Por outro lado, Cardoso e Faletto tratam de apontar tanto as limitações da Cepal, quanto de uma perspectiva mais radical. Nas palavras de Cardoso e Faletto (2004, p. 8-9):

Na época havia o embate entre duas visões sobre o desenvolvimento econômico. A da Cepal (com Prebisch, Furtado, Aníbal Pinto etc.), colocando acento no progresso técnico, para aumentar a produtividade, e na industrialização, como requisito para escaparmos da lei de bronze da perda constante de valor dos produtos agrários e minerais exportados em comparação com os preços dos bens manufaturados e equipamentos importados. O Estado seria instrumento essencial para acelerar a acumulação de capitais (sem desprezar o investimento estrangeiro) e para planejar as metas de crescimento, bem como para criar condições propícias ao desenvolvimento econômico. A outra visão, disseminada nas universidades e nos movimentos políticos, acentuava que as economias subdesenvolvidas só cresceriam se houvesse uma transformação mais radical nas sociedades e nos sistemas econômicos, seja com a vitória do socialismo, seja pela intensificação do nacionalismo "terceiro-mundista", para romper os laços de dependência colonial ou de submissão ao imperialismo. Nos dois casos havia algo que se poderia qualificar como "economicismo" e, talvez, como voluntarismo político.

E arremata ele:

Pois bem, propusemos neste livro um esquema de interpretação com ênfase na dinâmica política entre as classes e grupos sociais, no interior de cada país. Também demos um papel mais relevante às opções ideológicas e às alternativas que o movimento da história abria em cada situação específica. Ao mesmo tempo, insistimos nas variações no modo de relacionamento das economias dos países periféricos com as economias desenvolvidas. Mostramos que esses distintos modos criavam teias de relações políticas e de interesse que, unindo setores dos dois tipos de economias - as desenvolvidas e as subdesenvolvidas, moldavam formas distintas de desenvolvimento político e social em cada país da região.

O trabalho de Cardoso e Enzo, portanto, reafirmam uma crítica à escola Cepalina e, ao mesmo tempo, colocam uma visão alternativa à escola marxista radical. Assim, de saída temos

um embate muito claro entre duas variantes da escola dependetista que se acentuará com o passar do tempo, à medida em que, essa produção começa a ser fartamente disseminada e eventos dramáticos como o colapso da democracia via golpe de estado nos países Latino Americanos, inclusive no Chile, em 1973, “berço” das duas vertentes. Essa divergência, posteriormente, terá outros desdobramentos em função da trajetória política e acadêmica dos intelectuais envolvidos, o que será explorado mais adiante.

4.7.2 Uma teorização pós-golpe e no exílio

Tendo como foco o cenário brasileiro, a derrota do projeto desenvolvimentista, nos moldes vivenciados entre 1930 e 1964, derrota imposta via golpe militar, tem uma importância crucial na formulação teórica dos dependetistas. Esse evento traumático é fundamental para floração desse tipo de reflexão. Boa parte da reflexão das teorias da dependência, nessas duas versões marxistas, **são uma tentativa de entender a derrota do projeto desenvolvimentista ocorrida com o golpe militar em 1964**³². Aqui, não só o aspecto político, mas também as promessas não cumpridas de que o processo de industrialização colocaria os países periféricos em um outro patamar, principalmente no que diz respeito às diminuições das desigualdades sociais, em termos de renda e à diminuição da pobreza. O curioso, é que essa reflexão tenha ocorrido no Chile, à época, sob o domínio da democracia cristã, Eduardo Frey e, posteriormente, com Salvador Allende no poder. Mas, outro aspecto também chama a atenção: o Chile abrigava a sede da CEPAL desde 1948, sob a batuta de Raul Prebisch como seu diretor. Na visão de Enzo Faletto (1998, p.111), em depoimento sobre a obra escrita conjuntamente com Cardoso:

Pero, es importante además, hacer referencia al lugar geográfico en donde— y no por azar — un gran número de personas vinculadas al tema se encontraban amediados de los años 60; se trata como todos ustedes recuerdan de Santiago de Chile, y ahí, también sucedían cosas. Por una parte, Chile era sede desde un cierto tiempo, de instituciones cuyo propósito era desarrollar un pensamiento latinoamericano; tal era el carácter de Cepal y de Ilpes; de Escolatina y de Flasco; como también de centros universitarios, principalmente de la Universidad de Chile; como el Cesó, el Instituto de Economía o la Escuela de Sociología. La particularidad de estas instituciones o centros era que habían logrado congregarse a un número considerable de latinoamericanos y proporcionaban un ámbito de intercambio intelectual, tanto al nivel del pensamiento cuanto al nivel de experiencias políticas.

³² Ver João Paulo Hadler, (2013) “Dependência e superexploração: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente” pg33-34.

No es necesario recordar acá el importante número de intelectuales brasileños que tuvieron la experiencia de Chile en esos años – el nombre de muchos de ellos aparece vinculado al tema de la dependencia – pero, junto a ellos, se encontraban argentinos, uruguayos, peruanos, bolivianos, mexicanos, guatemaltecos y para qué seguir enumerando.”

Assim, as teorias da dependência refletem o caráter de exílio em função de uma derrota política.

Vale a pena documentar a fala dos atores envolvidos. Sobre o golpe de 1964, afirma Ruy Mauro:

Foi no Brasil da primeira metade dos 60 que essa confrontação ideológica assumiu perfil mais definido e que surgiram proposições suficientemente significativas para abrir caminho a uma elaboração teórica, capaz de enfrentar e, a seu tempo, derrotar a ideologia Cepalina —não podendo ser, pois, motivo de surpresa o papel destacado que nesse processo desempenharam intelectuais brasileiros ou ligados, de alguma forma, ao Brasil. **A nível teórico, isso só viria a dar todos os seus frutos após o golpe militar de 1964, quando, limitada em sua militância, a jovem intelectualidade brasileira encontraria tempo e condições para dedicar-se plenamente ao trabalho acadêmico e se veria, de fato, convocada a isso pela situação que se passou a viver em toda a América Latina, assolada pela contra-revolução.** (MARINI, 1990, p. 6) (grifos meus)

E no testemunho de Fernando Henrique Cardoso (2004, p.7- 8)

As idéias iniciais sobre as quais este ensaio se baseou derivaram da confluência de antigas preocupações minhas, desde quando escrevi, ao final dos anos cinquenta e início dos sessenta, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* e, mais tarde, em 1962-63, *Empresário industriale desenvolvimento econômico no Brasil*, com os debates no Ilpes, na Cepal em geral, e nas universidades chilenas. Em nossas análises pesou, principalmente, um seminário realizado no Ilpes, entre maio e junho de 1964, no qual participei junto, entre outros, com Raúl Prebisch, Celso Furtado, Oswaldo Sunkel, Enzo Faletto, Francisco Weffort e, vez por outra, Aníbal Pinto, que ainda morava no Brasil.

Duas observações: essa reunião no Instituto Latino Americano de Pesquisa Social (ILPES), órgão vinculado diretamente a Cepal, é mencionada na autobiografia de Celso Furtado (2014) como uma espécie de “ajustes de contas” com a teorização cepalina e, no caso dos brasileiros presentes, entre eles o próprio Furtado, tendo seus direitos políticos caçados pelo golpe militar, como uma reflexão à sombra de uma derrota. Assim, em *Ares do Mundo*, no capítulo inicial intitulado “A retirada”, nos diz ele:

O Chile se constituíra em polo de atração da primeira vaga da diáspora brasileira após o golpe militar de 1964...A verdade é que, desde fins dos anos 1950 a Cepal se encontrava em fase de aguda autocrítica. As ideias sobre o desenvolvimento elaboradas em sua grande fase criativa (1949-1954) continuavam válidas, mas eram reconhecidamente insuficientes na abordagem de uma nova problemática que se fazia visível nos países que mais êxito haviam alcançado em seus esforços de industrialização... O momento, portanto, era de reflexão sobre os esquemas teóricos produzidos no começo dos anos 50 e sobre a experiência dos países latino-americanos. Propus no Ilpes que organizássemos um seminário para promover uma releitura crítica dos textos ‘clássicos’ da Cepal...pela primeira vez reunimos um grupo de economistas e sociólogos para debater a problemática do desenvolvimento/subdesenvolvimento a partir de uma série de textos teóricos elaborados na própria América Latina.” (FURTADO, 2014 p. 403,408,410)

Foi usando o substrato desses encontros, nos quais um dos temas era a estagnação econômica latino-americana e a dependência tecnológica, que nasceram as ideias contidas num relatório a ser encaminhado a Raul Presbisch, depois transformado em livro (CARDOSO e FALETTO, 2004, p. 07). Mas, aqui, nota-se claramente, a partir do olhar de Furtado, um ponto de inflexão, qual seja, a insuficiências das teorias cepalinas para dar conta da realidade. Se quisermos lançar mão de Thomas Kuhn (1970), com todos os possíveis cuidados, temos um momento de crise, não só política e econômica, mas teórica. A seguir uma citação de Furtado, na qual os pressupostos de uma nova elaboração teórica aparecem de forma nítida. Embora já presentes, como ficará claro mais adiante, a ideia de se contrapor a não só uma dependência econômica, mas também a uma dependência cultural acompanhará a reflexão furtadiana de uma forma mais intensa:

José Medina era quem mais insistia em que se devia ampliar o quadro de discussão. Necessitamos de uma revolução no plano do pensamento, dizia ele, similar à que promoveu F. List na metade do século passado. List havia postulado a criação de uma “teoria do desenvolvimento” que fosse distinta da que conduziu à política preconizada pela Inglaterra, então apresentada como modelo exemplar. **“Queiramos ou não, observava Medina, “utilizamos o pensamento econômico dos países plenamente desenvolvidos, sofremos portanto uma forma de imperialismo.” Era a “dependência cultural”, de que temos consciência, mas dela permanecemos prisioneiros. Mais ainda, ele insistia em que a crise do modelo da CEPAL não era o mais importante. Não se podia ignorar que enfrentávamos uma crise da economia como ciência (reflexo daquele imperialismo) e que necessitávamos nos descolonizar mentalmente.** Porque imaginávamos que tudo seria feito por via democrática, enfatizava ele, esquecemos de elaborar um modelo das transformações políticas. A crise cubana, afirmava Medina, havia acelerado os acontecimentos, desempenhando entre nós o papel que coube à Revolução Russa na Europa. Sua ideia era que a revolução leninista havia paralisado o processo político que permitiria o avanço do socialismo na Europa. A revolução castrista, por seu lado, estava levando ao bloqueio da via

democrática na América Latina. Esse pensamento, José Medina desenvolveu mais amplamente em conversa pessoal comigo. (FURTADO, 1997, p. 71-72). (GRIFOS MEUS)

Não por acaso, Furtado vai desenvolver a **ideia de dependência cultural** em outros trabalhos. Aqui, mais uma vez se revela o traço marcante e força desse processo de teorização: a tentativa de se desvencilhar de “um falso universalismo” teórico e buscar no específico da realidade dos países periféricos, na própria reflexão acumulada, as saídas. Sem dúvida, isso se revela como um fruto direto do processo de autocritica no qual o grupo Cepalino estava imerso.

Segundo, visto que, ambos chegaram ao Chile, como exilados, embora em diferentes tempos³³ e condições, tanto o testemunho de Cardoso quanto o de Marini chamam a atenção para a relação entre continuidade e ruptura no processo de criação teórica, que serão examinadas com mais detalhes adiante, quando trato da trajetória desses grupos. Com referência a isso, vale salientar, adiantando a discussão, que a produção de conhecimento, na perspectiva aqui adota, é de caráter eminentemente coletivo. Na verdade, nesse momento dos anos 60, temos a confluência de representantes de diferentes grupos de intelectuais, com visões distintas em relação ao processo político e econômico que resultou no colapso do desenvolvimentismo: o grupo da UNB, a qual se filia Ruy Mauro, além de Thetonio dos Santos e Vania Bambirra; o grupo da USP, ao qual se filia Cardoso e Weffort (embora este último não esteja classificado como dependentista, mas apenas como partícipe do referido seminário); e finalmente o grupo da Cepal, o lócus que abrigou boa parte dessa intelectualidade brasileira no exílio, representados por Celso Furtado, o próprio Faletto, Anibal Pinto e, claro, Raul Presbisch.

4.7.3 Dependência: definição e estatuto teórico

Afinal, o que se deve entender como dependência? O que a caracteriza? Qual o seu estatuto teórico? Que conceitos são centrais para esse tipo de análise? Como verificaremos adiante, as definições dos diversos autores, tendo texto e contexto, comportam diferenças e ensejam um debate em varias direções. Não se trata de mesclar desavisadamente visões diferentes entre si, quando se tem em tela o conjunto da obra. Por enquanto, o que faz necessário notar é o nível de radicalidade e separação que se dá entre essa visão e a visão Cepalina mais

³³ Rui Mauro Marini só chegará ao Chile em novembro de 1969. Antes se encontrava no México, para onde voltará após a queda do Governo Allende, em 11 de setembro de 1973, juntamente com Theotônio e Vânia. Durante o período no Chile, juntou-se ao CESO.

tradicional. E por que radicalidade? Porque se assumirmos que o diagnóstico Cepalino era correto “havia que se industrializar”, como intuir, de imediato, que a industrialização aprofundaria o processo de dependência? Evidentemente, que ao defender a industrialização como forma de superação do subdesenvolvimento, os Cepalinos sabiam que esse processo era problemático. Isso está documentado em relatórios e trabalhos, inclusive na obra magna do Estruturalismo Latino-Americano *Formação Econômica do Brasil*. Somada à derrocada do projeto desenvolvimentista, no Brasil, a forma de reler esse processo via “dependência” representa uma mudança de percepção qualitativa. Há que se notar, também, a capacidade dessa intelectualidade latina de inverter os parâmetros de leitura então vigentes, mesmo que se utilizando de um instrumental teórico produzido alhures, mas usando-o como chave hermenêutica referido à periferia e não ao centro do sistema econômico. Trata-se, portanto, da capacidade de se referir ao específico, o processo que denominei de antropofagia teórica.

Assim, na visão de Cardoso e Faletto, uma das facetas do fenômeno da dependência se manifesta quando as decisões que “afetam produção e consumo são tomadas em função da dinâmica e dos interesses dos países desenvolvidos” (CARDOSO, FALETTO, 2004, p. 39):

O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais do que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários. A dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas. As economias baseadas em enclaves coloniais constituem o exemplo típico dessa situação extrema.

E, aqui, a ênfase recai sobre aquilo que é específico. Por um lado, a crítica se dirige a uma foco economicista do conceito de subdesenvolvimento. Nesse caso, o conceito de dependência tenta articular as dimensões política e a econômica. Por outro lado, critica-se a tentativa de importar esquemas comparativos com o desenvolvimento do capitalismo dos países cêntricos. Há que se captar historicamente o específico (idem, p. 179):

Formulando nesses termos a relação entre *processo econômico, condições estruturais e situação histórica*, ficam evidentes as limitações da utilização dos esquemas teóricos relativos ao desenvolvimento econômico e à formação da sociedade capitalista dos países hoje desenvolvidos para a compreensão da situação dos países latino-americanos. Não só o momento histórico é distinto, como as condições estruturais do desenvolvimento e da sociedade tornaram-se historicamente diversas. **O reconhecimento dessas diferenças levou-nos à crítica dos conceitos de subdesenvolvimento e periferia econômica, e à valorização do conceito de dependência, como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional. Conseqüentemente, ressaltamos a especificidade da instauração de um modo capitalista de produção em formações sociais que encontram na dependência seu traço histórico peculiar.**

Na visão de Theotonio:

La dependencia és una situación en la cual cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía a la cual la propia está sometida. La relación de interdependencia entre dos o más economías, y entre éstas y el comercio mundial, asume la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y auto-impulsarse, en tanto que otros países (los dependientes) sólo lo pueden hacer como reflejo de esa expansión, que puede actuar positiva y/o negativamente sobre su desarrollo inmediato. De cualquier forma, la situación básica de dependencia conduce a una situación global de los países dependientes que los sitúa en retraso y bajo explotación de los países dominados. (...) **La dependencia está, pues, fundada em una división internacional del trabajo que permite el desarrollo industrial de algunos países y limita este mismo desarrollo en otros, someténdolos a las condiciones de crecimiento inducido por los centros de dominación mundial.** (SANTOS, 1972, p. 45-46).

E para Marini:

(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência não pode ser por isso senão mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. (MARINI, 2000, p. 109).

A questão da dependência se articula não só nas trocas desiguais (nível externo), mas fundamentalmente, nas relações econômicas e políticas internas que são, nessa visão, o fruto direto do processo de dependência. Do ponto de vista teórico, a inflexão fundamental enuncia que o binômio desenvolvimento –subdesenvolvimento, centro- periferia, além de aludirem a diferentes aspectos da realidade são insuficientes para captar os processos sociais em curso nas

economias periféricas. Por exemplo, é evidente que se pode ter um grande nível de diferenciação do sistema produtivo sem que os centros de decisões sejam internalizados e, portanto, autônomos (Cardoso, 2004). Assim, continuando a exemplificar, a industrialização não resolveria o problema e, ao contrário, poderia agravá-lo, dado que ela já ocorre numa fase em que os países cêtricos estavam não só investindo em infraestrutura e controlando certos serviços como ferrovias, luz, etc., mas maciça e diretamente em plantas industriais na periferia do sistema e controlando esses mercados (vide a implantação da indústria automobilística no período Kubstischek). Veja o que nos diz Theotonio:

Nestes anos de crise, a economia americana incorporou o Fordismo como regime de produção e circulação ao mesmo tempo em que a revolução científico-tecnológica se iniciava nos anos de 1940. A oportunidade de um novo ciclo expansivo da economia mundial exigia a extensão destas características econômicas ao nível planetário. Era esta a tarefa que o capital internacional assumia tendo como base de operação a enorme economia norte-americana e seu poderoso Estado Nacional, além de um sistema de instituições internacionais e multilaterais estabelecido em Bretton Woods. Implantada elementarmente nos anos 30 e 40, a indústria nos principais países dependentes e coloniais serviu de base para o novo desenvolvimento industrial do pós-guerra e terminou se articulando com o movimento de expansão do capital internacional, cujo núcleo eram as empresas multinacionais criadas nas décadas de 40 a 60. **Esta nova realidade contestava a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento. Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento. Se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento eram o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização.** (SANTOS, 2000, p.18-19). (Grifos Meus)

Nesse sentido, a relação política entre as classes sociais e seus vínculos com o mercado necessariamente devem ser objeto de análise. Talvez um dos maiores ganhos qualitativos em termos teóricos seja diluir as fronteiras entre o externo/interno:

La dependencia había sido generalmente entendida como un fenómeno externo a nuestra realidad. Entendíase por ella que intereses extranjeros imponían condiciones comerciales desfavorables a nuestros países, o bien que tales intereses dictaban normas de acción política, o la aceptación de situaciones que se dan en otros países como modelos de una realidad superior que éramos obligados a imitar. En todas esas visiones la dependencia era una

especie de fuerza exógena a nuestra realidad que se introducía desde el exterior imponiéndose a nosotros. El paso teórico que hemos dado en las Ciencias Sociales Latino-Americanas há consistido en mostrar que esta dependencia no era un fenómeno externo que podríamos cortar através del desarrollo económico y de una actitud política más independiente. Lo que explicitó teóricamente fue, sobre todo, el hecho de que la situación de dependencia en que vivimos dentro del sistema capitalista condiciona las estructuras internas de nuestros países, haciéndolos dependientes en su propia constitución. Este paso teórico fue de gran importancia y creo que se debe, básicamente, a la constatación que hacemos en este cuaderno del fracaso del modelo de desarrollo autónomo en base a la industria o del desarrollo hacia el mercado interno que vino a sustituir, en la mayoría de nuestros países, a la dominación de la economía exportadora dirigida hacia el mercado externo. **Al constatar que ese tipo de ‘desarrollo’ no nos liberaba de la dependencia, sino que, al contrario, nos convertía en objeto de un nuevo tipo de dependencia en que el capital extranjero se concertaba con el sector más dinámico que produce para el mercado interno de nuestros países, se constató también que la dependencia era algo mucho más profundo, ligado a los mecanismos internos de funcionamiento de nuestras sociedades. El problema que desde entonces quedó planteado, obliga a toda una reformulación teórica: si el desarrollo hacia el mercado interno no quiebra la dependencia, es nuestro propio desarrollo el que puede ser considerado dependiente. Hay pues un tipo de formaciones socio-económicas dentro del sistema mundial capitalista que, debido al rol que éstas ocupan en este sistema, tiene leyes propias de desarrollo, contradicciones específicas que deben ser analizadas como tales. Así también, el proceso de transformación social que vivimos deberá ser explicado de este cuadro teórico.** (SANTOS, 1972b, p.7-8). (Grifos Meus)

Cardoso e Faletto (2004, p. 35) também vão elaborar sobre essa questão:

É evidente que a explicação teórica das estruturas de dominação, no caso dos países latino-americanos, implica estabelecer as conexões que se dão entre os determinantes internos e externos, mas essas vinculações, em qualquer hipótese, não devem ser entendidas em termos de uma relação "causal-analítica", nem muito menos em termos de uma determinação mecânica e imediata do interno pelo externo. Precisamente o conceito de dependência, que mais adiante será examinado, pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado, e busca-se estabelecer, por seu intermédio, as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, posto que o conceito de dependência se utiliza como um tipo específico de conceito "causal-significante" - implicações determinadas por um modo de relação historicamente dado - e não como conceito meramente "mecânico-causal", que enfatiza a determinação externa, anterior, que posteriormente produziria "conseqüências" internas.

Talvez, aqui, uma grande chave heurística: as causas da dependência e do subdesenvolvimento não são internas ou externas, mas fazem parte de uma totalidade que numa perspectiva sociológica evoca Marx e, mais especificamente, a ideia de Luckács com o seu apelo à ortodoxia marxista enquanto método da totalidade³⁴. Ao mesmo tempo, os componentes mais gerais do capitalismo enquanto sistema econômico se manifestam em circunstâncias históricas cujo significado só pode ser encontrado quando referido às situações específicas. Os nexos que dão significado a essa totalidade se encarna nos grupos sociais que detêm o poder de mando:

Deve ter-se em conta, como foi visto anteriormente, que o enfoque proposto neste ensaio não considera adequado, nem mesmo de um ponto de vista analítico, separar os fatores denominados "externos" e os "internos"; ao contrário, propõe-se achar as características das sociedades nacionais que expressam as relações com o externo. São justamente os fatores político-sociais internos - vinculados, como é natural, à dinâmica dos centros hegemônicos - os que podem produzir políticas que se aproveitem das "novas condições" ou das novas oportunidades de crescimento econômico. De igual modo, as forças internas são as que redefinem o sentido e o alcance político-social da diferenciação "espontânea" do sistema econômico. É possível, por exemplo, que os grupos tradicionais de dominação se oponham em princípio a entregar seu poder de controle aos novos grupos sociais que surgem com o processo de industrialização, mas também podem pactuar com estes, alterando assim as conseqüências renovadoras do desenvolvimento no plano social e político." (CARDOSO, 2004, p. 42)

A partir de uma certa concordância sobre o fato de que a dependência é um fenômeno oriundo da expansão do sistema capitalista, que essa categoria de análise emerge no rastro da crítica feita ao projeto desenvolvimentista e de que se manifesta "internamente" em classes e frações de classe, é possível observar uma divisão. Trata-se, para usar a linguagem do debate, de como entender o processo de subordinação dos países periféricos aos cêntricos. Para uma certa leitura, as posições de Santos, mas principalmente Marini, que seria o grande continuador da obra de Frank, a dependência aparece como algo "mecânico-formal". Por outro lado, a análise feita por Cardoso e Faletto tiveram a virtude de formular um aporte teórico no qual as situações "concretas de dependência" (as especificidades dos vínculos históricos entre classes, Estado e mercado) e não uma derivação axiomática, aparecem como o objeto de estudo. Aqui, nitidamente, as avaliações na literatura inglesa endossam essa visão (PALMA, 1978, p.901):

³⁴ Se pensarmos em Cardoso, não por acaso ele, no prefácio à 5 edição de "Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional", evoca a leitura de Luckács como algo que o permitiu escapar ao marxismo vulgar. Isso, além da própria introdução na qual ele argumenta a favor do conceito de totalidade, em Marx, como uma perspectiva de interpretação. (CARDOSO, 2003, p.11).

There is within dos Santos's analysis the beginnings of an interesting attempt to break with the concept of a mechanical determination of internal by **external structures** which dominated the traditional analysis of the left in Latin América, and which particularly characterized Frank's work. One perceives initially in his analysis the perception not only that both structures are contradictory, but that movement is produced precisely through the dynamic of the contradictions between the two. Nevertheless, as he proceeds in the analysis he re-establishes, little by little, the priority of external over internal structures, separating almost metaphysically the two sides of the opposition - the internal and the external - and losing the notion of movement through the dynamic of the contradictions between these structures. The analysis which begins to emerge is again one typified by 'antecedent causation and inert consequences'. The culmination of this process is his well-known **formal definition of dependency**, which because **of its formal nature is both static and unhistorical**; it is found in his 1970 article in the *Américan Economic Review*:...

Há que se notar algo que será abordado em detalhes na parte desse trabalho sobre as disputas intracampo. O fato é que a influência da versão Cardoso e Faletto, no mundo de fala inglesa parece superar a versão mais "radical". Nesse sentido, é difícil avaliar a questão levantada por essa afirmação sem ter em mente a dimensão de luta o tempo todo presente dentro do campo, bem como os fatores que a determinam. Essa questão será abordada mais adiante, onde tentarei mostrar as respostas dadas pelo grupo mais radical. O que posso dizer, entretanto, é que isso me parece uma simplificação tanto do trabalho de Marini, quanto do trabalho de Thetonio.

A questão do status teórico das teorias da dependência vem sendo abordado tanto pelos envolvidos diretamente na construção desse aparato como por outros autores (SANTOS,1972; CARDOSO,1995;PALMA, 1978;BICHIR, 2012). Esse debate remete, em última análise, ao nível de teorização e grau de cientificidade da produção feita, bem como a uma espécie de genealogia e filiação desse grupo de teorias, dada a diversidade de posições. O título de um artigo de Gabriel Palma, tendo como referência o título do artigo Fernando Henrique Cardoso é bastante sugestivo a esse respeito:*Dependency:A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?* As questões por ele levantadas parecem resumir o que é o debate:

May **one** talk of a 'theory of dependency'? If so, What general implications does it have for contemporary development strategy? Do we find under the 'dependency' label theories of such a diverse **nature** that it would be more appropriate to speak of a 'school of dependency'? Is it even correct to describe as theories the different approaches within that school? And if so, what general implications might each one have for contemporary development strategy?" (PALMA, 1978, p.881)

Apesar das divergências entre as correntes, aparentemente, em dois pontos há alguma concordância: as teorias da dependência derivam diretamente, implícita ou explicitamente, do campo marxista; **As teorias da dependência constituem uma especificação da teoria do imperialismo para a periferia.** Dirá Cardoso (1995, p. 90):

Não tem sentido inventar procedimentos teórico-metodológicos supostamente novos para caracterizar a corrente de pensamento a que me estou referindo. Implícita ou explicitamente a fonte metodológica é a dialética marxista.”

E ainda:

A noção de dependência, teoricamente, não pode fazer mais do que assinalamos nas páginas anteriores. Até por um entendimento semântico, quem depende, depende de algo; está condicionado, não é condicionante. Pretender elevar a noção de dependência à categoria de conceito totalizante é um *non sense*. E, rigorosamente, não é possível pensar numa "teoria da dependência". Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos não é mais do que a expressão política na periferia do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional (idem, p.99)

Mais tarde, num texto publicado em 1972, mas que faz parte de uma coletânea de artigos em formato de livro “*As ideias e seu lugar: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento*” (CARDOSO, 1995) afirma:

Eu não penso que a categoria (estou usando esta expressão sem atribuir-lhe dimensão diversa da expressão *conceito*) de dependência possua o mesmo *status* teórico das categorias centrais da teoria do capitalismo. A razão para isto é óbvia; não se pode pensar na dependência sem os conceitos de mais-valia, expropriação, acumulação etc. A idéia de dependência se define no campo teórico da teoria marxista do capitalismo. Isto posto, não há razão para negar a existência de um campo teórico próprio, embora limitado e subordinado à teoria marxista do capitalismo, no qual se inscrevem as análises sobre a dependência. **E neste caso não há por que utilizar as aspas na expressão teoria.** (idem, p100)

Theotonio dos Santos argumenta na mesma direção, mas com diferenças:

A pesar de que la dependencia debe ser situada en el cuadro global de la teoría del imperialismo, ella tiene su realidad propia que constituye una legalidad específica dentro del proceso global y actúa sobre él de esta manera específica. **Comprender la dependencia, conceptuándola y estudiando sus mecanismos y su legalidad histórica, significa no solo ampliar la teoría del imperialismo sino también contribuir a su reformulación.**” (SANTOS, 1972, p. 41).

Vale uma observação: **a ideia de legalidade própria parece apontar para uma outra questão, qual seja, o capitalismo dependente tem suas próprias leis e contradições** (SANTOS 2000). Nesse sentido, parece também não haver acordo entre as versões. Não por acaso a utilização por Marini do conceito de **superexploração do trabalho e subimperialismo** como algo específico do capitalismo dependente, embora que com o processo de globalização, a superexploração como categoria é utilizada para entender a exploração e precarização do trabalho que ocorre nos países cêntricos (MARINI, 1996).

4.7.4 As críticas às teorias da dependência

As teorias da dependência sofreram críticas tanto do *mainstream* na área de teorias do desenvolvimento, quanto de autores vinculados a uma perspectiva marxista. O presente trabalho não tem a pretensão de avaliar o grau de cientificidade ou acertos e erros nas teorias da dependência. Portanto, pretendo esboçar alguma das principais críticas do ponto de vista mais geral, posto que uma das dificuldades é que algumas são feitas a autores em particular, sendo o alvo predileto, no mundo de fala inglesa, Gunder Frank. Outras podem ser distribuídas a um conjunto de autores.

A primeira das críticas estaria no campo metodológico e numa tentativa de formalização e operacionalização. Argumenta-se que, de fato, as teorias da dependência não são teorias e por terem diversas versões, não contem proposições que sejam testáveis. Essa é, por exemplo, o argumento sustentado num trabalho que espelha bem a o *mainstream* principalmente nos Estados Unidos:

Perhaps the most glaring weakness of dependency was its lack of empirical grounding. If one accepts Karl Popper's famous dictum that in order for a theory to be scientific it must be testable and falsifiable, dependency theory can be said to be patently unscientific. While many social scientists attempted to operationalize and put dependency assertions to the test, this trend met with strong dissent from leading dependency figures. They countered that the very basic characteristic of dependency studies was the emphasis on global analysis and that a structural or global interpretation could not be subjected to simple empirical evaluation (Cardoso and Faletto, xii). The school's propositions, they contended, could not be easily cast in mathematical nomenclature because the theory is "in large part about hierarchies, institutions and attitudes...Whatever appeal and magnetism the theory may have had, for many social scientists the methodological faults of the approach were too obvious to ignore. (SANCHEZ, 2003, p. 34)

A esse argumento, ainda dentro das preocupações metodológicas, pode-se somar outro bastante comum entre críticos dos dependentistas, qual seja a ideia de que é impossível

identificar claramente os reais mecanismos da dependência, posto que o conceito é ambíguo. Sendo assim, por exemplo, Lall (1975, p.800) afirma que a argumentação é tautológica:

One sometimes get the impression that on reading literature that dependence is defined in a circular manner: 'less developed countries are poor because they are dependent, and any characteristics that they display signify dependence.'

Quanto a essa questão, mesmo que se possa admitir imprecisões na definição de dependência, o que parece estar em jogo são duas diferentes concepções metodológicas. Assim, a ideia de que não são teorias é aceita, aparentemente, pelo menos de forma mais clara, por Cardoso, enquanto Marini, por exemplo, fala acerca de “leis do capitalismo dependente”. Para Cardoso, como visto, teoria seria a teoria do capital. As chamadas teorias da dependência seriam uma especificação da teoria do imperialismo aplicada à periferia, “uma análise concreta das situações de dependência”. Quanto à questão de uma suposta formalização matemática nos diz Cardoso no seu artigo *O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos*:

Alguns especialistas norte-americanos passaram a cobrar a "coerência interna" da teoria da dependência e a estabelecer um corpo de hipóteses deduzidas do princípio da dependência para testá-las empiricamente. Neste tipo de reformulação da dependência os conceitos devem ser unidimensionais e precisos e devem referir-se a variáveis claramente estabelecidas. Com sua ajuda pode-se medir o "contínuo" que vai da "dependência" à "autonomia" e pode-se caracterizar graus variáveis de dependência. Entretanto, ao definir desta forma a noção de dependência modifica-se também o "campo teórico" de seu estudo: em vez de fazer-se uma análise dialética de processos históricos e de conceber-se estes últimos como o resultado da luta entre classes e grupos que definem seus interesses e valores no processo de expansão de um modo de produção, formaliza-se a história e retira-se a contribuição específica que as análises de dependência podem dar metodologicamente (como a idéia de contradição) e reduzem-se a ambigüidade, as contradições e as rupturas mais ou menos abruptas do real a "dimensões operacionalizáveis" que, por definição, são unívocas, mas estáticas. (CARDOSO, 1995, p.137)

Outra não é a resposta de Larrain (1989, p.178):

There is little doubt that if one examines the theory of dependency from the point of view which O' Brien has called the 'positivist hypothetical-deductive methodology', that is to say as a testable theory with precisely defined variables and concepts whose characteristics are exclusive and apply only to dependent countries and one requiring measurable empirical evidence which substantiates its hypotheses, then the theory of dependency does not seem to pass the test. Even less so when its tenets are so closely associated with and reduced to Frank' s position. But one wonders whether this attempt to judge the theory of dependence in accordance with such a formal pattern is really worthwhile. Such an attempt is bound to abstract from and miss what had been the essence of the theory in its origins and in the intention of its best representatives: the historical analysis of Latin American processes ' as the

result of struggles between classes and groups that define their interests and values in the process of expansion of a mode of production' and which 'in the struggle for control or for the reformulation of the existing order (through parties, movements, ideologies, the state, etc.) are making a given structure of domination historically viable or are transforming it'.

Um outro tipo de crítica feito pelo mainstream aponta a dimensão mais ideológica que científica. É feita uma associação entre a teoria da dependência como crítica ao capitalismo e uma opção pelo socialismo. Ou seja, o objetivo dos teóricos da dependência não é apenas criticar a sociedade capitalista e entender os mecanismos das diversas situações de dependência, mas propor a superação do capitalismo via socialismo, o que para visão que sustenta um ideal de neutralidade e objetividade científica, a separação “entre o ser” e o “dever ser”, é absolutamente anticientífico e inaceitável. Um dos trabalhos mais representativos dessa linha de argumento é o do professor Robert Packenham (1992), *The Dependency Movement: Scholarship and Politics in Development Studies*. Esse trabalho oferece uma visão panorâmica e uma exegese dos principais textos, entre outros, de Cardoso e Frank que são os principais alvos de sua crítica. Embora considere Frank um “dependentista ortodoxo” e Cardoso um “não ortodoxo”, para ele são duas manifestações distintas do que chama de “dependência holística”. Assim, dependência holística (holistic dependency), tem como característica “Its substantive holism, utopianism, epistemological holism and premise to politicized scholarship” (1992, p.33). Sem entrar aqui em detalhes e resumindo bastante, O livro basicamente critica a teoria da dependência em três aspectos: primeiro, o fato dessa teoria ter suas raízes no campo do marxismo, sendo em grande parte um apelo utópico; segundo, devido ao seu grau de ambiguidade, imprecisão conceitual e utopismo, não é falsificável; terceiro, politiza a academia e distorce a realidade. Evidentemente, quem se der o trabalho de ler o texto de Robert Packenham perceberá a sua profunda antipatia pelo marxismo e pela participação política dos intelectuais. Assim, duas ordens de argumentos podem ser utilizados para responder a essas críticas. O primeiro deles, que sua abordagem sofre do “mal” que ele tenta combater, ou seja, é ideológico. Em outras palavras, a sua abordagem representa uma boa dose de oposição às ideias de esquerda e é feita inegavelmente a partir de uma visão à direita. Segundo, Embora se possa reconhecer que uma boa parte dos dependentistas teriam uma opção pelo socialismo e foram militantes políticos, isso não representaria um problema em si. Aqui, estamos no campo da relação entre as ciências sociais e as ideologias. Esse debate foge ao escopo da tese. Mas,

evidentemente, posições políticas contrárias ao capitalismo não impedem, a priori, seu conhecimento científico, que é o que parece implicar a posição defendida por Packenham.³⁵

Há, entretanto, uma crítica feita “pela esquerda”, pelos marxistas “tradicionais”. Vale observar, como visto anteriormente, que as versões da teoria da dependência questionavam de um lado, o desenvolvimentista Cepalino, as teorias da modernização, e, do outro lado, o marxismo da terceira internacional dos PCs, com sua ideia de revolução “democrático-burguesa”, numa periferia ainda com resquícios feudais ou semif feudais. Ora, tendo em vista que boa parte dos dependentistas situam seus trabalhos explicitamente dentro do campo teórico do marxismo, a reação, algumas bastante elaboradas, não tardou a acontecer. Essa reação pode ser observada em autores como Cuevas (2007), Weffort (1978), Moraes (2010), todos latinos. Uma visão geral do debate, mas com ampla análise das críticas do marxismo europeu, pode ser encontrada em Larrain (1979). Mais uma vez, de uma maneira geral, os argumentos seguem as seguintes linhas:

a- Questionam o estatuto teórico das teorias da dependência, afirmando que não há sentido em denominá-las de teorias, posto que não há “leis” exclusivas do “capitalismo dependente” e, sim, leis gerais do capitalismo enquanto modo de produção. Teoria seria uma teoria do capital;
 b- Embora reconheçam o processo de apropriação do excedente por parte dos países centrais, seja no processo de acumulação primitiva, seja no processo posterior, enfatizam que a exploração não se dá primariamente no processo de troca desigual, mas no processo interno de produção. Em outras palavras, a exploração se dá primariamente entre classes e não entre nações;
 c- questionam o não uso ou o uso deficitário de categorias como classe social ou modo de produção;
 d- reafirmam que o modo de produção capitalista conviveu, em vários países do continente, com outros modos de produção e deles “tirou proveito”, como na articulação entre escravismo e capitalismo;
 e- argumentam que a ideia de desenvolvimento do capitalismo e a transformação das forças produtivas, em Marx, implica exatamente em exclusão e desigualdade;
 f- argumentam que as teorias da dependências, apesar de terem criticado o

³⁵ Como observa Roxborough (1993, p.831): I have already mentioned my disquiet at Packenham's failure to discuss the difficulties inherent in falsificationism. Perhaps even more worrying is his much-repeated, but never explored, claim that scholars should make major efforts to separate the scholarly and political vocations. The authority he cites for this is Max Weber's two celebrated essays, "Politics as a Vocation" and "Science as a Vocation." I agree with Packenham (and Weber) that in the pursuit of scientific truth we must seek to minimize the influence of our backgrounds, situations, desires, and interests. But does this mean that scholars ought to be political eunuchs? Should we refrain—as Packenham believes we should—from speaking out as scholars on matters of general public interest? Max Weber never did so. Quite to the contrary, Weber was actively involved in the Verein für Sozialpolitik, speaking out constantly in his academic role on behalf of specific political projects. I am afraid that matters are a little more complicated than Packenham thinks. While I applaud his good intentions, and while I, too, deplore woolly thinking and the substitution of rhetoric and passion for reason, in the end I find his position insufficiently worked out to be convincing, and his own argument marred by polemical exaggeration.

desenvolvimento Cepalino, continuam operando com categorias desenvolvimentistas, por isso a “nação” e o “desenvolvimento autonomo nacional” são o ponto de partida e não as classes e os modos de produção. Assim, em última análise, trata-se de uma ideologia nacionalista.

Dois artigos clássicos de críticos latinos, exemplificam bem o espírito geral dessas críticas, com um apelo e senso mais “periférico”. Um deles de Francisco Weffort (1978), intitulado “*Notas sobre a Teoria da Dependência: Teoria de classe ou ideologia nacional ?*”, no qual o autor resume da seguinte forma seu argumento:

1-A noção de dependência estrutural toma a ideia de nação em pé de igualdade com o conceito de classe (relação de produção, etc.) como se fosse um princípio teórico; 2- uma teoria de classe não necessita uma premissa nacional para explicar o desenvolvimento capitalista; 3- se se aceita o segundo argumento, a “teoria da dependência” deixa de ser uma teoria ou um conceito de caráter global sobre sociedade a latino-americana e deve ser tomada apenas como indicação de uma problemática nova, nascida da falência das teorias convencionais sobre o desenvolvimento na América Latina (idem, p. 204).

A ênfase da crítica de Weffort recai sobre a contradição entre uma teoria que se coloca no campo marxista, mas tem como unidade analítica “a nação” e não as classes. Nessa perspectiva, a nação está subsumida por uma estrutura de classes e suas relações e, portanto, não pode ser elemento explicativo, mas é algo a ser explicado a partir das relações entre as classes, essa, sim, fundamental para o entendimento do capitalismo na periferia. Esse artigo³⁶ mereceu uma veemente resposta de Cardoso (1977, p.130), na qual trata de argumentar que a teoria da dependência não é uma “Teoria”, posto que Teoria é a teoria do capital e do imperialismo, como já mencionamos; além do mais, que a nação não é um princípio explicativo, mas de mediação, que tem de ser levada em conta:

Noutros termos, com a noção de dependência, não se pode (nem se desejou) substituir a análise de classes, pela das nações, mas a disjuntiva não é correta porque alude a conceitos cujo estatuto teórico é desigual. Precisamente o que se pretendeu foi mostrar que concretamente, isto é, sem apelar para as contradições gerais e indeterminadas das ideias abstratas da classe, nação, Estado ou imperialismo, a contradição entre as classes, nos países dependentes, passa por uma contradição nacional e se insere no contexto mais geral de uma contradição de classes no plano internacional e pelas contradições que derivam da existência de Estados Nacionais.

Agustin Cueva (2007), sociólogo equatoriano, faz uma crítica extremamente aguda aos pressupostos metodológicos e teóricos das teorias da dependência. Este, a meu ver, é o artigo

³⁶ Os dois artigos são fruto da discussão no Seminário da FLACSO, novembro de 1970, no qual F.C.Weffort apresentou “Notas sobre a teoria da dependência : teoria de classe ou ideologia nacional?”, ao qual Cardoso responde, no mesmo seminário, com o texto “ Teoria da dependência” ou analise das situações concretas de dependência ?

mais contundente feito a partir de um marxismo mais clássico e erudito. A crítica é feita aos principais teóricos Frank, dos Santos, Marini, Cardoso e Faletto. Em um dos pontos mais agudos de sua crítica, ele trata de inverter a lógica que subjaz a teorização dependentista, apontando para os fatores internos da “luta de classe” que seriam definidores, em última instância, da forma como as sociedades nacionais se articulam ao sistema capitalista mundial:

Y es que la teoría de la dependencia ha hecho fortuna con un aserto que parece gozar de la caución de la evidencia, pero que merece ser repensado seriamente. Según dicha teoría, *la índole de nuestras formaciones sociales estaría determinada en última instancia por su forma de articulación en el sistema capitalista mundial*; cosa cierta en la medida en que se presenta como la simple expresión de otra proposición, ella sí irrefutable: el capitalismo, una vez que ya lo tenemos como dato de base, mal puede ser pensado de otra manera que como economía articulada a nivel mundial. Sólo que no todo ese razonamiento supone que dicho dato (el carácter capitalista de nuestras sociedades) es un dato teóricamente irreductible, que no puede ser concebido como producto permanente de una estructura interna que en cada instante lo está produciendo y reproduciendo. Cuando más, puede ser susceptible de una explicación genética (somos países dependientes porque siempre fuimos de una u otra manera dependientes), explicación que, por lo demás, nos encierra en un círculo vicioso en el que ni siquiera hay lugar para un análisis de las posibilidades objetivas de transformación de nuestras sociedades. Por eso, la misma fórmula, aparentemente evidente, de la teoría de la dependencia, podría enunciarse de manera estrictamente inversa, para poner de relieve sus limitaciones y su unilateralidad: **¿no será más bien la índole de nuestras sociedades la que determina, en última instancia, su vinculación al sistema capitalista mundial?** (CUEVA, 2007, p.87)

A crítica não ficou sem resposta. Em um texto intitulado *Teoría de la dependencia: una anticrítica* (1978), Vânia Bambirra tentou rebater todos os pontos levantados por Cueva e outros críticos. O argumento de Bambirra caminha no sentido de demonstrar a parcialidade das críticas feitas por Cueva aos autores dependentistas, principalmente a Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, inclusive, segundo ela, o desconhecimento demonstrado por seu oponente da bibliografia e das diversas opiniões e posições diferenciadas. Em resumo, toma-se partes e se infere erroneamente que é o todo. Em resposta à crítica feita acima, na qual Cueva tenta inverter a lógica proposta pela teoria da dependência argumentando que a é a natureza da nossa sociedade que determina o tipo de vinculação com o sistema econômico mundial, afirma ela que concorda. E, por isso mesmo, é exatamente em função da violência colonial que nos vinculamos de maneira dependente e não de outra:

Una última cuestión que hay que aclarar un poco más. Dice Cueva: "¿No será más bien la índole de nuestras sociedades la que determina en última instancia su vinculación al sistema capitalista mundial?"⁴⁹ Cuestión bien formulada y creemos que la respuesta correcta es sí. Pero hay que tener en consideración

un dato histórico: los indígenas .allí en donde existían no tuvieron condiciones de resistir a la conquista y fueron subyugados por su atraso tecnológico. Y esa subyugación fue posible porque la Europa colonizadora se encontraba en un nivel superior de desarrollo de las fuerzas productivas. Naturalmente fue "la índole de nuestras sociedades" lo que determinó el tipo de vinculación al capitalismo mundial. Los colonizadores explotaron la mano de obra indígena y los recursos naturales y trataron de adaptar su dominación a las condiciones que encontraron. Poco a poco estas condiciones fueron siendo redefinidas, en función de La evolución de la situación interna y de las necesidades de expansión del sistema capitalista en el nivel dominante. Creo que esta cuestión, de suma importancia, está claramente desarrollada por varios de los autores de la teoría de La dependencia. (BAMBIRRA, 1978, p.73)

Como o objetivo era demonstrar o teor de algumas críticas e as respostas dadas, eu me limitarei a esses aspectos que julgo são os mais importantes. O que se pode dizer das críticas, sejam feitas a partir de uma visão falsificacionista estreita ou de um marxismo mais tradicional é que, de um lado, eles demonstram o “sucesso” e aceitação das teorias da dependência por amplos setores da academia e da intelectualidade em geral, não só na América Latina, mas na Europa e nos Estados Unidos. Por outro lado, as discussões, especificamente dentro do campo marxista, resvalam, muitas vezes, para uma lógica quase religiosa pela busca de uma exegese correta dos “textos sagrados” e uma tentativa não só de apontar as limitações que, dependendo do autor em questão, são maiores ou menores, mas também de desqualificar essa teorização como marxista. Por último, mas não menos importante, tanto as teorias da dependência quanto a teorização cepalina anunciam que há vida inteligente fora dos grandes centros acadêmicos e denunciam a falsa pretensão de universalidade, como assinalou Prebisch, das teorias que foram construídas a partir de um olhar “cêntrico”, não importando se são vinculadas à economia liberal ou ao marxismo.

5 O CONFLITO INTRACAMPO, TRAJETÓRIAS DIVERSAS E O DECLÍNIO

5.1 O CONFLITO INTRACAMPO NO EXÍLIO E NO BRASIL

A constituição do campo dependentista é **um processo e não um evento**. Nesse sentido, não é demais enfatizar a dimensão procesual na criação de teorias sociais já que o presente estudo tenta captar parte dessa realidade, reconstruindo-a e apontando as suas principais características. Assim, retomando a análise anterior, quando se tem a perspectiva histórica é possível perceber os seguintes aspectos:

a) Trata-se de um longo processo que envolve mudanças sociais, políticas e mudanças que afetam a própria intelectualidade e, portanto, as suas interpretações do mundo, que por sua vez retroage sobre o seu próprio objeto, ou seja, a sociedade, afetando os processos sociais.

b) No caso em apreço, o campo dependentista se constitui a partir de uma crise, a crise do campo desenvolvimentista, crise esta de caráter político, econômico e teórico, na qual, de um lado, os críticos do desenvolvimentismo reafirmam e aprofundam as suas críticas, e, por outro lado, os próprios intelectuais desenvolvimentistas reconhecem a insuficiência do aparato conceitual para dar conta de explicar a realidade e, alguns deles, efetivamente transitam para o campo dependentista.

c) Assim como na constituição do campo desenvolvimentista se encontrará divisões e conflitos, o mesmo fenômeno estará presente na constituição do campo dependentista. Ele nasce cindido e conflituoso. Paulatinamente, uma das versões da teoria da dependência se tornará hegemônica.

d) A diferença na percepção da realidade que dá origem a essa atmosfera conflitiva, ao que tudo indica, está relacionada com a inserção social dos atores, suas trajetórias individuais e institucionais.

E preciso enfatizar que, de um lado, o campo dependentista, é um campo científico, para lembrar, aqui, a visão de Bourdieu, posto que nele encontramos o partilhamento de saberes e técnicas que invocam para si a credencial de cientificidade e que seus atores, via de regra, estão diretamente vinculados às instituições que ostentam essas mesmas credenciais (Universidades do Chile, do México, do Brasil, institutos de pesquisa como o CESO e o ILPES). Nesse caso, invoca-se a especificidade de regras que imperam nesse campo, que possui autonomia frente aos outros. Por outro lado, é também preciso enfatizar que essa autonomia é relativa e que o

campo científico interage com o campo político e por este é afetado. A afirmação de Bourdieu (1983, p. 123-124), abaixo, ilustra o argumento a ser desenvolvido:

A sociologia da ciência repousa no postulado de que a verdade do produto - mesmo em se tratando desse produto particular que é a verdade científica - reside numa espécie particular de condições sociais de produção; isto é, mais precisamente, num estado determinado da estrutura e do funcionamento do campo científico. O universo "puro" da mais "pura" ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas (...) Uma análise que tentasse isolar uma dimensão puramente "política" nos conflitos pela dominação do campo científico seria tão falsa quanto o *parti pris* inverso, mais frequente, de somente considerar as determinações "puras" e puramente intelectuais dos conflitos científicos.

Portanto, a análise que se fará adiante, não desconhece essa tensão constante entre o específico do campo e suas interações com o político, muito mais em se tratando da área das ciências humanas. Assim, alguns dos episódios relatados, embora à primeira vista pareçam se tratar de pura intriga e queixa pessoal, sendo este o ângulo mais “superficial”, eles são aqui vistos como parte da luta interna no campo, como as estratégias de busca de hegemonia, de reconversão de capital científico em político ou a tentativa de subversão do monopólio.

Gostaria de chamar atenção para um fato que se mostraria corriqueiro, mas que ganha um especial realce em função das circunstâncias, especificamente da política brasileira. Refiro-me aqui à eleição de Fernando Henrique Cardoso como presidente do Brasil. Um debate entre a corrente marxista e o próprio Fernando Henrique antecede, em muito, o seu sucesso político. Assim, os excelentes trabalhos de Corival Alves do Carmo Sobrinho (2001) e Rodrigo Strasseli Pinto Franklin (2015), os quais utilizei na minha pesquisa, que fazem uma crítica rigorosa à tentativa de enquadrar Cardoso dos anos 60 em “FHC”, dos anos 90, deixam de observar que esse conflito é estruturante da própria proposta de Cardoso e que tende apenas a se intensificar com o tempo, nos anos 70 e 80, do século XX, e, posteriormente, com as avaliações do governo FHC. Na verdade, num dos relatos utilizados nesse estudo, Cardoso revela que uma dos alvos de crítica de seu livro *Dependência* eram as concepções, para ele, equivocadas de Gunder Frank, a ideia de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, sobre quem afirma ter sido amigo, mas divergir³⁷. Lembremos que Frank é um dos partícipes do grupo de Brasília e, posteriormente, juntou-se ao grupo no exílio chileno. Sendo assim, embora possa haver

³⁷ Trata-se de um pequeno vídeo, no qual nos fornece um depoimento (https://www.youtube.com/watch?v=11rf5ZLP_I0)

divergências entre Santos, Marini e Frank, há efetivamente convergências, inclusive no diz respeito ao plano político. **Isso demonstra que a disputa está presente desde o início do processo de teorização.** O diálogo de Cardoso tanto é feito com a tradição cepalina, quanto com as concepções de uma certa esquerda. Ora, o que indicam os registros é que essas divergências vão se aprofundar com o passar do tempo, como já observado. As diferenças nas trajetórias dos grupos em questão são também marcantes, como exporemos a seguir. O fato é que Cardoso, a partir de determinado momento, passa a criticar abertamente esse grupo e, principalmente, as concepções de Marini. Em artigo publicado, originalmente, em 1972, e depois republicado com o título “A Dependência Revisitada”, Cardoso já dirige diretamente uma crítica às concepções de Frank e de Marini, observado a insuficiência dessa abordagem para dar conta do processo por ele denominado de “desenvolvimento dependente-associado”. Por desenvolvimento, entende Cardoso (1975, p.38), usando a acepção clássica do marxismo, não um processo harmônico e igualitário, mas tão somente a acumulação de capital e a diversificação do sistema produtivo. A ideia fundamental que leva ao debate com Marini é a de que a partir da “internacionalização do mercado interno”, fenômeno que claramente remete ao processo de globalização, mas que não está presente só na teorização de Cardoso e Faletto, as nações cêntricas passam a investir na periferia via multinacionais, intensificando o processo de industrialização e, portanto, causando modificações na relação entre o centro e as periferias industrializadas. Colocando o problema, em outros termos, da perspectiva de Cardoso, havia novas formas de dependência que precisariam ser especificadas. Assim, o “novo caráter da dependência não colide com o desenvolvimento das economias dependentes”. Entre outros aspectos, a discussão chega à questão da produção e extração da mais-valia. Nestes dois aspectos, Frank e Marini são o alvo das críticas. Afirma Cardoso (1975, p. 105):

Por trás desses problemas da acumulação financeira e da circulação de capitais existem outros, na órbita da produção e na forma de exploração da mais-valia. Convém começar indicando o ponto mais polêmico: a nova forma de dependência está baseada na exploração da mais-valia relativa e no aumento da produtividade. A razão da polêmica possível é óbvia. Ao afirmar isto, oponho-me à interpretação de A.O. Frank sobre o "desenvolvimento do subdesenvolvimento". Ao mesmo tempo, a interpretação de Rui Mauro Marini sobre a natureza fundamental das relações de dependência como uma forma de reprodução da exploração da mais-valia absoluta e da produção de matérias-primas baratas requer alguma delimitação.

E continua:

Assim, parece-me que existe simultaneamente um processo de *dependência* e de *desenvolvimento* capitalista. Se isto for verdadeiro, as relações de classe e o processo político devem ser concebidos em forma distinta do que o foram

em termos do "desenvolvimento do subdesenvolvimento" ou do "predomínio crescente da oligarquia agrário- imperialista" que se expande ao lado de uma 'lumpen-burguesia'. Os beneficiários desse "desenvolvimento dependente", além do mais, são distintos daqueles que a teoria do "desenvolvimento do subdesenvolvimento" supõe. Passam a ser as empresas estatais, as corporações multinacionais e as empresas locais associados a ambos. Estes agentes sociais constituem o que chamei noutras oportunidades "tripé do desenvolvimento dependente-associado"... De que modo pode-se pensar que se mantém e ampliam-se liames de dependência quando existe, ao mesmo tempo, um processo interno de capitalização? Não se estaria, neste caso, ancorando a idéia de dependência apenas no Estado-Nacional e não no processo produtivo e nas relações de classe?

O argumento que inicialmente parecia caminhar num sentido de uma crítica positiva, na verdade, levando-se em consideração a nota de fim de página, feita nesse momento, na qual Cardoso (1975, p. 105) referência o trabalho de Marini, já aponta a direção a ser seguida:

16. Rui Mauro Marini, "Dialectica de la Dependencia: la economia exportadora", *Sociedad y Desarrollo*, vol.1, n. I, Santiago, março 1972. Convém dizer, entretanto, que os estudos de Hans Singer e Raul Prebisch, do final da década de 1940, que serviram de base às interpretações da CEPAL, já haviam chamado a atenção para o que hoje se batiza de troca desigual, e propuseram esquemas explicativos mais rigorosos.

Após um resumo das principais teses de Marini³⁸, principalmente no que diz respeito à ideia de "superexploração da força de trabalho", Cardoso passa a criticá-lo tentando demonstrar

³⁸ Afirma Cardoso (1995,p.107-108) "Ao explicitar estes mecanismos mostra a maneira específica pela qual se organizam as relações de exploração dos trabalhadores na região e o papel que a produção exportadora latino-Americana teve para o processo de acumulação em escala mundial. Resumindo, o mecanismo seria o seguinte: a) a superexploração do trabalhador nas economias capitalistas dependentes permitiu aumentar a quota de mais-valia relativa nas nações industrializadas porque este incremento dependia do aumento da produtividade do trabalho sempre e quando esta permitisse que a classe trabalhadora dispusesse de "meios de subsistência" mais baratos; b) ora, a exportação de alimentos pelas economias latino-Americanas, desde meados do século XIX, barateou o custo de reposição da força de trabalho europeia, pois alimentos baratos incidem sobre o custo dos "meios de subsistência" permitindo a diminuição do tempo gasto pelos trabalhadores na reposição do custo da força de trabalho ("trabalho necessário"); c) por outro lado, a exportação de matéria-prima nas mesmas condições diminui os investimentos em capital constante nas economias industrializadas, pennitindo que, ao mesmo tempo que ocorre um aumento na quota de mais-valia, seja compensada a tendência à queda na taxa de lucro, uma vez que esta depende do montante global do capital variável e do capital constante e não apenas dos gastos com a força de trabalho; d) ambos processos (barateamento de matérias-primas e de produtos de alimentação) dependeram, por sua vez, da superexploração do trabalhador local; e) essa foi possível, sem alterar negativamente o processo de acumulação porque nas economias dependentes a circulação se separa da produção e se realiza no mercado externo. Assim, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto (embora determine a quota de mais-valia). Estariam dadas, portanto, as condições para exploração máxima da força de trabalho, sem ser necessário sequer existir a preocupação com sua reposição, sempre que existisse (como ocorreu) algum reservatório fácil de mão-de-obra."

que o argumento não possui consistência teórica. Com respeito a exploração máxima da força de trabalho, Cardoso (1992, p. 10) começa afirmando:

Creio que existem alguns problemas não resolvidos pela interpretação de R.M. Marini: com respeito ao desenvolvimento do capitalismo central este processo não é *necessário*. Ele ajuda, facilita, complementa, mas não é um requisito para a expansão capitalista. Com efeito, a ótica da expansão do capital a partir das economias centrais, de Lênin, explicava a necessidade de investimentos no exterior e sua importância para o capitalismo. O mecanismo descrito por Marini justifica *ex-post* a função do capitalismo dependente e explica a razão pela qual dá-se uma superexploração da força de trabalho sem que isso acarrete problemas de realização do produto. Mas creio que seria possível mostrar que o capitalismo central, *no que ele possui de específico e dinâmico*, depende da produção de mais-valia relativa e do aumento da produtividade – que atinge, por certo, os produtos necessários à reposição da força de trabalho –, não da pura espoliação das regiões periféricas.

E termina afirmando (Idem, p. 110):

A razão pela qual trato de limitar o alcance teórico das explicações dadas por Marini (sem negar o peso histórico de alguns de seus argumentos) diz respeito à própria teoria marxista do capitalismo e ao ponto anteriormente mencionado relativo à compatibilidade entre dependência e desenvolvimento capitalista. Com efeito, parece-me que na ótica marxista as condições gerais da acumulação (ou seja, a exploração absoluta do trabalho) combinam-se com as específicas (a diminuição do período de trabalho necessário em proveito do trabalho excedente e a potenciação das forças produtivas) e tem nestas últimas o traço distintivo. Atribuir o caráter de necessidade ao processo de exploração irrefreado da força de trabalho da periferia do sistema (convém dizer que Marini não afirma categoricamente isto) para a acumulação nas economias centrais leva a descaracterizar a especificidade do capitalismo industrial.

Mas, as críticas de Cardoso a Marini e Frank se aprofundarão. Em artigo intitulado “*as novas teses equivocadas*” (CARDOSO, 1975), publicado inicialmente como “*As Contradições do Desenvolvimento Associado*”, na revista CEPRAP, Cardoso volta a reafirmar as críticas, dessa vez, de forma mais explícita. Assim, ele enuncia (Idem, p.30) o que considera um segundo equívoco sobre a questão da dependência na periferia:

Segunda Tese: o capitalismo dependente está baseado na exploração extensiva da mão-de-obra e preso à necessidade de sub-remunerar o trabalho. Este é o engano correlato com o anterior. Faz-se uma ligação indevida entre *fases* distintas e processos sociais que embora concomitantes num momento dado, não guardam mais, como poderiam ter guardado no momento anterior, uma relação de necessidade. Geralmente esta tese está por trás das idéias, defendidas por Frank, da acumulação do atraso, do desenvolvimento do subdesenvolvimento. **A versão mais sofisticada dela pode ser encontrada em Rui Mauro Marini em seu estudo sobre "Dialectica de la Dependencia" I.** No fundamental, se sustenta que é próprio do capitalismo

dependente explorar a mão-de-obra abundante; isto tem como consequência positiva para a acumulação nos países centrais o fato de que se exportam produtos alimentares baratos (os quais barateiam, por sua vez, o custo de reprodução da mão-de-obra no centro e permitem intensificar a acumulação nas mãos dos capitalistas). A mesma dialética explicaria a funcionalidade do colonialismo interno e da marginalidade social para a acumulação capitalista. Para os que se extremam nesta tese, as conseqüências limitante desse estilo de desenvolvimento estariam em 'que o consumo individual dos trabalhadores, é restrito dado que a contradição essencial da dependência latino americana repousaria na acumulação baseada na super-exploração do trabalhador. Sendo assim, a circulação do capital e a realização da mais-valia seriam freadas pela forma que a super-exploração adota.

Cardoso (1975, p.31) ainda argumenta que, aliada a esta visão, estaria a ideia de que o capitalismo dependente acumula, invariavelmente, controlando salários e fazendo uma distribuição regressiva de renda, e que:

Estas teses complementam as anteriores, em sua formulação indeterminada, de que haveria uma tendência à estagnação, pela falta de mercado consumidor. A saída capitalista para essa situação seria a expansão das exportações e o subimperialismo.

E complementa afirmando (Idem, p. 31-32):

Por trás da aparente racionalidade didática da explicação, escondem-se equívocos quanto a natureza do processo capitalista de produção. Marx já havia mostrado, ao criticar Ricardo, que o essencial para a acumulação capitalista não é a concorrência entre trabalhadores que leva à baixa relativa crescente do custo da força de trabalho, mas sim que este regime produtivo está baseado no que ele caracterizava como a "tendência à elevação da taxa de composição orgânica do capital". Ou seja, a introdução crescente de tecnologias, potenciando as forças produtivas, aumenta a parte do capital chamado constante em contra-posição à parte chamada variável (para o pagamento de salários) à medida em que avança o processo de acumulação. ~ concorrência entre os capitalistas e a introdução de novas tecnologias, juntamente com a ampliação crescente da escala de acumulação, é que garantem o dinamismo do sistema. É verdade que em certas etapas (nos períodos de acumulação inicial), a extensão da jornada de trabalho joga um papel importante na acumulação. Por isso pode ter razão Francisco de Oliveira quando chama a atenção para o fato de que a baixa produtividade do trabalho do setor terciário ou a manutenção de formas de trabalho baseadas em relações de produção não tipicamente capitalista-industriais, podem ser funcionais para a acumulação. Mas generalizar este raciocínio, *para outras fases*, quando a dinâmica da acumulação do setor mais avançado repousa na exploração clara da mais-valia relativa e no aumento da taxa de composição orgânica do capital, constitui um anacronismo. Depois de implantado um setor capitalista avançado, sua dinâmica (que pode ter-se beneficiado na fase inicial com as reservas de mão-de-obra e os bolsões de pobreza) **não depende mais do desenvolvimento do subdesenvolvimento, mas, ao contrário, depende da criação real de um mercado de consumo capitalístico**. Este não se compõe apenas pelos gastos dos trabalhadores, mas também pelo consumo dos capitalistas e, especialmente, das empresas, do Estado e das classes ligadas ao

setor terciário. Assim, não dialetizando-se a análise, transforma-se uma fase do ciclo expansivo ou uma etapa da acumulação em condição "necessária" da etapa ou fase seguinte, e perde-se a especificidade do que é novo no processo social. Criam-se dessa forma "leis" que se fixam no arsenal ideológico, dificultando a caracterização adequada da realidade e, por consequência, impedindo-se a proposição de políticas realmente adequadas para sua transformação.

Basicamente, como se pode perceber, o ponto que é sustentado por Cardoso descarta a necessidade imperativa e a especificidade da superexploração da força de trabalho como a principal característica do capitalismo dependente. Olhando por outro ângulo, o principal motor de acumulação do capitalismo central, na sua fase industrial, é o que os cepalinos chamavam de progresso técnico, os saltos tecnológicos que permitiram, sob a ótica marxista, a extração da mais-valia relativa. A ideia ao focalizar esse debate não é arbitrar e dar razão a um ou outro lado. O mais importante, sobre o ponto de vista do estudo aqui levado a cabo, é perceber que Cardoso escolhe a categoria mais fundamental e a contribuição tida como mais original de Marini. Se essa categoria se demonstra falsa ou obscura, grande parte do edifício teórico de Marini não se sustenta. Não por acaso, é o uso dessa categoria de superexploração do trabalho e seu refinamento teórico, inclusive através de uma formulação matemática que está no centro do ressurgimento da, atualmente, denominada teoria marxista da dependência (TMD) (ver MARTINS, 2011). Um segundo aspecto importante, é que a argumentação, o tempo todo, se faz dentro do campo marxista. Esse ponto deve ser ressaltado, porque como se verá mais adiante, um dos argumentos utilizados, atualmente, pelos adeptos da TMD é que a abordagem de Cardoso não é marxista. Embora o principal foco desse argumento seja a sua obra conjunta com Faletto, pode-se intuir facilmente, que ele é extensivo à toda a reflexão feita por Cardoso sobre a dependência.

Um episódio ilustra bem o caso. Trata-se do seu artigo de crítica a um dos principais livros de Ruy Mauro Marini *A dialética da dependência* (2000), cujo título já enuncia os caminhos a serem trilhados, "*As desventuras da dialética de dependência*" (publicado em 1978 na revista do CEBRAP³⁹), escrito em coautoria com José Serra. Esse artigo mereceu uma resposta de Marini que, de acordo com Santos (2000 p. 125), jamais foi publicada pelo CEBRAP, o que seria parte de um acordo inicial, já que esse mesmo artigo foi publicado em uma revista mexicana, a qual Marini tinha livre acesso. Apenas para mencionar outro aspecto desse debate, existe uma queixa histórica por parte de Marini e Santos de que seus trabalhos

³⁹ CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Como é sabido Fernando Henrique Cardoso foi um dos fundadores, além de dirigente.

foram sistematicamente **boicotados** em função de suas posições políticas mais “radicais”. Aliás, os trabalhos de Marini só recentemente foram publicados em português; também se verifica uma proliferação recente de trabalhos acadêmicos influenciados diretamente pela visão desses autores (MARTINS e VALENCIA, 2009). Esse é um ponto importante, pois ilustra um dos aspectos centrais do estudo: a concorrência e o conflito dentro do mesmo campo intelectual entre diferentes correntes e uma busca de reconhecimento. Ou seja, um processo concorrencial por busca de hegemonia, como espero deixar explícito mais adiante. Não é à toa que vários artigos de Santos e seus discípulos criticam fortemente as políticas implementadas pela gestão de Cardoso (SANTOS, 2000). Por outro lado, os escritos sobre a teoria da dependência ecoam os de Cardoso, não poupando Marini, Frank ou Santos. Na sequência deste capítulo, procuro examinar, sem a pretensão de exaurir, os principais pontos de atritos. Ao mesmo tempo, tento interpretar, como esses fatores exemplificam as relações de poder dentro do campo intelectual.

5.1.2 A paternidade da teoria da dependência

Num de seus textos, Santos (2000, p.100), comentando as publicações de Cardoso, afirma o seguinte:

Ao relermos os trabalhos reunidos nestas coletâneas, publicados em geral nas décadas de 60 a 80, confirmou-se nossa convicção de que sua posição política atual não se caracteriza pela incoerência. Ela reflete claramente uma evolução (positiva ou negativa?) de suas concepções sociológicas e políticas. Como grande parte dos livros então publicados se dirige a uma explícita polêmica (1) com meus trabalhos e com o grupo de cientistas sociais do Centro de Estudos Socio-econômicos da Universidade do Chile (CESO) que eu dirigia, em Santiago, não posso deixar de agregar meu testemunho à já ampla literatura que vem se publicando sobre o pensamento e as posições políticas de Fernando Henrique. Além disso, com a morte de Ruy Mauro Marini, que foi o objeto mais imediato das críticas de um texto clássico de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, que nos atingia a todos, sinto-me no dever de dar seguimento a esta polêmica que representa, no plano das idéias, o embate real, no plano político, sobre os destinos do Brasil e dos países dependentes, (2).

Em seguida, em uma nota de número 1, referenciada no texto, Theotonio dos Santos (2000, p.132) se queixa da maneira como Cardoso se auto-atribui a paternidade da teoria da dependência:

(1) Só num ponto é que Fernando Henrique perde a elegância que o caracteriza. Depois de reconhecer a existência de um movimento intelectual mais amplo no qual se situam as nossas descobertas teóricas, ele faz questão

de atribuir a teoria da dependência à sua autoria solitária. Isto o leva a filigranas desnecessárias como citar meus trabalhos sobre a nova dependência de 1968 como posteriores aos seus. Ele afirma: “Theotônio dos Santos, por exemplo, apresenta uma visão similar no estudo que escreveu depois da discussão, em Santiago do ensaio escrito por Faletto e por mim sobre Development and Dependency. Veja dos Santos - La Nueva Dependência, Santiago, CESO, 1968.” Segue um elogio à minha exposição “simples e clara” do modelo de conexão dialética e não mecânica entre interesses internos e externos. Fico assim reduzido à condição de bom expositor das teses de Fernando... Ver nota 8 de As idéias e o seu lugar p. 147. Contudo, em outros estudos, como na pág. 63 do A Construção da Democracia, cita a edição mimeografada da La Gran Empresa y Capital Estrangero, Santiago 1966... Ora, eu já tinha antecipado em 1966 as teses de 68 e Cardoso as tinha lido e citado... Tudo isto é bobagem. Fizemos vários seminários juntos em Santiago e apesar de eu ser mais jovem, creio que nos influenciámos mutuamente. Apesar de que muitos autores têm tentado desvendar se o criador da teoria da dependência fui eu ou Fernando Henrique ou André Gunder Frank considero isto uma questão secundária. No Brasil pelo menos o Fernando Henrique já ganhou este título de autor da teoria, entre outras razões pelo seu desempenho eleitoral e pelo cerco realizado à teoria da dependência no país durante toda a década de 80, quando voltamos do exílio. Internacionalmente, contudo, a situação não é a mesma. Por isto no capítulo III sobre “O Consumo da Teoria da Dependência nos Estados Unidos” Cardoso investe contra esta visão de meu protagonismo e de Frank, muito comum em várias partes do mundo. Ao criticar as visões simplistas dos estudos sobre a dependência afirma: “tomam-se os trabalhos mais gerais e formais de Frank como se eles expressassem o melhor de sua obra, acrescenta-se a definição formal de dependência fornecida por Theotônio dos Santos, desdobra-se às vezes esta problemática com a do subimperialismo e a da marginalidade, agrega-se uma ou outra citação embrulhada de algum dos meus trabalhos ou dos de Sunkel e tem-se a teoria da dependência, como um fantoche fácil de ser destruído”.

Ainda no mesmo texto, afirma Santos (idem, p.103)

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que Fernando Henrique sempre apresentou suas críticas com muita elegância e respeito, no interior de uma aventura intelectual comum da qual participamos: a chamada “teoria da dependência”. Contudo, é desagradável constatar que o CEBRAP, que ele fundou e então dirigia, nunca publicou a resposta contundente de Ruy Mauro Marini às suas críticas. Pelo contrário, fez-se um constrangedor silêncio sobre esta polêmica, que a imprensa brasileira vem mantendo até o presente. Fernando Henrique Cardoso esclarece muito bem que o surgimento deste movimento intelectual que deu origem à teoria da dependência se deu num momento privilegiado para a história das idéias sociais latino-americanas.

A partir daí, nesse mesmo texto, as diferenças vão brotando (Ibid, p. 108)

III - AS NOSSAS DIFERENÇAS: HÁ LEIS DE DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE? Da análise daquelas tendências de desenvolvimento do capitalismo dependente, que vêm se agravando com o tempo, **nascia uma conclusão onde se concentra em grande parte o centro da polêmica que dividiu o grupo inicial que se reunira, em Santiago, em torno dos estudos sobre a dependência.** Fernando Henrique passou a insistir, cada vez mais

incisivamente, na negação de qualquer “determinismo econômico” que pretendesse identificar “mecanicamente” a situação de dependência com os fenômenos aqui ressaltados. Nem a super-exploração (que Ruy Mauro Marini mostrara ser um mecanismo de compensação da expropriação internacional provocada pela situação de dependência), nem a perda dos termos de intercâmbio, nem as remessas de excedentes das regiões dependentes às dominantes, nem a conseqüente distribuição regressiva da renda, nem a marginalidade crescente que ela provoca, nada disso seriam, segundo Fernando Henrique, tendências irreversíveis e componentes intrínsecos da situação de dependência.

Em suma, a discussão de Cardoso tem dividido as análises sobre dependência em dois tipos principais: os que acreditam que não há possibilidade de desenvolvimento, mas superexploração, estagnação e desenvolvimento do subdesenvolvimento; os que acreditam que há margem de manobra e mesmo dependente haverá desenvolvimento no sentido capitalista. Segundo Santos (2000, p. 108):

Confundindo bastante a verdadeira questão que nos dividia, Fernando Henrique afirma à página 143 de seu livro *As idéias e seu lugar* que “forçando a análise” há duas modalidades polares de conceber-se o processo de desenvolvimento capitalista: “os que crêem que o “capitalismo dependente” baseia-se na super-exploração do trabalho, é incapaz de ampliar o mercado interno, gera incessante desemprego e marginalidade e apresenta tendências à estagnação e uma espécie de constante reprodução do subdesenvolvimento (como Frank, Marini e até certo ponto, dos Santos), os que pensam que, pelo menos em alguns países da periferia, a penetração do capital industrial-financeiro acelera a produção da mais-valia relativa, intensifica as forças produtivas e, se gera desemprego nas fases de contração econômica, absorve mão-de-obra nos ciclos expansivos, produzindo, neste aspecto, um efeito similar ao do capitalismo nas economias avançadas, onde coexistem desemprego e absorção, riqueza e miséria (sublinhados meus).

Eis a resposta de Santos (2000, p.109):

Como vêm os leitores fui contemplado com a ressalva de “até certo ponto”. Mas ela é insuficiente. **Eu fui o cientista social latino americano que identificou de maneira mais incisiva** o crescimento econômico e particularmente o crescimento industrial da América Latina como a característica essencial e não até certo ponto do novo caráter do capitalismo dependente latino-americano. Eu combati em 1964 todas as teses estacionistas que viam na política de estabilização monetária de Roberto Campos a destruição da indústria brasileira. Ao contrário, afirmei que a política de estabilização deveria levar a uma nova fase de crescimento, baseada, contudo num nível mais alto de produtividade, de concentração econômica, de monopolização e de estatização (Veja-se meus artigos sobre o Fascismo Brasileiro, na Revista *Civilização Brasileira* nº3, 1996, ou sobre concentração econômica na Revista de la Universidad de Concepción, 1968, ou na versão mimeografada de *Crise Econômica e Crise Política no Brasil*,

1996, que se tornou a base do meu livro *Socialismo o Fascismo, el Dilema latino-americano*)."

Quando se observa o contexto desse embate de um ponto de vista do campo dependentista, percebe-se que se trata de um "ajuste de contas" e uma tentativa de subversão e de quebra de um longo processo de hegemonia de Cardoso que, paradoxalmente, foi propiciado pela sua chegada à presidência, mas principalmente pelo tipo de política que praticou. Mas, é digno de nota que há uma base concreta para essa contestação que se localiza na forma como os trabalhos acadêmicos repercutem duas ideias: a primeira, de que Cardoso é de fato o "pai" da teoria da dependência. Aqui, ocorre uma coisa no mínimo curiosa: não porque se desconheça outras versões, mas porque, na prática, vale a pena ler somente a versão dele. E o porquê? A razão está no catastrofismo e estagnacionismo desses autores. Essa imagem contra a qual luta Theotonio está disseminada na literatura que trata sobre dependência. Permita-me citar um exemplo e comentar. Lídia Goldenstein (1994, p.32-33), na sua tese de doutorado, afirma o seguinte:

Curioso notar que o sociólogo brasileiro Theotonio dos Santos, mesmo criticando Frank e os autores da teoria do imperialismo (Lenin, Bukarin, Rosa Luxemburgo), a quem atribui falta de percepção da ocorrência de processos históricos específicos a cada economia com conseqüente generalização indevida, acaba definindo a dependência de uma forma parecida, na medida em que também privilegia a estrutura externa como determinante dos processos (...) Também catastrófico, também estagnacionista, Theotonio dos Santos conclui igualmente pela necessidade de uma revolução socialista como única forma de estabelecer a soberania nacional e permitir o desenvolvimento das forças produtivas... Rui Mauro Marini continua na mesma linha tentando provar que nos marcos do capitalismo, estávamos fadados ao "desenvolvimento do subdesenvolvimento".

Esse é um exemplo da visão hegemônica sobre a TMD. Essa percepção já havia sido criticada, embora com um objetivo diferente da análise que faço, até porque é parte integrante da disputa. Ela se encontra num texto escrito por Martins e Valencia (2004, p.126):

A teoria marxista da dependência tem sido qualificada por Fernando Henrique Cardoso (1975, 1985, 1993) e os adeptos ou influenciados por seu enfoque, como José Serra (1978), Guido Mantega (1984), Lídia Goldenstein (1994 e 1998), Luís Carlos Bresser Pereira (1997) e José Luiz Fiori (2000), como uma visão que interpreta o capitalismo latino-americano como estancado, superexplorador e incapaz de absorver o regime democrático. A alternativa do socialismo se confundiria com a do desenvolvimento.

Quando observada de perto, e seguindo a bibliografia citada, essas análises concordam com a opinião de Cardoso. Óbvio, devo enfatizar, que de modo nenhum estou afirmando que cada um desses autores endossaram de forma descuidada essa opinião. Entretanto, não é possível deixar de reconhecer o peso e a influência de quem detém o monopólio do campo. Disto isto, no caso de Goldenstein, é curiosa a seguinte afirmação sobre Marini, a partir da crítica a ele feita por Cardoso e Serra:

Em seu artigo "As desventuras da dialética da dependência" Serra e Cardoso fazem uma crítica arrasadora e definitiva às posições de Marini. Além de mostrarem as inconsistências teóricas de sua "dialética da dependência", as confusões com os conceitos marxistas e de desnudarem seu economicismo e voluntarismo revelam o perigo da prática política pautada por este tipo de interpretação fantasiosa da realidade brasileira (1994, p.34)

Enfatizo, aqui, a ideia de “uma crítica arrasadora e definitiva às posições de Marini”. Mas, qual o problema? É que embora essa afirmação possa ser feita, ela soaria mais coerente se a resposta de Ruy Mauro Marini ao artigo de Cardoso e Serra, estivesse também citada na bibliografia, dado que essa tese é datada de 1994 e a resposta de Marini é de 1978. Entretanto, como uma das principais queixas é exatamente que tal resposta nunca foi publicada pelo Cebrap e só veio a ser publicada em português no ano de 2000, é possível deduzir que a autora não tinha conhecimento desse fato. De qualquer forma, isso atesta o grau de seletividade a que a monopolização de um campo pode chegar.

5.1.3 A questão do marxismo de Cardoso e Faletto

Assim, uma das questões derivadas do estatuto teórico é o uso do marxismo. Existe uma tese corrente de que abordagem de Cardoso e Faletto⁴⁰, ao fim e ao cabo, não é Marxista, seja porque é redigido em linguagem prisioneira da herança Cepalina, seja porque contém influências weberianas. Aparentemente isso contraria toda evidência histórica. Essa disputa não existia à época da formação da teoria da dependência. Essa questão, especificamente a identificação de Cardoso como weberiano, foi alvo de argumentação competente e exaustiva, que reafirma o marxismo de Cardoso, por Rodrigo Strasseli Pinto Franklin (2015)⁴¹. Mesmo assim, tendo em vista a importância desse fato para o presente estudo, tento ir aos pontos

⁴⁰ Se olharmos todo o contexto da polêmica, o alvo das críticas é, na verdade, apenas Cardoso. Farei referência aos dois, mas, concentra-me em Cardoso.

⁴¹ A tese de Rodrigo Strasseli Pinto Franklin intitulada “*Teoria da Dependência: Categorias para uma análise do mercado mundial*”, no seu Capítulo 3.1.1 e 2, discute em detalhes e refuta o suposto weberianismo ou não marxismo de Cardoso e as continuidades entre Cardoso e FHC.

essenciais, alguns, por uma questão de enfoque, não tocados no trabalho supracitado. Assim, Franklin chama a atenção para uma releitura da obra de Cardoso, no que diz respeito ao seu marxismo. Mas, na verdade essa releitura é de toda a obra de Cardoso, posto que o próprio Franklin observa que há uma tentativa de encontrar nos seus escritos dos anos de 1960 e 70, o “germe” das políticas neoliberais. Mas, no que diz respeito ao marxismo, do ponto de vista do conflito dentro do campo, trata-se de um movimento estratégico de quebra do monopólio e reestruturação a partir de um critério: dele só participa legitimamente quem receber a chancela de marxista. Essa chancela é outorgada. Nesse sentido, o indivíduo se autoproclamar como marxista pode ser condição necessária, mas não será suficiente. A sua reflexão terá de ser percebida pelos que detêm o poder dentro do campo como tal. Ora, o que se observa é que começando no final da década dos anos 90 e continuando até os dias atuais, consolidou-se a definitiva quebra de monopólio de Cardoso enquanto teórico da dependência. Mas, antes, era preciso “destronar o rei”. Nesse processo, a História, de um lado ajudava Cardoso, posto que seus escritos estão claramente colocados num campo marxista. Mas, por outro lado, a prática política de seu governo punha a nu as contradições nas quais incorreu.

O texto de Martins e Sotelo (2004, p.115-130), dá o tom do debate:

Um primeiro ponto, que gostaríamos de enfatizar para esclarecer nosso argumento, é que mais que da teoria da dependência, devemos falar de teorias da dependência. Não é correto assinalar que a teoria da dependência possui necessariamente, uma dimensão interpretativa e outra emancipatória. Podemos distinguir em largas pinceladas duas principais teorizações da dependência:

i) Uma marxista, desenvolvida principalmente por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Roberto Pizarro, em que a interpretação das situações concretas de dependência não secundarizam uma visão emancipatória e programática, pois são analisadas pela via da luta de classes. Embora se ponha ênfase nas dificuldades de afirmação do socialismo na periferia de um sistema mundial capitalista, se reconhece a possibilidade de se estabelecer aí um padrão de desenvolvimento alternativo à dependência, com maior ou menor horizonte, quanto maior seja o seu impacto sobre a configuração da economia mundial.

ii) **Outra weberiana e com certas tintas de ecletismo, ao assimilar parcialmente e de maneira subordinada o marxismo, que tem sua melhor expressão nas obras de Cardoso e Faletto.** Aqui a dependência é analisada a partir das estruturas de dominação, sendo que apenas por seu intermédio se compreende a luta de classes. Os padrões de desenvolvimento são articulados à dependência, que constitui o paradigma de desenvolvimento para as sociedades latino-americanas, cabendo à instância política nacional instituir padrões de dominação que oscilam entre os pares desenvolvimento/dependência e estancamento/autonomia.

A versão weberiana de Cardoso e Faletto, ao afirmar o conceito de estruturas de dominação como chave para a análise da dependência, vai inserir qualquer padrão sustentado de desenvolvimento dentro das

perspectivas da dependência, condenando ao estancamento e ao irracionalismo qualquer ação social e política que busque romper com as estruturas dependentes. O ceticismo em relação a capacidade do socialismo do nacionalismo na periferia e, principalmente, na América Latina, estabelecer algum padrão distinto de desenvolvimento à dependência, desponta claramente nas obras de Cardoso e Faletto: “Uma sociedade pode sofrer transformações profundas em seu sistema produtivo sem que se constituam ao mesmo tempo de forma plenamente autônoma os centros de decisão e os mecanismos que os condicionam (...) uma sociedade nacional pode ter certa autonomia de decisões sem que por isso o sistema produtivo e as formas de distribuição de renda lhe permitam equiparar-se aos países centrais desenvolvidos, nem sequer a alguns países periféricos em processo de desenvolvimento. Acontece essa hipótese quando um país rompe os vínculos que o ligam a um determinado sistema de dominação sem se incorporar totalmente a outro (Iugoslávia, China, Argélia, Egito, Cuba, e o México revolucionário)” (Cardoso e Faletto, 1984, p.27 apud op. cit.).(Grifos Meus)

Um outro texto indicativo dos termos como vem sendo feita essa leitura, uma tese de doutorado cujo tópico é “*A versão weberiana da dependência: a concepção de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto*”, a autora, Amaral (2012, p. 33), numa nota, afirma o seguinte:

Embora Fernando Henrique Cardoso reivindique o marxismo como sua principal fonte teórica, denominamos como weberiana esta vertente da teoria da dependência. Primeiro em função de que os weberianos acusam os marxistas de serem economicistas, tal como Weber fez em relação a Marx e o próprio Cardoso faz em relação a Marini e Dos Santos. Em segundo lugar está a exasperação da autonomia do político, própria dos weberianos, que se repete na vertente dependentista de Cardoso e Faletto. Por último, tal como afirma Martins (2003, p. 231 apud. SOTELO VALENCIA, 2005, p. 3), “embora [Cardoso e Faletto] utilizem categorias marxistas em vários trabalhos, esses conceitos são claramente subordinados ao uso abrangente do instrumental weberiano e perdem o vigor original”.

Essa não é, obviamente, a visão de Cardoso sobre sua produção⁴². No prefácio à nova edição de 2004, de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (CARDOSO, 2004, p.9-10), em que faz um balanço sobre processo de recepção dessa obra, mencionando as leituras equivocadas, ele afirma:

Por outro lado, para que esses mesmos críticos não nos jogassem, como diziam, ao "lixo da história" (meu Deus, quanta barbaridade! Tratar os clássicos dessa maneira), na vala comum do método funcionalista ou do "weberianismo" dos tipos ideais, tínhamos que reafirmar nossa visão como sendo dialética, histórico-estrutural. O prefácio à 1a. edição em inglês 3 deste

⁴² Como observa Franklin (2015, p.106-124), não só a literatura sobre a dependência, mas mesmo os críticos de Cardoso, reconhecem o marxismo e o emprego da dialética como método.

livro, de 1979, contém uma complicada (e, aos olhos de hoje, desnecessária) explicitação do método utilizado. Quem reler aquele texto verá que voltamos à Introdução do livro sobre capitalismo e escravidão no Brasil Meridional, e que o resgate do marxismo de sua versão vulgar se fez saturando os conceitos de historicidade.

Note-se que a questão não é uma suposta versão não marxista ou weberiana, mas, sim que tipo de marxismo. A disputa realizada perde objetividade quando parece desconhecer o que é de todos conhecido: a fragmentação dentro do próprio marxismo. Como notado nas trajetórias, foi o seminário de Marx uma das experiências que serviu de substrato à teorização de Cardoso. No prefácio da edição em inglês desse mesmo trabalho, referida por ele acima, tendo que explicar de forma mais clara para um público não latino, ele não deixa dúvidas ao detalhar o processo de construção e a metodologia utilizada (CARDOSO, 1985, p. 14-15)

Ao mesmo tempo, economistas da CEPAL propunham uma visão crítica do desenvolvimento. Criticavam os economistas conservadores que acreditavam que a atual divisão de trabalho no mercado mundial era inevitável, devido às “vantagens comparativas” em que ela se baseava: alguns países seriam mais bem-dotados para produzir matérias-primas, enquanto que outros teriam vantagens em produzir bens industriais. Apesar de sua natureza crítica, as teorias e críticas econômicas da CEPAL não se baseavam numa análise do processo social, não chamavam a atenção para as relações imperialistas entre os países e não levavam em conta as relações assimétricas entre classes (...) Nosso ensaio pertence à herança latino-americana mais radicalmente crítica. Tentamos restabelecer a tradição intelectual baseada numa ciência social compreensiva. Buscamos uma compreensão global e dinâmica das estruturas sociais, ao invés de olhar apenas para dimensões específicas do processo social. Opomo-nos à tradição acadêmica que concebia a dominação e as relações socioculturais como “dimensões”, analiticamente independentes entre si, e em conjunto independentes da economia, como se cada uma delas correspondesse a esferas separadas da realidade. Neste sentido, acentuamos a natureza sociopolítica das relações econômicas de produção, seguindo portanto a tradição do século XIX de tratar a economia como economia política. **Essa abordagem metodológica, que encontrou sua mais alta expressão em Marx, reconhece que a hierarquia existente na sociedade é o resultado de formas estabelecidas de organização da produção da vida material e espiritual.** Essa hierarquia serve também para assegurar a apropriação desigual da natureza e dos produtos do trabalho humano, por classes e grupos sociais. Assim, tentamos analisar a dominação em sua conexão com a expansão econômica.⁴³

⁴³ E continuam tentando explicitar que o alvo das críticas era não só a CEPAL, a Teoria da modernização, mas também o marxismo vulgar “Para nossa análise histórico-estrutural, a questão metodológica central era delinear os momentos de mudança estrutural significativa em países caracterizados por diferentes situações dependentes na América Latina, de preferência a criticar em bases teóricas a abordagem estrutural do desenvolvimento socioeconômico proposta pela CEPAL, os modelos estrutural-funcionalistas dominantes em análises sociológicas, ou a censurar o marxismo vulgar ou a teoria da modernização política.” (CARDOSO, 1985, p.20)

Ora, o que vai se tornando claro é o anacronismo em que se incorreu em função das posições políticas assumidas por Cardoso. Então, sabendo-se o que representou o governo de Cardoso, busca-se achar as razões na própria teorização feita cinquenta anos atrás. Na verdade, o argumento é que ele teria teorizado a dependência não para superá-la, mas para aceitá-la. Como observa Corival Alves do Carmo Sobrinho (2001, p.55):

O fato de Cardoso ter se tornado Presidente da República abriu uma discussão em torno da continuidade ou não do seu pensamento sobre o desenvolvimento latino-americano. Sobre este ponto cabe as seguintes considerações, a afirmação de Cardoso segundo a qual a única alternativa de desenvolvimento para a América Latina era o desenvolvimento dependente e associado não significa que já naquele momento o autor defendesse o conjunto de políticas que pratica atualmente no governo como pensam certos autores

Primeiro, como já observado, há aqui uma tentativa de deslegitimar essa versão que se tornou hegemônica no Brasil. O porquê dessa hegemonia, como também mencionada anteriormente, está no fato de que Cardoso volta ao Brasil e funda o CEBRAP, ainda durante a ditadura. Ora, o CEBRAP passa a ser um centro de referência nas Ciências Sociais. Além do mais, São Paulo e a USP, ao qual pertenceram e pertencem vários intelectuais de referência nas áreas de Política, Sociologia, Antropologia e Economia (não esquecendo a UNICAMP) tem uma hegemonia clara em termos de **recursos e mídia acadêmica** dentro do Brasil. Segundo, há uma disputa pelo significado da dependência e, portanto, da ideia de desenvolvimento (WASSERMAN, 2013). Terceiro, como bem notado por Franklin (2015), o enquadramento de Cardoso como weberiano é, na verdade, uma releitura. Trata-se de que a única e legítima leitura marxista da dependência é a que foi feita pelo grupo de Brasília, ou seja, a corrente radical da teoria da dependência.

Como observado, logo no início, o campo dependentista estava sendo reestruturado. Não por acaso, como bem observado por Franklin (2015, p.129-130), no rastro dessa releitura de Cardoso, vai se consolidando um resgate da obra de Marini e de uma teoria marxista da dependência (TMD). Vale a pena citá-lo, posto que ele aponta concretamente a estrutura que surgiu, a partir de 2010:

Nos quatro anos seguintes, a quantidade de publicações sobre o tema, entre artigos, livros, teses e dissertações, superou o que havia sido produzido nos vinte anos anteriores. Vários acadêmicos ingressaram nesse debate, dentre os quais podemos destacar Marisa Silva Amaral e Mathias Seibel Luce. Surgiram, ainda, grupos voltados para o estudo da teoria da dependência e da obra de Ruy Mauro Marini em diversas localidades, tais como o Núcleo de História da Dependência Latino-Americana (HEDLA) na UFRGS, coordenado por Mathias Luce, e o Grupo de Trabalho da Teoria Marxista da Dependência (GT-TMD) da SEP, criado na gestão de Niemeyer Almeida

Filho e sob a coordenação de Fernando Prado. O HEDLA tem tido um significativo papel, em parceria com a UNAM, na publicação de textos raros e inéditos de Ruy Mauro Marini. O GT-TMD ainda funciona apenas como uma rede de contatos para os pesquisadores da dependência, mas seus membros já externam a preocupação em utilizar esse espaço para a construção de proposições teóricas. Além do aumento do número de pesquisadores que se dedicam ao tema, percebe-se que a teoria da dependência se tornou referência indispensável no ensino do marxismo em várias universidades brasileiras. Termos como “superexploração” e “subimperialismo” começaram a aparecer até mesmo em artigos não vinculados à Marini. Enfim, podemos dizer que teoria da dependência está viva novamente, e seu desenvolvimento não depende mais dos esforços individuais de um ou outro pesquisador.

Na verdade, embora Marini possa ser a figura mais polêmica, talvez mesmo por ser alvo principal das críticas de Cardoso, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra vão ter seus trabalhos amplamente divulgados e debatidos. Não por acaso, também, a ascensão da TMD e o resgate de seus autores se dá numa atmosfera de mudança política na América Latina na qual os governos de coloração neoliberal perdem espaço político e são substituídos por governos que praticaram uma política neodesenvolvimentista, levado a cabo por um determinado tipo de coalização de esquerda. **É preciso que se diga que isso não significa que não houve mudanças teóricas na visão de Cardoso**, como será discutida adiante e que essas mudanças tenham implicado uma outra postura diante do fenômeno da dependência.

5.1.4 Dependência ou interdependência?

Existe uma releitura em relação ao significado do termo “dependência” expresso na obra de Cardoso e Faletto. Essa releitura é feita por pessoas do grupo da Teoria Marxista da Dependência. Na verdade, ao que tudo indica, parece ser algo bastante disseminado entre os pensadores desse grupo. Um dos trabalhos que expressa isso de maneira clara é uma dissertação de mestrado que foi publicada em forma de livro, cujo o título já informa o tom da crítica “*A Teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*” (TRANSPADINI, 2014). A ideia é de que o desenvolvimento dependente e associado procurava integrar as economias periféricas ao capitalismo internacional, sendo essa uma proposta alternativa à ideia de um desenvolvimento voltado ao mercado interno, desenvolvimento nacional. Nesse caso a questão da interdependência anuncia a dissolução do que há de mais importante do conceito de dependência, ou seja, a ideia de relações assimétricas e de subordinação. A ideia de desenvolvimento dependente-associado aparece na obra de Cardoso enquanto análise de um processo, de algo que

estava acontecendo, não de algo desejável⁴⁴. Ora, mais uma vez, que isso tenha vindo a acontecer no governo de Cardoso, mais de 30 anos depois, parece-me não haver muitas dúvidas. A questão é se na sua obra com Faletto e nos seus escritos é possível encontrar base para tal suposição. Nos escritos de Cardoso (1994, p.144) claramente o processo não é de interdependência, mas sim de dependência:

Às vezes se pensa impugnar a "teoria da dependência" ou vislumbrar nela contradições quando se sublinha que pode haver *desenvolvimento e dependência* e que existem formas mais dinâmicas de dependência (possibilitando inclusive graus maiores de manobra pelos Estados nacionais e pelas burguesias localmente associadas ao Estado ou às multinacionais) do que as que caracterizam situações de enclave ou de quase colônia. O argumento mais comumente usado é o de que, neste caso, passa a existir uma relação de "interdependência". Entretanto, quando se encaram as relações entre as economias de "desenvolvimento dependente-associado" e as economias centrais não é difícil perceber que a divisão internacional do trabalho continua a operar a partir do suposto real de graus muito diferentes de riqueza, de formas de apropriação desigual do excedente internacional e do monopólio dos setores capitalistas dinâmicos pelos países centrais, o que não permite dúvidas quanto às diferenças entre as economias centrais e as dependentes. O setor de produção de bens de capital e a geração de novas tecnologias, portanto os setores mais revolucionários a nível das forças produtivas, setores que são decisivos no esquema de reprodução ampliada do capital, continuam a localizar-se nos núcleos centrais das empresas multinacionais. E o endividamento externo é oscilante mas contínuo nas economias dependentes.

O que se quer enfatizar aqui é o grau de distorção a que se pode chegar em função dos conflitos dentro do campo. Trata-se, na verdade de uma politização quase que absoluta do julgamento de uma obra. O pior, é a disseminação dessa visão, inclusive deixando nas sombras o fato de que se trata de uma obra de co-autoria com Faletto, quando na verdade o alvo do ataque é Cardoso. Abaixo, apenas um exemplo da argumentação da autora (TRASPADINI, 2014, p. 83):

O livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto intitulado *Dependência e desenvolvimento na América Latina: um ensaio de interpretação Sociológica*, publicado no Brasil pela Zahar em 1970, é o texto chave para a hipótese da sustentação deste trabalho no que diz respeito à perspectiva da interdependência de Fernando Henrique, entendida como desenvolvimento subordinado ao capital internacional.

⁴⁴ Ver a análise de Franklin (2015) *Teoria da dependência: categorias para uma análise do mercado mundial*

Ora, que a prática do governo Cardoso tenha levado a uma subordinação e maior dependência, não há dúvidas. Que essa dimensão já estivesse presente, enquanto proposta, nos escritos dos anos de 1960, inclusive com a anuência de Faletto, é algo que só uma leitura muito particular e politizada, pode sustentar. Mais ainda, a certa altura de sua análise, a autora nos surpreende com a seguinte afirmação (Idem, p. 172):

Acreditamos que o Plano Real – implementado em 94, quando o atual presidente era então ministro da Fazenda e levado adiante após sua reeleição em 98 – sustenta um projeto de desenvolvimento que vem sendo elaborado há anos por Cardoso, encontrando estreita consonância em alguns economistas de destaque formados posteriormente, nos anos 80.

Percebe-se uma tentativa, no mínimo complicada, de vincular um acontecimento da natureza de um plano econômico - que na verdade não foi obra de Cardoso - com os seus escritos. Mais uma vez, se é possível concordar com a autora em muitos aspectos de sua análise política, é difícil concordar com seu argumento substantivo. Franklin (2015, p. 125-129), ao abordar essa questão, faz uma crítica contundente a essa posição.

Outras referências podem ser arroladas para demonstrar a completa falta de base para essa releitura. Citarei apenas parte de uma passagem em que Cardoso (1998, p. 21) discute exatamente essa questão:

É este o cerne da questão que se debate hoje: neste caso, não se cogitaria antes da *interdependência* do que da *dependência*? Novamente, as análises disponíveis são claras. Que eu saiba, nenhum autor do Terceiro Mundo, inspirado pela escola da dependência, deixou mostrar que, se é certo que os laços estruturais de dependência entre o Centro e a Periferia se transformam com a industrialização dependente-associada, mais certo ainda é que repõem, noutro plano, a assimetria estrutural entre economias centrais e periféricas.

Feita a análise acima, é certamente uma outra questão saber se Cardoso mudou suas concepções sobre essas questões. É o que farei em seguida.

5.2 UM DEPENDENTISTA NA PRESIDÊNCIA: MUDANÇAS E RELEITURAS

Assim, gostaria de explorar a trajetória de Cardoso, nos anos subsequentes ao golpe, contrastando-a com a do grupo de Brasília. Vale lembrar que a inserção acadêmica de Cardoso é anterior ao grupo de Brasília, como segundo professor assistente da cadeira de sociologia, na

USP⁴⁵. Após o golpe de 1964, a USP abre um processo contra Cardoso, sendo ele, na sequência desvinculado da instituição. Ele vai para o Chile e de lá para a França. Sua volta ao Brasil aconteceu no início de 1968, já que um processo contra ele tinha sido arquivado. Para reassumir o posto na universidade, mesmo sendo contra o sistema de cátedra, submete-se a um concurso no qual é aprovado, na USP, e assume a cátedra de Ciência Política, em dezembro de 1968, e, alvo do AI-5, sofre aposentadoria compulsória. Não querendo mais deixar o Brasil, juntamente com outros intelectuais, busca contatos e recursos para fundar um órgão de pesquisa. Com apoio da Fundação Ford, em 1969, juntamente com um grupo de intelectuais, funda o CEBRAP. A partir daí, inicia-se uma etapa decisiva no que se pode chamar **construção de uma hegemonia dentro do campo, não só dependentista, mas da sociologia no Brasil**. O Cebrap não cumpre apenas o papel de um instituto de pesquisas dedicado às humanidades, mas representa, como indicam os depoimentos de um documentário comemorativo dos quarenta anos dessa instituição, um espaço de resistência à ditadura que passou a aglutinar, crescentemente, intelectuais de todos os recantos do Brasil⁴⁶. Além do mais, singulariza-se, não só pelo seu padrão de trabalho, de caráter interdisciplinar, mas também pela composição inicial de seus membros, sendo boa parte deles egressos da USP e do antigo “seminário de Marx”⁴⁷. Dentro desse contexto, a liderança de Cardoso é amplamente reconhecida, seja nos depoimentos encontrados no citado documentário, seja em um trabalho específico sobre o papel desempenhado pelo Cebrap na cena intelectual brasileira. E eis aqui um ponto importante: o reconhecimento acadêmico de Cardoso se dá conectado diretamente ao tema da dependência. Ora, mas a formulação das versões sobre a dependência se dá num contexto maior que o Brasil, na qual a intelectualidade exilada no Chile se defrontou com a América Latina. Na visão de Sorj (2001, p. 23,24):

A América Latina é fundamental na formação do Cebrap em vários sentidos. Por um lado, foi na vivência direta de outras realidades da América Latina, e particularmente na interação intelectual e existencial com cientistas sociais em Santiago, no Chile, que se consolidou a formação intelectual de vários pesquisadores seniores do Cebrap. Por outro lado, é fundamental captar o ambiente ideológico então vigente na América Latina para definir o papel específico que o Cebrap terá no debate intelectual e político no início dos anos 70. Dos pesquisadores do Cebrap da geração USP, foi Fernando Henrique

⁴⁵ Entrevista de Cardoso para Comissão Nacional da Verdade <https://www.youtube.com/watch?v=DpTTI9wIQeY>

⁴⁶ O documentário é uma publicação escrita intitulado “*Retrato de Grupo*” <https://www.youtube.com/watch?v=Rpql4P08zT4>

⁴⁷ Afirma Sorj (2001:20), em seu estudo: “A importância do Seminário de Marx, além de sua dimensão intelectual, deve ser lida de várias formas. Ele foi um elemento cristalizador da identidade de um grupo geracional, ao qual deu, além de uma linguagem comum, laços existenciais e de lealdade e uma marca de origem. Quando o Cebrap foi criado, o seminário de Marx serviu como mito fundador da instituição, conferindo um sentido de continuidade no tempo e um caráter de quase predeterminação a um evento que teve muito de circunstancial.”

Cardoso quem teve uma vivência mais duradoura de trabalho no Chile. Nas ciências sociais a nova geração intelectual influenciada pelo impacto da revolução cubana estabeleceu um duplo debate: com os partidos comunistas, por um lado, e com pensamento da Cepal, por outro. É neste contexto que se desenvolvem o conceito e as controvérsias sobre a dependência. Na verdade, a noção de dependência foi uma espécie de campo intelectual comum à intelectualidade latino-americana dos anos 60 e início dos 70, campo que adquiriu diversos significados, na maioria dos casos bastante imprecisos (...) À medida que os membros do Cebrap foram se integrando à realidade brasileira, abandonaram o debate latino-americano e até mesmo o tema da dependência, embora este tenha sido um dos principais trunfos intelectuais que projetavam o Cebrap e em particular Fernando Henrique Cardoso no meio intelectual internacional. Na medida em que cientistas sociais brasileiros tinham cada vez mais vínculos internacionais, o reconhecimento internacional passou a ser um importante capital simbólico.

O CEBRAP vai se notabilizar por ser um espaço institucional no qual se podia pensar o Brasil, seja através de suas publicações (a partir de 1971, *Estudos Cebrap e Cadernos Cebrap*)⁴⁸ que cumprem um papel estratégico na difusão de ideias, seja através dos seminários, os famosos “mesões”, pelos quais passaram centenas de intelectuais. Note-se que o Cebrap não pretendia ser um braço político de nenhum partido. Entretanto, à medida que seu reconhecimento cresce para além da academia, num ambiente político no qual reinava o autoritarismo, começa a existir uma demanda no sentido de uma participação política. Foi assim que o deputado Ulisses Guimarães solicitou ao Cebrap a elaboração de um programa para o MDB, uma plataforma política para as eleições parlamentares de 1974. Ulisses havia embarcado no que ficou conhecido como “anticandidatura” à presidente da república, a ser realizada indiretamente pelo congresso nacional, num processo de cartas marcadas, no qual o candidato do governo ditatorial obteria a vitória. De acordo com os relatos, o deputado recebeu uma resposta negativa sobre uma participação institucional. Entretanto, foi-lhe informado que se faria uma consulta aos membros que estivessem dispostos a participar enquanto pessoas físicas. Assim foi feito e um programa foi elaborado tendo, entre outros redatores, o próprio Cardoso. A partir desse contato, e em função da própria evolução do quadro político, a militância de Cardoso acaba assumindo as vestes partidárias, no caso o partido de oposição à ditadura o MDB, depois renomeado PMDB. Ele será indicado suplente do Senador, Franco Montoro nas eleições de 1978 e, em função da eleição de Montoro, ao governo de São Paulo, no pleito de 1982, Cardoso assume uma vaga no Senado, dando-lhe, portanto ainda mais visibilidade. Em 1985, candidata-se a prefeito de São Paulo, pelo então PMDB e perde para Jânio Quadros. Mas, em 1986 é eleito Senador pelo Estado de São Paulo. Participou da Constituinte (1987/1988) como relator e, no

⁴⁸ Sorj (2001:49)

final de 1988, funda o PSDB. Após o impedimento de Collor, ocupou o cargo de ministro das relações exteriores e ministro da fazenda, no governo Itamar. É o cargo de Ministro da Fazenda e o lançamento do plano Real com o objetivo de debelar uma inflação crônica que torna, definitivamente, um político com chances de ocupar a chefia do poder executivo. O resto da trajetória é por demais conhecida, culminando em dois mandatos presidenciais consecutivos. Como bem chama a atenção Afrânio Coutinho Garcia Jr. (2004), em função de uma socialização numa família tradicional de políticos, Cardoso não se sentirá um estranho no campo político. Porém, é evidente na sua trajetória a acumulação de capital, social e científico, em outras posições que será reconvertido em capital político (Idem, p.295):

Essa eleição apresentou ainda a vantagem para Fernando Henrique de poder conduzir uma campanha eleitoral sem se preocupar com as chances de vitória; graças a ela, ele se tornaria senador quando Montoro se candidata a governador, em 1982. Desde então todas as atividades de Fernando Henrique atestam a máxima concentração de esforços na atividade política: a produção de análises sociológicas ou de ciência política, sob a forma de monografias ou ensaios teóricos, é interrompida em 1978. A partir dessa data seus escritos ganham um novo tom, o de um político preocupado em defender suas tomadas de posição, em justificar suas alianças e em buscar ampliar suas chances eleitorais em um espaço que se diversifica. Diferentemente de muitos intelectuais que tentaram se iniciar na atividade política, ou voltar a ela, as estratégias eleitorais de Fernando Henrique mostram a racionalização da acumulação do capital político, partindo da consolidação de posições locais até atingir os cargos mais relevantes no âmbito nacional.

Ora, mas o que nos interessa especificamente, aqui, é o fato do êxito político de Cardoso ser construído após, e somente após, a sua hegemonia dentro do espaço que é ambigualmente um espaço intelectual-acadêmico e, ao mesmo tempo, político, em função da luta contra a ditadura. Assim, não só o MDB buscou a ajuda dos membros do Cebrap, mas vários setores da chamada “sociedade civil” que se rearticulavam naquele momento unificados pela luta por liberdade, vão também buscar apoio no Cebrap e contam com a liderança de Cardoso. Vale apenas citar, mais uma vez o trabalho de Afrânio Garcia Jr. (Idem, p. 295):

Ressalte-se que a Igreja católica, que constituía em 1964 um dos sustentáculos das forças que legitimaram o golpe, passa a tomar distância dos generais em virtude da prática sistemática da tortura, fazendo progressivamente “uma opção preferencial pelos pobres”. Nesse contexto, o cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, também solicitou ao Cebrap a elaboração de um diagnóstico sobre a degradação das condições de vida das camadas mais pobres de São Paulo, face oculta da aceleração do crescimento econômico, o que deu origem ao livro *São Paulo, crescimento e pobreza*, de 1976, com prefácio do cardeal e no qual se explicitava a relação da investigação sociológica sobre os desprovidos de recursos, materiais e culturais, com as novas comunidades eclesiais de base. Assim, o engajamento

de Fernando Henrique em atividades de reativação das associações científicas e profissionais dos mais variados tipos (como SBPC, OAB, ABI, SBS, ABA), configurando a “mobilização da sociedade civil”, transformou-o em um dos líderes de uma intelectualidade interessada em se desfazer da tutela militar, preservando o pluralismo interno. Ele acumula então o prestígio de sociólogo inovador e de um dos líderes da frente de oposição política à ditadura militar. No final dos anos de 1970, com a liberalização do espaço público após a assinatura da lei de anistia, de 1979, a sua volta à cena política torna-se visível.

Dois pontos não podem ser deixados de lado nessa análise. O primeiro, refere-se ao fato apontado por Afrânio Garcia Jr., com quem concordo, de que Cardoso, após determinado momento, pára de produzir para “seus pares” na academia e dedica-se a “justificar suas posições no campo político”. Não se trata, aqui, de julgar se essa produção é irrelevante. Apenas se quer apontar que ela não obedece a critérios que lhe trouxeram o reconhecimento no mundo intelectual. Para Garcia Jr. (2004), o corte pode ser feito a partir de 1978. Embora seja possível questionar o ano e os critérios, o fato é que a produção de Cardoso perde impacto sob o ponto de vista acadêmico, repisa temas e ganha um viés memorialístico, mesmo depois de sua saída da presidência⁴⁹.

O segundo ponto, este bastante delicado, diz respeito às mutações ou não, ocorridas nas concepções teóricas e políticas de Cardoso. Dito de outra forma, a imagem que foi plasmada por Cardoso era de um pensador de esquerda, comprometido, portanto, com mudanças sociais que teriam como objetivo promover o binômio liberdade e igualdade. Essa imagem, de alguma forma, estava matizada pelas suas reflexões teóricas, mormente, mas não só, sobre o fenômeno da dependência e mais objetivamente, na sua luta contra a ditadura (ver Autoritarismo e Democratização). Ocorre que Cardoso é eleito por uma coalizão de forças conservadoras, tendo como seu vice Marco Maciel, cuja ascensão política ocorreu durante a ditadura militar, sendo um político de estrita confiança das elites militares e civis do antigo regime. Além do mais, o governo de Cardoso é marcado por políticas de corte nitidamente neoliberal, no qual se sobressaem a diminuição do papel do Estado na economia via privatizações, ou seja, um governo pró-mercado. Não cabe no escopo dessa tese uma avaliação detalhada do que foi o governo Cardoso, de resto já feita de forma exaustiva em outros trabalhos. Entretanto, um fato merece ser ressaltado, em função da sua carga simbólica. Em 13 de fevereiro de 1995, ao sancionar a lei de concessões, Cardoso decreta “o fim da era Vargas”⁵⁰. Em outras palavras, a

⁴⁹ Duas publicações volumosas vão na direção de memórias : “A Arte da política: a História que vivi” e “Diários da Presidência”.

⁵⁰ Eis o que informa o jornal Folha de São Paulo, de 14 de fevereiro de 1995 : **FHC diz que lei é 'fim da era Vargas' (da sucursal de Brasília)** O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem ao sancionar a lei das concessões que o ato inaugura o momento em que o governo deixa de ser investidor para ser regulamentador e

tradição nacional desenvolvimentista é agora vista como um obstáculo ao desenvolvimento, repito, obstáculo. Essa visão será elaborada teoricamente e articulada em várias entrevistas e textos publicados. Portanto, não se trata só de um fato jornalístico. Senão, vejamos o seu discurso de despedida do senado, após eleito, presidente (CARDOSO, 2010, p.102):

Acredito, firmemente, que o autoritarismo é uma página virada no Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que atravança o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da era Vargas - ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e a seu Estado intervencionista

Esse fato, se tomado isoladamente e fosse Cardoso apenas um político de tradição liberal, o citado discurso seria mais um. Mas, em se tratando de um intelectual de esquerda, de tradição marxista, ex-cepalino e teórico da dependência, causa no mínimo estranheza. Colocado, entretanto, no seu devido contexto, no qual já havia ocorrido a eleição de Cardoso que tinha sua sustentação política numa coalizão conservadora, esse efeito é atenuado⁵¹. Mas, esse fato tem repercussões evidentes não só política, mas dentro do campo intelectual, que é o

fiscalizador dos serviços. E resumiu: é o fim da era Vargas e a introdução da reengenharia no governo."É chegado o momento de começarmos a separar a função regulatória e a fiscalizadora, tarefa do Estado, da ação do investimento e da ação de competição", afirmou. Além de perder a capacidade de investimento, o governo, segundo ele, gasta hoje mais de US\$ 1 bilhão por ano com obras atrasadas ou paralisadas, além dos encargos financeiros das dívidas. Na opinião de FHC, acabou o tempo de criação de empresas estatais. Ele disse que a transformação do país, depois da Segunda Guerra, foi uma ação decidida do Estado, com a poupança nacional sendo feita através de mecanismos de impostos e de contribuições. "Hoje esse mecanismo está estagnado pela falta de poupança pública", concluiu. "A economia do país já está madura o suficiente para que se possa convocar a parceria da iniciativa nessa responsabilidade de financiamento do desenvolvimento", afirmou FHC. Para FHC, a vantagem da nova lei está no poder que as empresas privadas terão de explorar bens em benefício do público, lucrando com a cobrança de tarifas. Ele destacou o fato de que a MP que regulamenta a lei inclui a participação do usuário na fiscalização dos serviços públicos. FHC disse que está inaugurando uma nova fase na feição do governo: a reengenharia. O primeiro passo, segundo ele, foi a sanção da lei de concessões de serviços públicos e a proposta de reformulação do setor elétrico. FHC disse que está estabelecendo o fim da era Vargas, "que à sua época correspondeu a um grande avanço, mas agora precisa ser reformulada para que o Estado possa atender aos anseios do mundo contemporâneo.

⁵¹ Na análise de Sallum Jr. acerca das condições políticas que propiciaram a vitória dessa coalizão (1999, p. 29,31): "Essas condições e alavancas deram especificidade à *fortuna* encontrada por algumas lideranças políticas que, bem situadas no seio do Estado, tiveram *virtu* suficiente para negociar a associação entre partidos de centro e direita em torno da continuidade das reformas liberais, da estabilização da economia e da tomada do poder político central, corporificando tudo isso no lançamento bem sucedido do Plano Real e na candidatura, afinal vitoriosa, à Presidência da República do seu articulador, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.... Durante todo este período, o governo Cardoso buscou com perseverança cumprir o propósito de liquidar os remanescentes da Era Vargas, pautando-se por um ideário multifacetado, mas que tinha no liberalismo econômico sua característica mais forte. Salvo engano, o núcleo dessa perspectiva pode ser resumido neste pequeno conjunto de proposições: o Estado não cumpriria funções empresariais, que seriam transferidas para a iniciativa privada; suas finanças deveriam ser equilibradas e os estímulos diretos dados às empresas privadas seriam parcimoniosos; não poderia mais sustentar privilégios para categorias de funcionários; em lugar das funções empresariais, deveria desenvolver mais intensamente políticas sociais; e o país teria que ampliar sua integração com o exterior, mas com prioridade para o aprofundamento e expansão do Mercosul. Este ideário liberal básico materializou-se em iniciativas que mudaram institucional e patrimonialmente a relação entre Estado e mercado. Seu alvo central foi quebrar alguns dos alicerces legais do Estado nacional-desenvolvimentista, parte dos quais fora constitucionalizado em 1988."

que nos interessa, de imediato. Note-se a singularidade da eleição de Cardoso: pela primeira vez, se nos fixarmos em 1946 como marco, chega à Presidência da República um intelectual cujo reconhecimento e legitimidade dentro do campo científico estava alicerçada sobre suas reflexões acerca do desenvolvimento dos países periféricos. O resultado do governo Cardoso, a partir de um olhar de uma certa intelectualidade de esquerda, seja daqueles que o usavam como referência para pensar a dependência, seja inclusive daqueles que com ele fundaram ou participaram ativamente do CEBRAP e militaram contra a ditadura, foi um desastre⁵². Para esses críticos, tratou-se de um retrocesso, quando não pura traição. Assim, os oito anos do governo Cardoso afetaram o campo intelectual de uma maneira muito intensa. Olhando do ponto de vista de do campo intelectual, uma das coisas que mais chama a atenção é a capacidade de Cardoso, pelo menos no seu primeiro momento, de arregimentar vários intelectuais que tinham grande visibilidade e prestígio, dentro de setores de esquerda ou centro-esquerda para ocuparem cargos importantes na sua administração⁵³.

Não apenas em função do governo Cardoso, mas também de uma agenda mais geral de caráter neoliberal implementada por governos na América Latina, dois movimentos ocorrem dentro do campo intelectual, no Brasil: um deles, já mencionado, uma releitura da obra de Cardoso, que tem como seu núcleo a pergunta sobre ruptura ou continuidade no seu pensamento. Em outras palavras, estaria Cardoso implementando a ideia de um desenvolvimento “dependente e associado”, afinal ele não havia teorizado sobre isso? O outro movimento é o resgate e a ascensão da chamada Teoria Marxista da Dependência. Evidente, essas duas coisas estão interconectadas, mas não de forma linear. O primeiro movimento tem duas frentes de questionamento. Numa, o argumento se elabora em cima da hipótese de que há de fato uma continuidade entre Cardoso o sociólogo e o político. Na outra, tenta-se desvincular Cardoso do campo marxista, argumentado que sua teorização é tributária da teoria weberiana. No centro de todos esses debates está questão mais geral dos intelectuais e o poder e, concretamente, uma tentativa de entender qual a natureza dos vínculos entre uma teorização elaborada nos anos de 1960-70 que desnudava como se articulam os processos de dependência econômica e política, e uma prática política que, agora, parecia endossá-los. Ainda do ponto de vista mais geral, trata-se de pensar as relações entre dois campos distintos, mas conectados, o

⁵² É difícil quantificar o número de críticos, mas é possível apontar aqueles mais significativos. Entre esses, podemos citar nada mais nada menos que Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Luiz Gonzaga Belluzo, João Manoel Cardoso de Mello, Jose Luiz Fiori, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, entre outros.

⁵³ Sem a pretensão de esgotar a lista, mas apenas a título de exemplo, ocuparam postos chaves no governo Cardoso Francisco Weffort, Jose Arthur Gianotti, Pedro Malam, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Jose Serra, Celso Lafer, entre outros.

político e o intelectual. Se quiser, do ponto de vista mais clássico, a oposição weberiana entre o homem de ciência e o homem da política; um que persegue a verdade e busca a clarificação da realidade; outro que busca acordos e compromissos que nem sempre podem ser explicitados.

A questão da relação de Cardoso e o marxismo já foi analisada. Gostaria de me ater à questão de continuidade ou ruptura no seu pensamento. Abaixo reproduzo duas citações que explicitam de forma muito clara a lógica que subjaz a essa disputa. Na primeira delas, Um dos críticos mais contundentes do governo Cardoso, José Luiz Fiori (1998, p. 82) afirma o seguinte:

É importante ter claro que FHC não traiu as suas ideias. *Primeiramente*, ele assume que só tínhamos espaço de crescimento associado. Em segundo lugar, que isso passava por uma internacionalização crescente dos nossos mercados. Na seqüência, que neste momento isto passava pela estratégia liberal: a velha idéia do desenvolvimento associado. Ele queria dizer que, para manter os mesmos interesses, a estratégia tinha que mudar. Agora, o desenvolvimento segue associado no sentido lato, lógico e há uma internacionalização e dependência ainda maior do nosso Estado e da nossa economia, mas a estratégia é completamente diferente: a economia é aberta, o Estado se retira do setor produtivo e as empresas nacionais ou quebram ou são internacionalizadas. onde passamos a ser ainda mais dependentes do que antes dos humores da economia internacional, e apostam todas nossas fichas nas virtudes dos mercados desregulados capazes, segundo eles, de fazerem uma correta, eficiente e equilibrada alocação dos recursos provenientes dos investidores privados, sobretudo os internacionais. (GRIFOS MEUS)

Nessa segunda, um outro crítico de peso, Paulo Nogueira Batista Júnior (1999, p. 216-17), observa:

Souza Martins foi cuidadoso e delicado, mas bastante revelador. O que emerge do seu depoimento é a impressão de que há mais continuidade do que ruptura na carreira de Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário do que geralmente se crê, são muito significativos os pontos de contato entre Fernando Henrique sociólogo e Fernando Henrique político. Para Martins, o trabalho de intelectuais como Fernando Henrique nos anos 60 resultou no amadurecimento da percepção de que o “imperialismo”, para usar o jargão da época, sofrera transformações como sistema de dominação econômica e política e “abria espaços de parceria subalterna”. Já não era necessariamente um inimigo do desenvolvimento nacional, mas um “sócio compulsório” desse desenvolvimento. Oferecia a países como o Brasil a “a alternativa de tornarem-se sócios menores do desenvolvimento capitalista”. Fernando Henrique foi, segundo Martins, “um dos primeiros cientistas sociais a perceber a mudança que estava ocorrendo”. Martins não usa a palavra, mas fica patente pelo seu relato que, já naquela altura, a atitude básica de Fernando Henrique Cardoso era marcada pelo conformismo, disfarçado pelo recurso freqüente à terminologia e às categorias marxistas, ainda bastante em voga naqueles tempos.

O que está em discussão, nesse contexto, é a relação do Estado brasileiro com a globalização. Para esses críticos, Cardoso teria, a partir de um ideário neoliberal, deliberadamente complementado e aprofundado a abertura econômica iniciada pelo governo Collor que teve como resultado objetivo a desnacionalização da economia e uma maior vulnerabilidade ao capital financeiro e às suas crises. Mais ainda: ao contrário do que se poderia pensar, essa atitude não está em desacordo com as conclusões de sua versão da teoria da dependência e de seus escritos sobre a questão do desenvolvimento. Tem-se, portanto, no governo de Cardoso, a materialização de tipo de um certo “desenvolvimento dependente-associado” do qual ele já falava nos anos de 1970. Aliás, a menção da longa entrevista de José de Souza Martins (1997) ex-aluno e colega de Cardoso, parece ter como finalidade conferir legitimidade a essa argumentação. Poder-se-ia, invocar, também o testemunho de Paul Singer, seu amigo e que esteve presente tanto famoso seminário de Marx, quanto no Cebrap, eventos marcantes da sua trajetória. Singer vai direto ao ponto, quando questionado como percebe a relação entre um intelectual que passou tanto tempo “denunciando o caráter dependente da nossa sociedade” e que durante seu governo teria criado as condições de exacerbação dessa dependência:

O presidente da república é meu velho amigo e companheiro de lutas políticas e de estudos há trinta anos...Ele acha que para o Brasil se desenvolver tem de estar associado. O país poderia se desenvolver até mais do que o centro, à medida que as possibilidades abertas pelo subdesenvolvimento atraem muito capital. (SINGER, p.1998, p. 109)

Quando questionado, pelo entrevistador se “...há coerência da política com a teoria”, Singer responde:

É uma vertente de seu pensamento na qual ele avançou até o fim. Como político, era crítico da dependência e, por outro lado, um analista da associação. Ele fez uma longa carreira política...numa posição de centro-esquerda. Mas, a partir de algum momento em 1991, quando ele quis entrar no governo Fernando Collor, e deu apoio ao seu programa, ele claramente foi para o outro lado. Ele está sinceramente convencido que estamos diante de uma nova Renascença, que a globalização vai levar a uma fase de grande desenvolvimento econômico, que o Brasil vai se beneficiar disso à medida que se integre nos termos que o consenso de Washington propõe. (idem, p. 109)

Como é possível observar, Singer vê continuidade do ponto de vista teórico, mas mudança do ponto de vista político. E aqui cabe uma observação feita por Garcia Jr (2004), na

sua excelente e inspiradora pesquisa⁵⁴ sobre a trajetória de Cardoso, pois nela ele demonstra que o afastamento de Cardoso de uma esquerda política ocorre bem antes de sua chegada à presidência da república (Idem, p. 296):

Próximo dos pretendentes à renovação em grande escala do espaço público até 1979, distanciou-se já nessa época dos líderes sindicais, como Lula, e dos colegas universitários que não dispunham de outro capital político que o obtido por meio da militância. Note-se que, após contribuir para a consolidação da idéia de um partido de trabalhadores, o que pode ser seguido pelas suas intervenções nos jornais de oposição à ditadura, como *Opinião e Movimento*, não acompanhou seus antigos colegas da USP, nomes emblemáticos das ciências sociais paulistas como Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, entre outros, na criação do PT, preferindo continuar seu itinerário em companhia daqueles que constituíram seus capitais políticos antes de 1964 ou na época do regime militar. Durante a campanha das diretas, suas posições aproximam-se sistematicamente dos moderados, distanciando-se da grande maioria dos universitários e artistas. **Objetivamente, deslocou-se ao longo dos anos de 1980 e já muito antes das eleições de 1994, quando se confrontou com Lula e uma frente das oposições de esquerda, em direção ao centro e à direita.** (grifos meu)

Feitas as ponderações acima, há que se perguntar o que nos diz o próprio Cardoso, especificamente sobre ruptura ou continuidade no que diz respeito à sua visão teórica. Seria possível reproduzir outras falas que vão na mesma direção, mas essa me parece exemplar. A resposta dele é *aggiornamento* (CARDOSO, 2010, p.134-135):

Nos anos 60 escrevi esse livro sobre dependência que é o oposto do que dizem hoje que escrevi. Ou seja, era uma tentativa de dizer coisas semelhantes às que digo hoje sobre a globalização: ‘Não existe uma só dependência; existem formas diferentes de dependência, segundo a vinculação da componente externa com a interna. Há aí uma dinâmica que é interna, que pode modificar o externo. Isso, eu dizia com Faletto, sobre dependência, contra outros que diziam o oposto, algo de uma forma mecânica: que a infraestrutura condicionava a superestrutura política, num marxismo vulgar, e, ainda, que sem Socialismo não há autonomia. Eu dizia que pode haver formas diversas de desenvolvimento. Mais tarde, já nos anos 70, inventei um conceito que se chama ‘desenvolvimento dependente- associado’, associado às multinacionais. A discussão aqui no Brasil, era das relações do Estado com as empresas nacionais, multinacionais e estatais. A esquerda tradicional negava que estava havendo transformação da sociedade; eu afirmava que estava havendo uma modificação grande, formação de novas classes médias, um proletariado que crescia e que não se podia imaginar que a dependência causasse estagnação. A esquerda arcaica achava que a dependência produzia estagnação e que só a revolução produziria modificação. Não era esse o meu pensamento. Essas eram as ideias-base. **As ideias que difundi como ministro do planejamento não representam uma ruptura mas um aggiornamento do**

⁵⁴ Foi a partir da leitura dos trabalhos de Garcia Jr. que decidi contrastar a trajetória de Cardoso e Furtado, o que ele mesmo faz com maestria, mas que tem objetivos diferentes da tese aqui apresentada.

que sempre pensei. A ideia de nação continua muito forte no meu pensamento. Só que nas condições atuais, o empecilho é que o Estado virou burocrático e clientelista. Você tem a presença do setor privado dentro do Estado, a privatização do Estado

Cabe, pois, uma análise mais detalhada do ponto em questão. Primeiro, Acredito que a polarização entre ruptura ou continuidade, talvez não seja a maneira mais correta de colocar a questão. Na verdade, se colocada dessa maneira extremada, pode-se perder muito na análise das relações entre o campo intelectual e o político. A razão parece ser mais ou menos óbvia: mudança ou continuidade completas parecem ser casos raros quando se refere ao intelectual ou ao campo intelectual, como no caso em exame, sejam os dependentistas ou os desenvolvimentistas. Em geral, o que se tem são mudanças e continuidades parciais. Assim, parece ser difícil conceber que todas as posições teóricas assumidas nos idos de 1960 continuem incólumes num mundo que passou por profundas transformações. Por outro lado, é difícil assumir que todos os pressupostos teóricos tenham sido completamente abandonados. Portanto, parece-me que a pergunta pode ser recolocada buscando identificar o que mudou e o que permanece especificamente quanto às concepções teóricas elaboradas por Cardoso. Segundo, de um ponto de vista analítico, é preciso levar em conta que quaisquer justificativas para um ato de governo estão colocadas primeiramente no âmbito **do campo político e suas mediações**. Assim sendo, não se trata, aqui, em absoluto de supor que cada decisão do governo Cardoso, no que diz respeito às questões que implicam diretamente a relação de Estado e mercado tenham de ser confrontadas com sua teorização. Um governo de coalização não é um laboratório de testes de teorias, muito menos o tipo de coalização que chegou ao poder. O que se está em pauta é o sentido mais geral de afirmações e práticas que explicitariam uma continuidade ou uma ruptura com o que ele, enquanto intelectual, havia criticado e teorizado, ou seja, o tipo de desenvolvimento resultante de decisões políticas e econômicas. Nesse contexto, como argumentei acima, a afirmação posta em prática de encerrar a era Vargas não é trivial. Terceiro, não tenho a pretensão de solucionar o debate entre ruptura ou continuidade, que pode facilmente se tornar inócuo. Interessa-me, perguntar qual o sentido dessa questão que mereceu a atenção da mídia, em geral, e da academia, em particular. Quanto a esse aspecto, vale ressaltar: continuidade pode ter um sentido negativo ou positivo, como é possível observar. Quando o próprio Cardoso afirma que existe continuidade e *aggiornamento*, a seu respeito, e ele o faz, deseja mostrar que sua ação política é coerente com sua elaboração intelectual. Há na verdade, por parte de Cardoso, a atitude de demonstrar que foi convocado para o campo político, mas que é antes de tudo um intelectual e prima por uma coerência. Daí a necessidade de reafirmar

continuidades. Alguns fatos deixam claros essa “estratégia”. Assim, por afirmar que continua defendendo as mesmas ideias, em nenhum momento ele aceita que seu governo seja chamado de neoliberal, reafirma sua herança marxista, se diz de esquerda, mas de uma esquerda que percebeu que o mundo mudou. Por isso, reafirmando continuidades, rechaçou a frase a ele atribuída “esqueçam o que eu escrevi”. Não só isso: publicou uma compilação de artigos e entrevistas cujo título é *Relembrando o que escrevi: da reconquista da democracia aos desafios globais* (CARDOSO, 2010, p. 11), no qual afirma:

Relendo o que disse nessas entrevistas e textos, que abrangem mais de trinta anos, de 1972 a 2006, confesso que me surpreendi. É certo que muita coisa mudou e também mudei minha apreciação sobre algumas coisas. Mais, as orientações gerais são as mesmas, os valores fundamentais continuam a ser os antigos. Se houve *aggiornamento* foi mais na forma do que no conteúdo, quando não na discussão de questões que a própria história foi colocando em novas bases.

Note-se que a compilação foi feita com o cuidado de incluir um período, por assim dizer, em que o político ainda dormia no sociólogo. Também é digno de nota que embora a publicação tenha sido feita no período pós-presidencial, Cardoso nunca deixou de reafirmar, nesse intervalo de tempo, seu compromisso com o que havia escrito.

Mas, dois outros fatos demonstram como essa reafirmação da identidade intelectual é central para Cardoso. Um deles, é a publicação às vésperas da campanha de reeleição do livro *O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo* (1998)⁵⁵. Esse livro que versa sobre uma variedade de temas que vão desde a herança da escravidão até os rumos da globalização, passando obviamente pelo plano real, partidos políticos, movimentos sociais, papel do estado, privatizações, entre outros, e uma minibiografia, foi lançado propositalmente num ano de campanha eleitoral, porque segundo Pompeu de Toledo, “ele perderia metade da graça se fosse lançado num ano que não anunciasse a perspectiva de aquecimento do debate político” (1998, p.12). Mais uma vez, observe-se que a ênfase é posta no intelectual, na verdade, no sociólogo, mobilizando recursos de um campo para se legitimar em outro. Para terminar de compor esse quadro, o próprio Cardoso tem se apresentado como um intelectual e um caso de quem faz política não como um meio de vida. Assim se expressa em seu ensaio *Cartas a um jovem político*: “Eu me sinto mais professor e intelectual do que político, no sentido que se atribui normalmente à palavra “político”⁵⁶ (2006,

⁵⁵ Cardoso e Pompeu de Toledo, Roberto. *O presidente segundo o sociólogo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988

⁵⁶ Cardoso, Fernando Henrique. *Cartas a um jovem político*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, p. 73.

p. 73). A mesma ideia está presente no título de uma publicação feita primeiro em inglês e recentemente traduzida para o português intitulada *The accidental president of Brazil: a memoir*.⁵⁷ A ideia transmitida é basicamente que um acidente de percurso, obra do acaso, levou um intelectual renomado a ocupar a presidência da república. Na prática, a probabilidade de um professor de sociologia, mesmo renomado, ser eleito presidente, se dependesse exclusivamente desse capital, era quase zero. No caso específico, claro o plano real e as máquinas partidárias foram os grandes eleitores. O fato é que Cardoso é apontado por muitos como alguém que refutou a velha máxima weberiana da improbabilidade de reconciliação entre o homem de ciência e o político. E isso que nos afirma, de forma cristalina Fernando Limongi (2012, p.94):

Recuperando o clima intelectual em que Fernando Henrique Cardoso se formou, a referencia aos conhecidos é justamente famosos ensaios de Max Weber sobre a política e a ciência como vocações e inescapável... Ao dois ensaios. Para Weber, e não apenas para Weber, seriam duas carreiras distintas, sem comunicação imediata. O cientista e o político teriam *ethos* próprios, teriam que atender a reclamos de ordem diversa. Seus comprometimentos envolveriam lógicas distintas... Não e minha intenção ir adiante nessa remissão. Para além de ser breve, não pretendo chateá-los. Essas referências vagas são suficientes para o que pretendo estabelecer como ponto de partida: Fernando Henrique Cardoso refuta a tese. Trilhou ambas as carreiras e o fez com distinção. Mais do que isso, como procurarei mostrar, Fernando Henrique pautou sua atuação nesses dois campos por uma única convicção. A ética de que se valeu, contudo, não foi aprendida com o sociólogo alemão ou em qualquer outro livro.

Na mesma linha de argumento, vai o trabalho de Lafer intitulado *FHC o intelectual como político* (2009, p.39-40), no qual discute a relação entre os intelectuais e o poder usando Cardoso e sua trajetória como um caso raro de alguém bem sucedido nos dois campos:

(...) se trata de homem público cuja trajetória, no conjunto, é das mais bem-sucedidas — e das mais bem sucedidas no exercício de atividades medularmente políticas, como são as do prócer partidário, senador, ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, presidente da República por dois mandatos, democraticamente eleito pela maioria de um grande eleitorado em primeiro turno. Nesse sentido é um caso singularíssimo na história brasileira, e pouco freqüente no cenário internacional: o de um grande intelectual, de forte e reconhecida presença no mundo universitário do país e do exterior, que não foi apenas influente no espaço público da vida nacional, mas exerceu efetivamente o poder na cúpula do sistema político de um país da escala e complexidade do Brasil, de 1995 a 2002. Por isso o seu percurso convida a uma reflexão sobre o tema dos intelectuais e o poder.

⁵⁷ Cardoso e Winter, Brian. *The accidental president of Brazil: a memoir*. Nova York, Public Affairs, 2007. Em português, o título ficou *O improvável presidente do Brasil*, Civilização Brasileira, 2015.

Evidentemente, há quem não concorde com essa posição. Esse é o caso de Garcia Jr. (2004), o qual demonstra, no seu artigo, que os recursos e capital mobilizados por Cardoso para se projetar no campo político são completamente diferentes dos utilizados na sua projeção no campo intelectual. Esse, sim, é o principal aspecto do ponto levantado por Weber. Pode ter havido “sucesso” em ambas esferas, dependendo do ponto de vista do observador; sim, houve transferência de capital social de um campo para outro, mas não se pode afirmar que o sucesso do político não tenha enterrado o homem da ciência. Essa me parece ser a posição de Garcia Jr. (idem, 286-87):

De fato, esse caso de forma alguma parece constituir uma exceção ao preceito weberiano, diminuindo o valor da distinção entre a vocação intelectual e a de político, muito menos algo que apenas possa ser explicado por “coisas que só acontecem no Brasil”. O estudo da trajetória social de Fernando Henrique, particularmente do deslocamento posterior de seus investimentos e de seus recursos sociais, adquiridos como *sociólogo* no início de sua carreira profissional, para o campo político, abrindo acesso ao mandato presidencial, pode contribuir para a compreensão dos diferentes tipos de disposições e capitais sociais necessários ao exercício de cada um dos dois ofícios e para especificar as condições da autonomização das ciências sociais diante do universo político (...) Para compreender a rápida ascensão de Fernando Henrique à mais alta magistratura, é de pouca valia conhecer os modelos de análise que elaborou e as teorias que adotou em sociologia; mas é indispensável conhecer as redes sociais que deram significado e substância à sua atividade de sociólogo, pois foi a mobilização dessas redes, com outros fins que a produção do conhecimento, que tornaram possível sua carreira política. (GRIFOS MEUS)

Mas, qual o sentido de toda essa insistência de Cardoso nos elementos de continuidade? A resposta é uma disputa que tem um caráter político, mas ocorre dentro do campo intelectual. Na minha opinião, todas as evidências indicam que as atitudes de Cardoso em publicar, não só, mas, principalmente, no período pós-presidencial tem como objetivo ainda manter posições que foram, de um lado abaladas, mas, por outro lado, reforçadas em função de sua ascensão a um cargo político. Não à toa, ocorreram críticas mas, também adesões, como já mencionado, à sua postura no comando do governo. Isso se deve ao fato, pelo menos em parte, da crise das esquerdas. Não é demais mencionar o fato que a eleição de Cardoso se dá pouco tempo depois da queda do muro de Berlim, 1989, em plena crise das esquerdas, da avalanche neoliberal e da ideia que a globalização é algo a ser festejado, fato que levou muitos intelectuais a fazerem um *aggiornamento* à direita. Um dos casos mais interessantes de adesão ao neoliberalismo e posterior arrependimento é o de Bresser-Pereira. Em uma longa entrevista dada ao jornal valor

econômico⁵⁸, ele expõe a sua trajetória intelectual e declara que “No governo Fernando Henrique, ou nos anos 90, a hegemonia neoliberal foi muito violenta. Foi tão violenta que também atingiu a mim. Não escapei dela.” Bresser-Pereira não só deixou o governo, mas também desfilou-se do PSDB, partido que considera, hoje, à direita do espectro político. Mas, não só isso. Bresser-Pereira iria elaborar uma proposta Nacional-desenvolvimentista em um novo formato ao qual denominou “Novo desenvolvimentismo”, em reação à atitude globalizante do governo Cardoso. Chamo a atenção para o caso Bresser porque ele é emblemático do enfrentamento que se dá no campo intelectual em torno da busca de um “projeto de nação”. Não por acaso, ainda durante o segundo governo Cardoso o tema do desenvolvimento volta aos poucos à pauta, em conexão com a questão da globalização⁵⁹. Mas, é durante os governos Lula que a intelectualidade volta a se debruçar sobre as teorias do desenvolvimento, inclusive se verifica o ressurgimento do debate sobre as teorias da dependência e a ascensão da Teoria Marxista da Dependência. Em meio a todas essas mudanças, dentro do campo intelectual, algumas dignas de nota: a fundação do Instituto FHC (hoje fundação) e do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para o Desenvolvimento. Essas duas instituições sinalizam, de alguma forma, uma polarização política no campo intelectual. O instituto FHC fundado em 2004 e o Centro Celso Furtado, em 2005. Ambas as instituições se atribuem a tarefa de pensar o desenvolvimento e a democracia. Está além do escopo desse trabalho pormenorizar as possíveis questões que estão envolvidas, para além da preservação das “memórias e acervos” e das peculiaridades institucionais. Mas, o fato é que o Centro Celso Furtado congrega, grosso modo, desde seu início desenvolvimentistas, neo-desenvolvimentistas (basta olhar a membresia) que, como Furtado, reagiram aos ímpetus neoliberais do governo Cardoso. Por outro lado, a Fundação FHC tem uma agenda de debates muito mais vinculada a um liberalismo político e econômico⁶⁰.

⁵⁸ *Valor Econômico*, 08/04/2011

⁵⁹ Ver os livros editados por Jose Luis Fiori e Maria da Conceição Tavares.

⁶⁰ O centro Celso Furtado foi criado a partir de uma sugestão do ex-presidente Lula e teve o apoio de órgãos estatais. O instituto FHC a partir de uma decisão pessoal, com apoio de empresários. Apenas como um exemplo, Sobre o Centro Celso Furtado “Em 22 de novembro de 2005 reuniu-se a primeira Assembleia Geral do Centro Celso Furtado, aprovando seus estatutos e sua primeira diretoria, composta por Luiz Gonzaga Belluzzo, presidente institucional, Maria da Conceição Tavares (depois substituída por Ricardo Carneiro), presidente acadêmica, Rosa Freire d’Aguiar Furtado, presidente cultural, e pelos diretores Hildete Pereira de Melo, Carlos Tibúrcio e Cláudio Salm (depois substituído por Carlos Pinkusfeld Bastos) (http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=53). Sobre a Fundação FHC “Inaugurado em maio de 2004, com um seminário internacional que reuniu políticos e intelectuais do Brasil e do exterior, entre eles, Bill Clinton e Manuel Castells, o Instituto transformou-se em Fundação em 2010. O objetivo da mudança foi o de fortalecer o iFHC - hoje chamado Fundação FHC, como instituição perene, comprometida com a missão definida em sua origem.” (<http://fundacaoofhc.org.br/sobre-a-fundacao/apresentacao-por-fhc>)

Quanto à insistência de vários intelectuais de que Cardoso estaria colocando em prática aquilo em que já acreditava, gostaria apenas de fazer duas observações. A ideia de desenvolvimento dependente e associado aparece nos escritos de Cardoso para entender um processo no qual o Estado empresarial (estatais), o capital privado nacional e o capital internacional (as multinacionais) se associam, em vários tipos de combinação, dependendo da trajetória de cada país, e o que se verifica é a ocorrência de desenvolvimento, entendido como transformações estruturais do sistema produtivo via industrialização, provocando crescimento econômico, surgimento de novas camadas sociais, alargamento do mercado interno, mas com dependência econômica e política, em maior ou menor grau, dependendo do caso. Ou seja, é um argumento contra a ideia de Estagnação que rondou alguns círculos intelectuais. Esse processo, na visão de Cardoso, além de desmontar o velho paradigma do imperialismo como uma força contra a industrialização - o que não é negado em circunstâncias anteriores -, pois agora havia um novo tipo de vínculo entre a economia nacional e o mercado mundial, demonstrava a conciliação de interesses entre grupos dominantes locais e grupos estrangeiros. Além do mais, o Estado empresarial aparece como estratégico nessa associação, seja como a instância de repressão, seja como alavancador da ordem econômica. O Brasil é apontado como sendo um dos países em que isso ocorria. O ponto a ser enfatizado é que Cardoso descreve e analisa **um processo. Não se trata de um modelo** a ser aplicado. Ora, *strito sensu*, não faria sentido em falar de aplicação ou de uma prática, já que não se trata de um modelo. Além do mais, fosse um modelo, uma das principais “pernas” do tripé estaria abalada, senão faltando (Estado-Capital privado-Capital estrangeiro), posto que, como vimos Cardoso, declarou o fim da era Vargas e do Estado empresarial, por isso a ideia de privatizar utilizando o argumento da insolvência do Estado. Concluindo, *strito sensu*, ou não faz sentido ou Cardoso teria mudado pelo menos um ponto fundamental no seu percurso.

Porém, olhado de outro ângulo, *lato sensu*, a ideia central de Cardoso, como já mencionada, é que não obstante o fenômeno da dependência e levando em conta a trajetória histórica de cada país, a periferia não estaria condenada de antemão, haveria possibilidades de desenvolvimento e mudança das estruturas. Como ele afirma no prefácio da edição de 2004 de seu livro *Dependência e Desenvolvimento Na América Latina* (CARDOSO, 2004, p. 11):

Mais tarde, utilizamos a noção de "desenvolvimento dependente-associado" para mostrar que os interesses dos grupos dominantes locais eram conciliáveis com os interesses internacionais e com a economia mundial, com os quais passavam a interligar-se de outro modo. Em conjunto, o novo sistema de alianças impulsionaria o desenvolvimento econômico e não levaria a região à estagnação. Isso sem esquecer de salientar que este tipo de desenvolvimento,

ou de crescimento econômico, é desigual e assimétrico, entre os países e no interior de cada país.

Parece-me que as leituras feitas pelos seus críticos apontam muito mais nessa direção. Na verdade, se somada a sua guinada à direita e a uma agenda liberal, pode-se entender que fenômenos como a privatização e uma atitude otimista, ou no mínimo ambígua em relação à globalização-engajamento na abertura comercial e financeira- como sendo uma oportunidade que não se poderia desperdiçar, caiam dentro de uma categoria como desenvolvimento dependente e associado. Assim, não é por acaso, que, no período pós-presidencial, Cardoso publicará um artigo no qual fará um balanço da *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, intitulado “*New paths: globalization in historical perspective*”⁶¹, no qual, apesar de reafirmar a validade do método histórico-estrutural, para o entendimento da realidade, ainda hoje, segundo Domingues (2010, p.7), ocorre uma ênfase seletiva, parcial:

(...) a reavaliação que Cardoso faz do esquema conceitual de seu livro é apenas parcial e que isso tem a ver com suas atuais concepções teóricas e políticas, como se evidencia no mesmo artigo. Isto se vincula profundamente ao ângulo a partir do qual ele vê a globalização e especialmente a América Latina hoje. Embora argumente em favor de uma “social democracia global” e rejeite a visão de que seu governo implantou reformas neoliberais, atacando também o que chama de “populismo” em novas vestes, essa auto-avaliação dificilmente pode ser vista como verdadeira, sendo seu argumento ademais tributário de uma concepção de que haveria “duas esquerdas” na América Latina, uma boa, racional, democrática, a outra ruim, demagógica e ao menos potencialmente autoritária.

Assim, concluindo, “**parcialidade**”, como afirma Domingues, parece ser a chave hermenêutica a partir qual devem ser lidas tanto as avaliações feitas da obra de Cardoso por seus críticos, como sua própria insistência numa coerência difícil de enxergar. Entretanto, isso só faz sentido se colocarmos em perspectiva a relação entre o campo intelectual e o campo político na qual essas duas esferas se influenciam mutuamente.

Aqui, fugindo de qualquer viés psicologizante, não interessa uma análise da personalidade de Cardoso. O que está em foco, portanto, é um arcabouço teórico cuja produção tem um caráter coletivo e processual dentro de circunstâncias sociais e políticas específicas. Evidentemente, essas concepções teóricas, em alguma medida, influenciam a sua ação política e só há sentido em perscrutá-las porque elas afetam o campo intelectual. Fosse Cardoso um físico ou biólogo, mesmo que renomado, possivelmente essa discussão não faria sentido.

⁶¹ Cardoso, Fernando Henrique (2009) “New paths: globalization in historical perspective”, *Studies in Comparative International Development*, vol. 44.

Assim, parece-me que é possível localizar duas mudanças de caráter teórico e uma terceira de caráter político. Quanto às mudanças de caráter teórico, pode-se arrolar duas questões que são fundamentais e interligadas. Uma diz respeito ao papel que o Estado cumpre no processo de desenvolvimento. A outra, refere-se à visão que Cardoso esboça em relação à Globalização. Nesse último caso, a mudança não é propriamente sobre a globalização, mas a uma atitude que explicita um certo fatalismo e ambiguidade frente a esse fenômeno. Em relação ao papel do Estado no desenvolvimento, fica evidente em vários momentos a visão negativa que Cardoso tinha sobre o Estado chamado por ele de “Varguista e empresarial”(numa referência ao papel das estatais).

5.3 UMA OUTRA TRAJETÓRIA :O GRUPO DE BRASÍLIA

Trajетória diversa teve o grupo de Brasília. Tendo se engajado em atividades de pesquisa e também na militância política no Chile, sob o governo Allende, serão obrigados a viverem um novo exílio quando do golpe que levou ao poder Pinochet, em 11 de setembro de 1973. Vale a pena ponderar sobre as atividades desenvolvidas por esse grupo no Chile, posto que isso nos oferece um contraste em relação às atividades de Cardoso. O que se perceberá de maneira clara é que se trata de um envolvimento epidêmico. Pelos relatos dos memoriais (WASERMAN, 2013), Theotônio, Vânia e Ruy terão participação ativa no processo político chileno, inclusive oferecendo propostas programáticas à UP (Unidade Popular). Marini desenvolverá uma atividade pedagógica junto ao MIR. Mas, no que concerne diretamente ao foco de meu estudo, é que essas propostas foram fundamentadas **na teoria da dependência**.

Assim, o que se tem no Chile com a ascensão da Unidad Popular (UP) ao poder, é uma verdadeira efervescência política, a ideia da “via chilena” para o socialismo, a via democrática, com reformas e pluralidade partidária, pregava a UP. Mas, dentro desse quadro, os setores mais à esquerda, o caso do Movimiento Izquierda Revolucionário (MIR), assumiam a posição de que não se poderia chegar ao socialismo através da conciliação de classe, debate que ecoa o pré-64 no Brasil. Sobre a experiência de ensino, pesquisa e envolvimento político, nos diz Theotônio (1994, p.174):

É importante assinalar que estes estudos sobre a dependência tiveram um impacto político muito grande porque influenciaram muito fortemente a formulação do programa de governo da Unidade Popular no Chile. Este programa assimilava uma das teses centrais da teoria da dependência ao definir o Chile como uma economia já capitalista, com um alto grau de

monopolização e concentração. Em consequência o governo da Unidade Popular não se propunha somente a realizar um desenvolvimento capitalista que eliminasse os bloqueios pré-capitalistas ao desenvolvimento, mas propunha-se a enfrentar os monopólios nacionais e internacionais criados pelo próprio desenvolvimento capitalista dependente. A reforma agrária (que estava se realizando no campo desde o governo da Democracia Cristã e que se aprofundou durante a Unidade Popular) e a nacionalização do cobre (que se realizou durante o governo da Unidade Popular, obtendo o voto unânime do Congresso Nacional) foram mudanças que sobreviveram ao regime ditatorial que lhe sucedeu. Foi a primeira vez na história em que uma força política chegava ao poder propondo a transição para o socialismo dentro dos marcos legais e políticos existentes numa democracia liberal. Essa proposta diferia de todas as propostas que a social-democracia havia feito no passado. O governo social-democrata-liberal da Alemanha em 1919 estabeleceu a constituição de Weimar dentro dos limites de uma avançada democracia social. Os governos de frentes populares da década de 30, ou os governos trabalhistas, que se estabeleceram na Inglaterra em 1924-26 e depois da Segunda Guerra Mundial, nunca haviam proposto uma socialização da economia dentro do marco constitucional existente.

O fato notório, aqui, é que certas ideias de uma teoria da dependência tenham norteado um programa de ação de um governo. Note-se, também que se faz a defesa do socialismo como solução para a dependência. Esse envolvimento é tão visceral que lhe custou um novo exílio (SANTOS, 1994, p. 39):

Na mesma época, Vânia Bambirra realizou no CESO seu seminário sobre a experiência revolucionária cubana que deu origem ao seu polêmico livro sobre o tema e que abriu o campo de seus estudos sobre a teoria da transição ao socialismo em Marx, Engels e Lênin, que foram completados no México e deram origem à sua tese de doutorado sobre o tema, publicada pela Editora da UnB, infelizmente com uma má tradução. Vânia Bambirra havia também publicado uma coletânea de textos sobre a insurreição latino-americana na década de 60. Todos estes estudos vão se refletir na sua participação nos cursos que montamos os dois em comum sobre a Estratégia e Tática Socialista que originará um livro com este título que publicamos posteriormente no México. Dentro desta preocupação teórica e histórica, publiquei um texto crucial sobre as concepções estratégicas de Engels durante o auge do movimento socialdemocrata alemão. Ele foi publicado na revista que criei e dirigi no CESO, SOCIEDAD Y DESARROLLO, e servia de referência histórica para entender o caso chileno. Neste artigo mostrávamos que o avanço das conquistas sociais e políticas dos trabalhadores dentro do marco democrático não era um processo contínuo, mas levava a um aumento das contradições entre a dominação burguesa capitalista e a democracia. Em um certo momento do processo de avanço das forças populares ocorreria a confrontação da burguesia com a sua própria legalidade democrática. A burguesia internacional e chilena repetiria a máxima à qual se referia Engels: “a legalidade nos mata”. Dentro dessa mesma linha criamos* o semanário CHILE HOY, dirigido por Marta Hannecker. CHILE HOY prescutoou, analisou e debateu todos os problemas vinculados à experiência chilena na sua dimensão histórica, política e econômica, nacional e internacional. Publiquei vários artigos de análise desta experiência que foram recolhidos em várias

publicações(16). Esses trabalhos nos projetavam na vanguarda do debate intelectual chileno e latinoamericano, mas vão encontrar o seu ponto de inflexão com o golpe de Estado em setembro de 1973 quando fui incluído na primeira lista dos perseguidos políticos chilenos (não como estrangeiro, mas como chileno mesmo). Isto mostra o grau de identificação a que cheguei com aquele processo político não somente nas suas dimensões intelectuais e científicas. O golpe de Estado significou minha demissão do CESO e o segundo exílio. Desta vez fui para o México, onde encontrei uma acolhida extremamente favorável e onde iniciei uma nova fase do meu trabalho intelectual .

O caso de Marini (1990, p.16-17) não foi diferente, antes pelo contrário, principalmente pelo seu envolvimento com o MIR:

Apesar de haver recebido uma proposta de trabalho do Instituto de Administração (INSORA), com o qual eu entrara em contacto ainda no México, e contar com o interesse do Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESO) da Faculdade de Economia, da Universidade do Chile, trasladei-me, em março de 1970, a Concepción. Ia disposto a ficar pelo menos um ano, em reconhecimento à solicitude que me manifestara a Federação de Estudantes. Se o nível de politização era alto em Santiago, adquiria ali conotações explosivas. Uma das principais cidades do país, de antiga tradição industrial e intimamente ligada aos centros mineiros de Lota e Coronel, berço do Partido Comunista, Concepción dera origem, em 1965, **a uma nova força de esquerda, o MIR — desprendimento da Juventude Socialista, com participação destacada de uma corrente intelectual trotskista — liderado por uma plêiade de jovens brilhantes, principalmente Miguel Enríquez, Luciano Cruz e Bautista Van Schowen. Com Luciano como presidente, a Federação de Estudantes dera início, de maneira espetacular, à reforma universitária, que agitava ainda o país quando da minha chegada, a que se seguira o catapultamento do MIR ao plano nacional, em 1969, pela adoção — após a ruptura com os trotskistas — de uma ativa política de luta armada.** Um pouco mais jovem, Nelson Gutiérrez, agora ex-presidente da FEC, acabaria por se integrar ao grupo dirigente, onde se destacou pela sua inteligência, sua inteireza revolucionária, sua inesgotável sede de saber e sua notável capacidade oratória. Num ambiente dessa natureza, é difícil distinguir o que foi atividade acadêmica e o que foi atividade política. **Minha vida pessoal foi, de certo modo, anulada, em benefício de uma prática pedagógica incessante, nas salas de aula, nas reuniões com militantes, durante as refeições, nas tertúlias em minha casa, nas visitas a dirigentes e bases operárias de Tomé, Lota, Coronel.** Na Universidade, além de estabelecer laços de amizade com Juan Carlos Marín, um dos raros intelectuais marxistas realmente dedicado a questões de estratégia militar; Alejandro Saavedra, estudioso da questão agrária, sobre a qual sustentava teses extremamente originais; Luís Vitale, que se esforçava por resgatar a história das lutas de classes no Chile; Guillermo Briones, cientista político de formação tradicional, mas sempre aberto ao novo; Júlio López e José Carlos Valenzuela, que chegavam da Polônia, entusiasmados com Kalecki; Nestor D'Alessio e outros, ministrei vários cursos, por motivação política e acadêmica. (Grifos Meus)

A partir daí, o grupo se vê obrigado a buscar refúgio em outro país. O México será o lugar que os abrigará. Ora, isso explica, em parte, o porquê dos nomes de Theotonio dos Santos, Ruy Mauro e Vânia Bambirra, serem bastantes conhecidos do público de fala hispânica, na América Latina. Isso, entretanto, não explica que esses autores famosos, porque protagonistas da teoria da dependência, só recentemente viessem a ser traduzidos para o português e se fazerem conhecidos das novas gerações.

Um outro fator é preciso ser levado em conta: a volta dos membros desse grupo acontece a partir 1979, com a anistia⁶². Mas, o interessante é que politicamente se vinculam ao trabalhismo de Leonel Brizola, ao PDT, pelo menos Vânia e Theotonio. Aqui, parece se buscar um ajuste de contas com um passado e a falta de reconhecimento.

Rui Mauro também manifesta sua queixa, não em relação a um debate sobre os antecedentes, mas em relação às disputas teóricas que se tornariam pessoais e políticas, na apreciação de Marini (1990, p. 21):

Lançado à circulação, meu ensaio provocou reações imediatas. A primeira crítica veio de Fernando Henrique Cardoso, em comunicação feita ao Congresso Latino-Americano de Sociologia (onde eu recém apresentava o meu texto completo), que se realizou em Santiago, em 1972, e publicada na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*. Defendendo com zelo a posição que conquistara nas Ciências Sociais latino-americanas, e que ele acreditava, ao parecer, ameaçada pela divulgação do meu texto, e referindo-se ainda ao artigo que saíra em *Sociedad y Desarrollo*, que não incluía a análise do processo de industrialização, a crítica de Cardoso inaugurou a série de deturpações e mal-entendidos que se desenvolveu em torno ao meu ensaio, confundindo superexploração do trabalho com mais-valia absoluta e me atribuindo a falsa tese de que o desenvolvimento capitalista latino-americano exclui o aumento da produtividade. Respondi a esses equívocos no *post-scriptum* que — com o título de *En torno a Dialéctica de la Dependencia*— escrevi para a edição mexicana de 1973...

E continua Marini (1990, p.36)

..resta-me mencionar, entre os trabalhos escritos no México, a resposta ao artigo de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, “Las desventuras de la dialéctica de la dependencia”, que intitulei “Las razones del neodesarrollismo” (pensei em chamá-lo “Porqué me ufano de mi burguesía”, ironia que Cardoso e Serra faziam por merecer); artigo e resposta se publicaram em edição especial da *Revista Mexicana de Sociología*, a fins de 1978. O artigo tinha duas motivações. A primeira era o antigo desentendimento com Cardoso, que ele expusera em vários trabalhos, e que

⁶² Segundo Wasserman (2012, p.91): “Em dezembro de 1979, Ruy Mauro Marini fez sua primeira viagem de retorno depois da anistia, mas a volta definitiva ocorreria somente em meados de 1984. Theotônio dos Santos retornou em janeiro de 1980, e Vânia Bambirra, depois de cumprir alguns compromissos internacionais junto com Herbert de Souza, retornou em março do mesmo ano.”

eu respondera parcialmente no posfácio à *Dialéctica de la dependencia* e no prefácio de 1974 a *Subdesarrollo y revolución*. A segunda era a clara preocupação dos autores com a anistia política que se aproximava e que poderia abrir-me espaço no Brasil. É, sem dúvida, a coisa mais grosseira que já se escreveu contra mim, o que me forçou — deixando de lado certa indiferença que sempre senti pela sorte dos meus escritos — a fazer uma réplica em forma. Tarefa, de resto, não muito difícil: pretendendo situar-se no terreno do marxismo, o ataque não consegue ir além do instrumental teórico ricardiano (autor que Serra certamente estudara, em seu curso de doutoramento recém concluído), confundindo, portanto, valor de uso e valor, assim como lucro e mais-valia, ao mesmo tempo que — preocupado em combater teses estagnacionistas que eu, supostamente, teria defendido — incorre em grotesca apologia do capitalismo brasileiro. A polêmica teve grande difusão no exterior, não parecendo ter sido ali alcançada a desqualificação visada pelos autores do ataque, à diferença do Brasil, onde minha resposta sequer foi publicada. Com a decretação da anistia política, em 1979, pude vir, em dezembro, ao Brasil, depois de quatorze anos. Continuei, entretanto, ligado ao México, com breves visitas ao país, em 1982 (quando fui tomado novamente preso, por quase três dias) e, em licença sabática, a fins de 1983 e princípios de 1984. No segundo semestre desse ano, decidi voltar de vez, embora só em dezembro renunciasse ao meu cargo, na UNAM. Chegava ao fim o meu exílio, que durara quase vinte anos.

Note-se que, aqui, a disputa intracampo ganha contornos dramáticos. Na percepção de Marini, a ideia de que a anistia política poderia lhe abrir espaço, sendo esse um dos objetivos dos ataques às suas concepções. Até ponto eram essas as motivações de Cardoso, é difícil avaliar. O que se torna sério é que a motivação seria, aparentemente, mais política, que acadêmica: “abrir-me espaço”. O fato é que o artigo de Marini nunca foi publicado pela revista CEBRAP e a sua obra, como as dos demais, não seriam traduzidas, como já notado, até recentemente. Esse ponto de discordância tomou uma proporção tal que é repisado em vários textos, um deles uma coletânea da obra de Marini (2000) intitulada *Dialéctica da Dependência*, organizada por Emir Sader, a outra *América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini* (2009), tendo como coordenadores Emir Sader e Thethônio dos Santos e organizadores Carlos Eduardo Martins e Adrian Sotelo Valencia. Nesse último, Martins e Valencia (2009, p.11) fazem a apresentação ressaltando o compromisso de Marini com o Socialismo e as suas polêmicas e, afirmam o seguinte:

Pensador que articulava a teoria com a prática revolucionária, Marini foi dirigente político da Polop e do MIR chileno. Teorizou os limites do capitalismo latino-americano, os caminhos da revolução socialista na América Latina e os processos políticos que a ela se impuseram na região entre os anos 1960 e 1990: os estados de contra-insurgência e os processos de redemocratização sob controle liberal e neoliberal. Ao fazê-lo, travou contundentes polêmicas que marcaram a história das Ciências Sociais na região: com Fernando Henrique Cardoso e José Serra, defensores do capitalismo dependente como paradigma de desenvolvimento da América

Latina, ou com Agustin Cueva, teórico endogenista que via na articulação interna de modos de produção a principal chave explicativa de nossa especificidade histórica e social. Para Marini, a derrota dos projetos socialistas na região não havia sido definitiva, muito pelo contrário.

E , quanto às razões do desconhecimento da sua obra no Brasil (Idem, p. 13):

A restrição a obra de Ruy Mauro Marini no Brasil e seu paradoxal desconhecimento por parte dos brasileiros tem três raízes. A primeira, o golpe militar de 1964, que o levou ao exílio antes que desenvolvesse grande parte de sua obra no Chile e no México. O golpe apartou o país do enfoque latino-americanista que marcou as Ciências Sociais da região nos anos 1960-1970. A segunda, a ofensiva da Fundação Ford voltada para a construção de uma comunidade acadêmica liberal capaz de gerenciar o capitalismo brasileiro em marcos democráticos, uma vez terminada a ditadura. Chave para isso foi o seu apoio a um enfoque analítico que fragmentasse as Ciências Sociais em disciplinas relativamente autônomas e impedisse uma compreensão globalizante de nossa formação social. Centros de pesquisa e associações de pós-graduação com foco disciplinar foram priorizados nesses investimentos, em vez de universidades, pois estimulavam a fragmentação do conhecimento em face de um enfoque mais universalizante das Ciências Sociais. O Cebrap, dirigido por Fernando Henrique Cardoso, cumpriu aí um papel importante, recebendo parte significativa dos investimentos, e publicando a crítica de Cardoso e Serra à *Dialética da dependência* sem a resposta de Marini. A terceira se refere à ofensiva neoliberal na região nos anos 1990, estimulada pelo consenso de Washington e pela crise das universidades públicas, o que sujeitou a intelectualidade a pressões externas.

Como é possível observar, a argumentação acima é explicitamente política. Os fatores evocados, fatores políticos, subsumem os fatores de natureza acadêmica. Assim, Marini é resgatado de seu ostracismo acadêmico como um teórico de importância fundamental cuja disseminação da obra foi impedida, no Brasil, pelo Golpe de 1964, pela forma de articulação entre as associações de pós-graduação e os institutos de pesquisa e, explicitamente, aí incluído, o CEBRAP, sob a liderança de Cardoso. Por último pela ascensão de um projeto neoliberal. A rigor, seria de se esperar que uma questão grave como essa levantada pelo texto, fosse melhor fundamentada. Feita nesse nível de generalidade, essa argumentação, mais encobre do que explica de forma plausível as supostas razões. Olhado de um outro ângulo, o conflito dentro do campo tenta delimitar um novo espaço que querem ocupar os herdeiros intelectuais de alguém que foi vítima de quebra de regras (o ensaio não publicado), recuperando a importância e legitimidade de seus escritos, num contexto no qual o principal adversário teórico que hegemonizava o campo tinha feito um governo de oito anos que um de seus críticos resumiu na apresentação de um trabalho denominado “Dependência: da teoria à prática”⁶³

⁶³ Trata-se do texto de Paulo Nogueira Batista Junior, em uma análise do governo FHC.

Alguns fatos podem colocar em perspectiva esses acontecimentos. Eles dizem respeito às transformações ocorridas no próprio país.

Há que se notar que a luta intracampo reflete muito do cenário político e econômico. Durante os anos sessenta e início dos setenta, a questão econômica estava relacionada diretamente ao esgotamento do ciclo de substituição de importações e ao declínio das taxas de crescimento. Do ponto de vista político, com a resistência institucional ou armada às ditaduras e a busca de uma via para o socialismo (reforma ou revolução). A experiência cubana servia de inspiração como já observado. No caso do Brasil, país do qual provinham os principais protagonistas das teorias da dependência, o debate sobre o estagnacionismo e as formas de luta contra a ditadura (institucional ou armada), darão a tônica. Em suma, a questão de quais eram os rumos do capitalismo, como interpretá-lo.

5.4 O DECLÍNIO DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA: NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO

No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, a vaga da teoria da dependência tinha declinado. Por uma questão de escopo, ficarei restrito ao Brasil, sem desprezar completamente o contexto da América Latina. Algumas questões são importantes de frisar. A primeira delas, como um grande número de países foram afetados por golpes militares na América Latina, um dos pontos da agenda passa a ser a questão democrática. No Brasil, a partir do Governo Geisel (1974-1979), mas principalmente de 1978 em diante, com as greves do ABC, a grande questão é a sociedade civil. Como bem observa Sorj (2001, p.71):

O surgimento de novas manifestações de participação popular — a ascensão dos movimentos sociais e sindicais — renovou, a partir de meados da década de 70, a preocupação com as dimensões sociológicas da sociedade brasileira. Essas novas análises estão intimamente ligadas à preocupação política de promover a auto organização das classes populares. Esse posicionamento muitas vezes acarretou a recusa de uma teorização ou interpretação dos fenômenos que não se ajustasse ao modelo idealizado do que fosse a consciência atual ou passada do povo.

Segundo, várias mudanças haviam ocorrido: contraditoriamente, a universidade brasileira, mormente as estatais, cresceram e se diversificaram (graduação e pós-graduação), inclusive na área de ciências humanas, durante a ditadura militar. Houve, sem dúvida, uma reconfiguração do campo intelectual. Por outro lado, a própria dinâmica vivida por uma sociedade que ainda experimentava as agruras de um regime autoritário foram redesenhando a

agenda. Aqui, a questão não é que o tema da dependência e, por consequência, do desenvolvimento estivessem ausentes do debate ou simplesmente desaparecessem. Por exemplo, Theotonio dos Santos (1998, p. 132) critica a ideia de “morte” da teoria da dependência num contexto em que polemiza com Cardoso e seus seguidores que, de acordo com ele, desqualificavam as teses críticas levantadas na década de 1960. Ele cita um grande número de publicações nacionais e internacionais dos anos 80 e 90 que lidam com o tema. O declínio é, portanto, relativo. O que acontece é uma diversificação da pauta. Outros temas ganham proeminência. Terceiro, ao pensar especificamente na teoria da dependência é preciso ter em mente que o campo intelectual e o político caminham juntos e interagem. Dito isto, lembro que, não por acaso, quando se olha a época de produção dos trabalhos seminais nessa área, os considerados clássicos, eles estão circunscritos ao início dos anos de 1960 e até meados da década dos 70 (SANTOS, 1998)⁶⁴. Evidentemente, quando se trata dos autores em foco nessa pesquisa, nenhum deles parou de produzir. A referência a esse período tem como finalidade apontar para as circunstâncias que influenciaram a produção. Como já apontado ao longo desse trabalho, era uma época de transição entre um paradigma desenvolvimentista que fazia “água” por todos os lados e a busca de um outro referencial ao qual uma grande parte da intelectualidade aderiu, a teoria da dependência. Mas, do ponto de vista político, vivia-se uma época de crenças na possibilidade de mudanças radicais, de um voluntarismo político no qual não só a luta política institucional, mas a luta armada se colocava como uma opção para derrubada de vários regimes ditatoriais e associados ao imperialismo. Mas, a história zombou da generosidade dessa geração. Tanto os grupos armados foram quase totalmente esmagados no continente, quanto a luta política institucional foi sufocada e manietada por muitos anos, em boa parte dos países. Faço essa referência para lembrar algo que já foi mencionado, que a teoria da dependência, **na sua versão radical**, foi utilizada como instrumento de análise tanto no Chile, no programa da Unidad Popular, que levou Allende ao poder, quanto no Brasil, entre os grupos armados⁶⁵. Portanto, o campo intelectual reage às novas circunstâncias. Mudadas as circunstâncias, como foi o caso, e mudadas de forma adversa, evidentemente isso leva um processo de reorganização do campo. Em suma, terminada a década de 1970 e nos início dos anos 80, há um processo de reconfiguração, seja pela mudança fora ou mesmo dentro do campo

⁶⁴ Embora possa parecer contraditória, essa observação, baseada em dois textos nos quais o autor compila uma boa parte da bibliografia sobre teoria da dependência, indica que os trabalhos fundamentais foram produzidos entre 1960 indo até os meados dos anos 70.

⁶⁵ Quanto ao Chile, ver Santos(1994:174). Sobre os grupos armados ver GORENDER (2014, p. 129,151)

que tem uma lógica interna e muda via crítica e inovação. É essa tensão que está bem definida, no caso específico, para esse grupo, nas palavras de Beigel (2006, p. 304):

Es cierto que el destino de las teorías de la dependencia estuvo marcado por factores externos al campo intelectual: el golpe de Estado contra el socialismo chileno, la derrota de las experiencias guerrilleras, la caída del Muro de Berlín y la hegemonía mundial norteamericana. Pero también aportó su dosis mortífera esta lectura que se difundió hasta convertir al dependantismo en un paradigma “mecánico”, “simple”, “incoherente” o “desvencijado”.

Esse diagnóstico, porém, não deixa de ser válido para o campo como um todo. As modificações, entre elas, a crise da esquerda, a queda do muro de Berlim, uma certa visão do que foi denominado de globalização (aumento na velocidade das comunicações via revolução na informática, rápida transformação da estrutura produtiva e aumento da produtividade, integração dos mercados, financeirização da economia, entre outras modificações) e a ascensão do neoliberalismo como proposta de manejo da economia colocam na defensiva propostas saídas do campo marxista, seja a versão mais radical, sejam as outras versões. Assim, a relação entre uma visão triunfalista da globalização e o neoliberalismo parece algo passível de observação. É o que argumenta Batista Jr. (1998, p.154):

A ideologia da “globalização” é especialmente enganosa quando associada à idéia de que está em curso na economia mundial um declínio do Estado e das suas possibilidades de intervenção nos domínios econômico e social. Não por acaso, essa associação é muito comum. Na origem, a ideologia da “globalização” é um desdobramento do “neoliberalismo” e está impregnada de Estadofobia. A celebração das virtudes ecumênicas da competição e do mercado livre constitui um dos seus aspectos centrais.

Do ponto de vista mais geral, o próprio campo das Teorias do Desenvolvimento são confrontadas internacionalmente com uma “contrarrevolução”. Num artigo escrito sobre o declínio do Estruturalismo Latino Americano, Joseph Love (2005, p. 121-122) argumenta que houve mudanças significativas. Assim, no próprio campo Estruturalista, as dúvidas levantadas quanto aos resultados problemáticos do processo de substituição de importação, o “milagre econômico asiático” que, aparentemente, colocava em xeque a ideia de que os países não podem se desenvolver com base em políticas liberais, enquanto a América Latina mergulhava na “década perdida”, anunciava o declínio da visão estruturalista de desenvolvimento. Somado a esses fatores, o clima ideológico mudou radicalmente:

Within the economics profession, the whole field of development economics was in crisis from the 1970s onward (...) Of course the most stunning and

consequential event of the eighties was the disintegration of the Soviet Empire in 1989, followed by the collapse of the Soviet Union itself in 1991 (...) It was under these theoretical and political circumstances that the Washington Consensus was reached in November 1989, during a meeting organized by John Williamson at the Institute for International Economics. The consensus at issue was among representatives of the U.S. Departments of State and the Treasury, the IMF, the World Bank, and selected conservative think tanks, all in the U.S. capital. Williamson's now classic paper, "What Washington Means by Policy Reform", elaborated on ten points: fiscal discipline, public expenditure priorities (infrastructure, health, and education), tax reform, financial liberalization, achieving competitive exchange rates, trade liberalization, establishing the proper climate for foreign direct investment, privatization, deregulation, and strengthening property rights. The very term "Washington Consensus", indicating an official American authorship, and the "marching orders" tone of the document would probably have been unthinkable even ten years earlier. (LOVE, 2005, p. 121-122)

Ora, os fatos narrados acima, podem se aplicar, igualmente, ao campo dependentista. Voltando ao Brasil, final da década de 70 e os anos de 1980, são de extrema turbulência política e econômica. Eles representam o fim do Estado desenvolvimentista autoritário (SALLUM, 1996). Mais do que isso: o endividamento do Estado brasileiro emitia sinais de que qualquer projeto desenvolvimentista estaria enterrado para sempre. Na política, a volta dos exilados (1979), o pluripartidarismo, o movimento pelas diretas, a eleição no colégio eleitoral e a constituinte, enfim, a redemocratização do país. A primeira eleição direta para presidente nos coloca de frente com a proposta neoliberal. O governo Collor intensifica a abertura comercial e financeira. No plano econômico, a crise da dívida, a inflação crônica, os vários planos econômicos, recessão e hiperinflação. Com seu impedimento e no governo Itamar a formulação do plano real, abre as portas para a eleição de Cardoso. Essa coalização conservadora que levará adiante um conjunto de medidas que tem como objetivo, como já visto, a implementação de medidas neoliberais. Paradoxalmente, parece que a chegada de Cardoso à Presidência, pelas contradições observadas entre o intelectual e o político, reaviva uma agenda na qual o tema da crítica à globalização, a revisão da experiência desenvolvimentista e a questão da dependência são recolocadas novamente na pauta. Oito anos de um governo tendo à frente um dos pais da teoria da dependência implementando políticas que tinham como objetivo integrar o Brasil ao mundo globalizado foram o suficiente para trazer novamente de volta as velhas questões sobre as quais a intelectualidade dos anos 50 e 60 tinham se debruçado. Como assinalado anteriormente, uma nova geração de pesquisadores e estudantes estão redescobrendo a teoria marxista da dependência. Como essa nova configuração irá evoluir, não se sabe.

5.5 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E A TEORIA DO SISTEMA MUNDO: INOVAÇÃO OU ABSORÇÃO?

As vinculações entre a chamada teoria do sistema-mundo, a Cepal e a teorias da dependência, principalmente sua versão mais radical são conhecidas. O caso a ser examinado é o diálogo entre os dependentistas da TMD e a Teoria do sistema mundo. Nesse sentido, existe o reconhecimento de elementos de continuidade e de intersecção desse grupo de teorias com a teoria do Sistema Mundo de Immanuel Wallerstein. Como afirma o próprio Theotonio dos Santos (2000, p. 56): “vários autores reconhecem a estreita relação da teoria do sistema mundo com a teoria da dependência”. O próprio Wallerstein no seu trabalho *World Systems Analysis: an Introduction* (2006, p. 11) confirma a herança teórica tanto da Cepal quanto da teoria da dependência:

In the Social Sciences, four debates in the period 1945-70 set the scene for the emergence of worldsystems' analysis: the concept of core-periphery developed by the United Nations Economic Commission for Latin America (ECLA) and the subsequent elaboration of "dependency theory"; the utility of Marx's concept of the "Asiatic mode of production;" a debate that took place among communist scholars; the discussion among historians of western Europe about the "transition from feudalism to capitalism"; the debate about "total history" and the triumph of the Annales school of historiography in France and then in many other parts of the world. None of these debates were entirely new, but each became salient in this period, and the result was a major challenge to the Social Sciences as they had developed up to 1945.

Não é meu objetivo detalhar a teoria do sistema mundo. A ela estão associados os nomes de Andre Gunder Frank, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Christopher Chase-Dunn, entre outros. Creio não estar cometendo uma injustiça ao afirmar que seu nome mais famoso é Immanuel Wallerstein. Portanto, a sua obra será o alvo de algumas das minhas observações na tentativa de explicitar, sumariamente alguns conceitos fundamentais. A lógica básica do sistema mundo pode ser captada quando se pensa que o Estado-Nação está imerso numa teia de relações que Wallerstein usa como unidade de análise e denomina sistema mundo. Compactando bastante o raciocínio, para Wallerstein, existem três tipos de sistemas sociais:

- a) Os mini-sistemas;
- b) Os impérios-mundo;
- c) As economias-mundo.

Tanto os impérios-mundo quanto as economias-mundo são sistemas mundiais. Os mini-sistemas são formações sociais cuja divisão social do trabalho é simples e formam uma unidade cultural e política. A forma de organização econômica é o que Wallerstein designa, seguindo

Polanyi, recíproca. Entretanto, os mini-sistemas foram desaparecendo e, de acordo com Wallerstein, não mais existem. Já os impérios-mundo possuem um centro político, dominam várias culturas, uma divisão do trabalho mais complexa, gerando um excedente que é apropriado por um estrato burocrático ou militar, via coerção. Diferentemente, as economias mundo são sistemas que envolvem várias culturas e centros políticos, geram um excedente e a integração se faz via mercado. Entretanto, as economias mundo eram instáveis e sujeitas à dominação pelos impérios. É somente no Século XVI que “emerge” o que ele chama de “moderno sistema mundo” (WALLERSTEIN, 2000, p.71-104).

Sobre essa abordagem, é interessante, também, notar uma referência feita por Fernando Henrique nesse sentido. Talvez por ser feita num prefácio, não se sabe, a referência não é um comentário de ordem substancial sobre uma corrente teórica que explicitamente se diz herdeira das teorias da dependência (CARDOSO, 2004, p.12):

À publicação de nosso livro se seguiu outra moda, talvez mais frutífera e permanente, a de analisar globalmente as relações econômicas. Neste aspecto fizeram época os trabalhos de Emanuel Wallerstein e outros mais, com análises e perspectivas não limitadas à América Latina

Atitude completamente diferente é a de Theotonio dos Santos que é, sem dúvida, o mais importante, entre os dependentistas, a buscar uma nova agenda que poderíamos denominar de “para além da dependência”. Vale observar que, a julgar por suas declarações e pela sua produção recente, Theotonio pode ser perfeitamente rotulado como um teórico do sistema-mundo. Assim, no seu trabalho recém-publicado *A teoria da dependência e a descoberta do sistema mundo* (2016, p. 113-114)

Os acontecimentos teóricos, dos quais participei muito diretamente, foram: a proposta e o avanço de uma teoria da dependência, a qual buscava ampliar a dimensão histórica de uma teoria do imperialismo como uma etapa superior da evolução do capitalismo como sistema mundial; e, ao mesmo tempo, uma tentativa de captar as linhas básicas da evolução desse sistema mundial, cuja estrutura, processos de longa duração, fases históricas e suas especificidades se condensam na sua evolução contemporânea. A teoria do sistema mundial floresce, então, como resultado necessário desse esforço teórico de longa tradição, que forma o pensamento crítico contemporâneo.

A pergunta que pode ser feita é qual a inovação? Quais as diferenças? Há uma conjunto de novos conceitos que são fundamentais nas análises do sistema-mundo, como semiperiferia, ciclos sistêmicos, Estado hegemônico e concorrência interestatal, por exemplo. Foge ao escopo desse trabalho discutir em pormenores as possíveis diferenças. Importa muito mais enfatizar

um processo de inovação em curso, embora ele esteja longe de ser hegemônico e muito menos consensual dentro da TMD. Isso significa que dentro do campo da TMD existe resistência em aceitar uma suposta “fusão” desses dois universos teóricos. Entretanto, é possível que a TMD experimente uma mudança estrutural que venha a desaparecer na forma em que a conhecemos nos textos mais consagrados. Senão, vejamos a seguinte afirmação de Theotonio dos Santos (2016, p. 156):

Ao mesmo tempo, a teoria da dependência evoluiu para a teoria do sistema-mundo, que se transformou na referência fundamental do pensamento social contemporâneo, antecipando os fenômenos da globalização e seus desdobramentos geopolíticos atuais.

Essa afirmação seria trivial, em um artigo, fosse ela feita por outra pessoa que não Theotonio dos Santos, um dos pais da TMD e seu teórico mais importante. Que a ideia seja não só incorporar elementos teóricos, mas sim “evoluir para” a teoria do sistema mundo, não resta a menor dúvida. Aliás, no ensaio acima mencionado e outros ensaios, mas principalmente em seu *Memorial*, o próprio Theotonio dos Santos se coloca como uma das pessoas que contribuíram diretamente para o processo de formulação de uma teoria do sistema mundo. Na verdade, ele afirma que está entre os “fundadores” (SANTOS, 1994, p.90):

Posso afirmar assim que fui um dos fundadores da perspectiva do sistema mundial que vem redefinindo a análise da sociedade, da política e da economia. Fui um dos fundadores da Teoria da Dependência que exerceu uma influência definitiva nos estudos sobre o desenvolvimento, em todo mundo, a qual é considerada como um antecedente fundamental da teoria do sistema mundial.

Não deixa ele de apontar o papel central de Braudel, Wallerstein e Arrighi. Assim, argumenta (SANTOS, 2000, p.55) :

A teoria da dependência seguia e aperfeiçoava um enfoque global que pretendia compreender a formação e evolução do capitalismo como uma economia mundial. Prebisch já falava nos anos 50, da existência de um centro e uma periferia mundial, tese que ele aperfeiçoará na década de 70 sob a influência do debate sobre a dependência (ver Prebisch; 1981). A teoria da dependência buscou refinar este esquema ao rever a teoria do imperialismo desde sua formação com Hilferding, Rosa Luxemburgo, Hobson, Lenin e Bukharin. André Gunder Frank (1991) chama a atenção para esta busca de análise do sistema mundial que se desenha sobretudo no começo da década de 70 com Amin (1974), Frank (1978, 1980 e 1981) , Dos Santos (1970 e 1978) mas que ganha realmente um grande alento com a obra de Immanuel Wallerstein (1974, 1980, 1989), que desenvolve a tradição de Fernand Braudel (1979). Tudo isto tem sido objeto de uma ampla discussão(5). Vários autores reconhecem a relação estreita da teoria do sistema-mundo com a teoria da dependência. Bjorn Hettne traça mesmo um quadro da evolução do debate

sobre desenvolvimento e dependência no qual a teoria da dependência tem como resultado de sua evolução a teoria do sistema-mundo...

Exatamente, como será esse processo, não está tão claro, embora existam algumas pistas. É nesse sentido que se deve ler a observação de Martins (2011, p.266)

O diálogo entre o enfoque do sistema mundial e o da dependência torna-se da maior importância para compreendermos os desafios que se lançam nos caminhos dos países periféricos e, em particular, da América Latina. Interpretando a América Latina e a economia-mundo de uma forma original e independente das lentes desenvolvimentistas nacionalistas, estadunidenses ou soviéticas, as teorias da dependência ganharam corações e mentes e transformaram as Ciências Sociais latinoamericanas em mundiais. É nesse espírito de diálogo e integração científica que analisamos a seguir as principais contribuições do enfoque do sistema mundial para o desenvolvimento latino-americano no século que se abre.

Essa afirmação, no qual se propõe um “diálogo”, é seguida de uma nota (de número 219) que, na verdade, em relação a Theotônio, aponta o caminho de integração (MARTINS, 2011, p. 266):

Theotônio dos Santos, em seu *Memorial* (1994) e em seu livro *Teoria da Dependência: Um Balanço Histórico e Teórico* (2000-a), considera a teoria da dependência dos anos 60 e 70 a primeira etapa da construção de uma teoria do sistema mundial, mais ampla, para a qual deve convergir e se integrar. Ver também seu artigo em homenagem a Immanuel Wallerstein (2000-b).

Vale observar que na obra do próprio Martins (2011), um dos expoentes da nova geração vinculados à TMD, esse diálogo está presente de maneira clara. Na verdade, Martins usa de forma criativa tanto a teoria do sistema mundo para entender o processo de mudanças recentes no capitalismo, bem como utiliza a produção teórica de Theotônio dos Santos sobre a Revolução científico-técnica, associada a teorização de Marini sobre a superexploração do trabalho exacerbada com o domínio neoliberal.

Evidentemente, uma proposta dessa natureza não deixaria de causar dissenso. Note-se que se trata de uma luta intracampo e de consequências ainda não sabidas. Como exemplo desse tipo de oposição a uma suposta fusão, veja-se a afirmação de Sotelo (2005, p. 157)

La teoría del sistema mundial proporciona elementos muy valiosos al conocimiento de la economía internacional, incluidos los países latinoamericanos, sobretudo, con la retrospectiva histórica de los ciclos largos — de cien o doscientos años —, así como al conocimiento del capitalismo, cuya división internacional del trabajo reproduce y profundiza la relación dialéctica entre centros, periferias y semiperiferias. **Pero dada su naturaleza**

epistemológica, esta teoria no puede, de ninguna manera, fundirse con la TMD; más bien, tendrían que establecerse entre ambas, relaciones de intercambio, debate y aportes al conocimiento de La fenomenología contemporánea del capitalismo. La teoría de la dependencia tiene que seguir su propia trayectoria cognoscitiva como una singular corriente de pensamiento teórico y crítico latinoAmericano, la cual tiene muchísimos elementos por aportar. (Grifos meus)

Uma outra questão diz respeito ao que determina o processo de inovação. Note-se o seguinte. Primeiro, o próprio Wallenstein afirma que a teoria do sistema mundo apropria-se de categorias da Cepal e da teoria da dependência. Isso significa que temos um caso, no mínimo, curioso. Do ponto de vista de uma intelectualidade periférica, trata-se de uma reapropriação daquilo que foi teorizado, mas que acontece numa certa “contra-mão” de todo um processo que enfatizava a autonomia de um pensamento periférico na busca de encontrar sua própria perspectiva, que se inicia com a Cepal e se aprofunda com as teorias da dependência. Esse fato motivou o seguinte comentário irônico, mas arguto de Daniel Chirot e Thomas D. Hall (1982, p. 90)

From this intellectual and political climate of dissatisfaction in the more advanced countries of Latin America dependency theory was born. Because world-system theory is in most ways merely a North American adaptation of dependency theory, there is little to distinguish them from each other as theoretical constructs. To understand dependency theory, and to know its literature, is to hold a firm grasp of its latter-day little Yankee brother. Of course, cultural imperialism being what it is, the world-system theorists from the North are now being used by Southern dependency theorists to legitimize their ideas. No more ironic illustration could exist of core domination and use of peripheral resources. The periphery can now reimport the product it originally exported, and leave behind a surplus of cultural prestige and strength in the core.

Três aspectos podem ser elencados como influenciando diretamente esse processo. O primeiro deles, o descenso relativo das teorias da dependência, como já comentado em outra parte deste trabalho. Nesse sentido é relevante citar Martins (2011) sobre as razões desse declínio, por ser ele um dos que propõem um diálogo e usa a teoria do sistema mundo no seu trabalho:

Todavía, a influência da teoria da dependência começa a sofrer forte descenso em fins dos anos 70. A crise do movimento socialista que tem no golpe chileno seu momento culminante cria o ambiente sócio-político para a sua crise. A versão socialista deixa de oferecer alternativas para as mazelas da região e o conformismo da dependência negociada se torna insuficiente para atender às demandas de desenvolvimento dos segmentos médios que compõem grande

parte do meio acadêmico da região. A atenção volta a se dirigir ao interior da nação para se buscar aí os obstáculos e os caminhos do desenvolvimento.

O segundo aspecto está relacionado com a própria narrativa feita por Theotonio acerca da descoberta pela teoria da dependência do sistema mundo. Na percepção de Theotonio, esse foi um processo cumulativo, o qual culminou numa espécie de síntese que estaria contida na teoria do sistema mundo. No que ele nos oferece como depoimento e análise vai se explicitando que para entender as transformações pelas quais passava o capitalismo haveria que se buscar uma perspectiva totalizante. Daí o deslocamento da unidade de análise para o sistema-mundo e não mais o Estado-Nação. Essa é uma mudança fundamental. Nesse caso, se aceita as premissas do raciocínio de Theotonio dos Santos (2016, p.132), a inovação acontece quando um aparato teórico no todo ou em parte, mostra-se insuficiente para explicar novas realidades:

Esses elementos foram a base do meu livro *La crisis norteamericana y América Latina*, que, juntamente com *Imperialismo y corporaciones multinacionales* e *Dependencia y cambio social*, servira de base para a redação do livro *Imperialismo y dependencia*, publicado em 1978, que traz uma visão de conjunto das mudanças ocorridas entre 1969 e 1970. Também Frank avançava nessa direção com seu estudo sobre a acumulação primitiva europeia entre o séculos XVI e XVIII. Em 1969, na reunião de Dakar, no Senegal, todo esse esforço se encontrara com a elaboração teórica de Samir Amin, que estava produzindo seu livro sobre a acumulação em escala mundial. Enquanto isso, Frank partia também para o estudo – que ele desenvolvera em toda a década de 1970 e de 1980 – das ondas longas e a tentativa de compreensão da crise capitalista contemporânea, tanto nos países dominantes como nos países do Terceiro Mundo e nos países socialistas. Já Immanuel Wallerstein partia da análise da realidade africana, junto com Giovanni Arrighi e outros especialistas na região, e começava também a colocar a necessidade de uma revisão crítica da formação do capitalismo contemporâneo, esforçando-se na criação de uma obra de caráter monumental, que vem se desenvolvendo desde a década de 1970 até os nossos dias. Nesse trabalho, ele procurou compreender a formação do sistema-mundo, inspirando-se na obra de Fernand Braudel.

Note-se, também, que Andre Gunder Frank, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Samir Amim e Theotonio dos Santos todos, quando não oriundos de países do terceiro, mundo, tem experiência de pesquisa e vivência na área de desenvolvimento e se aliam politicamente à esquerda. Trata-se, portanto, de uma rede internacional.

O terceiro aspecto diz respeito à própria elaboração da teoria do sistema mundo. Essa é uma teoria que possui alto grau de sofisticação, que na versão de Wallerstein faz um chamado a uma militância política intrassistêmica com a perspectiva de um socialismo. Não por acaso, um teórico da importância de Theotonio declara uma “evolução” da TMD em direção à unidade de

análise sistema-mundo. O próprio trabalho de Theotônio (SANTOS, 2016), já nessa perspectiva, anuncia a superação da TMD. Nesse caso, não estaríamos falando apenas de inovação, mas sim absorção completa.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa feita partiu de uma pergunta central: Como se constituem, evoluem e transformam as visões teóricas acerca do capitalismo periférico e a que fatores se devem os momentos de transformação e rupturas? Tratava-se de lidar diretamente com uma certa intelectualidade que foi protagonista durante as décadas dos 50 e 60, do Século XX, propondo explicações e, devo enfatizar, ações, acerca da problemática do desenvolvimento e destino do capitalismo, no Brasil e na América Latina. A preocupação era, portanto, a de urdir um quadro coerente através do qual se pudesse visualizar um pouco da complexidade histórica do processo de criação das teorias. Embora o foco seja as teorias da dependência, argumento que para entender o processo de constituição desse campo é preciso entender o fenômeno do desenvolvimentismo e as teorias que lhe deram sustentação, especialmente a matriz Cepalina, a mais sofisticada fecunda e hegemônica. Aqui, chamo a atenção, que não me propus a analisar o grau de plausibilidade ou acertos das teorias em questão. Esse poderia ser o tema de outra pesquisa. Como espero tenha ficado claro, a intenção era de ter uma visão da estruturação e dos conflitos dentro de um mesmo campo ou entre diferentes campos.

Ao me debruçar sobre a Sociologia dos intelectuais a pretensão era demonstrar existência de toda uma tradição e um arsenal teórico, um campo legítimo, que lidava especificamente com o papel dos intelectuais. A ideia foi também apontar a singularidade desses atores dentro da estrutura social enquanto produtores de bens simbólicos e construtores de visão de mundo. Mais ainda: chamar a atenção para uma certa intelectualidade periférica verificando historicamente como ela foi capaz de produzir teorias e quais as características dessa produção. Argumentei que a produção dessa intelectualidade se caracterizava, por um lado, por questionar a pretensão de universalidade das teorias produzidas nos grandes centros, teorias essas que tentavam explicar a nossa condição econômica de penúria e como superá-la. Por outro lado, em função dessa crítica, a teorização realizada caminhou para a busca do específico, daquilo que nos é singular, rejeitando o postulado de que a nossa história se desenrolaria tal qual a história europeia. A esse processo de busca do específico e de teorização crítica denominei de antropofagia teórica. Aqui, me repito, “a atitude não xenofóbica e crítica e ao processo de tentativa de teorização a partir da realidade latino-americana eu aqui **denomino de antropofagia teórica**. Ou seja, trata-se de um processo de teorização que tensiona o particular e o universal na busca de uma espécie de síntese. De um lado, constitui uma tentativa de apontar as insuficiências das teorias produzidas no “centro” e, repito, com pretensões de

aplicabilidade universal, para o entendimento da nossa realidade. De outro lado, o processo de antropofagia teórica acaba levando a novas proposições que nitidamente carregam as marcas do local de onde se fala. Esse é o caso de uma boa parte da produção teórica feita pelos desenvolvimentistas e pelas teorias da dependência. Mas, há que se notar que esse processo, a meu ver, não se limita a esse grupo de intelectuais. Por exemplo, Caio Prado Júnior, um dos críticos do desenvolvimentismo, nitidamente faz uma antropofagia teórica quando critica a aplicação mecânica de categorias marxistas para o entendimento da realidade brasileira. Nesse processo ele “nacionaliza o marxismo” (RICUPERO, 2000). Argumentei, também, que essa teorização tinha como uma de suas características propostas para ação. Explicação e ação andas juntas. Se o maior exemplo dessa característica é a teorização desenvolvimentista da CEPAL, a teoria Marxista da Dependência não fica atrás. Esse fato é relevante porque contrasta fortemente com um certo academicismo asséptico que prega uma separação rígida entre teorização e ação.

Do capítulo sobre o desenvolvimentismo vale a pena enfatizar alguns pontos. Fazendo um recorte histórico a partir de 1930, argumento que é possível entender o fenômeno do desenvolvimentismo tendo como chave hermenêutica a categoria gramsciana de “revolução passiva” ou “revolução pelo alto”, ou seja, mudança na conservação. Trata-se de engenharia social pelo alto. Assim, o desenvolvimentismo era um projeto ambíguo, com claros momentos de autoritarismo. No entanto, o desenvolvimentismo enquanto ideologia revelou-se a arma mais poderosa para modernização da sociedade brasileira. E a razão é relativamente óbvia: por bem ou por mal, e em gritante contraste com a atual situação política do país, havia “um projeto de nação”. Argumento, ainda, que o mais correto seria a designação “desenvolvimentismos” por ser fenômeno multifacetário e que foi evidenciado em figuras ícones tão diferentes como Vargas e JK. Examinei a constituição de um “campo desenvolvimentista” e o papel de três importantes atores corporativos: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina, e desde 1984, e Caribe) e o Instituto Brasileiro de Estudos Superiores (ISEB). Embora meu maior interesse tenha recaído sobre a teorização da CEPAL, seria no mínimo uma séria lacuna não levar em conta o papel do PCB e o ISEB, inclusive como alvo de críticas de duas das correntes das teorias da dependência. Voltando à CEPAL tratei de ressaltar seu papel ímpar. Pela primeira vez - sem, aqui, menosprezar o papel do ISEB - os desenvolvimentistas teriam um arsenal teórico de alta sofisticação do qual poderiam lançar mão e justificar tanto a atuação do Estado, quanto a opção pelo planejamento, frente às ideias liberais. Mais do que isso: o método histórico-estrutural fará escola em toda a América Latina. Assim, embora não vá aqui repetir, tratei de apontar as características inovadoras da teorização

da CEPAL. Chamo a atenção para o fato de que a experiência mais importante relacionada à CEPAL no Brasil e que revela muito claramente o binômio teorização-ação, se dá sob a batuta de Celso Furtado, a criação da SUDENE. Essa experiência conjuga, regionalmente, toda força da teorização cepalina encarnada em uma realidade: a presença do Estado com a proposta de industrialização, planejamento, investimento estratégico e reformas. Como todos sabem, é o golpe de 1964 que porá termo a essa experiência e ao desenvolvimentismo na sua versão democrática.

Nos terceiro e quarto capítulos trato da formação do campo e do conflito entre os dependentistas. Por uma questão de clareza serei aqui mais esquemático ressaltando os principais aspectos para esse momento de considerações finais. Primeiro, parto do pressuposto teórico presente na ideia de campo de Bourdieu: autonomia relativa e legalidade própria. Entretanto, se é possível afirmar que o campo científico possui filtros e não pode ser visto como um mero reflexo de outros campos, há evidências de que houve uma interação profunda entre o campo científico e o político no processo de constituição das teorias da dependência. A rigor, trata-se de um campo que foi estruturado no exílio, se tomarmos como parâmetro o surgimento dos principais textos, hoje, considerados clássicos dessa área. Como é sabido, não só os exílios tinham causa política, mas a própria estrutura de conceitos e argumentos de todas as versões das teorias da dependência, sem nenhuma exceção, de maneira mais ou menos explícita, traziam uma proposta política. A dimensão política ocupará papel central nos conflitos internos do campo e, posteriormente, se exacerbará com a chegada de Cardoso à presidência da república. Ainda em termos de evidências, o suposto de que a construção de teorias é processual e coletiva parece encontrar uma forte sustentação no caso pesquisado. Ao estudar as trajetórias dos grupos e dos indivíduos tentei demonstrar que aquilo que vai se consolidar como proposta teórica é algo que já vinha sendo decantado ao longo de um certo período de tempo envolvendo inserção institucional, aprendizado de uma certa tradição do “fazer científico”, inserção política e, evidentemente, os laços pessoais. Tentei argumentar como isso tem um impacto principalmente nas diferenças entre um marxismo acadêmico uspiano e o marxismo militante do “grupo de Brasília” (UNB). Argumentei e documentei que o envolvimento político do “grupo de Brasília” com o governo Allende, ou como eles se denominam, o grupo da Teoria Marxista da Dependência, foi algo visceral. Nessa experiência estava presente a junção de prática política e reflexão teórica.

Sendo assim, vale a pena fazer uma reflexão sobre as trajetórias, o campo e as personalidades. Quando se reflete sobre a trajetória dos indivíduos e dos grupos é possível ler as diferenças entre essas trajetórias a partir do binômio negação-inovação. Parto da ideia de que

o processo de negação, diz respeito ao abandono, a partir de uma prática seletiva, das ideias teóricas anteriormente sustentadas. Por outro lado, e por contraste, a inovação como um processo de aprofundamento e enriquecimento teórico. Do que foi argumentado nesse trabalho, fica patente que, no primeiro caso, pode ser enquadrado a postura de Cardoso. No segundo caso, as posturas de Marini, Theotonio, Vânia Bambirra e Celso Furtado. Quando se pergunta por uma possível pista do porquê isso ter acontecido, um indício interessante que surge é a relação com o mundo acadêmico, com o campo científico. Assim, embora Cardoso tenha continuado a ser um intelectual, os seus vínculos com o campo científico e academia, principalmente a partir do momento em que assume pela primeira vez a posição de Senador, vão se tornando cada vez mais tênues. Em outras palavras, o campo político subsumiu o campo científico. O mesmo não ocorre com Marini, Theotonio e Furtado. Os dois primeiros, após a queda de Allende, vão para o México e lá exercem a docência e, ao voltarem para o Brasil, continuarão a exercê-la, apesar de serem militantes políticos. O fato é que, tanto Marini quanto Vânia Bambirra, ao falecerem, eram professores. Theotonio dos Santos é Professor Emérito e continua com as suas atividades vinculadas ao mundo acadêmico. Celso Furtado, entre 1965 e 1985, dedicou-se integralmente a docência e pesquisa na França. Embora tenha assumido cargos como embaixador e ministro da cultura, na sua volta ao Brasil, serviu na condição de homem do Estado, por um curto espaço de tempo, e em circunstâncias extraordinárias.

Em relação aos conflitos intracampo, o que se tem documentado é que ele assumiu proporções consideráveis, talvez até singulares porque está centrado na figura e nas ideias de Fernando H. Cardoso. Mas, note-se, que há um conflito anterior a qualquer movimento político eleitoral de Cardoso. Esse talvez seja o mais importante, porque o mais típico dentro das disputas que envolvem o campo científico. Trata-se do fato que Cardoso conseguiu hegemonizar o campo no Brasil. As razões estão suficientemente expostas no texto. Mas, o fato de sua inserção internacional, sua conexão com a USP, sua liderança no CEBRAP, aliada há uma inegável habilidade o faz tornar-se o “representante oficial” da teoria da dependência. A hegemonia do campo chega ser tão avassaladora que, embora eu não tenha dados, não é raro encontrar profissionais da área de Sociologia e Política que não tiveram nenhum contato com a obra de Theotonio dos Santos ou Ruy Marini. Sem sombra de dúvida, Cardoso emprega seu capital social e científico para convertê-lo em capital político. No texto, sustentei a posição que não se poderia julgar o sociólogo da década de 1960 com olhar sobre o governo FHC. Isso, além de ser anacrônico não faria justiça ao momento fundante da teoria da dependência. Mas, sem sombra de dúvida, é a chegada de Cardoso à presidência da república que provoca as releituras principalmente sobre o seu marxismo. Isso, evidentemente, não significa, como

espero ter deixado claro, que não tenha havido mudanças na sua postura frente ao que escreveu. Ao contrário, o seu governo, para o Brasil, representou a consolidação do ideário neoliberal e o profundo desejo de enterrar de vez, como ele mesmo afirmou, “a era Vargas”, ou seja, o desenvolvimentismo. Se Cardoso, nunca disse a frase “esqueçam o que escrevi”, como argumentar, certamente muito do que ele escreveu está restrito a um passado e definitivamente pertence aos pesquisadores da História das ideias. Mas é ironicamente a hegemonia do neoliberalismo, a cooptação de intelectuais e as lutas travadas contra esse processo por setores dentro e fora da academia, tendo na sequência o início de outro ciclo político, não só no Brasil, mas na América Latina, que recoloca a questão do desenvolvimento de volta à agenda acadêmica e com ele, também a questão da dependência. Como assinali, inclusive citando outros trabalhos, a teoria marxista da dependência (TMD), significando os trabalhos de Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, passam a ser traduzidos e lidos. Não só isso: há uma boa quantidade de teses e pesquisas utilizando essa perspectiva. Assim, as categorias utilizadas por Marini de “superexploração do trabalho” e “subimperialismo” vem sendo largamente utilizadas. Finalmente, as novas gerações vão poder ter acesso a um rico patrimônio teórico do qual se pode concordar ou discordar, mas não simplesmente desconhecer ou ignorar.

Vale ainda o registro de um processo de inovação que ocorre dentro da teoria marxista da dependência, no caso específico, na obra de Theotonio dos Santos. O argumento mais geral é que a teoria da dependência é uma etapa na construção de uma teoria do sistema mundo, como mostrei. Mais uma vez, parece que as grandes mudanças políticas e econômicas requerem novas categorias teóricas para serem analisadas. Mais uma vez, falta consenso. A história se repete?

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. “**Introdução**” In : FURTADO, Rosa Freire d’Aguiar (org.). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoria de la dependencia**: una anticrítica. México: Era, 1978.

_____. **Memorial**, 1991.

Disponível <https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/wp-content/uploads/.../memorial-abril-1991.pdf>

Acesso em: 23/04/2017

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar. **Apresentação Desenvolvimento, Economia e Sociedade na Era Vargas**. In: **A Era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BEIGEL, Fernanda. **Vida, muerte y resurrección de las teorías de la dependencia**: Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano. In: BATISTA JR, Paulo Nogueira. Dependência: da teoria à prática. **Estudos Avançados 006s**, v. 13, n. 37, 1999.

BENDA, Julien. **The Treason of the Intellectuals**. (Translated by R. Aldington, 1928.) Reimpressão, New York: Aldington. 1969.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

_____. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

_____. **Formação econômica do Brasil**: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. In: ARAUJO, Tarcisio Patrício de. et al (orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Ipea, 2009

BICHIR, Máira Machado. **A problemática da dependência**: um estudo sobre a vertente marxista da dependência. Dissertação (mestrado) – Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

BOURDIEU, Pierre. “**O campo científico**”. In: ORTIZ, Renato (org) **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ed Ática, 1983.

_____. **Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste** (Richard Nice, Trans). Cambridge MA, Harvard University Press, 1984.

_____. **Homo Academicus**. Standford University Press, 1988.

_____. **For a Socio-Analysis of Intellectuals: On "Homo Academicus"** In: **Berkeley Journal of Sociology**. Vol. 34, Symposium on the Foundations of Radical Social Science, 1989, pp. 1-29 Interviewed by Lóic Wacquant.

_____. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Sobre a fisionomia intelectual do partido comunista (1945-1964)**. São Paulo, Lua Nova, n. 15, p. 133-149, 1988. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451988000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Out. 2017.

_____. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista, 1920-1964**. Vol. 32. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo, Editora 34, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **“Interpretações sobre o Brasil”** In: Maria Rita Loureiro (org). **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

_____. **“As três interpretações da dependência”**. São Paulo, Perspectivas, v. 38, jul./dez. 2010.

_____. **“Seis interpretações sobre o Brasil”**. **Dados**, Rio de Janeiro, v.25, n.3, 1982.

_____. **Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

_____. **O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido**. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, 2004.

BRYN, Robert J. **The Jewish Intelligentsia and Russian Marxism: A Sociological Study of Intellectual Radicalism and Ideological Divergence**. London, Macmillan, 1978.

_____. **Intellectuals, sociology of**. **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**. Oxford: Elsevier Science, Second Edition, 2015.

BLOMSTROM, Magnus; HETTNE, Björn. **Development theory in transition**. London: Zed, 1984.

CÂNDIDO, Antonio. **A revolução de 1930 e a cultura**. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 2, n. 4, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

_____. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresário industrial argentino e brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

_____. **Autoritarismo e democratização**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. In: BASTOS, Elide Rugai ET al. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Dependency and development in Latin América**. Berkeley: University of California, 1976.

_____. "Post scriptum a Dependencia y desarrollo en América Latina". **Desarrollo Económico**, v. 17, n. 66, jul./set. 1977.

_____. "Repensando Dependência e desenvolvimento na América Latina". In: CARDOSO, Fernando Henrique; SORJ, Bernardo; FONT, Maurício (orgs.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. .. New paths: Globalization in historical perspective. **Studies in Comparative International Development**, v. 44, n. 4, p. 296-317, 2009.

_____. .. **Cartas a um jovem político**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

_____. .. Relembrando o que escrevi: da reconquista da democracia aos dias atuais. **Rio de Janeiro, Civilização Brasileira**, 2010.

_____. **The accidental president of Brazil: a memoir**. New York, PublicAffairs, 2007.

_____. **O improvável presidente do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Fernando Henrique Cardoso (depoimento em 2011)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2012..

CARDOSO, Fernando Henrique ,POMPEU DE TOLEDO, Roberto. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988

CARMO SOBRINHO, Corival Alves do. **Dependência e estagnação: o debate sobre a crise dos anos 60**. 2001. Dissertação - Mestrado em Ciências Econômicas – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CELLARD, André. “**Análise documental**”. In POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHIROT, Daniel and Thomas D. Hall. "World-System Theory." In: **Annual Review of Sociology**. Vol. 8, 1982.

CHOMSKY, Noam. **Américan power and the new mandarins**. Penguin Books India, 2003.

CHILCOTE, Ronald. **Theories of development and underdevelopment**. Boulder: Westview Press, 1984.

COHN, Gabriel. "Gabriel Cohn." **Entrevista** In: BASTOS, Elide Rugai. et al., **Conversas com Sociólogos Brasileiros**. São Paulo, Editora 34, 2006.

COLLINS, Randall. **The Sociology of Philosophies: A Global Theory of Intellectual Change**. Harvard University Press, Cambridge, MA, 1998.

.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A hegemonia da pequena política**. In: OLIVEIRA, F.;BRAGA, R.; RIZEK. C. **Hegemonia às avessas: política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

CUEVAS, Agustín Gonzalo. **Entre la ira y la esperanza: y otros ensayos de crítica latinoamericana**. CLACSO: Prometeo libros, 2007.

DE CASTRO, Gomes Ângela. "**A invenção do trabalhismo.**" Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DOMINGUES, José Maurício. "Revisitando a obra dependência e desenvolvimento na América Latina". **Série Cadernos FLACSO**, Rio de Janeiro, FLACSO Brasil, n. 1, out., 2010.

DOSMAN, Eduard. **Raúl Prebisch (1901 – 1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FALETTO, Enzo. Los años 60 y el tema de la dependencia. **Estudios Avanzados.** v. 12, n. 33, 1998.

_____. Incorporación de los sectores obreros al proceso de desarrollo: Imágenes sociales de la clase obrera. **Revista Mexicana de Sociología**, 1966.

_____. **Dimensiones políticas, sociales y culturales del desarrollo.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores e CLACSO, 2009. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/faletto/00cred.pdf>> acesso em 01/03/2017.

_____. Entrevista com Enzo Faletto por José Márcio Rego. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 189-213, Jun 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000100010&lng=en&nrm=iso>. acesso 18 Nov. 2017.

FERREIRA, Jorge. "**Trabalhadores do Brasil**": O imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. "**Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo.**" In: **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FIORI, José Luís. "**O capitalismo e suas vias de desenvolvimento**" In: HADDAD, Fernando. **Desorganizando o consenso.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FRANK, Andre Gunder et al. "**The underdevelopment of development: Essays in honor of Andre Gunder Frank**". Sage Publications, 1996.

FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. "**Teoria da dependência: categorias para uma análise do mercado mundial.**" Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República**. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. Sobre a intencionalidade da política de industrialização no Brasil Na Década de 30. **Revista de Economia Política**, vol. 23, n 1 (89), janeiro-março, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Texto para Discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2015.

_____. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Texto para Discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2015.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Paz e Terra, 1984.

_____. **Comentários sobre estudos do Professor Rosenstein-Rodan**. In: ELLIS, H.& WALLICH, H. (orgs.). **Desenvolvimento Econômico para a América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

_____. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1978.

_____. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. “Dependencia externa y teoría econômica”. **El trimestre Economico**, v. 38, n. 150 (2), 1971.

_____. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A fantasia desfeita**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. “Entre inconformismo e reformismo”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 166-187, 1990.

_____. **Os ares do mundo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Brasil: a construção interrompida**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. “**Celso Monteiro Furtado**”. In: Ciro Biderman, Luis Felipe L. Cozac e José Marcio Rego (Orgs). **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **O Longo Amanhecer**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A responsabilidade dos cientistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2003. C.1, p.3

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 10 ed. Revista pelo autor. São Paulo: Paz e Terra, 2000b.

_____. **Obra autobiográfica**. Editora Companhia das Letras, 2014.

_____. **Essencial Celso Furtado**. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2013.

_____. **Entrevista concedida a Nora Lanari, Ângela Coronel, Rui Modenesi, Aloísio Barbosa e Roberto Rodrigues em 22 de junho de 1982. Memórias do desenvolvimento**, v. 3, n. 3, p. 101-122, 2009.

FRANK, Andre Gunder. “**The underdevelopment of development**”. *La Sociología en sus escenarios*, n. 17, 2010.

FRANK, Andre Gunder et al. **The underdevelopment of development: Essays in honor of Andre Gunder Frank**. Sage Publications, 1996.

GARCIA JR, Afrânio. **A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil**. *Tempo Social*, v. 16, n. 1, p. 285-300, 2004.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: Outline of the structuration theory**. Cambridge: Polity, 1984.

GOLDENSTEIN, Lída. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ª. Ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. V. 5. O Rissorgimento. Notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GURRIERI, Adolfo et al. **La economía política de Raúl Prebisch**. Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 1981.

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. **Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado**. São Paulo: Alameda, 2012.

IGLESIAS, Francisco. In : **Formação econômica do Brasil**: edição comemorativa : 50 anos / Celso Furtado; organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado.— São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

KUHN, Thomas. **A Estrutura Das Revoluções Científicas**. Editora Perspectiva. São Paulo, 2000.

JUVENCIO SOBRINHO, Maria (2003). **O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1973 – 1992)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2003.

KAY, Cristóbal. **Latin American theories of development and underdevelopment**. London: Routledge, 1989.

_____. **“Reflections on the Latin American contribution to development theory”**. *Development and Change*, v. 22, n. 1, p. 31-68, 1991.

_____. **"André Gunder Frank (1929-2005): pionero de la teoría de la dependencia y mundialización."** *Revista mexicana de sociología*, v.68., n1, p. 181-190, 2006.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KURZMAN, Charles; OWENS, Lynn. The sociology of intellectuals. **Annual Review of Sociology**, v. 28, n. 1, p. 63-90, 2002.

LAFER, Celso. FHC: o intelectual como político. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 83, p. 39-63, 2009.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **Economia colonial e economia nacional em Caio Prado Júnior e Celso Furtado**. In: **VII Encontro Nacional de Economia Política / II Colóquio Latino Americano de Economistas Políticos**. Curitiba 2002. Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política / II Colóquio Latino Americano de Economistas Políticos. v. 1. Curitiba: UFPR, 2002.

LOVE, Joseph LeRoy. **Crafting the third world: Theorizing Underdevelopment in Rumania an Brazil**. Stanford, Stanford University Press, 1996.
 _____. The rise and decline of economic structuralism in Latin America: new dimensions. **latin american Research Review**, v. 40, n. 3, 2005.

_____. “The Origins of dependency Analysis”. In: **The Journal of Latin American Studies**, Vol 22, No. 1, Feb. 1990..

LÖWY, Michael. **Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários**. São Paulo: LECH, 1979.

MAIA, João Marcelo. História dos intelectuais no Terceiro Mundo: reflexões a partir do caso de Guerreiro Ramos In: **Cad. EBAPE. Edição Especial BR**. v. 13, Artigo 1, Rio de Janeiro, Set. 2015.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, Editora da USP, 1974.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.

MALLORQUÍN, Carlos. “El estructuralismo de Celso Furtado”. In: **Revista Mensual de Política y Cultura**, n. 117, (CIDADE) 1998.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **Memória – Escritos**. 1990.
 Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_marini_port.html.
 Acessado em: 12/05/2017

MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO VALENCIA, Adrian (orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Editora da PUC-Rio: Boitempo, 2009.

_____. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, José de Souza. Sociologia e militância: entrevista com José de Souza Martins. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 31, set./dez. 1997. São Paulo.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MUÑOZ, Heraldo. Cambio y continuidad en el debate sobre la dependencia y el Imperialismo. **Estudios Internacionales**, ano v. 11, n. 44, 1978.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. **POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)**. Dissertação - Mestrado em Sociologia. UNESP. Araraquara, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. “Subdesenvolvimento: fênix ou extinção?”. In Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Ed Perseu Abramo, 2000.

OSORIO, Jaime. “**Dependência e superexploração**”. In: MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO VALENCIA, Adrian (orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Editora da PUC-Rio: Boitempo, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Imagens do Brasil. In: **Revista Sociedade e Estado**, Vol. 28 n. 3 Setembro/Dezembro 2013.p 609-633. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a08v28n3.pdf> Acesso em jan. 2016>. Acesso em: 15/09/2017

OURIQUES, Nildo. **La teoría marxista de la dependencia**: una historia crítica. Tese (doutorado) – Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, 1995.

PACKENHAM, Robert A. **The dependency movement**: Scholarship and politics in development studies. Harvard University Press, 1992.

PALMA, Gabriel. “Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?”. In: **World Development**, Oxford, n.6, July/Aug. 1978.

PRADO, Fernando Correa. "**História de um não-debate**: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil." **Comunicação & política**, 29,v.2 ,2011.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.3, n.3, 1949.

_____. "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais." in: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro: Record/CEPAL**, v.1, 2000.

PRADO, Fernando Correa. "História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil". In: **Comunicação & Política**,v. 29, n. 2, mai./ago.2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **A revolução brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REGO, José Marcio. Entrevista com Enzo Faletto. **Tempo Social**, v. 19, n. 1, 2007.

REIS, José Carlos. "Anos 1960: Caio Prado Jr. e " A Revolução Brasileira"." **Revista brasileira de história**, v. 19, n. 37, 1999.

RICÚPERO, Bernardo. **Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

RICUPERO, Bernardo. "**Existe um pensamento marxista latino-americano?**". In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **América Latina: encruzilhadas da história contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2003.

RIDENTI, Marcelo et al. **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte, ed. UFMG, 2006.

RINGER, Fritz. "The intellectual field, intellectual history, and the sociology of knowledge". In: **Theory and Society**. Vol. 19, No. 3, Jun., 1990.

RODRIGUEZ, Octávio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

_____. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Roxborough, Ian. Contemporary Sociology, In: **Américan Sociological Association**, Vol. 22, No. 6, Nov., 1993.

SÁNCHEZ, Omar. "The Rise and Fall of the Dependency Movement: Does It Inform Underdevelopment Today? In:" **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, V.14.2, 2003.

SÁ-SILVA et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I - Número I, 2009,

SAID, Edward. **Representations of the intellectual: the Reith lectures**. New York: Random House, 1996.

SALLUM JR, Brasília. **Labirintos: dos gerais à democracia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, 1999.

SANTOS, Theotônio dos. **A ideologia fascista no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 1965.

_____. **Socialismo o fascismo: el dilema latino-americano**. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1969.

SANTOS, Theotônio dos. **La dependencia político económica de América Latina**. 3ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1971.

_____. **La crisis norteamericana y América Latina**. Buenos Aires: Periferia, 1972a.

_____. **Dependencia y cambio social**. Santiago do Chile: CESO, 1972b.

_____. **Socialismo o fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano**. Buenos Aires: Periferia, 1973a.

_____. **Imperialismo y empresas multinacionales**. Buenos Aires: Galerna, 1973b.

_____. **Memorial**. Niterói: Mimeo, 1994.

_____. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado**. Rio de Janeiro : EdUERJ, 2016.

SCHWARZ, Roberto. "Um seminário de Marx". In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 50 mar. 1998.

SERRA, José & CARDOSO, Fernando Henrique. "**Las desventuras de la dialéctica de la dependencia**". In: Revista Mexicana de Sociología, v. 40, número extraordinário, 1978.

SIMONSEN, Roberto C. **História Económica do Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SINGER, Paul. **Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo**. In: HADDAD, Fernando. **Desorganizando o consenso**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Sobre a formação da Formação econômica do Brasil de C. Furtado** In : FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (org.). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José. "**Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil**". In: SERRA, José (org.). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TOLEDO, C. N. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1977.

_____. "A ideologia pre/clara: a produção isebiana." **Trans/Form/Ação**, V.2 , p. 125-137, 1975.

TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso**. 2. Ed. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2014.

TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VIANNA, Luís Weneck. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p., 1996 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Out. 2017.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. "Celso Furtado: notas sobre a formação nacional e as conexões entre dependência e subdesenvolvimento." **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, nº 21, p. 35-57, dezembro 2007

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **The Essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000.

WASSERMAN, Cláudia. **Os Intelectuais Brasileiros nos Anos 1960 e o Grupo de Brasília**, 2013.p.1-12 disponível em http://professor.ufrgs.br/claudiawasserman/files/texto_enviado_para_vitoria_lephi.pdf Acesso em 19 set. 2017.

_____. Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile. **História Unisinos**, v. 16, p. 82-92, 2012.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 5ª. Ed. São Paulo: LTC, 1982.

WEFFORT, Francisco. “**Notas sobre a Teoria de da dependência: teoria de classes ou ideologia nacional?**”. In: **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco. Entrevista In: BASTOS, Elide R. et. al. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006.

ZAIDAN FILHO, Michel. **Comunistas em céu aberto, 1922-1930**. Oficina de Livros, 1989.

APÊNDICE – LEITURAS RECOMENDADAS SOBRE O DESENVOLVIMENTISMO E O CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

AMARAL, Maria Silva & CARCANHOLO, Marcelo Dias. “**Superexploração da força de trabalho e transferência de valor**: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente”. In: FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime & LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

ARAUJO, Elizeu Serra de. **A teoria da dependência enquanto interpretação do desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas**: as versões de Cardoso e Marini. Dissertação (mestrado) - Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

ARICÓ, José. “**O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional**”. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Valor e capitalismo**: um ensaio sobre a economia política. 3^a ed. Campinas: Unicamp, 1998.

BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BIANCHI, Alvaro. “**O marxismo fora do lugar**”. In: **Política & Sociedade**, v. 9, n. 16, pp. 177-203, abr. 2010

BORON, Atílio. **O socialismo no século 21**: há vida após o neoliberalismo?. São Paulo: Expressão Popular, 2010

CARDOSO, Fernando Henrique. “A democracia na América Latina”. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 10, pp.45-56, out. 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique & WEFFORT, Francisco. “**Ciencia y conciencia social**”. In:

CARDOSO, Fernando Henrique & WEFFORT, Francisco (orgs.). **América Latina**: ensayos de interpretación sociológico-política. Santiago: Universitária, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mudanças sociais na América Latina**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969a.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 4, out./dez. 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. “**Más allá de la economía**: interacciones de la política y desarrollo económico”. **Revista de la Cepal**, n. 83, ago. 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mudanças sociais na América Latina**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969a.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A democracia necessária**. Campinas: Papyrus, 1985.

COTRIM, Ivan. **O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso**. Dissertação – Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.

_____. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.

FERREIRA, Carla *et al* (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012

FIORI, José Luís. “**De volta à questão da riqueza de algumas nações**”. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GOTO, Roberto Akira. **Para ler Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Geração Editorial, 1998.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

IANNI, Octavio (1984). **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. **O labirinto latino-americano**. Petrópolis: Vozes, 1993.

LUCE, Mathias Seibel (2011). A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2011.

MAGDOFF, Harry (1969). *A era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. 10ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1980.

_____. **Dialéctica de la dependencia**. México: Era, 1973.

_____. “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”. In: **Cuadernos Políticos**. n. 12, abr./jul. 1977.

_____. “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)”. In: **Revista Mexicana de Sociología**. v. 40, número extraordinario, 1978a.

_____. “La cuestión del fascismo en América Latina”. In: **Cuadernos Políticos**, n. 18, out./dez. 1978b.

_____. “O reascenso das massas e as tarefas dos revolucionários”. In: _____ . “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital”. In: **Cuadernos Políticos**, n. 20, abr./jun. 1979.

_____. “El ciclo del capital en la economía dependiente”. In: OSWALD, Ursula (coord.). **Mercado y dependencia**, Nueva Imagen, 1979b.

_____. “**La crisis del desarrollismo**”, 1994a. Disponível em: http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/maurinirm/02tex_teo/maurini_texteo00010.pdf. Acesso em: 25/07/2017

_____. “**Proceso y tendencias de la globalización capitalista**”. In: MARTINS, Carlos Eduardo (org.). **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO e Siglo del Hombre, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SERRA, José. “As desventuras do **economicismo**: três teses equivocadas sobre a conexão entre autoritarismo e desenvolvimento”. In: COLLIER, David (org.). **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Vozes, 1999a.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. “**O impasse da ‘formação nacional’**”. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999b.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. “Capitalismo dependente e reversão neocolonial”. **Memorial acadêmico**, vol. 2. Mimeo. 2012a.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa”. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, out./dez. 2012b

PALMA, Gabriel. “**Dependencia y desarrollo: una visión crítica**”. In: SEERS, Dudley (org.). **Teoría de la dependencia: una revaluación crítica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

PALMA, Gabriel. **World Development**, Vol. 6 Pergamon Press, 1978. Printed in Great Britain.

PINTO, Aníbal. **Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PAIVA, Carlos Águedo. “Fernando Henrique Cardoso: o antidependentista”. In: **Ensaio FEE**, v. 29, n. 1, jun. 2008.

MARX, Karl (1867). **El capital: crítica de la economía política**. v. I. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

MATTOS, Marcelo Badaró. “**Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)**”. In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **História do marxismo no Brasil**. v. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

LESSA, Carlos & DAIN, Sulamis. “Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento”. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga & COUTINHO, Renata (orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. v. 1. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1998.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp. 2010.